

FAZPREV
Instituto de Previdência Municipal de
Fazenda Rio Grande
CNPJ 05.145.721/0001-03

INTERESSADO

NOME: Credenciamento - Itai Urubano

CARGO: _____ LOCAL DE TRAB: _____

ENDEREÇO: _____ CEP: _____

TELEFONE (RES): _____ CELULAR: _____

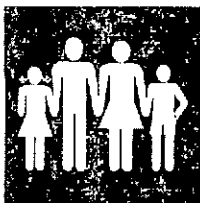
ASSUNTO:

- AUXÍLIO DOENÇA SALÁRIO MATERNIDADE CAT
 APOSENTADORIA PENSÃO POR MORTE AUXÍLIO RECLUSÃO
 OUTROS _____

DATA DE ABERTURA: _____ DATA DE ENCERRAMENTO: _____

ACOMPANHAMENTO

DATA	UNIDADE	RUBRICA	DATA	UNIDADE	RUBRICA



FAZPREV

Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande

CNPJ 05.145.721/0001-03

ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/12 – PROCESSO Nº 018/2013

Declaro como inexigível a licitação, com fundamento no “caput” do art. 25, da Lei nº. 8.666/93, e Parecer nº 084/2012, objeto cujo objeto é o **CRENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E SIMILARES, SOCIEDADES CORRETORAS, DISTRIBUIDORAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E PESSOAS JURÍDICAS QUE ATUEM COMO AGENTES AUTÔNOMOS DE INVESTIMENTO**, junto às quais o Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande – FAZPREV poderá vir a alocar seus recursos disponíveis, na forma do Edital 001/2012, para o credenciamento do **ITAÚ UNIBANCO S.A, CNPJ 60.701.190/0001-04.**

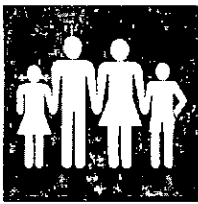
Tudo de conformidade com os documentos que instruem o processo citado inicialmente.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Fazenda Rio Grande, 06 de janeiro de 2014.

Publicado no Órgão
Oficial do Município
840 Pg 05
de 06 a 12
Janeiro de 2014

FÁBIO ANTONIO DA ROCHA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO



FAZPREV

Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande

CNPJ 05.145.721/0001-03

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2012 -
PROCESSO Nº 018/2013**

Ratifico o ato do senhor Fábio Antonio da Rocha, Presidente da Comissão de Licitação, que declarou a licitação inexigível com fundamento no "Caput" do art. 25, I da Lei nº 8.666/93 e Parecer nº 084/2012, objeto cujo objeto é o **CRENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E SIMILARES, SOCIEDADES CORRETORAS, DISTRIBUIDORAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E PESSOAS JURÍDICAS QUE ATUEM COMO AGENTES AUTÔNOMOS DE INVESTIMENTO**, junto às quais o Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande – FAZPREV poderá vir a alocar seus recursos disponíveis, na forma do Edital 001/2012, o **CRENCIAMENTO** do **ITAÚ UNIBANCO S.A, CNPJ 60.701.190/0001-04.**

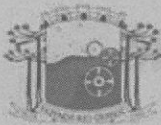
Tudo de conformidade com os documentos que instruem o processo citado inicialmente, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Fazenda Rio Grande, 06 de janeiro de 2014.


TAINARA MARIA MOTA

DIRETORA PRESIDENTE



Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande

Estado do Paraná

FAZPREV



FAZPREV

Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande

CNPJ 05.145.721/0001-03

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

EU, **TAINARA MARIA MOTA**, Diretora Presidente do Instituto de Previdência do Município de Fazenda Rio Grande – FAZPREV - no uso de minhas atribuições legais;

Homologo o julgamento proferido pelo Presidente da Comissão de Licitações, Sr. **Fábio Antonio da Rocha**, e demais membros da Comissão, nomeados pela Portaria 020/2013, acerca do Processo Administrativo nº 306/2013 – Tomada de Preços sob o nº. 002/2013, que tem por objeto a contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Estagiários, visando o preenchimento de vagas de estágios, de modo a atender as necessidades deste Instituto de Previdência.

Sendo que foi em toda sua tramitação atendida à legislação pertinente, consoante ao Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica deste Instituto, adjudico o objeto desta licitação em favor da empresa vencedora, "Instituto Centro de Integração Empresa-Escola do Paraná – CIEE-PR", inscrito no CNPJ sob o nº. 76.610.591/0001-80, no valor global de R\$ 27.390,12 (vinte e sete mil e trezentos e noventa reais e doze centavos), conforme o constante na Ata de Abertura e Julgamento lavrada pela Comissão de Licitações do FAZPREV.

Fazenda Rio Grande, 06 de janeiro de 2014.

Tainara Maria Mota
TAINARA MARIA MOTA
Diretora Presidente do FAZPREV

FAZPREV



Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande

CNPJ 05.145.721/0001-03

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2012 - PROCESSO Nº 018/2013

Ratifico o ato do senhor **Fábio Antonio da Rocha**, Presidente da Comissão de Licitação, que declarou a licitação inexigível com fundamento no "Caput" do art. 25, I da Lei nº 8.666/93 e Parecer nº 084/2012, objeto cujo objeto é o **CRENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E SIMILARES, SOCIEDADES CORRETORAS, DISTRIBUIDORAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E PESSOAS JURÍDICAS QUE ATUEM COMO AGENTES AUTÔNOMOS DE INVESTIMENTO**, junto às quais o Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande – FAZPREV poderá vir a alocar seus recursos disponíveis, na forma do Edital 001/2012, o **CRENCIAMENTO do ITAÚ UNIBANCO S.A, CNPJ 60.701.190/0001-04.**

Tudo de conformidade com os documentos que instruem o processo citado inicialmente, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Fazenda Rio Grande, 06 de janeiro de 2014.

Tainara Maria Mota
TAINARA MARIA MOTA
DIRETORA PRESIDENTE

FAZPREV



Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande

CNPJ 05.145.721/0001-03

ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/12 – PROCESSO Nº 018/2013

Declaro como inexigível a licitação, com fundamento no "caput" do art. 25, da Lei nº. 8.666/93, e Parecer nº 084/2012, objeto cujo objeto é o **CRENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E SIMILARES, SOCIEDADES CORRETORAS, DISTRIBUIDORAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E PESSOAS JURÍDICAS QUE ATUEM COMO AGENTES AUTÔNOMOS DE INVESTIMENTO**, junto às quais o Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande – FAZPREV poderá vir a alocar seus recursos disponíveis, na forma do Edital 001/2012, para o credenciamento do **ITAÚ UNIBANCO S.A, CNPJ 60.701.190/0001-04.**

Tudo de conformidade com os documentos que instruem o processo citado inicialmente.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Fazenda Rio Grande, 06 de janeiro de 2014.

FÁBIO ANTONIO DA ROCHA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

FAZPREV



Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande

CNPJ 05.145.721/0001-03

ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/12 – PROCESSO Nº 039/2013

Declaro como inexigível a licitação, com fundamento no "caput" do art. 25, da Lei nº. 8.666/93, e Parecer nº 084/2012, objeto cujo objeto é o **CRENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E SIMILARES, SOCIEDADES CORRETORAS, DISTRIBUIDORAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E PESSOAS JURÍDICAS QUE ATUEM COMO AGENTES AUTÔNOMOS DE INVESTIMENTO**, junto às quais o Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande – FAZPREV poderá vir a alocar seus recursos disponíveis, na forma do Edital 001/2012, para o credenciamento da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CNPJ 00.360.305/0001-04.**

Tudo de conformidade com os documentos que instruem o processo citado inicialmente.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Fazenda Rio Grande, 06 de janeiro de 2014.

FÁBIO ANTONIO DA ROCHA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

671

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 60.701.190/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 28/06/1973
NOME EMPRESARIAL ITAU UNIBANCO S.A.		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) EST UNIF		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.22-1-00 - Bancos múltiplos, com carteira comercial		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - SOCIEDADE ANONIMA FECHADA		
LOGRADOURO PC ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA	NÚMERO 100	COMPLEMENTO TORRE OLAVO SETUBAL
CEP 04.344-902	BAIRRO/DISTRITO PARQUE JABAQUARA	MUNICÍPIO SAO PAULO
		UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Provado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

emitido no dia **25/10/2012** às **15:17:36** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Preparar Página para Impressão

RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



BANCO CENTRAL DO BRASIL

CERTIDÃO 08017/2012-BCB/DEORF

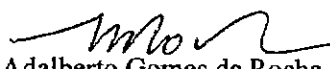
Certifico que o Itaú Unibanco S.A. (CNPJ 60.701.190/0001-04), encontra-se autorizado por esta Autarquia:

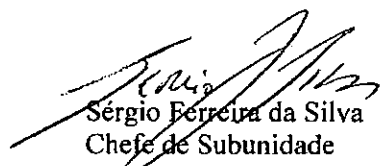
- a) a funcionar como banco múltiplo;
- b) a operar com as carteiras comercial; de investimento; de crédito imobiliário; de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil; e
- c) a realizar operações no mercado de câmbio; compromissadas e de crédito rural.

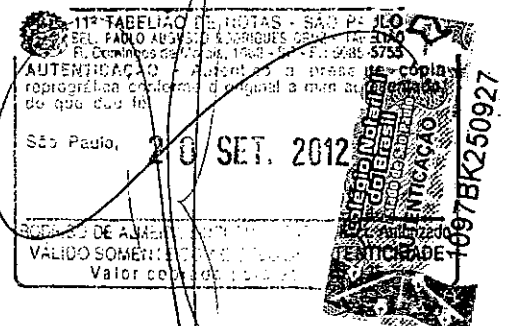
2. Certifico, ainda, que a instituição não se encontra, atualmente, submetida ao regime de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação extrajudicial por parte deste Banco Central.

3. E, para constar, eu, Sérgio Ferreira da Silva, matrícula 9.064.717-3, extraio a presente certidão, que é subscrita por mim e pelo Chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf.

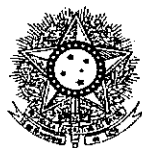
Brasília, 4 de setembro de 2012.


Adalberto Gomes da Rocha
Chefe de Unidade


Sérgio Ferreira da Silva
Chefe de Subunidade



Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf)
Divisão de Gestão, Planejamento e Logística (Digepl)
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício Sede – 19º Andar
70074-900 Brasília - DF
Tel.: (61) 3414-1350 e 3414-2813 - Fax: (61) 3414-3777
E-mail: digep.deorf@bcb.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: ITAU UNIBANCO S.A. (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 60.701.190/0001-04

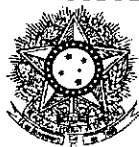
Certidão n°: 20447690/2013

Expedição: 15/02/2013, às 17:32:09

Validade: 13/08/2013 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ITAU UNIBANCO S.A. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **60.701.190/0001-04**, CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade suspensa:

0140400-35.1988.5.01.0001 - TRT 01ª Região *
 0189700-63.1988.5.01.0001 - TRT 01ª Região *
 0127700-56.1990.5.01.0001 - TRT 01ª Região *
 0134600-55.1990.5.01.0001 - TRT 01ª Região *
 0140300-12.1990.5.01.0001 - TRT 01ª Região *
 0260700-55.1990.5.01.0001 - TRT 01ª Região *
 0237900-62.1992.5.01.0001 - TRT 01ª Região *
 0151900-54.1995.5.01.0001 - TRT 01ª Região *
 0164800-35.1996.5.01.0001 - TRT 01ª Região *
 0224200-77.1996.5.01.0001 - TRT 01ª Região *
 0148200-65.1998.5.01.0001 - TRT 01ª Região *
 0122600-27.2007.5.01.0001 - TRT 01ª Região *
 0016900-28.2008.5.01.0001 - TRT 01ª Região *
 0171200-77.1987.5.01.0002 - TRT 01ª Região *
 0160500-90.1997.5.01.0002 - TRT 01ª Região *
 0061100-35.1999.5.01.0002 - TRT 01ª Região *
 0155700-04.2006.5.01.0002 - TRT 01ª Região *
 0011200-56.1994.5.01.0003 - TRT 01ª Região *
 0109100-60.1999.5.01.0004 - TRT 01ª Região *
 0160800-77.1996.5.01.0005 - TRT 01ª Região *
 0009700-41.1997.5.01.0005 - TRT 01ª Região *
 0145300-53.2005.5.01.0005 - TRT 01ª Região *
 0293900-67.1992.5.01.0006 - TRT 01ª Região *
 0017200-53.2000.5.01.0006 - TRT 01ª Região *
 0107100-13.2001.5.01.0006 - TRT 01ª Região *
 0120400-71.2003.5.01.0006 - TRT 01ª Região *



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0094700-59.2004.5.01.0006 - TRT 01ª Região *
0138600-92.2004.5.01.0006 - TRT 01ª Região *
0152200-15.2006.5.01.0006 - TRT 01ª Região *
0248800-57.1990.5.01.0007 - TRT 01ª Região *
0067500-55.1996.5.01.0007 - TRT 01ª Região *
0222200-86.1996.5.01.0007 - TRT 01ª Região *
0044600-58.2008.5.01.0007 - TRT 01ª Região *
0179300-51.1997.5.01.0008 - TRT 01ª Região *
0077600-56.2002.5.01.0008 - TRT 01ª Região *
0218700-16.1990.5.01.0009 - TRT 01ª Região *
0031200-20.1998.5.01.0009 - TRT 01ª Região *
0169900-39.1999.5.01.0009 - TRT 01ª Região *
0055900-11.2008.5.01.0009 - TRT 01ª Região *
0110100-82.1996.5.01.0010 - TRT 01ª Região *
0164700-19.1997.5.01.0010 - TRT 01ª Região *
0199700-12.1999.5.01.0010 - TRT 01ª Região *
0029600-31.1993.5.01.0011 - TRT 01ª Região *
0113000-69.1995.5.01.0011 - TRT 01ª Região *
0174200-28.2005.5.01.0011 - TRT 01ª Região *
0013500-10.2007.5.01.0011 - TRT 01ª Região *
0124100-96.1987.5.01.0012 - TRT 01ª Região *
0273200-86.1991.5.01.0012 - TRT 01ª Região *
0070300-41.1996.5.01.0012 - TRT 01ª Região *
0096400-18.2005.5.01.0012 - TRT 01ª Região *
0104200-63.2006.5.01.0012 - TRT 01ª Região *
0102200-54.1987.5.01.0013 - TRT 01ª Região *
0073300-27.1988.5.01.0013 - TRT 01ª Região *
0168300-20.1989.5.01.0013 - TRT 01ª Região *
0204800-85.1989.5.01.0013 - TRT 01ª Região *
0216900-38.1990.5.01.0013 - TRT 01ª Região *
0034300-44.1993.5.01.0013 - TRT 01ª Região *
0225400-83.1996.5.01.0013 - TRT 01ª Região *
0226400-21.1996.5.01.0013 - TRT 01ª Região *
0125200-34.1997.5.01.0013 - TRT 01ª Região *
0096500-14.1998.5.01.0013 - TRT 01ª Região *
0000700-51.2001.5.01.0013 - TRT 01ª Região *
0095600-26.2001.5.01.0013 - TRT 01ª Região *
0168200-11.2002.5.01.0013 - TRT 01ª Região *
0051800-40.2004.5.01.0013 - TRT 01ª Região *
0125400-60.2005.5.01.0013 - TRT 01ª Região *
0199300-85.1996.5.01.0015 - TRT 01ª Região *
0158500-05.2002.5.01.0015 - TRT 01ª Região *



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0208700-35.1987.5.01.0017 - TRT 01ª Região *

0079600-56.1989.5.01.0017 - TRT 01ª Região *

0025300-03.1996.5.01.0017 - TRT 01ª Região *

0023800-62.1997.5.01.0017 - TRT 01ª Região *

0077700-76.2005.5.01.0017 - TRT 01ª Região *

0046900-31.2006.5.01.0017 - TRT 01ª Região *

0022000-98.1994.5.01.0018 - TRT 01ª Região *

0015200-49.1997.5.01.0018 - TRT 01ª Região *

0162800-74.1997.5.01.0018 - TRT 01ª Região *

0032900-04.1998.5.01.0018 - TRT 01ª Região *

0209100-67.1992.5.01.0019 - TRT 01ª Região *

0049000-36.1995.5.01.0019 - TRT 01ª Região *

0027300-81.2007.5.01.0019 - TRT 01ª Região *

0131800-84.1996.5.01.0020 - TRT 01ª Região *

0101000-39.1997.5.01.0020 - TRT 01ª Região *

0156900-07.1997.5.01.0020 - TRT 01ª Região *

0031200-84.1998.5.01.0020 - TRT 01ª Região *

0128800-08.1998.5.01.0020 - TRT 01ª Região *

0155000-42.2004.5.01.0020 - TRT 01ª Região *

0078400-70.1987.5.01.0021 - TRT 01ª Região *

0164900-37.1990.5.01.0021 - TRT 01ª Região *

0182800-33.1990.5.01.0021 - TRT 01ª Região *

0035300-26.1991.5.01.0021 - TRT 01ª Região *

0002200-70.1997.5.01.0021 - TRT 01ª Região **

0015900-16.1997.5.01.0021 - TRT 01ª Região *

0019400-90.1997.5.01.0021 - TRT 01ª Região *

0149200-74.1997.5.01.0021 - TRT 01ª Região *

0174500-67.1999.5.01.0021 - TRT 01ª Região *

0069400-89.2000.5.01.0021 - TRT 01ª Região *

0137800-58.2000.5.01.0021 - TRT 01ª Região *

0089800-90.2001.5.01.0021 - TRT 01ª Região *

0039200-60.2004.5.01.0021 - TRT 01ª Região *

0058200-05.1988.5.01.0022 - TRT 01ª Região *

0074400-82.1991.5.01.0022 - TRT 01ª Região *

0015200-76.1993.5.01.0022 - TRT 01ª Região *

0197300-91.1996.5.01.0022 - TRT 01ª Região *

0197600-48.1999.5.01.0022 - TRT 01ª Região *

0087200-93.2001.5.01.0022 - TRT 01ª Região *

0159300-46.2001.5.01.0022 - TRT 01ª Região *

0128800-26.2003.5.01.0022 - TRT 01ª Região *

0125900-24.1990.5.01.0023 - TRT 01ª Região *

0014200-96.1997.5.01.0023 - TRT 01ª Região *

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0089100-50.1997.5.01.0023 - TRT 01ª Região *
0122900-69.1997.5.01.0023 - TRT 01ª Região *
0167900-24.1999.5.01.0023 - TRT 01ª Região *
0198800-87.1999.5.01.0023 - TRT 01ª Região *
0145000-13.2000.5.01.0023 - TRT 01ª Região *
0108200-49.2001.5.01.0023 - TRT 01ª Região *
0030800-51.2004.5.01.0023 - TRT 01ª Região *
0173600-80.1996.5.01.0024 - TRT 01ª Região *
0162500-21.2002.5.01.0024 - TRT 01ª Região *
0138600-18.1993.5.01.0026 - TRT 01ª Região *
0000500-63.2005.5.01.0026 - TRT 01ª Região *
0126500-69.2009.5.01.0026 - TRT 01ª Região *
0108500-72.1996.5.01.0027 - TRT 01ª Região *
0131200-42.1996.5.01.0027 - TRT 01ª Região *
0201000-26.1997.5.01.0027 - TRT 01ª Região *
0008800-21.1999.5.01.0027 - TRT 01ª Região *
0123400-79.2004.5.01.0027 - TRT 01ª Região *
0086300-56.2005.5.01.0027 - TRT 01ª Região *
0179400-92.1987.5.01.0028 - TRT 01ª Região *
0031500-32.1992.5.01.0028 - TRT 01ª Região *
0103600-48.1993.5.01.0028 - TRT 01ª Região *
0225800-18.1997.5.01.0028 - TRT 01ª Região *
0158200-16.1993.5.01.0029 - TRT 01ª Região *
0182700-44.1996.5.01.0029 - TRT 01ª Região *
0226300-18.1996.5.01.0029 - TRT 01ª Região *
0226500-25.1996.5.01.0029 - TRT 01ª Região *
0007900-03.1997.5.01.0029 - TRT 01ª Região *
0016000-44.1997.5.01.0029 - TRT 01ª Região *
0125700-52.1997.5.01.0029 - TRT 01ª Região *
0066300-73.1998.5.01.0029 - TRT 01ª Região *
0183700-40.2000.5.01.0029 - TRT 01ª Região *
0002600-84.2002.5.01.0029 - TRT 01ª Região *
0107300-14.2002.5.01.0029 - TRT 01ª Região *
0022200-47.2009.5.01.0029 - TRT 01ª Região *
0064800-28.1982.5.01.0030 - TRT 01ª Região *
0064300-68.1996.5.01.0030 - TRT 01ª Região *
0176000-49.1996.5.01.0030 - TRT 01ª Região *
0054800-41.1997.5.01.0030 - TRT 01ª Região *
0139700-54.1997.5.01.0030 - TRT 01ª Região *
0093600-70.1999.5.01.0030 - TRT 01ª Região *
0077400-51.2000.5.01.0030 - TRT 01ª Região *
0060800-81.2002.5.01.0030 - TRT 01ª Região *

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0064700-89.1990.5.01.0031 - TRT 01ª Região *
0099300-68.1992.5.01.0031 - TRT 01ª Região *
0091100-33.1996.5.01.0031 - TRT 01ª Região *
0203100-73.1996.5.01.0031 - TRT 01ª Região *
0154200-25.1997.5.01.0031 - TRT 01ª Região *
0026600-50.1999.5.01.0031 - TRT 01ª Região *
0199400-84.1999.5.01.0031 - TRT 01ª Região *
0124000-30.2000.5.01.0031 - TRT 01ª Região *
0158400-65.2003.5.01.0031 - TRT 01ª Região *
0171900-04.2003.5.01.0031 - TRT 01ª Região *
0077800-18.2007.5.01.0031 - TRT 01ª Região *
0143600-90.2007.5.01.0031 - TRT 01ª Região *
0067000-16.1993.5.01.0032 - TRT 01ª Região *
0168500-23.1996.5.01.0032 - TRT 01ª Região *
0137200-33.2002.5.01.0032 - TRT 01ª Região *
0018500-64.2003.5.01.0032 - TRT 01ª Região *
0118100-50.2006.5.01.0033 - TRT 01ª Região *
0236100-02.1989.5.01.0034 - TRT 01ª Região *
0065600-24.1994.5.01.0034 - TRT 01ª Região *
0085600-06.1998.5.01.0034 - TRT 01ª Região *
0044900-17.2000.5.01.0034 - TRT 01ª Região *
0149000-81.2004.5.01.0034 - TRT 01ª Região *
0198800-37.1988.5.01.0035 - TRT 01ª Região *
0077500-17.2002.5.01.0036 - TRT 01ª Região *
0132700-79.1997.5.01.0037 - TRT 01ª Região *
0148800-75.1998.5.01.0037 - TRT 01ª Região *
0176300-14.2001.5.01.0037 - TRT 01ª Região *
0072900-42.2005.5.01.0037 - TRT 01ª Região *
0081200-90.2005.5.01.0037 - TRT 01ª Região *
0042900-88.2007.5.01.0037 - TRT 01ª Região *
0135900-35.1990.5.01.0039 - TRT 01ª Região *
0178100-23.1991.5.01.0039 - TRT 01ª Região *
0138100-73.1994.5.01.0039 - TRT 01ª Região *
0033100-93.2008.5.01.0039 - TRT 01ª Região *
0108700-86.2009.5.01.0039 - TRT 01ª Região *
0000700-58.1987.5.01.0040 - TRT 01ª Região *
0164300-51.1993.5.01.0040 - TRT 01ª Região *
0090300-75.1996.5.01.0040 - TRT 01ª Região *
0225100-40.1996.5.01.0040 - TRT 01ª Região *
0269500-75.1992.5.01.0042 - TRT 01ª Região *
0217600-19.1993.5.01.0042 - TRT 01ª Região *
0098000-67.1994.5.01.0042 - TRT 01ª Região *

A handwritten signature in black ink, located in the bottom left corner of the page.

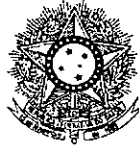
A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0006800-71.1997.5.01.0042 - TRT 01ª Região *
0072400-92.2004.5.01.0042 - TRT 01ª Região *
0116300-86.2008.5.01.0042 - TRT 01ª Região *
0197800-02.1993.5.01.0043 - TRT 01ª Região *
0121800-53.1996.5.01.0043 - TRT 01ª Região *
0217200-94.1996.5.01.0043 - TRT 01ª Região *
0184700-38.1997.5.01.0043 - TRT 01ª Região *
0061500-57.1998.5.01.0043 - TRT 01ª Região *
0131400-93.1999.5.01.0043 - TRT 01ª Região *
0092300-97.2000.5.01.0043 - TRT 01ª Região **
0169000-12.2003.5.01.0043 - TRT 01ª Região *
0121700-95.1996.5.01.0044 - TRT 01ª Região *
0187700-77.1996.5.01.0044 - TRT 01ª Região *
0002300-53.1997.5.01.0044 - TRT 01ª Região *
0069000-11.1997.5.01.0044 - TRT 01ª Região *
0083800-73.1999.5.01.0044 - TRT 01ª Região *
0182400-32.1999.5.01.0044 - TRT 01ª Região *
0203300-36.1999.5.01.0044 - TRT 01ª Região *
0177600-53.2002.5.01.0044 - TRT 01ª Região *
0016400-10.1997.5.01.0045 - TRT 01ª Região *
0190500-41.1997.5.01.0045 - TRT 01ª Região *
0046600-29.1999.5.01.0045 - TRT 01ª Região *
0084100-32.1999.5.01.0045 - TRT 01ª Região *
0129400-17.1999.5.01.0045 - TRT 01ª Região *
0161700-95.2000.5.01.0045 - TRT 01ª Região *
0059900-53.2002.5.01.0045 - TRT 01ª Região *
0074700-47.2006.5.01.0045 - TRT 01ª Região *
0017100-34.2007.5.01.0045 - TRT 01ª Região *
0155100-70.1991.5.01.0046 - TRT 01ª Região *
0032400-19.1996.5.01.0046 - TRT 01ª Região *
0195400-98.1996.5.01.0046 - TRT 01ª Região *
0004200-65.1997.5.01.0046 - TRT 01ª Região *
0115300-25.1997.5.01.0046 - TRT 01ª Região *
0159200-58.1997.5.01.0046 - TRT 01ª Região *
0226800-28.1999.5.01.0046 - TRT 01ª Região *
0094100-54.2000.5.01.0046 - TRT 01ª Região *
0078200-26.2003.5.01.0046 - TRT 01ª Região *
0002700-17.2004.5.01.0046 - TRT 01ª Região *
0209000-88.1993.5.01.0048 - TRT 01ª Região *
0173400-98.1996.5.01.0048 - TRT 01ª Região *
0063400-89.2000.5.01.0048 - TRT 01ª Região *
0187600-78.1994.5.01.0049 - TRT 01ª Região *

GAT

AF

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0088800-10.1997.5.01.0049 - TRT 01ª Região *
0202700-68.1997.5.01.0049 - TRT 01ª Região *
0056000-11.2006.5.01.0049 - TRT 01ª Região *
0136900-78.2006.5.01.0049 - TRT 01ª Região *
0016200-68.2009.5.01.0049 - TRT 01ª Região **
0012100-06.2005.5.01.0051 - TRT 01ª Região *
0201100-37.1996.5.01.0052 - TRT 01ª Região *
0001800-60.1997.5.01.0052 - TRT 01ª Região *
0057400-66.1997.5.01.0052 - TRT 01ª Região *
0028000-26.2005.5.01.0052 - TRT 01ª Região *
0102300-73.1993.5.01.0053 - TRT 01ª Região *
0226000-10.1998.5.01.0054 - TRT 01ª Região **
0038400-25.2007.5.01.0054 - TRT 01ª Região *
0089600-88.1995.5.01.0055 - TRT 01ª Região *
0193200-91.1996.5.01.0055 - TRT 01ª Região *
0201300-35.1996.5.01.0055 - TRT 01ª Região *
0001512-15.2011.5.01.0055 - TRT 01ª Região *
0174000-61.1997.5.01.0056 - TRT 01ª Região *
0100900-64.1997.5.01.0059 - TRT 01ª Região *
0081300-23.1998.5.01.0059 - TRT 01ª Região *
0066200-91.1999.5.01.0059 - TRT 01ª Região *
0038500-16.1994.5.01.0060 - TRT 01ª Região *
0225700-98.1996.5.01.0060 - TRT 01ª Região *
0008100-14.1997.5.01.0060 - TRT 01ª Região *
0204200-39.1997.5.01.0060 - TRT 01ª Região *
0020600-10.2000.5.01.0060 - TRT 01ª Região *
0033100-47.1996.5.01.0061 - TRT 01ª Região *
0027800-36.1998.5.01.0061 - TRT 01ª Região *
0156800-79.2004.5.01.0061 - TRT 01ª Região *
0000109-27.2010.5.01.0061 - TRT 01ª Região *
0050700-39.2000.5.01.0062 - TRT 01ª Região *
0090300-74.1994.5.01.0063 - TRT 01ª Região *
0034600-98.2003.5.01.0063 - TRT 01ª Região *
0103400-13.2005.5.01.0063 - TRT 01ª Região *
0161300-34.1994.5.01.0064 - TRT 01ª Região *
0204300-16.1996.5.01.0064 - TRT 01ª Região *
0186400-83.1997.5.01.0064 - TRT 01ª Região *
0014700-29.2003.5.01.0064 - TRT 01ª Região *
0111000-53.2003.5.01.0064 - TRT 01ª Região *
0137200-29.2005.5.01.0064 - TRT 01ª Região *
0099400-25.2009.5.01.0064 - TRT 01ª Região *
0015800-26.1997.5.01.0065 - TRT 01ª Região *

A handwritten signature in the bottom left corner, appearing to be 'G.A.'.

A handwritten signature in the bottom right corner, appearing to be 'A.O.'.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0028900-48.1997.5.01.0065 - TRT 01ª Região *
0193500-20.1996.5.01.0066 - TRT 01ª Região *
0059400-26.1999.5.01.0066 - TRT 01ª Região *
0038500-92.1994.5.01.0067 - TRT 01ª Região *
0154800-64.1999.5.01.0067 - TRT 01ª Região *
0091800-56.2000.5.01.0067 - TRT 01ª Região *
0111400-29.2001.5.01.0067 - TRT 01ª Região *
0129900-72.2003.5.01.0068 - TRT 01ª Região *
0151400-07.1997.5.01.0069 - TRT 01ª Região *
0134700-19.1998.5.01.0069 - TRT 01ª Região *
0216100-23.1996.5.01.0070 - TRT 01ª Região *
0223800-50.1996.5.01.0070 - TRT 01ª Região *
0012800-66.1998.5.01.0070 - TRT 01ª Região **
0070000-60.2000.5.01.0070 - TRT 01ª Região *
0066000-41.2005.5.01.0070 - TRT 01ª Região **
0144700-31.2005.5.01.0070 - TRT 01ª Região **
0164100-31.2005.5.01.0070 - TRT 01ª Região *
0058200-25.2006.5.01.0070 - TRT 01ª Região **
0168700-56.2009.5.01.0070 - TRT 01ª Região *
0000745-29.2011.5.01.0070 - TRT 01ª Região **
0094700-10.1994.5.01.0071 - TRT 01ª Região *
0202400-74.1996.5.01.0071 - TRT 01ª Região *
0017600-71.1997.5.01.0071 - TRT 01ª Região *
0181300-29.1997.5.01.0071 - TRT 01ª Região *
0195800-03.1997.5.01.0071 - TRT 01ª Região *
0121000-67.1998.5.01.0071 - TRT 01ª Região *
0201300-79.1999.5.01.0071 - TRT 01ª Região *
0083500-93.2000.5.01.0071 - TRT 01ª Região *
0109200-37.2001.5.01.0071 - TRT 01ª Região *
0218700-38.2001.5.01.0071 - TRT 01ª Região *
0065300-62.2005.5.01.0071 - TRT 01ª Região *
0220800-31.1999.5.01.0072 - TRT 01ª Região *
0055200-57.1996.5.01.0073 - TRT 01ª Região **
0214500-21.1997.5.01.0073 - TRT 01ª Região *
0233100-22.1999.5.01.0073 - TRT 01ª Região *
0032000-79.2000.5.01.0073 - TRT 01ª Região *
0045500-18.2000.5.01.0073 - TRT 01ª Região *
0173600-20.2002.5.01.0073 - TRT 01ª Região *
0057100-31.2003.5.01.0073 - TRT 01ª Região *
0103300-48.2007.5.01.0076 - TRT 01ª Região *
0058000-54.2007.5.01.0079 - TRT 01ª Região *
0167700-55.2005.5.01.0201 - TRT 01ª Região *

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0159700-15.2009.5.01.0205 - TRT 01ª Região *
0081500-30.2005.5.01.0206 - TRT 01ª Região *
0102100-04.2007.5.01.0206 - TRT 01ª Região *
0149100-68.2005.5.01.0206 - TRT 01ª Região *
0082500-67.1999.5.01.0241 - TRT 01ª Região *
0102200-19.2005.5.01.0241 - TRT 01ª Região *
0106800-65.1977.5.01.0241 - TRT 01ª Região *
0135700-28.1995.5.01.0241 - TRT 01ª Região *
0140800-17.2002.5.01.0241 - TRT 01ª Região *
0162500-06.1989.5.01.0241 - TRT 01ª Região *
0187100-66.2004.5.01.0241 - TRT 01ª Região *
0221000-56.1975.5.01.0241 - TRT 01ª Região *
0251700-09.1998.5.01.0241 - TRT 01ª Região *
0319800-50.1997.5.01.0241 - TRT 01ª Região *
0348900-45.2000.5.01.0241 - TRT 01ª Região *
0454200-30.1999.5.01.0241 - TRT 01ª Região *
0454400-37.1999.5.01.0241 - TRT 01ª Região *
0053600-37.2000.5.01.0242 - TRT 01ª Região *
0233600-95.2001.5.01.0242 - TRT 01ª Região *
0238500-60.1997.5.01.0243 - TRT 01ª Região *
0334900-34.2000.5.01.0243 - TRT 01ª Região *
0404500-79.1999.5.01.0243 - TRT 01ª Região *
0072700-69.2000.5.01.0244 - TRT 01ª Região *
0101100-30.1999.5.01.0244 - TRT 01ª Região *
0153400-90.2004.5.01.0244 - TRT 01ª Região *
0352700-04.2002.5.01.0244 - TRT 01ª Região *
0123400-02.2007.5.01.0245 - TRT 01ª Região *
0249400-81.2006.5.01.0245 - TRT 01ª Região *
0190700-72.2007.5.01.0247 - TRT 01ª Região *
0070300-46.1991.5.01.0261 - TRT 01ª Região *
0079000-64.1998.5.01.0261 - TRT 01ª Região *
0213300-70.1992.5.01.0261 - TRT 01ª Região *
0233000-56.1997.5.01.0261 - TRT 01ª Região *
0015400-66.1998.5.01.0262 - TRT 01ª Região *
0141700-05.2000.5.01.0262 - TRT 01ª Região *
0251500-89.2005.5.01.0262 - TRT 01ª Região *
0355100-29.2005.5.01.0262 - TRT 01ª Região **
0082800-94.1998.5.01.0263 - TRT 01ª Região *
0134000-96.2005.5.01.0263 - TRT 01ª Região *
0274400-44.1997.5.01.0263 - TRT 01ª Região *
0021800-73.1997.5.01.0281 - TRT 01ª Região *
0040200-04.1998.5.01.0281 - TRT 01ª Região *

A handwritten signature in the bottom left corner.

A handwritten signature in the bottom right corner.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0220300-22.1996.5.01.0281 - TRT 01ª Região *
0018100-86.1997.5.01.0282 - TRT 01ª Região *
0018300-93.1997.5.01.0282 - TRT 01ª Região *
0021700-18.1997.5.01.0282 - TRT 01ª Região *
0064100-76.1999.5.01.0282 - TRT 01ª Região *
0085700-27.1997.5.01.0282 - TRT 01ª Região *
0154700-07.2003.5.01.0282 - TRT 01ª Região *
0174100-12.2000.5.01.0282 - TRT 01ª Região *
0217200-80.2001.5.01.0282 - TRT 01ª Região *
0125800-64.1997.5.01.0301 - TRT 01ª Região *
0134700-70.1996.5.01.0301 - TRT 01ª Região *
0162700-94.2007.5.01.0301 - TRT 01ª Região *
0164400-23.1998.5.01.0301 - TRT 01ª Região *
0193900-66.2000.5.01.0301 - TRT 01ª Região *
0013500-54.2000.5.01.0302 - TRT 01ª Região *
0066800-67.1996.5.01.0302 - TRT 01ª Região *
0078100-84.2000.5.01.0302 - TRT 01ª Região *
0177300-06.1996.5.01.0302 - TRT 01ª Região *
0178100-34.1996.5.01.0302 - TRT 01ª Região *
0093600-73.2000.5.01.0341 - TRT 01ª Região *
0127100-43.1994.5.01.0341 - TRT 01ª Região *
0208900-83.2000.5.01.0341 - TRT 01ª Região *
0305100-94.1996.5.01.0341 - TRT 01ª Região *
0317900-52.1999.5.01.0341 - TRT 01ª Região *
0004700-19.1997.5.01.0342 - TRT 01ª Região *
0024600-80.2000.5.01.0342 - TRT 01ª Região *
0041600-98.1997.5.01.0342 - TRT 01ª Região *
0065200-12.2001.5.01.0342 - TRT 01ª Região *
0251700-94.1998.5.01.0342 - TRT 01ª Região *
0296000-10.1999.5.01.0342 - TRT 01ª Região *
0296300-69.1999.5.01.0342 - TRT 01ª Região *
0300100-13.1996.5.01.0342 - TRT 01ª Região *
0301200-03.1996.5.01.0342 - TRT 01ª Região *
0305600-60.1996.5.01.0342 - TRT 01ª Região *
0306400-83.1999.5.01.0342 - TRT 01ª Região *
0307000-07.1999.5.01.0342 - TRT 01ª Região *
0307600-33.1996.5.01.0342 - TRT 01ª Região *
0094200-16.1997.5.01.0401 - TRT 01ª Região *
0078800-95.1999.5.01.0431 - TRT 01ª Região *
0164000-60.2005.5.01.0431 - TRT 01ª Região *
0004100-74.2006.5.01.0441 - TRT 01ª Região *
0016400-78.2000.5.01.0441 - TRT 01ª Região *

A handwritten signature in the bottom left corner, appearing to be 'JA'.

A handwritten signature in the bottom right corner, appearing to be 'CNDT'.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0032000-13.1998.5.01.0441 - TRT 01ª Região *
0059800-79.1999.5.01.0441 - TRT 01ª Região *
0002200-07.1998.5.01.0451 - TRT 01ª Região *
0021900-85.2006.5.01.0451 - TRT 01ª Região *
0109700-64.2000.5.01.0451 - TRT 01ª Região *
0001400-50.1997.5.01.0471 - TRT 01ª Região *
0005000-79.1997.5.01.0471 - TRT 01ª Região *
0013500-37.1997.5.01.0471 - TRT 01ª Região *
0022700-97.1999.5.01.0471 - TRT 01ª Região *
0025200-34.2002.5.01.0471 - TRT 01ª Região *
0028300-65.2000.5.01.0471 - TRT 01ª Região *
0034200-34.1997.5.01.0471 - TRT 01ª Região *
0034600-14.1998.5.01.0471 - TRT 01ª Região *
0035500-94.1998.5.01.0471 - TRT 01ª Região *
0036400-09.2000.5.01.0471 - TRT 01ª Região *
0043200-24.1998.5.01.0471 - TRT 01ª Região *
0048600-87.1996.5.01.0471 - TRT 01ª Região *
0053800-36.2000.5.01.0471 - TRT 01ª Região *
0078200-85.1998.5.01.0471 - TRT 01ª Região *
0081400-66.1999.5.01.0471 - TRT 01ª Região *
0107000-94.1996.5.01.0471 - TRT 01ª Região *
0111600-85.2001.5.01.0471 - TRT 01ª Região *
0114200-55.1996.5.01.0471 - TRT 01ª Região *
0117000-41.2005.5.01.0471 - TRT 01ª Região *
0118500-16.2003.5.01.0471 - TRT 01ª Região *
0123800-03.1996.5.01.0471 - TRT 01ª Região *
0130600-47.1996.5.01.0471 - TRT 01ª Região *
0140200-87.1999.5.01.0471 - TRT 01ª Região *
0005300-06.2000.5.01.0481 - TRT 01ª Região *
0038000-35.2000.5.01.0481 - TRT 01ª Região *
0038100-87.2000.5.01.0481 - TRT 01ª Região *
0040800-36.2000.5.01.0481 - TRT 01ª Região *
0052400-93.1996.5.01.0481 - TRT 01ª Região *
0066500-14.2000.5.01.0481 - TRT 01ª Região *
0077400-90.1999.5.01.0481 - TRT 01ª Região *
0078000-14.1999.5.01.0481 - TRT 01ª Região *
0081200-29.1999.5.01.0481 - TRT 01ª Região *
0187100-35.1998.5.01.0481 - TRT 01ª Região *
0217000-63.1998.5.01.0481 - TRT 01ª Região *
0230400-13.1999.5.01.0481 - TRT 01ª Região *
0238400-36.1998.5.01.0481 - TRT 01ª Região *
0251600-76.1999.5.01.0481 - TRT 01ª Região *

A handwritten signature in the bottom left corner.

Two handwritten signatures in the bottom right corner.



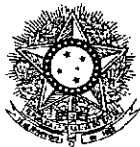
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0258800-32.2002.5.01.0481 - TRT 01ª Região *
 0006300-19.1998.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
 0011600-06.1991.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
 0014700-51.2000.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
 0053800-18.1997.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
 0057500-26.2002.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
 0067500-66.1994.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
 0069600-13.2002.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
 0072900-27.1995.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
 0082000-93.2001.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
 0120400-16.2000.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
 0126900-26.1985.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
 0135800-07.1999.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
 0136000-14.1999.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
 0154000-96.1998.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
 0155900-46.2000.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
 0158200-78.2000.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
 0161700-31.1995.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
 0183400-87.2000.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
 0189200-33.1999.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
 0192600-45.2005.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
 0225500-61.1999.5.01.0521 - TRT 01ª Região *
 0039500-53.2000.5.01.0541 - TRT 01ª Região *
 0102600-84.1997.5.01.0541 - TRT 01ª Região *
 0038200-47.2007.5.02.0003 - TRT 02ª Região **
 0302400-62.1996.5.02.0004 - TRT 02ª Região *
 0071900-55.2000.5.02.0004 - TRT 02ª Região *
 0243200-17.2002.5.02.0004 - TRT 02ª Região *
 0198200-55.1997.5.02.0008 - TRT 02ª Região *
 0151200-80.1993.5.02.0014 - TRT 02ª Região **
 0138000-30.1998.5.02.0014 - TRT 02ª Região **
 0110300-45.1999.5.02.0014 - TRT 02ª Região *
 0235000-03.2007.5.02.0018 - TRT 02ª Região **
 0002324-78.2010.5.02.0018 - TRT 02ª Região **
 0296900-33.1997.5.02.0019 - TRT 02ª Região **
 0013500-27.2005.5.02.0019 - TRT 02ª Região *
 0333800-41.1999.5.02.0020 - TRT 02ª Região *
 0092600-25.2005.5.02.0021 - TRT 02ª Região *
 0158300-11.2006.5.02.0021 - TRT 02ª Região *
 0292000-50.1992.5.02.0029 - TRT 02ª Região *
 0131100-36.2005.5.02.0030 - TRT 02ª Região *
 0189800-34.2007.5.02.0030 - TRT 02ª Região *



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0099700-27.2007.5.02.0032 - TRT 02ª Região **
 0078700-97.2000.5.02.0037 - TRT 02ª Região *
 0286200-14.1992.5.02.0038 - TRT 02ª Região *
 0155700-39.1992.5.02.0043 - TRT 02ª Região **
 0201400-07.1998.5.02.0050 - TRT 02ª Região *
 0218200-71.2002.5.02.0050 - TRT 02ª Região *
 0156600-70.2007.5.02.0051 - TRT 02ª Região *
 0254400-63.2005.5.02.0053 - TRT 02ª Região **
 0122400-14.1996.5.02.0054 - TRT 02ª Região **
 0196900-65.2007.5.02.0054 - TRT 02ª Região **
 0240000-70.2007.5.02.0054 - TRT 02ª Região *
 0234300-57.2000.5.02.0055 - TRT 02ª Região **
 0145500-65.2005.5.02.0059 - TRT 02ª Região *
 0126000-64.2006.5.02.0063 - TRT 02ª Região **
 0150100-49.2007.5.02.0063 - TRT 02ª Região **
 0002334-84.2010.5.02.0063 - TRT 02ª Região **
 0144000-65.2004.5.02.0069 - TRT 02ª Região *
 0002532-94.2010.5.02.0072 - TRT 02ª Região **
 0026100-27.1996.5.02.0074 - TRT 02ª Região **
 0209000-80.2007.5.02.0077 - TRT 02ª Região **
 0059200-45.2007.5.02.0087 - TRT 02ª Região **
 0069800-57.2009.5.02.0087 - TRT 02ª Região **
 0187100-71.2008.5.02.0088 - TRT 02ª Região **
 0105200-97.2007.5.02.0089 - TRT 02ª Região *
 0244400-53.2006.5.02.0090 - TRT 02ª Região **
 0195800-71.2004.5.02.0445 - TRT 02ª Região *
 0000154-57.2010.5.03.0002 - TRT 03ª Região *
 0020400-15.2003.5.03.0004 - TRT 03ª Região *
 0186700-23.2001.5.03.0008 - TRT 03ª Região *
 0142200-22.2008.5.03.0008 - TRT 03ª Região *
 0067800-36.2005.5.03.0010 - TRT 03ª Região *
 0078500-71.2005.5.03.0010 - TRT 03ª Região **
 0000707-80.2010.5.03.0010 - TRT 03ª Região **
 0072500-75.2007.5.03.0013 - TRT 03ª Região *
 0090800-53.2005.5.03.0014 - TRT 03ª Região *
 0073700-51.2006.5.03.0014 - TRT 03ª Região *
 0117100-18.2006.5.03.0014 - TRT 03ª Região *
 0031600-35.2007.5.03.0018 - TRT 03ª Região *
 0145500-93.2007.5.03.0018 - TRT 03ª Região *
 0000651-86.2011.5.03.0018 - TRT 03ª Região *
 0114400-49.2009.5.03.0019 - TRT 03ª Região *
 0126500-04.2007.5.03.0020 - TRT 03ª Região *



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0001200-29.2007.5.03.0021 - TRT 03ª Região *
0116300-97.2005.5.03.0022 - TRT 03ª Região *
0001526-78.2010.5.03.0022 - TRT 03ª Região *
0000381-50.2011.5.03.0022 - TRT 03ª Região *
0000860-43.2011.5.03.0022 - TRT 03ª Região *
0132100-57.2008.5.03.0024 - TRT 03ª Região *
0001572-61.2010.5.03.0024 - TRT 03ª Região *
0178500-12.2007.5.03.0042 - TRT 03ª Região *
0190000-50.1999.5.03.0044 - TRT 03ª Região *
0112300-68.2008.5.03.0048 - TRT 03ª Região *
0000424-40.2010.5.03.0048 - TRT 03ª Região *
0110500-33.2007.5.03.0050 - TRT 03ª Região **
0049600-28.2000.5.03.0051 - TRT 03ª Região *
0062300-20.2006.5.03.0053 - TRT 03ª Região *
0108200-10.2008.5.03.0068 - TRT 03ª Região *
0006000-57.2001.5.03.0071 - TRT 03ª Região *
0034000-86.2009.5.03.0071 - TRT 03ª Região **
0133700-29.2005.5.03.0086 - TRT 03ª Região *
0031600-20.2006.5.03.0099 - TRT 03ª Região *
0033900-47.2009.5.03.0099 - TRT 03ª Região *
0000657-29.2011.5.03.0104 - TRT 03ª Região *
0130900-88.2007.5.03.0108 - TRT 03ª Região *
0126800-75.2007.5.03.0113 - TRT 03ª Região *
0000165-10.2011.5.03.0113 - TRT 03ª Região *
0106300-48.2009.5.03.0135 - TRT 03ª Região *
0000493-02.2010.5.03.0136 - TRT 03ª Região *
0001068-10.2010.5.03.0136 - TRT 03ª Região *
0031200-55.2007.5.03.0136 - TRT 03ª Região *
0149000-98.2007.5.03.0138 - TRT 03ª Região *
0151600-89.2007.5.03.0139 - TRT 03ª Região *
0000398-39.2010.5.03.0146 - TRT 03ª Região *
0114400-47.2009.5.03.0149 - TRT 03ª Região **
0050900-48.2000.5.04.0002 - TRT 04ª Região *
0057800-71.2005.5.04.0002 - TRT 04ª Região *
0032600-93.2004.5.04.0003 - TRT 04ª Região *
0107200-85.2004.5.04.0003 - TRT 04ª Região *
0116800-25.2007.5.04.0004 - TRT 04ª Região *
0260000-80.1990.5.04.0006 - TRT 04ª Região *
0037900-90.2005.5.04.0006 - TRT 04ª Região *
0113200-87.2007.5.04.0006 - TRT 04ª Região *
0131200-69.2006.5.04.0007 - TRT 04ª Região *
0121600-86.2004.5.04.0009 - TRT 04ª Região *

A handwritten signature in the bottom left corner, appearing to be 'J.A.'.

Handwritten initials in the bottom right corner, possibly 'LW' and 'BWO'.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0124200-46.2005.5.04.0009 - TRT 04ª Região *

0063200-54.1996.5.04.0011 - TRT 04ª Região *

0059500-36.1997.5.04.0011 - TRT 04ª Região *

0108300-95.1997.5.04.0011 - TRT 04ª Região *

0000777-67.2010.5.04.0011 - TRT 04ª Região *

0135800-65.1999.5.04.0012 - TRT 04ª Região *

0052600-92.2001.5.04.0012 - TRT 04ª Região *

0003600-79.2008.5.04.0012 - TRT 04ª Região *

0037400-66.2006.5.04.0013 - TRT 04ª Região *

0000667-53.2010.5.04.0016 - TRT 04ª Região *

0064200-94.1998.5.04.0019 - TRT 04ª Região *

0004000-43.2006.5.04.0019 - TRT 04ª Região *

0019600-70.2007.5.04.0019 - TRT 04ª Região *

0107300-81.2007.5.04.0020 - TRT 04ª Região *

0052800-59.2007.5.04.0022 - TRT 04ª Região *

0062400-32.2006.5.04.0025 - TRT 04ª Região *

0062500-49.2004.5.04.0027 - TRT 04ª Região *

0113600-35.2007.5.04.0028 - TRT 04ª Região *

0000201-35.2010.5.04.0121 - TRT 04ª Região *

0124700-67.2009.5.04.0302 - TRT 04ª Região *

0088400-08.2006.5.04.0304 - TRT 04ª Região **

0120200-80.2008.5.04.0305 - TRT 04ª Região *

0000445-50.2010.5.04.0351 - TRT 04ª Região *

0058200-75.2007.5.04.0403 - TRT 04ª Região *

0071000-04.2008.5.04.0403 - TRT 04ª Região *

0002600-18.2000.5.04.0661 - TRT 04ª Região *

0075000-31.2005.5.04.0701 - TRT 04ª Região *

0104800-85.1997.5.04.0701 - TRT 04ª Região *

0014300-72.1998.5.05.0001 - TRT 05ª Região *

0097700-42.2002.5.05.0001 - TRT 05ª Região *

0057900-24.1990.5.05.0002 - TRT 05ª Região *

0032200-16.2008.5.05.0002 - TRT 05ª Região *

0108300-79.2003.5.05.0004 - TRT 05ª Região *

0134100-96.2009.5.05.0005 - TRT 05ª Região *

0262900-23.2001.5.05.0006 - TRT 05ª Região *

0001000-13.2007.5.05.0006 - TRT 05ª Região *

0286400-46.2000.5.05.0009 - TRT 05ª Região **

0037700-81.2004.5.05.0009 - TRT 05ª Região *

0127100-32.2006.5.05.0011 - TRT 05ª Região *

0271800-16.1997.5.05.0012 - TRT 05ª Região *

0085500-33.2003.5.05.0012 - TRT 05ª Região *

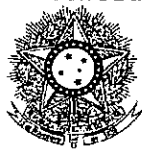
0001700-39.2005.5.05.0012 - TRT 05ª Região *

GA

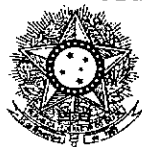
JA *AO*

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0035000-46.2006.5.05.0015 - TRT 05ª Região *
0120700-21.2005.5.05.0016 - TRT 05ª Região *
0073600-65.2008.5.05.0016 - TRT 05ª Região *
0186900-19.1996.5.05.0018 - TRT 05ª Região *
0080500-55.2008.5.05.0019 - TRT 05ª Região *
0190500-34.1999.5.05.0021 - TRT 05ª Região *
0039500-50.2000.5.05.0021 - TRT 05ª Região *
0090800-40.2003.5.05.0023 - TRT 05ª Região *
0021100-83.1994.5.05.0025 - TRT 05ª Região *
0053400-46.2004.5.05.0026 - TRT 05ª Região *
0088100-69.2009.5.05.0027 - TRT 05ª Região *
0059400-67.2006.5.05.0034 - TRT 05ª Região **
0169900-06.2006.5.05.0034 - TRT 05ª Região *
0124400-11.2006.5.05.0035 - TRT 05ª Região *
0011900-28.2008.5.05.0036 - TRT 05ª Região *
0051700-26.2009.5.05.0037 - TRT 05ª Região *
0180900-88.2006.5.05.0038 - TRT 05ª Região *
0091900-26.2005.5.05.0131 - TRT 05ª Região *
0196300-42.1992.5.05.0133 - TRT 05ª Região *
0017000-18.2007.5.05.0191 - TRT 05ª Região *
0019500-51.2007.5.05.0193 - TRT 05ª Região *
0032100-87.1992.5.05.0401 - TRT 05ª Região **
0072700-91.1997.5.05.0461 - TRT 05ª Região *
0064700-08.2005.5.05.0531 - TRT 05ª Região *
0123200-33.2006.5.05.0531 - TRT 05ª Região *
0170900-31.1997.5.06.0001 - TRT 06ª Região *
0095800-36.1998.5.06.0001 - TRT 06ª Região *
0145100-30.1999.5.06.0001 - TRT 06ª Região *
0076000-07.2007.5.06.0001 - TRT 06ª Região *
0013200-66.2009.5.06.0002 - TRT 06ª Região *
0115600-15.1996.5.06.0003 - TRT 06ª Região *
0144500-08.1996.5.06.0003 - TRT 06ª Região *
0189600-83.1996.5.06.0003 - TRT 06ª Região *
0063000-75.2000.5.06.0003 - TRT 06ª Região *
0103900-85.2009.5.06.0003 - TRT 06ª Região *
0002700-03.2007.5.06.0004 - TRT 06ª Região *
0152400-27.1996.5.06.0008 - TRT 06ª Região *
9418400-56.2002.5.06.0008 - TRT 06ª Região *
0026200-23.2006.5.06.0008 - TRT 06ª Região *
0091300-22.2006.5.06.0008 - TRT 06ª Região *
0138300-87.1998.5.06.0011 - TRT 06ª Região *
0128400-94.2009.5.06.0011 - TRT 06ª Região *

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0019600-62.1992.5.06.0012 - TRT 06ª Região *
0055100-13.1997.5.06.0014 - TRT 06ª Região *
0019600-70.2003.5.06.0014 - TRT 06ª Região *
0108000-51.2003.5.06.0017 - TRT 06ª Região *
0142500-33.2009.5.06.0018 - TRT 06ª Região **
0029100-66.2008.5.06.0021 - TRT 06ª Região *
0041500-66.2008.5.06.0101 - TRT 06ª Região *
0137100-14.2003.5.06.0191 - TRT 06ª Região *
4000100-45.1999.5.06.0351 - TRT 06ª Região *
0205600-10.2001.5.09.0001 - TRT 09ª Região *
0268800-49.2005.5.09.0001 - TRT 09ª Região *
1918900-39.2005.5.09.0001 - TRT 09ª Região *
0930100-55.2008.5.09.0001 - TRT 09ª Região *
1930500-59.2002.5.09.0002 - TRT 09ª Região *
1538700-86.2003.5.09.0002 - TRT 09ª Região *
1198300-69.2004.5.09.0002 - TRT 09ª Região *
1510300-91.2005.5.09.0002 - TRT 09ª Região *
2062900-32.2005.5.09.0002 - TRT 09ª Região *
0692200-87.2006.5.09.0002 - TRT 09ª Região *
0980200-79.2006.5.09.0002 - TRT 09ª Região *
9954900-59.2006.5.09.0002 - TRT 09ª Região *
2305500-23.2001.5.09.0003 - TRT 09ª Região *
1462700-08.2004.5.09.0003 - TRT 09ª Região *
7801200-31.2005.5.09.0003 - TRT 09ª Região *
0187400-29.1990.5.09.0004 - TRT 09ª Região *
0425200-53.2003.5.09.0004 - TRT 09ª Região *
9950800-89.2005.5.09.0004 - TRT 09ª Região *
1895700-57.2006.5.09.0004 - TRT 09ª Região *
1842500-11.2001.5.09.0005 - TRT 09ª Região *
1399200-30.2002.5.09.0005 - TRT 09ª Região *
1724700-88.2003.5.09.0005 - TRT 09ª Região *
0336900-44.2005.5.09.0005 - TRT 09ª Região *
1683100-19.2005.5.09.0005 - TRT 09ª Região *
0508500-02.2006.5.09.0005 - TRT 09ª Região *
2095400-11.2006.5.09.0005 - TRT 09ª Região *
1011700-30.2001.5.09.0006 - TRT 09ª Região *
1915000-72.2001.5.09.0006 - TRT 09ª Região *
0044000-28.2002.5.09.0006 - TRT 09ª Região *
0959600-64.2002.5.09.0006 - TRT 09ª Região *
0438200-80.2004.5.09.0006 - TRT 09ª Região *
3751200-18.2007.5.09.0006 - TRT 09ª Região *
1072300-14.2001.5.09.0007 - TRT 09ª Região *



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0069200-34.2002.5.09.0007 - TRT 09ª Região *
0354201-03.2002.5.09.0007 - TRT 09ª Região *
1910300-16.2002.5.09.0007 - TRT 09ª Região *
2130600-15.2002.5.09.0007 - TRT 09ª Região *
9952701-83.2005.5.09.0007 - TRT 09ª Região **
0561800-84.1994.5.09.0008 - TRT 09ª Região *
0618400-81.2001.5.09.0008 - TRT 09ª Região *
1147600-76.2001.5.09.0008 - TRT 09ª Região *
1409400-24.2001.5.09.0008 - TRT 09ª Região *
1619700-61.2001.5.09.0008 - TRT 09ª Região *
0301600-17.2002.5.09.0008 - TRT 09ª Região *
0856900-04.2002.5.09.0008 - TRT 09ª Região *
1762300-37.2003.5.09.0008 - TRT 09ª Região *
1795800-94.2003.5.09.0008 - TRT 09ª Região *
2107600-12.2004.5.09.0008 - TRT 09ª Região *
1162900-39.2005.5.09.0008 - TRT 09ª Região *
1331300-16.2005.5.09.0008 - TRT 09ª Região *
0036900-74.2006.5.09.0008 - TRT 09ª Região *
2098100-21.2001.5.09.0009 - TRT 09ª Região *
1425500-72.2006.5.09.0010 - TRT 09ª Região *
0505300-57.1992.5.09.0011 - TRT 09ª Região *
1048900-75.2009.5.09.0011 - TRT 09ª Região *
1138300-44.2002.5.09.0012 - TRT 09ª Região *
1493200-93.2005.5.09.0012 - TRT 09ª Região *
2235200-96.2007.5.09.0012 - TRT 09ª Região *
0455200-77.2001.5.09.0013 - TRT 09ª Região *
0234500-30.2002.5.09.0013 - TRT 09ª Região *
1190900-05.2003.5.09.0013 - TRT 09ª Região *
1932000-59.2004.5.09.0013 - TRT 09ª Região *
9951600-90.2005.5.09.0013 - TRT 09ª Região *
0674500-38.2001.5.09.0014 - TRT 09ª Região *
2302900-93.2001.5.09.0014 - TRT 09ª Região *
0116400-16.2002.5.09.0014 - TRT 09ª Região *
0395200-40.2003.5.09.0014 - TRT 09ª Região *
2021600-25.2003.5.09.0014 - TRT 09ª Região *
2064100-09.2003.5.09.0014 - TRT 09ª Região *
9951500-35.2005.5.09.0014 - TRT 09ª Região *
9952300-29.2006.5.09.0014 - TRT 09ª Região *
0796500-37.2001.5.09.0015 - TRT 09ª Região *
0334400-77.2002.5.09.0015 - TRT 09ª Região *
1557500-60.2002.5.09.0015 - TRT 09ª Região *
2160800-78.2002.5.09.0015 - TRT 09ª Região *

A handwritten signature in the bottom left corner of the page.

Two handwritten signatures in the bottom right corner of the page.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

1648800-69.2003.5.09.0015 - TRT 09ª Região *

0492700-69.2004.5.09.0015 - TRT 09ª Região *

0500100-37.2004.5.09.0015 - TRT 09ª Região *

0500200-89.2004.5.09.0015 - TRT 09ª Região *

1580000-81.2006.5.09.0015 - TRT 09ª Região *

2099200-80.2007.5.09.0015 - TRT 09ª Região *

3730400-39.2007.5.09.0015 - TRT 09ª Região *

0552500-86.2008.5.09.0015 - TRT 09ª Região *

0922100-94.2003.5.09.0016 - TRT 09ª Região *

9951700-02.2006.5.09.0016 - TRT 09ª Região **

0049100-28.2002.5.09.0017 - TRT 09ª Região *

0095700-10.2002.5.09.0017 - TRT 09ª Região *

0015300-72.2003.5.09.0017 - TRT 09ª Região *

0384300-54.2001.5.09.0018 - TRT 09ª Região *

0475000-76.2001.5.09.0018 - TRT 09ª Região *

0179300-86.2003.5.09.0018 - TRT 09ª Região *

0333700-58.2003.5.09.0018 - TRT 09ª Região *

0424200-41.2001.5.09.0019 - TRT 09ª Região *

0400400-47.2002.5.09.0019 - TRT 09ª Região *

0438100-23.2003.5.09.0019 - TRT 09ª Região *

0122600-19.2005.5.09.0019 - TRT 09ª Região *

0167600-42.2005.5.09.0019 - TRT 09ª Região *

0280200-35.2007.5.09.0019 - TRT 09ª Região *

0898900-10.2007.5.09.0019 - TRT 09ª Região *

0419600-08.2000.5.09.0020 - TRT 09ª Região *

0366000-59.2006.5.09.0021 - TRT 09ª Região *

0119200-43.2009.5.09.0023 - TRT 09ª Região *

0081300-33.2003.5.09.0024 - TRT 09ª Região *

0222700-59.2008.5.09.0024 - TRT 09ª Região *

0436100-59.2008.5.09.0024 - TRT 09ª Região *

9951400-04.2006.5.09.0028 - TRT 09ª Região **

0389500-65.2008.5.09.0028 - TRT 09ª Região *

0628700-61.2009.5.09.0028 - TRT 09ª Região *

1268601-23.2005.5.09.0029 - TRT 09ª Região *

0021100-49.2008.5.09.0068 - TRT 09ª Região *

0095700-15.1997.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

0102300-52.1997.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

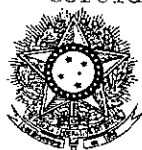
0044200-65.2001.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

0066600-73.2001.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

0048600-88.2002.5.09.0072 - TRT 09ª Região **

0029000-76.2005.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

0033300-81.2005.5.09.0072 - TRT 09ª Região *



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0089300-04.2005.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

9952300-83.2005.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

9956700-43.2005.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

9958600-61.2005.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

9958800-68.2005.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

9959200-82.2005.5.09.0072 - TRT 09ª Região **

9962101-23.2005.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

0153700-85.2009.5.09.0072 - TRT 09ª Região *

0032300-14.2003.5.09.0073 - TRT 09ª Região *

0035200-91.2008.5.09.0073 - TRT 09ª Região *

0024000-88.1998.5.09.0089 - TRT 09ª Região *

0122200-96.1999.5.09.0089 - TRT 09ª Região *

0079200-75.2001.5.09.0089 - TRT 09ª Região *

0014200-94.2002.5.09.0089 - TRT 09ª Região *

0045100-60.2002.5.09.0089 - TRT 09ª Região *

0006300-26.2003.5.09.0089 - TRT 09ª Região *

0209500-47.2009.5.09.0089 - TRT 09ª Região *

0069100-18.2002.5.09.0092 - TRT 09ª Região *

0079100-09.2004.5.09.0092 - TRT 09ª Região *

0012400-17.2005.5.09.0092 - TRT 09ª Região *

0001340-71.2010.5.09.0092 - TRT 09ª Região *

0202400-20.1995.5.09.0093 - TRT 09ª Região *

0119900-86.1998.5.09.0093 - TRT 09ª Região *

0067800-52.2001.5.09.0093 - TRT 09ª Região *

0041800-78.2002.5.09.0093 - TRT 09ª Região *

0013800-63.2005.5.09.0093 - TRT 09ª Região *

0044400-33.2006.5.09.0093 - TRT 09ª Região *

0132300-83.2008.5.09.0093 - TRT 09ª Região *

0123100-64.1999.5.09.0094 - TRT 09ª Região *

0066600-02.2004.5.09.0094 - TRT 09ª Região *

0110100-79.2008.5.09.0094 - TRT 09ª Região *

0106700-23.2009.5.09.0094 - TRT 09ª Região *

0059100-81.2001.5.09.0095 - TRT 09ª Região *

0000500-96.2003.5.09.0095 - TRT 09ª Região *

0338200-91.2007.5.09.0095 - TRT 09ª Região **

0229100-70.2008.5.09.0095 - TRT 09ª Região *

0007200-85.2003.5.09.0096 - TRT 09ª Região *

0637600-17.2009.5.09.0195 - TRT 09ª Região *

0186100-35.2006.5.09.0242 - TRT 09ª Região *

0327100-23.2006.5.09.0242 - TRT 09ª Região *

0221000-30.2009.5.09.0245 - TRT 09ª Região *

9953400-25.2006.5.09.0303 - TRT 09ª Região **



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0018200-20.2002.5.09.0322 - TRT 09ª Região *
0116200-55.2002.5.09.0322 - TRT 09ª Região *
0091500-45.2009.5.09.0459 - TRT 09ª Região *
0111200-46.2005.5.09.0459 - TRT 09ª Região *
0007000-25.2002.5.09.0513 - TRT 09ª Região *
0202300-22.2002.5.09.0513 - TRT 09ª Região *
0456700-36.2001.5.09.0513 - TRT 09ª Região *
0577300-42.2008.5.09.0513 - TRT 09ª Região *
0633100-36.2000.5.09.0513 - TRT 09ª Região *
0691400-25.1999.5.09.0513 - TRT 09ª Região *
0892500-16.2008.5.09.0513 - TRT 09ª Região *
0016100-07.2009.5.09.0562 - TRT 09ª Região *
0086000-04.2005.5.09.0567 - TRT 09ª Região *
0113400-90.2005.5.09.0567 - TRT 09ª Região *
0088300-45.2006.5.09.0585 - TRT 09ª Região *
0326900-69.2009.5.09.0643 - TRT 09ª Região *
0693200-91.2001.5.09.0651 - TRT 09ª Região *
1448200-30.2004.5.09.0651 - TRT 09ª Região *
1900500-69.2002.5.09.0651 - TRT 09ª Região *
0236200-40.1997.5.09.0652 - TRT 09ª Região *
0813000-08.2004.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1018200-70.2008.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1352700-89.2008.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1364400-62.2008.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1364500-17.2008.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1364600-69.2008.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1364700-24.2008.5.09.0652 - TRT 09ª Região *
1428000-57.2008.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1428100-12.2008.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1428200-64.2008.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1489000-58.2008.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1529400-61.2001.5.09.0652 - TRT 09ª Região *
1588300-61.2006.5.09.0652 - TRT 09ª Região *
1757100-18.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1757200-70.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1757300-25.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1757400-77.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1757500-32.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1757600-84.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1757700-39.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1757800-91.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1757900-46.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **

A handwritten signature in black ink, located in the bottom left corner of the page.

Handwritten initials or a signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

1758000-98.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1758100-53.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1758200-08.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1758300-60.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1758400-15.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1758500-67.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1758600-22.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1758700-74.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1758900-81.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1759000-36.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1759100-88.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1759200-43.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1759300-95.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1759400-50.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1759500-05.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1759600-57.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1759700-12.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1759800-64.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1759900-19.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1760000-71.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1760100-26.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1760200-78.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1760300-33.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1760400-85.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1760500-40.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1760600-92.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1760700-47.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1760800-02.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1760900-54.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1761000-09.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1761100-61.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1761200-16.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1761300-68.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1761400-23.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1761500-75.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1761600-30.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1761700-82.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1761800-37.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1761900-89.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1762000-44.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1762100-96.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1762200-51.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **

JA

CA
BO.



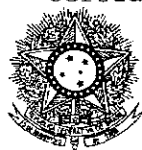
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

1762300-06.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1762400-58.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1762500-13.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1762600-65.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1762700-20.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1762800-72.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1762900-27.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1763000-79.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1763100-34.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1763200-86.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1763300-41.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1763400-93.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1763500-48.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1763800-10.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1763900-62.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1764000-17.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1764100-69.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1764200-24.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1833400-21.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1833500-73.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1833600-28.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1833800-35.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1834000-42.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1835000-77.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1835200-84.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1835300-39.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1835500-46.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1835700-53.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1835900-60.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1875200-29.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1875300-81.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1875600-43.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1875700-95.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1875900-05.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1876000-57.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1876100-12.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
1998000-64.2004.5.09.0652 - TRT 09ª Região *
2140400-96.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
2245800-02.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
2245900-54.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
2246100-61.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
2246200-16.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **

A handwritten signature in black ink, located in the bottom left corner of the page.

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right area of the page.

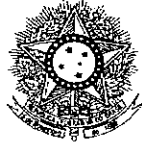
A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

2246700-82.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
2339700-39.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
2381700-54.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
2381900-61.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
2382000-16.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
2467700-57.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
2670100-60.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
2791000-72.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
2823300-87.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região *
2823600-49.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
2823700-04.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região *
3033000-06.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
3237300-27.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
3404600-14.2007.5.09.0652 - TRT 09ª Região **
0012800-65.2003.5.09.0653 - TRT 09ª Região *
0019400-49.1996.5.09.0653 - TRT 09ª Região *
0023100-86.2003.5.09.0653 - TRT 09ª Região *
0142100-07.2008.5.09.0653 - TRT 09ª Região *
0083600-52.2002.5.09.0654 - TRT 09ª Região *
9958100-92.2005.5.09.0654 - TRT 09ª Região *
0004800-67.2003.5.09.0656 - TRT 09ª Região *
0239500-79.2003.5.09.0658 - TRT 09ª Região *
0055700-16.2001.5.09.0659 - TRT 09ª Região *
9951100-86.2006.5.09.0660 - TRT 09ª Região *
0059000-67.2007.5.09.0661 - TRT 09ª Região *
0650500-60.2007.5.09.0661 - TRT 09ª Região *
0122800-76.2001.5.09.0662 - TRT 09ª Região *
0253800-29.2006.5.09.0662 - TRT 09ª Região *
0261400-33.2008.5.09.0662 - TRT 09ª Região *
0347000-27.2005.5.09.0662 - TRT 09ª Região *
0392000-55.2002.5.09.0662 - TRT 09ª Região *
0189900-45.2001.5.09.0663 - TRT 09ª Região *
0403400-34.2000.5.09.0663 - TRT 09ª Região *
0508500-51.1995.5.09.0663 - TRT 09ª Região *
0622300-86.1997.5.09.0663 - TRT 09ª Região *
0068000-58.2002.5.09.0664 - TRT 09ª Região *
0424100-91.2001.5.09.0664 - TRT 09ª Região *
0021900-42.2002.5.09.0665 - TRT 09ª Região *
0025200-12.2002.5.09.0665 - TRT 09ª Região *
0025500-71.2002.5.09.0665 - TRT 09ª Região *
0028700-86.2002.5.09.0665 - TRT 09ª Região *
0031400-64.2004.5.09.0665 - TRT 09ª Região *

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0037300-33.2001.5.09.0665 - TRT 09ª Região *
7800600-61.2005.5.09.0665 - TRT 09ª Região *
0012700-08.2002.5.09.0666 - TRT 09ª Região *
0020200-62.2001.5.09.0666 - TRT 09ª Região *
0037300-30.2001.5.09.0666 - TRT 09ª Região *
0007300-02.2005.5.09.0668 - TRT 09ª Região *
0010000-82.2004.5.09.0668 - TRT 09ª Região *
0010300-68.2009.5.09.0668 - TRT 09ª Região *
0021900-62.2004.5.09.0668 - TRT 09ª Região *
0023500-84.2005.5.09.0668 - TRT 09ª Região *
0032000-81.2001.5.09.0668 - TRT 09ª Região *
0032400-27.2003.5.09.0668 - TRT 09ª Região *
0030000-71.2002.5.09.0669 - TRT 09ª Região *
0106900-03.1999.5.09.0669 - TRT 09ª Região *
0046800-81.1996.5.09.0671 - TRT 09ª Região **
0049000-80.2004.5.09.0671 - TRT 09ª Região *
0009400-20.2002.5.09.0672 - TRT 09ª Região *
0851700-26.2009.5.09.0863 - TRT 09ª Região *
0343700-72.2006.5.09.0872 - TRT 09ª Região *
0425400-39.2008.5.09.0892 - TRT 09ª Região *
0000594-25.2010.5.10.0013 - TRT 10ª Região *
0000817-51.2010.5.10.0021 - TRT 10ª Região *
0507700-56.2007.5.12.0004 - TRT 12ª Região *
0002662-78.2011.5.12.0005 - TRT 12ª Região *
0002872-60.2010.5.12.0007 - TRT 12ª Região *
0341100-44.2009.5.12.0014 - TRT 12ª Região *
0195800-89.2002.5.12.0016 - TRT 12ª Região **
0055100-19.2009.5.12.0016 - TRT 12ª Região **
0203400-48.2008.5.12.0018 - TRT 12ª Região *
0132700-13.2009.5.12.0018 - TRT 12ª Região *
0110100-29.2008.5.12.0019 - TRT 12ª Região *
0829700-71.2008.5.12.0026 - TRT 12ª Região *
0238900-20.2009.5.12.0026 - TRT 12ª Região *
0447600-29.2008.5.12.0028 - TRT 12ª Região *
0299900-19.2003.5.12.0030 - TRT 12ª Região *
0536100-65.2008.5.12.0030 - TRT 12ª Região *
0015800-46.2002.5.12.0032 - TRT 12ª Região *
0169900-46.2008.5.12.0032 - TRT 12ª Região *
0360700-35.2002.5.12.0034 - TRT 12ª Região *
0225500-24.2000.5.12.0035 - TRT 12ª Região *
0011400-43.2003.5.12.0035 - TRT 12ª Região *
0703500-26.2007.5.12.0035 - TRT 12ª Região *



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0602600-98.2008.5.12.0035 - TRT 12ª Região *

0002080-22.2010.5.12.0035 - TRT 12ª Região *

0003881-70.2010.5.12.0035 - TRT 12ª Região *

0002733-87.2011.5.12.0035 - TRT 12ª Região *

0363600-82.2002.5.12.0036 - TRT 12ª Região *

0844800-41.2005.5.12.0036 - TRT 12ª Região *

0072700-90.2009.5.12.0036 - TRT 12ª Região *

0006028-66.2010.5.12.0036 - TRT 12ª Região *

0501600-43.2008.5.12.0039 - TRT 12ª Região *

0503900-41.2009.5.12.0039 - TRT 12ª Região *

0001754-44.2010.5.12.0041 - TRT 12ª Região *

0004300-22.2008.5.12.0048 - TRT 12ª Região *

0341000-03.2008.5.12.0054 - TRT 12ª Região *

0236700-10.2004.5.15.0001 - TRT 15ª Região *

0179100-26.2007.5.15.0001 - TRT 15ª Região **

0219900-68.1999.5.15.0004 - TRT 15ª Região *

0029300-56.2000.5.15.0004 - TRT 15ª Região **

0164800-50.2007.5.15.0004 - TRT 15ª Região *

0130100-14.2008.5.15.0004 - TRT 15ª Região **

0128600-45.2001.5.15.0007 - TRT 15ª Região *

0028500-26.2008.5.15.0011 - TRT 15ª Região **

0124200-61.2001.5.15.0015 - TRT 15ª Região *

0115300-55.2007.5.15.0023 - TRT 15ª Região *

0094300-21.2006.5.15.0027 - TRT 15ª Região *

0012700-35.2007.5.15.0029 - TRT 15ª Região **

0173800-69.2002.5.15.0030 - TRT 15ª Região *

0125300-97.2001.5.15.0032 - TRT 15ª Região *

0040100-51.2003.5.15.0033 - TRT 15ª Região *

0058700-81.2007.5.15.0033 - TRT 15ª Região *

0079600-05.2009.5.15.0037 - TRT 15ª Região **

0100800-02.2008.5.15.0038 - TRT 15ª Região *

0128500-77.2004.5.15.0042 - TRT 15ª Região **

0058400-21.2009.5.15.0043 - TRT 15ª Região *

0054600-79.2009.5.15.0044 - TRT 15ª Região *

0118000-32.2007.5.15.0046 - TRT 15ª Região *

0185500-63.2008.5.15.0052 - TRT 15ª Região *

0058500-92.2004.5.15.0061 - TRT 15ª Região *

0128600-92.2006.5.15.0064 - TRT 15ª Região *

0158500-17.2006.5.15.0066 - TRT 15ª Região *

0111600-39.2007.5.15.0066 - TRT 15ª Região *

0178700-74.2008.5.15.0066 - TRT 15ª Região *

0043800-25.2006.5.15.0067 - TRT 15ª Região *



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0055900-72.2007.5.15.0068 - TRT 15ª Região *

0001000-03.2007.5.15.0081 - TRT 15ª Região *

0138700-12.2007.5.15.0084 - TRT 15ª Região **

0105600-57.2007.5.15.0087 - TRT 15ª Região *

0034600-58.2007.5.15.0099 - TRT 15ª Região *

0118500-59.2009.5.15.0101 - TRT 15ª Região *

0035200-14.2000.5.15.0103 - TRT 15ª Região *

0219800-83.2008.5.15.0106 - TRT 15ª Região *

0159400-07.2002.5.15.0109 - TRT 15ª Região **

0075500-87.2006.5.15.0109 - TRT 15ª Região **

0085600-52.2007.5.15.0114 - TRT 15ª Região *

0083700-63.2000.5.15.0119 - TRT 15ª Região *

0157000-39.2006.5.15.0122 - TRT 15ª Região *

0370400-52.2005.5.15.0129 - TRT 15ª Região *

0236900-66.2005.5.15.0135 - TRT 15ª Região **

0081200-26.2007.5.15.0136 - TRT 15ª Região *

0224300-70.2006.5.15.0137 - TRT 15ª Região *

0141400-35.2008.5.15.0145 - TRT 15ª Região *

0299600-48.2005.5.15.0145 - TRT 15ª Região *

0005600-03.2006.5.15.0146 - TRT 15ª Região *

0110100-37.2008.5.15.0151 - TRT 15ª Região *

0238100-20.2006.5.15.0153 - TRT 15ª Região *

0465900-39.2006.5.15.0153 - TRT 15ª Região *

0496000-74.2006.5.15.0153 - TRT 15ª Região *

0081800-75.2000.5.16.0003 - TRT 16ª Região *

0054300-31.2005.5.17.0003 - TRT 17ª Região *

0054301-16.2005.5.17.0003 - TRT 17ª Região *

0107800-64.2009.5.17.0005 - TRT 17ª Região **

0028200-57.2010.5.17.0005 - TRT 17ª Região *

0127000-03.1999.5.17.0007 - TRT 17ª Região *

0165900-50.2002.5.17.0007 - TRT 17ª Região *

0165901-35.2002.5.17.0007 - TRT 17ª Região *

0167000-40.2002.5.17.0007 - TRT 17ª Região *

0075800-41.2005.5.17.0008 - TRT 17ª Região *

0023600-86.2007.5.17.0008 - TRT 17ª Região *

0140500-79.2004.5.17.0131 - TRT 17ª Região *

0000533-81.2010.5.18.0001 - TRT 18ª Região *

0069500-25.2003.5.18.0002 - TRT 18ª Região *

0155800-77.2009.5.18.0002 - TRT 18ª Região *

0000676-67.2010.5.18.0002 - TRT 18ª Região *

0200200-76.2009.5.18.0003 - TRT 18ª Região **

0040500-95.2008.5.18.0004 - TRT 18ª Região *



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

0227200-45.2009.5.18.0005 - TRT 18ª Região *
0172500-16.2009.5.18.0007 - TRT 18ª Região *
0202500-96.2009.5.18.0007 - TRT 18ª Região *
0002087-33.2010.5.18.0007 - TRT 18ª Região *
0001327-50.2011.5.18.0007 - TRT 18ª Região *
0000238-55.2012.5.18.0007 - TRT 18ª Região **
0227200-36.2009.5.18.0008 - TRT 18ª Região **
0000359-14.2011.5.18.0009 - TRT 18ª Região *
0188800-83.2005.5.18.0010 - TRT 18ª Região *
0088300-66.2006.5.18.0012 - TRT 18ª Região *
0228700-28.2009.5.18.0012 - TRT 18ª Região *
0001808-92.2011.5.18.0013 - TRT 18ª Região *
0007400-91.2004.5.18.0101 - TRT 18ª Região *
0000010-73.2010.5.18.0129 - TRT 18ª Região *
0108500-62.2005.5.18.0131 - TRT 18ª Região **
0110700-73.2003.5.19.0005 - TRT 19ª Região *
0137500-81.2007.5.20.0002 - TRT 20ª Região *
0030900-95.2005.5.20.0005 - TRT 20ª Região *
0067700-05.2008.5.21.0001 - TRT 21ª Região **
0004300-97.1997.5.21.0002 - TRT 21ª Região *
0036300-84.1996.5.21.0003 - TRT 21ª Região *
0001589-72.2010.5.24.0005 - TRT 24ª Região *
0001117-68.2010.5.24.0006 - TRT 24ª Região **

* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

** Débito com exigibilidade suspensa.

Total de processos: 1141.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'GPA'.

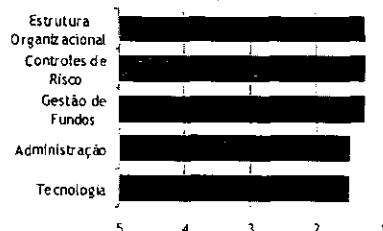
Two handwritten initials in black ink, possibly 'CP' and 'AO'.

Itaú Asset Management

Relatório Analítico



Critérios de Classificação



Fonte: Fitch

'M1(bra)': Superior (definição)

O rating M1(bra) é atribuído a gestores de recursos que demonstrem uma vulnerabilidade muito baixa a falhas operacionais e de gerenciamento de ativos.

Analistas

Gilberto Moriama
+55 11 4504-2606
gilberto.moriama@fitchratings.com

Pedro Gomes
+55 11 4504-2604
pedro.gomes@fitchratings.com

Pesquisa Relacionada

Relatório Analítico: Itaú Unibanco Holding S.A.
01/2012).

Metodologia Aplicada

Reviewing and Rating Asset Managers (13/08/2010);
National Scale Asset Manager Ratings Criteria (02/07/2010).

Fundamentos do Rating

Sólida e Diversificada Franquia: O rating da Itaú Asset Management (IAM) reflete o fato de a gestora integrar um sólido conglomerado financeiro, o Itaú Unibanco Holding S.A. (IDR – Issuer Default Rating – Rating de Probabilidade de Inadimplência do Emissor em Moeda Local 'A-'), a contínua liderança de mercado em vários segmentos de investidores e o processo de investimento bem formalizado e disciplinado. Também considera a ampla e diversificada base de clientes, a estratégia de fundos e geração de receitas, os robustos controles de risco e *compliance* e os fortes investimentos em tecnologia e controles.

Atividades Não Consideradas no Rating: O rating não contempla os negócios no exterior, de *private banking*, e de fundos de fundos de terceiros. Também não considera a Intrag DTVM, que oferece produtos de administração fiduciária e custódia a clientes institucionais, entre outros serviços, e a Kinea Investimentos Ltda, dedicada à gestão de investimentos alternativos. Todas essas operações têm seus próprios processos e políticas segregadas da IAM.

Relevante Participação de Mercado: A IAM se mantém como maior gestora privada de recursos do Brasil. Mudanças recentes no perfil dos ativos sob gestão ficaram em linha com a maior demanda dos investidores por fundos de renda fixa, que aumentaram de 26%, ao longo de 2010, para 40% do total administrado no primeiro semestre de 2012 (1S12), devido ao ambiente local de menores taxas de juros. No entanto, o crescimento do volume sob administração tem ficado abaixo da indústria desde 2010, com pressões competitivas de outros gestores e de produtos de captação.

Processo de Internacionalização: Não houve mudanças relevantes na estrutura da IAM no último ano, apesar de Gustavo Murgel ter assumido como diretor executivo. A estratégia da gestora está orientada para alcançar um maior posicionamento global, devido à sua presença local consolidada. Tem sido efetuados fortes investimentos em plataformas de distribuição no exterior, além de alianças com instituições internacionais, oferta de produtos e em sistemas e controles de padrão global, principal desafio da IAM.

Rígidos Controles de Risco e Compliance: A IAM apresenta atividades e políticas bem definidas e segregadas das demais empresas do grupo, além de rígidas políticas de controle de risco e *compliance*. Os limites de risco de mercado e liquidez não têm apresentado desenquadramentos relevantes, apenas de concentrações, prontamente solucionados. A implantação dos módulos de pré-verificação das operações e de gestão de ordens de negociação de ativos de um sistema reconhecido mundialmente foi concluída para a maioria dos fundos. Embora ainda não finalizados, esses módulos contribuem para reduzir o risco operacional e melhorar a automação e eficiência dos controles.

Processo de Investimento Bem Formalizado e Segmentado: O processo de investimento é bem formalizado, baseado em comitês e abordagem *top-down*, com forte pesquisa macroeconômica, fundamentalista e quantitativa para suportar as decisões de alocação de recursos e mitigação de riscos. Esse processo também foi beneficiado pela implantação dos dois módulos do sistema global descritos acima e por um adicional, para modelagem e análise de carteiras.

Bons Processos de Administração e Custódia: As atividades de administração fiduciária e custódia são desenvolvidas pelas unidades de negócios do grupo e demonstram bom grau de automação de processos e ganhos de escala. Os processos observam a regulamentação e as melhores práticas e são suportados por plataformas tecnológicas seguras e robustas.

Perfil do Gestor

Itaú Asset Management

Com origem em 1965, a IAM é responsável pela gestão de recursos de terceiros do Itaú Unibanco Holding (IUH). Este é o maior conglomerado financeiro privado da América Latina, sendo líder em financiamento de veículos e cartões de crédito no país, entre outros segmentos. Em junho de 2012, a IAM apresentava ativos sob gestão de BRL293 bilhões, sendo líder entre as gestoras privadas, com 14,8% de participação no mercado local e forte diversificação da base de clientes, fundos sob gestão e receitas. Os dez maiores investidores respondiam por 6,4% dos AUM e 6,3% do total de receitas em junho de 2012.

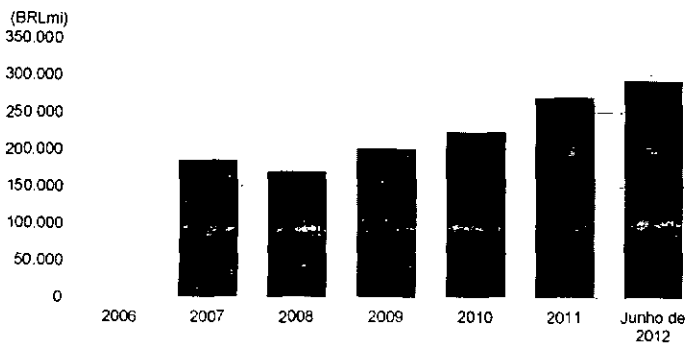
Controlado pelas famílias Egydio de Souza Aranha e Moreira Salles, o IUH apresentava ativos de BRL889 bilhões, patrimônio líquido de BRL77 bilhões e lucro de BRL7,1 bilhões no 1S12 (BRL15,4 bilhões em 2011), com alta rentabilidade histórica (geralmente acima de 20% a.a.). O grupo Itaú Unibanco é resultado de várias aquisições e fusões, que agregaram significativa posição de mercado, escala e especialização em diversas áreas. Destacaram-se as aquisições do Banco BBA Creditanstalt S.A., em 2002; do BankBoston Banco Múltiplo S.A., em 2006; e, principalmente, do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., em 2009.

Endereço: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Eudoro Vilela – 12o. andar
Website: www.itaú.com.br
Tipo de organização: Conglomerado Financeiro
Ano de fundação: 1965
Domicílio, local de constituição: São Paulo, SP, Brasil
Registro(s)/jurisdição(ões): Brasil
Controlador: Itaú Unibanco S.A.

Matriz/coligadas: Itaú Unibanco Holding
CEO: Gustavo Murgel
CIO: Paulo Corchaki
CRO: Cosmo Falco
Principais carteiras administradas: Renda Fixa e DI
Nº de Gestores de carteira: 136
Nº de Funcionários: 327

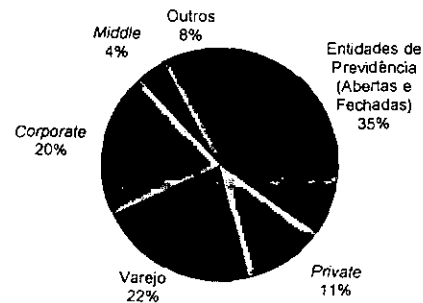
Recursos sob Gestão

Gráfico 1: Total de Recursos Sob Gestão



Fonte: Itaú Asset Management

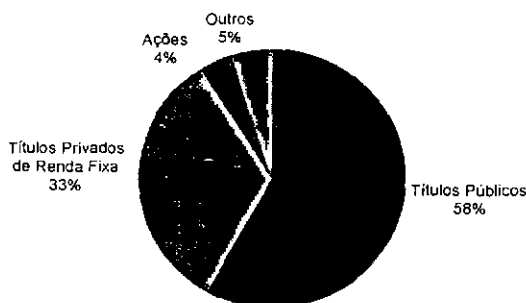
Gráfico 2: Recursos Sob Gestão por Tipo de Cliente
(Posição de Junho de 2012)



Fonte: Itaú Asset Management

Gráfico 3: Recursos Sob Gestão por Tipo de Ativo

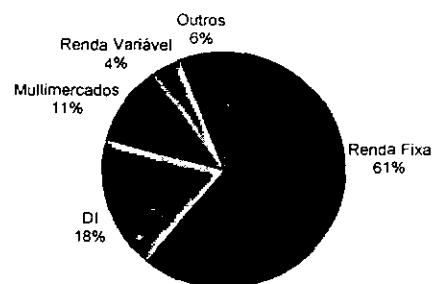
(Posição de Junho de 2012)



Fonte: Itaú Asset Management

Gráfico 4: Recursos Sob Gestão por Tipo de Fundo

(Posição de Junho de 2012)



Fonte: Itaú Asset Management

Itaú Asset Management

Fundamentos do Rating	Rating M1(bra)
-----------------------	-------------------

Pontos Fortes

- A IAM faz parte do grupo Itaú Unibanco, maior conglomerado financeiro privado do Brasil e da América Latina, está entre os líderes de vários segmentos no mercado brasileiro e possui histórico de alta rentabilidade.
- A atividade de gestão de recursos é importante fonte de receitas e linha de negócios do grupo. Líder entre as instituições privadas, a IAM detém 14,8% de participação no mercado local e ampla e diversificada base de clientes e fundos.
- Rígidas políticas de controle de risco e *compliance*, além do contínuo aprimoramento de ferramentas e sistemas, beneficiada por fortes investimentos em tecnologia.
- Processos de gestão de investimentos bem robustos e elaborados, baseados em comitês regulares, com alto grau de formalização e suporte em pesquisa macroeconômica e fundamentalista.
- Fortes investimentos em controles, práticas e sistemas de padrão internacional.

Desafios

- Cenário de maior concorrência com outros gestores e produtos de captação em um ambiente de menores taxa de juros.
- Processo de internacionalização, com grande crescimento da plataforma e clientes.

Estrutura Organizacional e Equipes	Score 1,25
------------------------------------	---------------

- Participa de um sólido conglomerado financeiro, amplamente diversificado e lucrativo. Possui grande experiência no mercado local e posição relevante na indústria brasileira de fundos, com boa lucratividade histórica, grande geração de receitas recorrentes e folga na cobertura de custos.
- A estrutura organizacional da IAM é ampla e totalmente segregada das demais atividades do grupo Itaú Unibanco, com uma governança bem estabelecida e decisões baseadas em comitês.
- A IAM é bastante segmentada, com profissionais altamente qualificados e experientes.

Administração de Risco e Controles	1,25
------------------------------------	------

- As áreas de controle de riscos e *compliance* da IAM são bem robustas, com bons e sofisticados sistemas e processos para garantir o cumprimento de todas as exigências regulatórias e as políticas do grupo.
- A gestora adota boas práticas de controle e resolução dos riscos operacionais, com baixo volume de perdas operacionais.
- Suas políticas e procedimentos de *compliance* são bem formalizados e documentados, com boa disseminação da cultura de riscos.
- A estrutura de risco de mercado e liquidez é bastante robusta, com controles amplos e sofisticados. Os desenquadramentos são irrelevantes, basicamente de concentrações e rapidamente solucionados.

Gestão de Carteiras	1,25
---------------------	------

- A IAM conta com um processo de investimento bem formalizado, baseado em abordagem *top-down* e forte pesquisa macroeconômica, fundamentalista e quantitativa para suportar as decisões de alocação de recursos e mitigação de riscos.
- A estrutura de gestão é bastante segmentada por objetivo de investimento dos fundos, permitindo maior especialização de equipes e alinhamento dos recursos, inclusive com uma área de *trading* centralizada (exceto para a área de *high alpha*).
- A governança da filosofia de investimentos é baseada em decisões tomadas em comitês regulares e em processo bem disciplinado, apesar de os gestores terem flexibilidade para adequar a implementação das estratégias de acordo com as características dos mandatos.

Administração de Investimentos	1,50
--------------------------------	------

- As áreas de produtos e distribuição da IAM prestam um serviço diferenciado em comparação a outros gestores do país, procurando constantemente treinar a força de vendas e fornecer maior transparência à divulgação dos resultados e riscos dos fundos.
- O *middle* e o *back office* apresentam bom grau de automação de processos, com grandes ganhos de escala e avançado grau de controle de risco por meio de indicadores de acompanhamento para verificar a precisão e a eficiência dos serviços prestados.
- A IAM apresenta adequados sistemas para processamento, precificação, cálculo de cotas e controladoria dos fundos, com baixo grau de reprocessamento dos trabalhos em relação ao número de fundos.

Tecnologia	1,50
------------	------

- O grupo Itaú Unibanco possui robusta área de tecnologia, com bons sistemas de gestão, controles de risco e *back office* automatizados e integrados.
- Os planos de contingência são bem elaborados e formalizados, com três testes e uma simulação por ano.
- A IAM apresenta fortes investimentos em sistemas e controles, com constante processo de melhorias. Esta implantando o sistema de *front office* (Charles River) e o de precificação de ativos, controle de risco de mercado e liquidez (Sophis), entre outros, que permitem maior integração dessas funções, grau de automação e velocidade nas transações.

Estrutura Organizacional e Equipes

Controle Acionário e Posição Financeira

Controlado pelas famílias Egydio de Souza Aranha e Moreira Salles, o IUH é o maior conglomerado financeiro privado do Brasil e da América Latina, sendo líder em financiamento de veículos e cartões de crédito no país, entre outros segmentos. Em junho de 2012, apresentava ativos de BRL889 bilhões, patrimônio líquido de BRL77 bilhões e lucro de BRL7,1 bilhões, com alta rentabilidade histórica (geralmente acima de 20% a.a.).

Os IDRs em Moeda Local do IUH estão acima dos IDRs do Brasil, e os IDRs em Moeda Estrangeira são restringidos pelo teto país. Os ratings refletem a ampla e diversificada franquia; a liderança em vários segmentos do sistema financeiro brasileiro; a alta capacidade dos executivos, que demonstram agilidade para reagir às oscilações da economia; o histórico de sólido desempenho; a boa precificação de ativos; e controles de risco robustos. Também consideram a ampla liquidez e a maior diversificação em relação aos pares locais, em função de sua presença no exterior.

O IUH administra as atividades e a estratégia de todo o grupo financeiro de forma centralizada. Assim, estabelece e monitora políticas, limites e mecanismos de controle referentes a crédito, mercado e risco operacional. Os negócios de varejo e de atacado são segregados sob a liderança das duas principais subsidiárias operacionais do grupo: o Itaú Unibanco S.A. (Itaú Unibanco) e o Banco Itaú BBA S.A. (IBBA), com equipes independentes de executivos conduzindo o dia a dia. O IBBA consolida o atacado, além das atividades de tesouraria (proprietária e para terceiros) e de banco de investimentos. O Itaú Unibanco, por sua vez, conduz as atividades de varejo, que inclui a de gestão de recursos de terceiros.

Com a fusão dos conglomerados Banco Itaú Holding Financeira S.A. (BIHF) e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. (Unibanco), concluída em 2009, a IAM ganhou nova estrutura, com a ajuda de uma consultoria renomada. Apesar das várias alterações no organograma e de processos durante 2009 e 2010, a Fitch considera que a fusão das áreas da IAM foi rápida e eficiente, com forte controle dos riscos envolvidos. A integração dos passivos dos fundos, juntamente com a rede de agências, foi terminada no final de 2010, concluindo o processo de integração. A fusão permitiu à gestora, além do importante ganho de expertise, em função da integração das equipes, consolidar sua liderança entre os gestores de recursos privados, bem como obter substancial ganho de escala.

A IAM é subordinada ao vice-presidente executivo sênior da Wealth Management & Services (WMS), Alfredo Setubal, responsável pelos serviços de gestão de recursos de terceiros e carteiras administradas, *private banking*, administração fiduciária e produtos de previdência, entre outros. Esses serviços estão bem segmentados, segregados em oito diretorias executivas, sendo a IAM uma delas. A entrada de Gustavo Murgel como diretor presidente, no início de 2012, não trouxe mudanças relevantes. A IAM possui uma diretoria de gestão de recursos, a qual gere os fundos e as carteiras administradas; a diretoria de produtos e distribuição locais e internacionais, bem como as unidades internacionais de gestão e distribuição de recursos; a área de gestão de reservas técnicas e de fundos de fundos de terceiros, completamente segregada da gestão de fundos próprios, não contemplada nesta avaliação; uma área de suporte gerencial; e a área de planejamento estratégico e suporte.

A Fitch considera a estrutura da IAM ampla, bastante segmentada e capacitada para atender às demandas dos investidores e mitigar riscos inerentes aos elevados volumes de suas atividades. Na análise da IAM, a Fitch considerou as atividades das demais áreas de apoio, independentes da estrutura da gestora, como a Diretoria de Controle, Riscos e *Compliance* (DCRC) e a Diretoria de Soluções para Mercado de Capitais (DSMC), que desenvolve as atividades de administração fiduciária, custódia e controladoria de fundos. Todas respondem também ao vice-presidente da WMS. Algumas dessas áreas são responsáveis pela padronização dos procedimentos de suas correlatas na América Latina, onde o grupo Itaú

Unibanco também desenvolve atividades de gestão de recursos. A Fitch ressalta, no entanto, que a prestação de serviços a outras áreas além da IAM e a gestoras de outros países não foi contemplada na análise.

A geração de lucros da IAM continua representativa para os resultados do IUH (por volta de 4,5%), com receitas de cerca de BRL1,25 bilhão e lucro operacional de BRL685 milhões no 1S12. Além disso, os fundos geridos são significativos na composição da grade de produtos oferecida aos clientes do conglomerado. Grande parte do seu resultado ainda é gerada por fundos no segmento de varejo de baixa e alta rendas, apesar da grande participação dos segmentos institucional, *private* e *corporate*. Isso representa uma vantagem competitiva em relação aos concorrentes, que não contam com uma rede de distribuição tão representativa e arcam com maiores custos para atuar em segmentos mais concorridos.

Desde 2009, tem sido observado maior impacto na captação de varejo, provocada por maior competição com outros produtos de captação, especialmente CDBs e poupança, e um decréscimo das taxas de administração, em função da forte concorrência de outras gestoras, inclusive as dos bancos públicos federais. A Fitch considera natural, em períodos de maior aquecimento econômico, a tendência a uma maior captação de CDBs, que servem de lastro para os créditos, em detrimento da captação de fundos. Para reduzir esses efeitos, a gestora vem expandindo sua grade de produtos diferenciados e focando a captação nos segmentos de *private* e varejo seletivo, nas quais tende a obter melhores margens.

Experiência na Indústria de Gestão de Recursos

Criada no Brasil com base na Lei de Mercado de Capitais de 1965, a IAM remonta à criação do Banco Itaú de Investimentos S.A., um dos primeiros nesta modalidade. O grupo Itaú Unibanco tem adquirido instituições atuantes em nichos específicos, agregando, além de maior posição de mercado, especialização e foco em diversas áreas. Especificamente para a área de administração de recursos, destacaram-se as aquisições do Banco Francês Brasileiro S.A., Banco BBA Creditanstalt S.A., BankBoston S.A. Banco Múltiplo (BankBoston) e, principalmente, Unibanco, entre outras, que ampliaram o volume sob gestão e permitiram maior ganho de escala e tecnologia, além de maior especialização.

A IAM apresentou crescimento médio composto do volume sob gestão de 6% ao ano entre 2006 e 2009, inferior ao registado pela indústria (16%), apesar de ter sido influenciado positivamente pelas aquisições e fusões registradas nos últimos anos, especialmente do Unibanco. Após a fusão com este, o volume sob gestão continua com crescimento menor do que a média da indústria (8% no 1S12, ante 10%, respectivamente), o que é normal dada a diversificação dos investidores após uma fusão dessa magnitude e os enormes volumes sob gestão. Assim, embora o *market share* da instituição tenha decrescido levemente para 14,8% em junho de 2012, após ter atingido 15,3% em 2009, a IAM manteve sua liderança em relação a outras instituições privadas.

Destaca-se o aumento em previdência aberta (12% no 1S12 e 69% desde 2009), elevando sua participação para 22% do total sob gestão em junho de 2012, ante 18% em 2009. Assim, outros grandes segmentos, embora também tenham apresentado aumento de volume, tem demonstrado sensível decréscimo de participação. Os outros grandes segmentos são *private* (11%), varejo (22%), *corporate* (20%) e previdência fechada (13%), ressaltando que os investidores estrangeiros não estão incluídos nesse volume, apenas os locais.

As participações por tipo de ativo também foram mantidas. Como outras gestoras locais, a IAM mantém grande volume dos ativos sob gestão em títulos federais (por volta de 58% do total em junho de 2012), demonstrando sua preocupação com a liquidez, embora um pouco abaixo da participação da indústria (59%). A participação em ações tem ficado abaixo da indústria (4% e 14%, respectivamente), enquanto o volume em títulos privados tem sido maior (33% e 27%), refletindo o expertise do grupo no *trading* de papéis privados brasileiros.

Com as limitações locais, devido à sua alta participação de mercado, e oportunidades no exterior, a IAM concluiu, no início de 2012, um trabalho orgânico de internacionalização, seguindo a estratégia do grupo de atuar como competidor global. Para isso, a IAM tem obtido importantes avanços em projetos relacionados à adoção de práticas e controles, em linha com padrões globais, que entre outras coisas, visam contribuir para o processo de internacionalização da gestora.

A IAM implantou o padrão GIPS (Global Investment Performance Standards, certificação internacional para cálculo e divulgação do desempenho dos fundos) para os fundos no exterior. Apesar de não ser requerido, a IAM também pretende implantar esse padrão para os fundos locais. Além disso, implantou três (dos cinco) módulos do sistema de *front office* Charles River para a grande maioria dos mandatos. Embora o processo ainda não tenha sido finalizado, contribui para reduzir o risco operacional e melhorar a automação e a eficiência dos controles, beneficiando os processos relacionados aos controles de riscos e gestão de carteiras.

Os ativos sob gestão e *advisory* de investidores estrangeiros era de USD12,8 bilhões em junho de 2012, dos quais USD9,8 bilhões vinham do Japão e USD1,1 bilhão, do Chile. O volume total chegou a atingir BRL14,5 bilhões em 2011, mas foi prejudicado pelo aumento da alíquota do imposto sobre operações financeiras (IOF) para investidores estrangeiros e pela aversão a risco gerada pelas turbulências internacionais. O grupo tem gestoras em quatro países, incluindo o Brasil, e dependências e/ou associações com corretoras e/ou distribuidoras para distribuição de seus fundos em outros onze países.

A *performance* dos fundos sofreu um leve decréscimo em relação à concorrência, sendo 56% destes no primeiro e segundo quartis do período de doze meses encerrado em junho de 2012, com destaque negativo para os fundos de previdência. Por sua vez, a *performance* da maioria dos fundos de renda variável está acima do *benchmark*.

Independência e Governança Corporativa

A estrutura organizacional do grupo Itaú Unibanco segregava integralmente a gestão de recursos de terceiros das operações de tesouraria, sendo uma das gestoras pioneiras na adesão ao *Chinese Wall* no mercado brasileiro. Conforme mencionado, a administração fiduciária e os controles de risco dos fundos são segregados em diretorias específicas, que se reportam ao vice-presidente da WMS, mantendo total separação das atividades de gestão, administração fiduciária e de controles de risco dos fundos. Como outras grandes gestoras de recursos, a IAM compartilha com o grupo algumas estruturas de apoio, como as áreas de *compliance*, tecnologia e jurídico, mas com pessoas dedicadas à gestora para otimizar custos e centralizar o grau de entendimento das áreas.

Equipe

A Fitch considera a estrutura da IAM bem elaborada, sendo robusta e bastante segmentada para aprofundar o conhecimento em cada área. Seus profissionais são altamente qualificados, tanto no processo de gestão quanto na administração fiduciária e no controle de risco e *compliance*. A IAM contava com 266 profissionais em junho de 2012, sendo 135 na Diretoria de Gestão de Recursos, incluindo as áreas de gestão de carteiras, pesquisas e *trading*. As demais áreas prestadoras de serviços indiretos à gestora, como a DCRC e a DSMC, mantinham 863 profissionais, sendo 152 dedicados à gestora. Com a política de remuneração variável, em linha com o desempenho dos fundos, a gestora tem apresentado baixa rotatividade, principalmente nos principais cargos de gestão e controles de *compliance* e risco.

Controles e Gerenciamento de Risco

Estruturas de Controle

Conforme mencionado, as áreas de risco e *compliance* são centralizadas em uma diretoria-executiva, a DCRC, que responde diretamente e/ou indiretamente ao vice-presidente da WMS. A superintendência de controles internos e *compliance* (SCIC – inclui risco operacional) e a

superintendência de controles e riscos financeiros (SCRF) também se reportam diretamente ao vice-presidente de riscos da estrutura corporativa do grupo, fortalecendo a segregação de atividades. Os controles e processos são robustos e contam com grande suporte de sistemas e comitês para garantir o cumprimento das exigências regulatórias e das políticas do grupo.

A IAM está inserida na estrutura do IUH, sendo auditada externamente pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, assim como seus fundos locais. Além disso, o gestor, como a indústria, é supervisionado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que regulamenta os fundos de investimento e fiscaliza os mercados de bolsa e de balcão no país. Os reguladores não tem feito apontamentos relevantes em relação à IAM. Como os principais gestores do país, adere desde 1998 às práticas de autorregulamentação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), responsável pela supervisão do cumprimento de códigos de regulação e comunicação e transparência para investidores.

Gestão de Risco Operacional

A Fitch considera que a IAM mantém boas práticas de controle, mapeamento, registro e resolução dos riscos operacionais, em linha com os principais gestores do mercado brasileiro, com todo o processo e ações mitigatórias mapeados desde 1999. Além dos dez próprios, a SCIC possui funcionários responsáveis pelos riscos operacionais, controles internos e *compliance* alocados em cada área da IAM, disseminando a cultura de risco e *compliance* dentro do grupo. Assim, as perdas operacionais não têm sido relevantes, apenas BRL708 mil em 2011 e BRL52 mil no 1S12. Sob a coordenação dessa superintendência, as áreas têm a responsabilidade de realizar comitês internos de risco, que se reportam ao Comitê de Controle de Riscos, ambos mensais, com atas, sendo no segundo caso com alguns diretores, inclusive o presidente da IAM.

A auditoria interna que, entre outras atribuições, verifica se os erros operacionais estão computados corretamente, é do grupo, mas com pessoas dedicadas à gestora, o que reforça a autonomia e a segregação da área. Também mantém monitoramento constante das atividades e processos do grupo através de reuniões e relatórios periódicos. O gestor passou por uma ampla auditoria interna em 2011, sem apontamentos relevantes.

Compliance e Controles

As políticas e procedimentos de *compliance* da IAM estão totalmente formalizados em manuais facilmente disponíveis aos funcionários. A área de *compliance*, inserida dentro da SCIC, responde pela divulgação, aderência e enquadramento da IAM e dos fundos de investimento aos regulamentos e políticas dos fundos e do grupo e à legislação local.

Também tem como atribuições definir, implementar e acompanhar o cumprimento do código de conduta da WMS e do código de ética corporativo do grupo, onde estão incluídas as políticas de conflito de interesse e de investimentos pessoais de funcionários; *Chinese Wall*; políticas de "conheça seu cliente" ("*know your client*"); prevenção a lavagem de dinheiro; e gestão e acompanhamento dos comitês de controle de risco, de ética e de segurança da Informação. A IAM não permite que seus funcionários façam investimentos em ações e opções, entre outros, exceto para aquisições de ações do conglomerado Itaú e oferta pública inicial de ações (IPOs). Estas operações só podem ser feitas via corretora do grupo. Essas práticas são consideradas conservadoras em relação a outras gestoras analisadas pela Fitch.

Gestão de Risco de Investimento

A estrutura de risco de mercado e liquidez da IAM é bastante robusta, com controles de risco e sistemas amplos e sofisticados, necessários para seu grande volume de fundos sob gestão (no país e no exterior). No Brasil, foi pioneira na certificação ISO 9001/2000, obtida em 2005, que visa a melhorar processos com foco no cliente. As metodologias são revisadas por um consultor externo. Os riscos de mercado e de liquidez são controlados pela SCRF, que

também responde pelo monitoramento e modelagem de precificação dos ativos dos fundos e cálculo de cotas (efetuados também pela DSMC), pela aderência e enquadramento dos fundos aos seus mandatos e regulamentos (checados também pela área de *compliance*) e pela análise de performance dos fundos (também verificado pela área de suporte gerencial à Diretoria de Gestão), além de ser responsável pelo acompanhamento e formalização das políticas de crédito da gestora.

A IAM utiliza ferramentas de Valor em Risco (VaR), de *Benchmark* (BvaR), teste de estresse, *tracking error* e *Liquidity VaR* (L-VaR) entre outras, para monitorar diariamente o risco absoluto e relativo dos *benchmarks* das carteiras. Todos os fundos possuem limites de risco de mercado e liquidez, sendo a maioria informais e internos. Também opera com políticas de alerta a determinados percentuais de utilização dos limites. Os controles são constantemente aperfeiçoados e estão entre os melhores do mercado brasileiro. Apesar dos relatórios em 'D+1', os gestores contam com sistemas *on-line* para simulação das posições.

O controle da liquidez dos fundos possui normas diferenciadas por tipo de carteira/fundos de renda fixa e variável. A área avalia mensalmente a velocidade para liquidação dos ativos através do volume médio negociado de cada ativo nos últimos trinta dias e o comportamento dos passivos, acompanhando também o nível de chamada de margens das bolsas e câmaras de compensação. Geralmente, os fundos têm mais de 50% de liquidez, não apresentando rompimentos dos limites de risco de mercado e liquidez desde 2009, exceto por alguns desenquadramentos passivos do VaR, mas reenquadrados logo em seguida.

Gestão de Carteiras

A IAM conta com um processo de investimento bem robusto e elaborado, baseado em forte pesquisa macroeconômica, fundamentalista (empresa/setor/crédito) e quantitativa (métodos quantitativos, estratégia e risco). É segmentada em três principais mesas de gestão de fundos: beta (fundos indexados), alpha (fundos com gestão ativa) e high alpha (fundos de retorno absoluto). A mesa de alpha é subsegmentada com gestores e analistas especializados nos mercados de renda fixa, renda fixa crédito, renda variável Brasil e renda variável Latam. A mesa de high alpha é dedicada às estratégias de fundos multimercados, long short e renda variável (sem *benchmark*), com seus respectivos analistas de ações integrados à equipe. Além disso, a estrutura conta com as áreas de pesquisa econômica, pesquisa quantitativa, *trading*, *asset allocation* e uma área de suporte especializada por carteira, que respondem ao CIO, Paulo Corchaki. Há também uma mesa para os fundos de terceiros e de reservas técnicas e uma área de suporte gerencial.

As decisões são tomadas em comitês regulares, com processo bem disciplinado. Apesar de cada mesa possuir um processo de investimento distinto e uma prática especializada, os processos de investimento são integrados por um macroprocesso e disciplinados por uma estrutura de governança centralizada. O processo começa pelo comitê de cenário, que avalia o ambiente local e internacional e as tendências dos indicadores (moedas, inflação etc) e dos ativos sob gestão, seguindo pelo comitê de alocação de ativos, ambos mensais e compostos pelos principais executivos da gestora. Há também o comitê matinal diário, que avalia o mercado do dia anterior e a revisa as posições. Além disso, há o comitê de produtos, de performance, de riscos e *compliance* e de crédito, todos mensais.

A política de investimentos das carteiras de renda fixa prioriza a análise dos fundamentos macroeconômicos e políticos. Nas carteiras de renda fixa crédito, há mapeamento e análise das emissões de títulos no mercado primário e das negociações no mercado secundário, com contato próximo com os executivos das empresas. Os fundos indexados são orientados à réplica de índices que buscam apresentar *tracking error* e descolamento de rentabilidade e risco em relação aos *benchmarks* muito baixos, com forte auxílio da equipe de pesquisa quantitativa.

Para as carteiras de renda variável, é utilizada análise fundamentalista, com abordagem mista *top-down* (30% a 40%) e *bottom-up* (60% a 70%), com cobertura ativa de cerca de 140 empresas. Os gestores constroem uma carteira teórica e definem uma carteira-base, possibilitando maior controle das exposições a risco dos fundos. Na mesa de *high alpha*, cada profissional atua como gestor e *trader* para agilizar os processos e é responsável por um mercado específico (juros, câmbio, bolsa e títulos públicos, entre outros).

Os gestores contam, ainda, com sistemas on-line de VaR e estresse, que permitem simular o impacto de cada posição antes da aquisição de ativos, além de sistemas de pré-boletagem, que evitam a aquisição de operações não permitidas. A área de *trading* executa as operações da maior parte dos fundos, exceto os da área de *high alpha*. A centralização dessa atividade permite o enfoque do gestor no planejamento das estratégias dos fundos e menos em sua execução. Além disso, o *compliance* verifica os procedimentos referentes aos limites operacionais por corretora e a alocação das ordens. Há comitês semestrais para avaliar as corretoras e limites, composto por importantes executivos de várias áreas, utilizando relatórios efetuados após reuniões anuais com as corretoras.

A IAM conta com uma equipe de crédito e um comitê de crédito exclusivo, que define as políticas e coordena as normas de concessão de limites por emissor e o risco de crédito das corretoras. Esse comitê conta com representantes das diretorias de risco de mercado e de risco de crédito da IUH, assim como da DCRC, que possuem direito de veto. Após a aprovação do crédito, o banco e a DCRC acompanham os limites de risco de crédito da gestora, o que na opinião da Fitch é positivo no que tange à expertise dessa instituição e o fato de a gestora manter certa independência da alocação de crédito frente ao processo do banco. Não há histórico de perdas relevantes na IAM. Em junho de 2012, havia apenas quatro créditos provisionados com valor não relevante em nove fundos de investimento.

Administração de Investimentos

Relatórios e Comunicação

A IAM mantém áreas de produtos e distribuição bem robustas, com duas diretorias: Pessoas Físicas e Previdência, e *Corporates* e Institucionais (local e internacional), com 67 profissionais dedicados a produtos locais e 18 a internacionais. As áreas de distribuição continuam seguindo as diretrizes do grupo, com foco em diferentes canais de serviço e atuação proativa junto à clientela, bem como elevado grau de padronização dos produtos. As áreas comerciais da IAM prestam um serviço diferenciado em relação a outros grupos financeiros do país, procurando treinar a força de vendas constantemente e fornecer maior transparência aos resultados e riscos dos fundos.

Na opinião da Fitch, a IAM apresenta boa transparência em comparação aos padrões do mercado local. A agência destaca a completa abertura dos papéis, com um mês de defasagem para os fundos mais conservadores. Pode-se obter, ainda, o regulamento e os prospectos dos fundos abertos, que estão de acordo com as exigências da Anbima e da CVM, além do histórico de rentabilidade dos fundos frente a seu *benchmark*. Também apresenta, em alguns casos, análise gráfica interativa da evolução dos fundos, propiciando boa visualização do desempenho histórico e maior suporte à estratégias de alocação para os cotistas.

Administração

As atividades de *middle* e *back office* (processamento, liquidação financeira, precificação de ativos, cálculo de cotas, reconciliação e controladoria) dos fundos são executadas pela DSMC, que também responde pela custódia da maioria dos ativos administrados pela gestora. Há apenas BRL8,1 bilhões (2,3% dos AUM) sob administração fiduciária e BRL7,3 bilhões (2,1% dos AUM) custodiados em outras grandes instituições locais a critério de alguns investidores, que centralizam sua custódia nessas instituições. Por sua vez, a DSMC continua a prestar serviços a outros gestores do mercado e a outras áreas da WMS, totalizando, em junho de 2012, BRL863 bilhões de ativos sob custódia.

Na opinião da Fitch, a área apresenta bom grau de automação de processos, que estão totalmente integrados e têm grande preocupação em relação ao ganho de escala e aprimoramento dos sistemas, possuindo um avançado grau de controle de riscos operacionais e formalização dos procedimentos estruturados através de comitês e indicadores de acompanhamento para verificar a precisão e a eficiência dos serviços prestados.

A área tem focado na continuidade das melhorias, principalmente no aumento da retenção dos melhores colaboradores e na maior automação dos processos, essenciais para o substancial volume custodiado. Houve apenas 178 recálculos de cotas em 2011 e 66 no 1S12, demonstrando o alto grau de automação e padronização dos sistemas e controles. A IAM está centralizando os trabalhos de custódia dos fundos internacionais em um grande custodiante para padronizar esses serviços e reduzir custos e riscos operacionais.

Tecnologia

Front Office

A equipe de gestão tem bons sistemas de acompanhamento dos mercados e recebe informações em tempo real, tendo uma ampla base de dados à disposição. Os gestores de fundos de renda fixa e multimercados contam com sistemas de simulação de risco através de diversos indicadores, como VaR e estresse. Os gestores de renda variável contam também com um sistema avançado de avaliação de riscos relacionados à renda variável, permitindo maior retorno de informações aos gestores. Para os fundos quantitativos, há sistemas avançados de modelagem de carteiras que permitem uma gestão automatizada.

O principal projeto da área de sistemas é a implementação de um sofisticado sistema de *front office*, o Charles River, para enquadramento, boletagem e gestão de fundos. Ele permite maior integração dessas funções, maior grau de automação, velocidade nas transações e incorporação de ativos internacionais. Para a equipe de gestão, o sistema possibilitará, ainda, a ampliação da simulação de estratégias em diversos mercados e maior customização de regras de controle de gestão. O projeto tem cinco módulos, sendo três já concluídos (pré-verificação das operações, gestão de ordens de negociação de ativos, e modelagem e análise de carteiras), exceto para área de high alpha, com previsão de ser finalizado no 1S13.

Middle e Back Office

Os sistemas de controle de *middle* e *back office* também são bons, sendo integrados e constantemente adaptados para atender as exigências regulatórias. A gestora tem investido na maior automação de processos de controle de risco e nas áreas de *middle* e *back office* e custódia do grupo. Isso tem sido fundamental para dar suporte ao significativo crescimento de ativos sob gestão e disponibilizar, com maior rapidez, informações gerenciais e contábeis das posições. O principal projeto da gestora na DCRC é a implementação de uma plataforma tecnológica mais integrada (Sistema Sophis), que englobará todos os processos de precificação, validação de cota, riscos de mercado e liquidez, e avaliação de desempenho dos fundos. O novo sistema, a ser concluído até o final de 2013, deverá melhorar a agilidade e a segurança na geração de informações, além de reduzir os riscos operacionais.

Gerenciamento de Dados e Segurança de TI

O grupo Itaú Unibanco mantém robusta área de tecnologia, com cerca de seis mil profissionais, sendo 36 dedicados exclusivamente à IAM. A gestora tem um bom plano de contingência, com alto grau de formalização e uma estrutura na cidade de São Paulo e outra em Campinas, com todos os recursos necessários à continuidade das rotinas em caso de impossibilidade de acesso às instalações normais de trabalho, com redundância em todos os sistemas críticos há mais de dez anos. O processo de contingência é conduzido pelo *compliance*, mantendo acesso remoto restrito de poucos executivos, com três testes e uma simulação por ano.

Apêndice A

Curriculo dos Executivos-chave

Nome	Experiência
Gustavo Murgel	<ul style="list-style-type: none"> Diretor-executivo. Com início de carreira em 1985, trabalhou como executivo no grupo ING e no Santander Brasil. Foi também sócio-fundador da FRAM Capital, uma gestora de recursos independente. Graduação em administração de empresas pela FGV-SP.
Paulo Corchaki	<ul style="list-style-type: none"> CIO. No mercado financeiro desde 1991, foi executivo da HSBC Gestão de Recursos, Invesco Asset Management e da BBA Capital Asset Management, entre outras instituições. Engenheiro pela PUC-RJ, com MBA em Mercado de Capitais pelo IBMEC.
Ricardo Soares	<ul style="list-style-type: none"> Diretor de soluções para o mercado de capitais. Iniciou sua carreira em 1976, tendo trabalhado como executivo de outras instituições financeiras, como JP Morgan e Chase Manhattan Bank. Graduado em contabilidade.
Roberto Nishikawa	<ul style="list-style-type: none"> Diretor de produtos e distribuição de clientes <i>corporate</i> e institucionais. No mercado financeiro desde 1986, foi executivo de várias empresas do grupo Itaú, entre outras instituições. Engenheiro pela USP, com pós-graduação em finanças e marketing pela FGV.
Cosmo Falco	<ul style="list-style-type: none"> Diretor de Controles, Riscos e <i>Compliance</i>. Iniciou sua carreira em 1971, tendo trabalhado como executivo em outras instituições do grupo Itaú e no Citibank. Graduado em administração de empresas pela PUC-SP, com MBA pela UFRJ.

Fonte: Itaú Asset Management

Maiores Fundos Sob Gestão

Fundos (posição de junho de 2012)	Data Início	de AUM (BRLbi)	Perfil
Itaú Flexprev Renda Fixa FI	15/09/2005	51,0	Previdência Renda Fixa
RT Voyager RF Crédito Privado FI	30/11/2011	16,6	Renda Fixa
Itaú Referenciado DI FI	12/02/1998	15,5	Referenciado DI
Itaú Frances RF FI	02/10/1995	13,5	Renda Fixa
Special Referenciado DI FI	30/12/1996	10,3	Referenciado DI
Unibanco Top DI FI Referenciado	30/01/2005	9,7	Referenciado DI
Corp Referenciado DI FI	23/04/1996	7,1	Referenciado DI
Itaú RF FI	02/10/1995	6,1	Renda Fixa
Itaú RF Crédito Privado Master Act Fix	28/07/2004	4,7	Renda Fixa
RT Endeavour RF Crédito Privado FI	02/09/2010	4,3	Renda Fixa

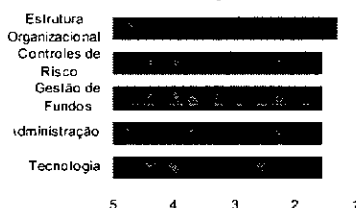
Fonte: Itaú Asset Management

Itaú Asset Management

Relatório Sintético



Critérios de Classificação



Fonte: Fitch

'M1(bra)': Superior (definição)

O rating M1(bra) é atribuído a gestores de recursos que demonstrem uma vulnerabilidade muito baixa a falhas operacionais e de gerenciamento de ativos.

Analistas

Pedro Gomes
+55 11 4504-2600
pedro.gomes@fitchratings.com

Maria Rita Gonçalves
+55 21 4503-2600
rita.goncalves@fitchratings.com

Metodologia Aplicada

Reviewing and Rating Asset Managers (13/08/2010).

National Scale Asset Manager Ratings Criteria (02/07/2010).

Pesquisa Relacionada

Relatório Sintético: Itaú Unibanco Holding S.A. (03/12/2010).

Fundamentos do Rating

Forte e Diversificada Franquia: O rating da Itaú Asset Management (IAM) reflete o fato de a gestora integrar um sólido conglomerado financeiro, o grupo Itaú Unibanco (IDR - *Issuer Default Rating* - Rating de Probabilidade de Inadimplência do Emissor - de Longo Prazo em Moeda Local 'A-'), com forte franquia, e sua contínua liderança de mercado. Também considera a ampla e diversificada base de clientes, fundos e receitas, os robustos controles de risco e o processo de investimento bem formalizado e disciplinado.

Atividades não Consideradas no Rating: O rating não contempla as atividades de *private banking* e da Intrag DTVM, que oferece produtos de administração fiduciária a clientes institucionais e gerencia fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs). Também não considera a gestão de fundos de fundos de terceiros, cujos processos são segregados da IAM.

Processo de Investimento Bem Formalizado e Segmentado: O processo de investimento é bem formalizado, baseado em comitês e abordagem *top-down*, com forte pesquisa macroeconômica, fundamentalista e quantitativa para suportar as decisões de alocação de recursos e mitigação de riscos. Seus sistemas e controles são constantemente aprimorados e, na opinião da Fitch, estão entre os melhores do país.

Rígidos Controles de Risco e Compliance: A IAM apresenta atividades e políticas bem definidas, segregadas das demais empresas do grupo, além de rígidas políticas de controle de risco e *compliance*. Os limites de risco de mercado não têm apresentado desenquadramentos desde o final de 2008 e início de 2009, devido à alta volatilidade causada pela crise global. Por sua vez, os riscos de concentração têm sido baixos, basicamente em função da valorização dos títulos que excedem os limites dos fundos, sendo regularizados em seguida.

Robusta Área de Tecnologia: Apesar de bons e integrados, com planos de contingência bem elaborados e formalizados, a IAM está alterando importantes sistemas, com destaque para os de gestão de fundos e de controle de risco de mercado. Além disso, as atividades de *middle* e *back office* demonstram bom grau de automação de processos, com grandes ganhos de escala e avançado grau de controle de risco.

Desafios: Após apresentar crescimento acima da indústria até 2009, influenciado por várias aquisições e fusões, o volume administrado tem apresentado aumento menor que o da indústria (8% em 2010 e 3% nos 9M11, ante 17% e 10%, respectivamente). Esta queda é normal, dada a diversificação dos investidores após grande fusão e a concorrência com outros produtos de captação, especialmente CDBs. Além disso, a IAM tem mantido a liderança de mercado em relação às demais gestoras privadas, embora sua posição tenha decrescido para 16,1% em setembro de 2011 após ter atingido 18,5% em 2009.

Internacionalização: Dada a boa participação de mercado no país, a IAM, em linha com a estratégia do grupo, busca posicionar-se como competidora global. Para isso, tem aumentado o número de dependências em outros países, fortalecendo a força de vendas e as parcerias com canais de distribuição fora do país, com considerável volume de recursos do exterior (cerca de USD17 bilhões, não incluídos no total descrito nesse relatório).

Desempenho: A *performance* dos fundos permaneceu boa em relação à concorrência em 2010, sendo 74% destes no primeiro e segundo quartis, destacando-se o desempenho em fundos multimercados, curto prazo/DI e ações. A gestora manteve bom desempenho nos 10M11, com 65% nos dois primeiros quartis, com destaque para os fundos de renda fixa, devido à exposição a títulos atrelados a índices de preços e títulos de crédito privado.

Three handwritten signatures in black ink are located at the bottom left of the page.

Perfil do Gestor

Itaú Asset Management

Com origem em 1965, a IAM é responsável pela gestão de recursos de terceiros do Itaú Unibanco Holding (IUH). Este é o maior conglomerado financeiro privado da América Latina, líder em financiamento de veículos e cartões de crédito no país, entre outros segmentos. Em setembro de 2011, a IAM administrava BRL300 bilhões de recursos de terceiros, sendo líder entre as gestoras privadas, com forte diversificação da base de clientes, fundos sob gestão e receitas.

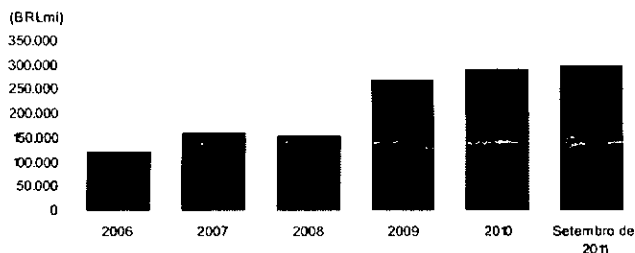
Controlado pelas famílias Egydio de Souza Aranha e Moreira Salles, o IUH apresentava ativos de BRL837 bilhões, patrimônio líquido de BRL70 bilhões e lucro de BRL11,5 bilhões em setembro de 2011 (BRL14 bilhões em 2010), com alta rentabilidade histórica (acima de 20% a.a.). O grupo Itaú Unibanco é resultado de várias aquisições e fusões, que agregaram significativa posição de mercado, escala e especialização em diversas áreas. Destacaram-se as aquisições do Banco BBA Creditanstalt S.A., em 2002; do BankBoston Banco Múltiplo S.A., em 2006; e, principalmente, do Unibanco – União de Banco Brasileiros S.A., em 2009.

Endereço: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Eudoro Vilela – 12o. andar
Website: www.itaub.com.br
Tipo de organização: Conglomerado Financeiro
Ano de fundação: 1965
Domicílio, local de constituição: São Paulo, SP, Brasil
Registro(s) jurisdição(ões): Brasil
Controlador: Itaú Unibanco S.A.

Matriz/collgadas: Itaú Unibanco Holding
CEO: Demosthenes Madureira Pinho
CIO: Paulo Corchaki
CRO: Cosmo Falco
Principais carteiras administradas: Renda Fixa e DI
Nº de Gestores de carteira: 131
Nº de Funcionários: 312

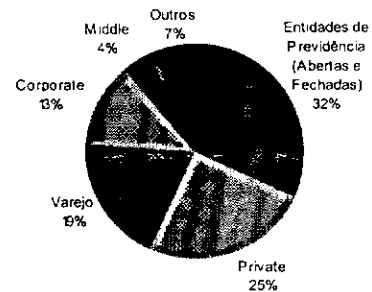
Recursos sob Gestão

Gráfico 1: Total de Recursos Administrados



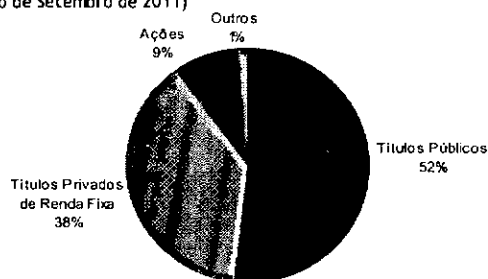
Fonte: Itaú Asset Management

Gráfico 2: Recursos Administrados por Tipo de Cliente (Posição de Setembro de 2011)



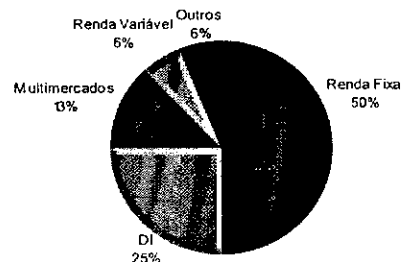
Fonte: Itaú Asset Management

Gráfico 3: Recursos Administrados por Tipo de Ativo (Posição de Setembro de 2011)



Fonte: Itaú Asset Management

Gráfico 4: Recursos Administrados por Tipo de Fundo (Posição de Setembro de 2011)



Fonte: Itaú Asset Management

Itaú Asset Management

Rating
M1(bra)

Fundamentos do Rating

Pontos Fortes

- A IAM faz parte do grupo Itaú Unibanco, maior conglomerado financeiro privado do Brasil e da América Latina, entre os líderes em vários segmentos no mercado brasileiro e com alta rentabilidade histórica.
- A atividade de gestão de recursos é importante fonte de receitas e linha de negócios do grupo. Líder entre as instituições privadas, a gestora detém cerca de 16,1% de participação no mercado local e ampla e diversificada base de clientes e fundos.
- Rígidas políticas de controle de risco e *compliance*, além do contínuo aprimoramento de ferramentas e sistemas, beneficiada por fortes investimentos em tecnologia.
- Processos de gestão de investimentos bem robustos e elaborados, com alto grau de formalização e suporte em pesquisa macroeconômica e fundamentalista.

Desafios

- Cenário de maior concorrência com outros gestores e produtos de captação.
- Processo de internacionalização, com grande crescimento da plataforma e clientes do exterior.

Score

Estrutura Organizacional e Equipes

1,25

- A IAM possui grande experiência no mercado local; é bastante diversificada e tem posição relevante na indústria brasileira de fundos. Historicamente, tem apresentado boa lucratividade, com grande geração de receitas recorrentes e folga na cobertura de custos.
- A estrutura organizacional da IAM é ampla e totalmente segregada das demais atividades do grupo Itaú Unibanco. É bastante segmentada, com profissionais altamente qualificados e decisões baseadas em comitês.

Administração de Risco e Controles

1,50

- As áreas de controle de riscos e *compliance* da IAM são bem robustas, com bons e sofisticados sistemas e processos para garantir o cumprimento de todas as exigências regulatórias e as políticas do grupo.
- A gestora adota boas práticas de controle e resolução dos riscos operacionais. Suas políticas e procedimentos de *compliance* são bem formalizados e documentados, e a estrutura de risco de mercado e liquidez é bastante robusta, com controles amplos e sofisticados.

Gestão de Carteiras

1,50

- A IAM conta com um processo de investimento bem formalizado, baseado em abordagem *top-down* e forte pesquisa macroeconômica, fundamentalista e quantitativa para suportar as decisões de alocação de recursos e mitigação de riscos.
- A estrutura de gestão é bastante segmentada por tipo de estratégia, permitindo maior especialização de equipes. As decisões são tomadas em comitês regulares, com processo bem disciplinado.

Administração de Investimentos

1,50

- As áreas de produtos e distribuição da IAM prestam um serviço diferenciado em comparação a outros gestores do país, procurando constantemente treinar a força de vendas e fornecer maior transparência à divulgação dos resultados e riscos dos fundos.
- O *middle* e o *back office* apresentam bom grau de automação de processos, com grandes ganhos de escala e avançado grau de controle de risco por meio de indicadores de acompanhamento para verificar a precisão e a eficiência dos serviços prestados.

Tecnologia

1,50

- O grupo Itaú Unibanco possui robusta área de tecnologia, com bons sistemas de gestão, controles de risco e *back office* automatizados e integrados, além de planos de contingência bem elaborados e formalizados.
- A IAM está em constante processo de melhoria de sua plataforma tecnológica. Concluiu a implantação do sistema de *front office* (Charles River) e está em fase de implementar o de precificação de ativos, controle de risco de mercado e liquidez (Sophis), que permitem maior integração dessas funções, maior grau de automação, velocidade nas transações e incorporação de ativos internacionais.

Os ratings acima foram solicitados pelo, ou em nome do, emissor, e, portanto, a Fitch foi compensada pela avaliação dos ratings.

TODOS OS RATINGS DE CREDITO DA FITCH ESTAO SUJEITOS A ALGUMAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE. POR FAVOR, VEJA NO LINK A SEGUIR ESSAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE: [HTTP://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS](http://fitchratings.com/understandingcreditratings). AS DEFINIÇÕES E TERMOS DE USO DOS RATINGS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE PÚBLICO DA AGÊNCIA, EM WWW.FITCHRATINGS.COM. OS RATINGS PÚBLICOS, CRITÉRIOS E METODOLOGIAS PUBLICADOS ESTÃO PERMANENTEMENTE DISPONÍVEIS NESTE SITE. O CÓDIGO DE CONDUTA DA FITCH E POLÍTICAS DE CONFIDENCIALIDADE, CONFLITOS DE INTERESSE; SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO (FIREWALL) DE AFILIADAS, COMPLIANCE E OUTRAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS RELEVANTES TAMBÉM ESTÃO DISPONÍVEIS NESTE SITE, NA SEÇÃO "CÓDIGO DE CONDUTA".

Copyright © 2011 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd. e suas subsidiárias. One State Street Plaza, NY, NY 10004. Telefone: 1-800-753-4824 (para chamadas efetuadas nos Estados Unidos), ou (001212) 908-0500 (chamadas fora dos Estados Unidos). Fax: (212) 480-4435. Proibida a reprodução ou retransmissão, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Ao atribuir e manter seus ratings, a Fitch conta com informações factuais que recebe de emissores e *underwriters* e de outras fontes que a agência considera confiáveis. A Fitch executa uma pesquisa razoável das informações factuais de que dispõe, de acordo com suas metodologias de rating, e obtém razoável verificação destas informações de fontes independentes, na medida em que estas fontes estejam disponíveis com determinado patamar de segurança, ou em determinada jurisdição. A forma como é conduzida a investigação factual da Fitch e o escopo da verificação de terceiros que a agência obtém poderão variar, dependendo da natureza do título analisado e do seu emissor, das exigências e práticas na jurisdição em que o título analisado é oferecido e vendido e/ou em que o emitente esteja localizado, da disponibilidade e natureza da informação pública envolvida, do acesso à administração do emissor e seus consultores, da disponibilidade de verificações pré-existentes de terceiros, como relatórios de auditoria, cartas de procedimentos acordadas, avaliações, relatórios atuariais, relatórios de engenharia, pareceres legais e outros relatórios fornecidos por terceiros, disponibilidade de fontes independentes e competentes de verificação, com respeito ao título em particular, ou na jurisdição do emissor, em especial, e a diversos outros fatores. Os usuários dos ratings da Fitch devem estar cientes de que nem uma investigação factual aprofundada, nem qualquer verificação de terceiros poderá assegurar que todas as informações de que a Fitch dispõe com respeito a um rating serão precisas e completas. Em última instância, o emissor e seus consultores são responsáveis pela precisão das informações fornecidas à Fitch e ao mercado ao disponibilizar documentos e outros relatórios. Ao emitir seus ratings, a Fitch é obrigada a confiar no trabalho de especialistas, incluindo auditores independentes, com respeito às demonstrações financeiras, e advogados, com referência a assuntos legais e tributários. Além disso, os ratings são naturalmente prospectivos e incorporam hipóteses e predições sobre eventos futuros que, por sua natureza, não podem ser confirmados como fatos. Como resultado, apesar de qualquer verificação sobre fatos atuais, os ratings podem ser afetados por condições ou eventos futuros não previstos na ocasião em que um rating foi emitido ou afirmado.

As informações neste relatório são fornecidas "tal como se apresentam", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. Esta opinião se apoia em critérios e metodologias existentes, que são constantemente avaliados e atualizados pela Fitch. Os ratings são, portanto, resultado de um trabalho de equipe na Fitch, e nenhuma classificação é de responsabilidade exclusiva de um indivíduo, ou de um grupo de indivíduos. O rating não cobre o risco de perdas de outros riscos que não sejam o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não participa da oferta ou venda de qualquer título. Todos os relatórios da Fitch são de autoria compartilhada. Os profissionais identificados em um relatório da Fitch participaram de sua elaboração, mas não são isoladamente responsáveis pelas opiniões expressas no texto. Os nomes são divulgados apenas para fins de contato. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações reunidas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes com respeito à venda dos títulos. Os ratings podem ser modificados ou retirados a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento de investimentos de qualquer espécie. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxação sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe honorários de emissores, seguradores, garantidores, outros coobrigados e *underwriters* para avaliar os títulos. Estes honorários geralmente variam entre USD1.000 e USD750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável) por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todas ou determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou seguradas ou garantidas por determinada seguradora ou garantidor, mediante o pagamento de uma única taxa anual. Tais honorários podem variar de USD10.000 a USD1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para a utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercados, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, a pesquisa da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.

Quadro III - Por Ativos (R\$ Milhões)

Out/2011

Ordem	Administrador	Total Global de Ativos (*) (b*)	(c) Operação Compromissada										Investimento no Exterior	Ganhos	Sub Total Renda Fixa	
			(d)		(e)	(f)	(g)		(h)	(i)	(j)	(k)				
			Listro em TR. Publ. Federais	Listro em Tit. Est. Municipais e Privados	TR. Publ. Federais	CGD/ROD	Notas Promissórias	Debênturas	Direitos Creditórios	DPGE	CDB / CCB	Títulos Incobráveis				Letras Financeiras
1	BB DTVM S.A	415.052,8	159.904,1	521,4	178.472,5	35.750,5	195,8	10.113,9	155,4	2.548,5	2,6	358,4	10.449,1	1.910,0	19.012,4	246.298,4
2	ITAU UNIBANCO SA	394.710,6	42.070,9	25.921,1	167.560,4	10.150,7	709,2	1.021,8	9.516,2	4,0	211,4	10.867,2	52.274,0	-	1.251,5	270.229,3
3	BRAPARCO	217.147,0	71.476,8	4.486,8	79.491,9	18.636,6	601,7	8.110,2	10,2	515,9	5,1	782,2	15.339,1	4,2	2.335,8	209.721,6
4	CAIXA	105.156,4	26.155,0	-	72.910,6	5.072,0	-	1.000,0	4.457,7	2.699,1	59,1	430,3	6.571,1	-	68,9	1.28.714,4
5	BANCO SANTANDER (BRASIL) SA	128.510,5	11.383,7	-	75.154,1	17.071,7	-	6.900,4	-	23,6	-	1.368,5	6.708,1	-	646,8	122.510,7
6	BBM	69.160,0	15.403,2	1.05,0	45.540,0	6.021,0	-	2.750,0	0.050,0	149,0	1.165,0	400,9	5.541,2	-	395,1	62.267,4
7	RAY MELLÓN SERVICIOS FINANCIEROS DTVM SA	61.442,2	8.859,7	479,4	59.185,3	4.249,2	124,1	2.840,4	1.520,7	1.595,1	1.102,8	2.009,7	815,0	212,7	1.270,7	51.096,4
8	BTG PACTUAL	39.411,0	1.215,1	9.436,4	5.319,6	16.457,7	-	4.434,0	4.457,7	19,0	150,9	1.151,9	2.585,0	4.258,0	529,1	17.720,1
9	HSBC	65.963,5	4.696,8	1.374,2	45.105,5	6.126,5	56,0	3.033,7	-	1.555,3	-	28,3	11.336,4	21,7	73,6	74.376,8
10	CITIBANK	48.690,3	0.103,4	1.24,7	21.849,5	2.319,7	-	619,7	1.193,7	22,9	41,1	206,5	529,1	146,2	1.517,7	46.922,4
11	RUTPAG	47.254,7	4.593,9	956,7	54.825,2	1.401,4	-	1.736,3	3.950,2	102,1	48,4	3,1	1.267,9	965,3	16.275,0	34.322,4
12	BANCO SAFRA SA	41.373,0	3.251,6	9.216,4	21.151,0	9.455,9	19,7	3.47,3	-	562,5	-	-	1.579,8	-	1.156,0	37.156,1
13	CREDIT SUISSE HEDGING GRIFFIO CORP. S.A	51.922,1	9.025,4	-	9.535,1	2.785,4	-	1.798,1	-	50,0	-	-	-	-	192,2	26.156,3
14	MATIPANTAM ASSET	28.729,4	8.493,3	1.111,3	7.150,4	4.151,9	98,9	1.939,7	929,7	417,3	-	1.477,0	1.496,6	-	1.592,6	27.274,5
15	LEGGMASON WESTERN ASSET	28.447,2	328,2	-	21.286,1	1.362,8	-	2.455,9	-	-	-	-	-	-	117,9	25.977,9
16	BNP PARIBAS	32.046,1	209,6	76,1	11.461,9	879,5	-	544,6	-	37,1	-	-	-	-	912,0	19.026,4
17	SUL AMERICA INVESTIMENTOS	23.384,2	3.966,4	-	9.149,5	2.453,8	-	1.022,3	-	750,0	-	-	-	-	101,8	17.681,5
18	OPPORTUNITY	10.882,2	-	-	1.279,7	5,0	-	-	7,1	-	-	-	461,0	-	511,8	1.270,6
19	BANCO VERAGAO FUTURO DE INVESTIMENTO	4.960,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20	CREDIT AGRICOLE BRASIL SA DTVM	4.044,8	439,7	143,2	1.409,4	320,0	1,1	14,3	-	95,7	6,0	1,1	268,7	-	1.429,1	2.656,9
21	COONCOGIA	3.524,5	416,4	-	612,0	182,9	-	149,7	2.056,7	42,1	8,0	93,5	-	-	-	3.415,3
22	BANCO FATOR	2.410,0	-	-	1.191,7	231,5	-	71,7	-	-	-	-	-	-	4,3	1.601,2
23	BNB	1.366,4	612,6	-	2.083,5	97,2	-	15,0	-	169,2	-	-	53,5	-	0,8	3.279,4
24	ALFA	2.635,2	415,0	1,7	739,9	271,0	24,1	26,9	-	18,9	-	1,8	145,1	-	14,4	2.414,7
25	BANESTES	1.406,0	745,5	-	574,9	26,2	-	2,1	-	50,4	-	-	-	-	9,8	1.406,0
26	BRB DTVM	1.264,4	181,3	-	64,3	35,4	-	6,3	-	45,1	10,0	2,3	-	-	0,2	1.096,4
27	JMALUCELLI INVESTIMENTOS	590,0	2,7	-	262,9	-	-	0,8	-	-	-	-	-	-	26,0	515,4
28	BIERA DTVM	521,4	-	-	47,6	2,1	-	-	-	-	-	-	-	-	50,9	521,4
29	MERCANTIL DO BRASIL	377,3	60,5	-	143,7	107,1	-	5,5	-	-	-	-	-	-	0,8	515,5
30	BANCO DE TOKAI MITSUBISHI UF1 BRASIL SA	297,1	-	-	211,3	-	-	191,5	-	-	-	-	22,3	-	-	352,1
31	MAQUIANO	208,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7,6	208,0
32	TITULO	151,9	0,5	-	125,4	-	-	-	-	11,2	-	-	-	-	9,5	149,9
33	PROSPER GESTAO DE RECURSOS	149,3	-	-	13,8	4,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15,7
34	BRM	140,0	-	-	140,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,1	140,0
35	COPIVALORES	114,6	21,1	-	0,1	6,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26,4
36	PIEA	8,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,0
Total		1.868.854,7	327.385,2	46.311,3	770.591,5	102.490,3	2.375,8	67.916,7	32.549,9	13.198,2	4.049,3	21.730,0	95.277,2	11.166,7	24.436,9	1.507.860,8

Ranking Global de Administração de Recursos de Terceiros



Quadro III - Por Ativos (R\$ Milhões)

Out/2011

Ordem	Administrador	Total Global de Ativos (*) (b+k)	Renda Variável			(d) Sub Total Renda Variável
			(a) Ações	(b) Opções	(c) Outros	
1	BB DTVM SA	415.052,8	57.815,5	21,5	846,4	66.483,5
2	ITAU UNIBANCO SA	288.915,2	28.005,2	25,1	146,0	28.196,3
3	BRADESCO	217.147,0	10.380,4	(11,5)	1,7	10.370,6
4	Caixa	136.158,4	8.432,5	-	-	8.432,5
5	BANCO SANTANDER (BRASIL) SA	129.510,9	0.759,8	139,0	-	0.697,1
6	BBM	99.269,9	17.051,9	150,6	-	17.202,4
7	BNY MELLON SERVICOS FINANCEIROS DTVM SA	81.442,2	40.257,7	-	118,1	40.375,6
8	BTG PACTUAL	69.314,5	11.511,8	(299,0)	302,6	11.514,4
9	HSBC	65.063,5	10.009,3	0,2	(14,8)	10.004,7
10	CITIBANK	49.650,6	13.012,4	55,5	49,4	13.117,3
11	INTRAO	47.254,7	12.954,7	46,2	31,4	13.032,3
12	BANCO J SAFRA SA	41.333,0	2.797,8	(1,4)	(9,4)	2.787,0
13	CREDIT SUISSE HEDGING GRIFFO COR VAL S A	31.522,1	10.672,8	129,1	21,3	11.023,2
14	VOTORANTIM ASSET	26.729,4	1.285,2	12,5	222,2	1.499,9
15	LEGG MASON WESTERN ASSET	28.447,2	3.057,5	5,9	16,8	3.079,2
16	BNP PARIBAS	22.045,1	7.090,9	(56,2)	0,1	7.034,8
17	SUL AMERICA INVESTIMENTOS	20.384,2	2.702,5	0,2	(0,0)	2.702,7
18	OPPORTUNITY	10.952,7	7.531,9	89,2	-	7.621,1
19	BANCO GERACAO FUTURO DE INVESTIMENTO	4.969,8	4.959,0	-	-	4.959,0
20	CREDIT AGRICOLE BRASIL SA DTVM	4.054,0	067,7	-	-	67,7
21	CONCORDIA	3.524,5	109,0	-	-	109,0
22	BANCO FATOR	1.440,6	1.052,5	-	(12,8)	1.039,7
23	BNB	3.369,4	50,0	(0,0)	-	50,0
24	ALFA	3.035,2	617,9	2,6	-	620,5
25	BANESTES	1.409,0	2,7	-	-	2,7
26	BRB DTVM	1.284,4	189,0	-	-	189,0
27	JMALUCCELLI INVESTIMENTOS	500,0	277,3	(1,9)	-	275,4
28	FIBRA DTVM	523,4	463,7	-	-	463,7
29	MERCANTIL DO BRASIL	377,3	58,6	-	-	58,6
30	BANCO DE TOKYO MITSUBISHI UFJ BRASIL SA	357,1	-	-	-	-
31	MAOLIANO	288,2	281,1	(0,4)	-	280,7
32	TITULO	151,2	11,2	-	-	11,2
33	PROSPER GESTÃO DE RECURSOS	149,4	128,4	(1,5)	3,7	130,6
34	BBM	149,0	-	-	-	-
35	ODINVALORES	114,8	86,4	-	0,0	86,4
36	PILLA	8,3	8,3	-	-	8,3
Total		1.869.834,7	279.158,5	321,1	1.714,1	291.193,8

*Ativos em carteira de ações em partidas precedidas em ordem de administração

Livro...: 4.336 - Páginas...: 313/315

**PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ:
ITAÚ UNIBANCO S/A**

2º Traslado

SAIBAM quantos este público instrumento virem que no ano de dois mil e doze (2012) aos vinte e nove (29) dias do mês de junho nesta cidade de São Paulo, na sede do Outorgante, onde eu, escrevente, a chamado vim, compareceu como Outorgante **ITAÚ UNIBANCO S.A.**, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, Jabaquara, São Paulo/SP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, com seu Estatuto Social Consolidado aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29/04/2011, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob nº 403.520/11-3, em 05/10/2011, da qual cópia autenticada está arquivada nestas notas, em pasta própria sob nº 1671/11, representado por seu Diretor Vice-Presidente **JOSE CASTRO ARAÚJO RUDGE**, brasileiro, casado, administrador de empresas, identidade RG nº 14.209.727, CPF nº 033.846.588-09 e por seu Diretor **CÍCERO MARCUS DE ARAÚJO**, brasileiro, casado, administrador, identidade RG nº M-1.073.452, CPF nº 385.190.466-49, residentes e domiciliados nesta capital, eleitos através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29/04/2011, registrada na Junta Comercial de São Paulo – JUCESP sob nº 403.520/11-3, em 05/10/2011, ratificada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05/09/2011, registrada na Junta Comercial de São Paulo – JUCESP sob nº 414.537/11-7, em 17/10/2011, dos quais cópias ficam arquivadas nestas notas sob nº 1755/11 e Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/12/2011, registrada na Junta Comercial de São Paulo – JUCESP sob nº 75.284/12-1, em 15/02/2012 da qual cópia autenticada está arquivada nestas notas, em pasta própria sob nº 260/12 e Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01/02/2012, registrada na JUCESP sob nº 157.149/12-2, em 13/04/2012, do qual cópia fica arquivada nestas notas sob nº 689/12; reconhecidos pelos próprios por mim de que trato, do que dou fé. Pelo Outorgante, na forma como vem representado, me foi dito que por este instrumento, e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **ADÃO CARLOS DE PAULA**, divorciado, identidade RG nº 3.996.007-9-SSP/PR, CPF nº 610.249.619-15; **AGNALDO DE ALENCAR LOPES**, casado, identidade RG nº M-3.317.257-SSP/MG, CPF nº 484.104.116-87; **ALCIDES FAJARDO JUNIOR**, casado, identidade RG nº 1.359.927-SSP/GO, CPF nº 320.092.831-04; **ALEXANDER LUKASZCZUK**, casado, identidade RG nº 5.175.281-3-SSP/PR, CPF nº 993.560.159-53; **ANDREA HAMU CAMARGO NUCADA**, casada, identidade RG nº 3.110.130-SSP/GO-2ª via, CPF nº 758.553.131-15; **ANTONIO AFONSO DE SOUZA ROCHA**, casado, identidade RG nº 427.151-SSP/DF, CPF nº 154.247.661-53; **ANTONIO CARLOS GONÇALVES**, solteiro, identidade RG nº M-4.206.635-SSP/MG, CPF nº 642.329.646-49; **ANTONIO CARLOS MUHLERT E SILVA**, casado, identidade RG nº 4.231.681-SDS/PE, CPF nº 019.715.524-37; **CLADIR JOSÉ KUZMA**, casado, identidade RG nº 3.824.299-7-SSP/PR, CPF nº 554.232.569-68; **DAWAYSON JOSÉ ALVES PIMENTA**, casado, inscrito no CRC/RJ sob o nº 48.950/O-4, CPF nº 344.654.137-34; **CYRO DE OLIVEIRA SANTOS**, casado, identidade RG nº 4.007.005-SSP/MG, CPF nº 633.163.316-20; **DALADIEL DA SILVA MIRANDA**, casado, identidade RG nº 4.230.664-SSP/PA, CPF nº 208.318.032-15; **DOMINGOS SÁVIO BAIÃO**, casado, identidade RG nº MG-1.408.342-SSP/MG, CPF nº 294.819.616-72; **ELAINY SOARES DE CASTRO**, viúva, identidade RG nº 21.310-1-CRE/RJ, CPF nº 118.777.073-68; **ELISA DE CÁSSIA CAMARGO TELLES**, divorciada, identidade RG nº 20.238.874-8-SSP/SP, CPF nº 166.515.168-41; **FÁBIO PEDRO DE SOUZA**, casado, identidade RG nº 16.178.484-SSP/SP, CPF nº 412.174.778-70; **FRANCISCO CARLOS POSSAS**, divorciado, identidade RG nº M-884.381-SSP/MG, CPF nº 250.419.596-68; **GABRIEL VIEGAS NETO**, casado, identidade RG nº 1.262.302-0-SSP/PR, CPF nº 393.101.759-15; **GERALDO LUIS FERRAZ DA COSTA**, casado, identidade RG nº 16.104-CORECON, CPF nº 610.400.107-68; **HEDERSON MÁRCIO CANTOS**, casado, identidade RG nº

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



União Internacional
do Notariado Brasileiro
(Fundada em 1944)



10982602177022.000299923-9

P.04463 R.001923

RUA PRINCESA ISABEL 361 BROOKLIN NOTAS SÃO PAULO
SÃO PAULO SP CEP.04561-001
FONE/FAX: 11-50417622

2012
VALOR: R\$ 100,00
DATA: 2012/06/29

0097BJ794928
TABELIAO AVELINO LUIS MARQUES

Handwritten signatures and initials.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

20.372.576-SSP/SP, CPF nº 105.220.298-50; ISIDRO VELASCO RIOS, casado, identidade RG nº 20.588.771-CRA/RJ, CPF nº 360.717.066-53; JOÃO LIBÉRIO PORTO, casado, inscrito na OAB/GO nº 13.997, CPF nº 458.050.321-04; JOEL MELQUIADES DE SOUZA, casado, identidade RG nº 4.012.113-7-SSP/PR, CPF nº 531.438.929-00; JORGE LUIZ LIMA RODRIGUES, casado, inscrito no CRC/RJ nº 51.196, CPF nº 491.994.047-53; JOSÉ CARLOS MEJON DE SOUZA, casado, identidade RG nº M-968.454-SSP/MG, CPF nº 294.669.116-00; JOSÉ ROBERTO BLANCO, casado, identidade RG nº 3.467.468-0-SSP/PR, CPF nº 447.335.429-68; JOSÉ ROBERTO DA SILVA, casado, identidade RG nº 10.990.089-SSP/SP, CPF nº 007.399.338-76; JOSELITO DA SILVA LIMA, casado, identidade RG nº 7.873.597-4-IFP/RJ, CPF nº 992.012.597-00; JUARES GILMAR PIENIAK, casado, identidade RG nº 4.132.509-7-SSP/PR, CPF nº 643.802.389-20; LÚCIO JOSÉ ESCUDERO, divorciado, identidade RG nº 12.410.905-6-SSP/SP, CPF nº 003.768.348-97; MARA RÚBIA DOS SANTOS CEZAR, solteira, identidade RG nº 273875826-SSP/SP, CPF nº 122.005.948-01; MARCELO FERREIRA BARBOSA, casado, identidade RG nº 19.671.379-1-SSP/SP, CPF nº 129.549.488-41; MÁRCIA BARBOSA MARRA, brasileira, casada, identidade RG nº M-5.854.758-SSP/MG, CPF nº 807.772.286-53; MARCIA REGINA GANHO SOUZA, casada, identidade RG nº 33.143.290-SSP/PR, CPF nº 544.785.709-06; MÁRCIO FARNEZE MACHADO JÚNIOR, casado, identidade RG nº M-3.769.515-SSP/MG, CPF nº 583.592.226-49; MARCO ANTONIO GAMARANO, casado, identidade RG nº M-1.517.843-SSP/MG, CPF nº 418.154.596-20; MARCUS VINÍCIUS LEMOS SCHALCH, casado, identidade RG nº 27.531.000-0-SSP/SP, CPF nº 539.483.606-00; PAULO ROBERTO MINCOV, casado, identidade RG nº 2.019.578-9-SSP/PR, CPF nº 474.096.069-91; REGIANE LOPES DE AVELAR MORAES, divorciada, identidade RG nº 3.125.245-SSP/GO-2ª via, CPF nº 576.335.331-53; RICARDO ANDRÉ VASTA, casado, identidade RG nº M-2.282.345-SSP/MG, CPF nº 509.560.786-72; ROBERTO ALEIXO E SILVA, casado, identidade RG nº 3.399.355-SSP/GO, CPF nº 125.946.872-00; ROBERTO DE LIMA RODRIGUES, casado, identidade RG nº 4.291.000-0-IFP/RJ, CPF nº 001.383.287-57; ROBERTO LUIZ BRANDÃO BRACARENSE, casado, identidade RG nº M-1.342.754-SSP/MG, CPF nº 481.240.366-91; RODRIGO FIGUEIREDO SILVA, casado, identidade RG nº 26.146.104-7-SSP/SP, CPF nº 261.163.968-01; RODRIGO GARCIA COUTINHO, casado, identidade RG nº 4.242.848-5-SSP/PR, CPF nº 018.976.209-85; ROSEMEIRE CRISTINA ROCHA SOUZA, solteira, identidade RG nº M-4.399.241-SSP/MG, CPF nº 713.892.886-68; SANDRO MONTEIRO CASTANHEIRA, casado, identidade RG nº M-3.225.756-SSP/MG, CPF nº 514.394.846-00; WAGNER RODRIGUES JÚNIOR, casado, inscrito na OAB/GO nº 12.110, CPF nº 467.240.951-15; WALTER PINHO ALMEIDA, casado, identidade RG nº 3.578.130-IFP/RJ, CPF nº 487.476.707-97, aos quais confere poderes para: a) representar o Outorgante ativa e passivamente, perante órgãos federais, estaduais e municipais, podendo, perante estes últimos, assinar quaisquer impugnações ou recursos; b) participar de licitação pública e privada, em qualquer localidade do território nacional, em todas as suas modalidades e tipos, credenciar representantes, comparecer às audiências e sessões de julgamento, anuir nos termos, assinar e apresentar as respectivas propostas, inclusive lances verbais, documentos ou quaisquer instrumentos, estipular preços, concordar com cláusulas e condições, aceitar e cumprir exigências, assinar atas e requerimentos, interpor recursos, desistir, praticar enfim, todos e quaisquer atos necessários a sua participação, até conclusão do respectivo processo; c) substabelecer os poderes "ad judicium" a advogado credenciado para defender os interesses do Outorgante perante a Justiça do Trabalho; d) constituir prepostos com o fim especial de representar o Outorgante na forma e para os efeitos do § 1º do art. 843 da Consolidação das Leis do Trabalho e dos artigos 447 e 448 do Código de Processo Civil; e) constituir prepostos para representar o Outorgante perante órgãos de proteção e defesa do consumidor de que trata a Lei nº 8.078/90; f) representar o Outorgante na qualidade de preposto, perante qualquer instância, juízo ou Tribunal, podendo, para tanto, prestar depoimento pessoal, receber e dar quitação, fazer acordos nos limites de sua alçada, assinando o que for

130 - Tabelião de Notas

COPIA

São Paulo, 4 AGO. 2012

109781792842

ANTICIPAÇÃO DE PAGAMENTO

VALOR SOMENTE DO SELLO DE AUTENTICAÇÃO

Valor cobrado pelo ato R\$ 2,56



ANA RODRIGUES MARQUES PIOLI
 SUBSTITUTA DO TABELIAO
 RUA PRINCESA ISABEL, 363 - SÃO PAULO - SP
 REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

necessário; g) praticar, enfim, todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato, inclusive substabelecer, com exceção dos poderes conferidos na alínea "b"; h) requerer certidões, declarações e demais documentos de natureza fiscal, requisitar levantamento, guias e outros documentos para quitação de débitos existentes e regularizações de pendências. **FORMA DE REPRESENTAÇÃO:** Os poderes serão exercidos por qualquer um dos Outorgados isoladamente, independentemente da ordem de nomeação. O(s) Outorgado(s) ora constituído(s) fica(m) ciente(s) de que ao se desligar(em) do quadro de administradores/funcionários do Conglomerado Itaú Unibanco, do qual faz(em) parte, não mais poderá(ão) exercer quaisquer poderes constantes neste instrumento, ficando sem efeito os atos praticados após o seu desligamento, sendo inclusive responsável(is) por perdas e danos causados pelo uso indevido dos poderes revogados em decorrência do seu desligamento. Esta procuração vigorará pelo prazo de 1 (um) ano a contar desta data. - Declara o Outorgante que uma cópia da presente está arquivada na Superintendência de Assuntos Corporativos conforme registro sob o nº ITB-144/2012-4. **ÓRGÃO DE DÉBITO 38285-3.** - De como assim o disse, dou fé me pediram que lhes lavrasse este instrumento o qual foi feito, lhes li em voz alta, aceitaram e assinam. - Ao Tabelião: R\$ 187,56, Estado: R\$ 53,32, Ipesp: R\$ 39,50, R. Civil: R\$ 9,88, Tribunal: R\$ 9,88, Sta. Casa: R\$ 1,88, Total: R\$ 302,02. Eu, MÂRCIO JOSÉ DA SILVA, escrevente, a escrevi. - Eu, ANA RODRIGUES MARQUES PIOLI, Substituta, a subscrevo. - (aa) JOSÉ CASTRO ARAÚJO RUDGE / CÍCERO MARCUS DE ARAÚJO / ANA RODRIGUES MARQUES PIOLI (LEGALMENTE SELADA). Nada mais, dou fé. Traslada em seguida. - Eu, _____, a conferi e assino em público e raso.

13º Tabelião desta Capital
 Valor devido por este instrumento

Ao Tabelião.....	R\$	26,71
Ao Estado.....	R\$	7,59
Ao Ipesp.....	R\$	5,62
Ao Registro Civil.....	R\$	1,41
Ao Tribunal.....	R\$	1,41
Santa Casa.....	R\$	0,26
Total.....	R\$	43,00

Em testemunho da _____ da Verdade

[Handwritten Signature]

13º Tabelião de Notas
 da Capital - SP
 ANA RODRIGUES MARQUES PIOLI
 SUBSTITUTA DO TABELIAO
 Rua Princesa Isabel, 363 - São Paulo - SP



P-04463 R-001926

RUA PRINCESA ISABEL 363 - GOKLIN
 SÃO PAULO SP CEP 04601-001
 FONE/FAX: 11-50417622

13º TABELIAO DE NOTAS - SAO PAULO
 14 DE ABRIL 2012
 VALOR R\$ 302,02
 1097/BJ794935

[Handwritten signatures]



COPIA COPIA COPIA COPIA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

COPIA COPIA COPIA COPIA

EM BRANCO

EM BRANCO

COPIA COPIA COPIA COPIA

PO

Ampl.

Livro...: 4.326 - Páginas...: 291/292

Procuração bastante que faz:
ITAÚ UNIBANCO S.A.

2º Traslado

SAIBAM quantos este público instrumento virem que no ano de dois mil e doze (2012) aos vinte e nove (29) dias do mês de maio nesta cidade de São Paulo, na sede do Outorgante, onde eu, escrevente, a chamado vim, compareceu como Outorgante **ITAÚ UNIBANCO S/A**, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Oitavo Setubal, Jabaquara, São Paulo/SP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, com seu Estatuto/Social Consolidado aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29/04/2011, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob nº 403.520/11-3, em 05/10/2011, da qual cópia autenticada está arquivada nestas notas, em pasta própria sob nº 1671/11, neste ato, de conformidade com o artigo 5º, de seu Estatuto Social Consolidado, representado por seu Diretor Executivo **OSVALDO DO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, engenheiro, identidade RG nº 4.424.732, CPF nº 696.764.028-34 e por seu Diretor **RICARDO LIMA SOARES**, brasileiro, união estável, técnico de contabilidade e de estatística, identidade RG nº 9.990.200-X, CPF nº 031.983.788-26, residentes e domiciliados nesta capital, eleitos através da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29/04/2011, registrada na Junta Comercial de São Paulo - JUCESP sob nº 403.520/11-3, em 05/10/2011, ratificada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05/09/2011, registrada na Junta Comercial de São Paulo - JUCESP sob nº 414.537/11-7, em 17/10/2011, dos quais cópias ficam arquivadas nestas notas sob nº 1755/11 e Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30/12/2011, registrada na Junta Comercial de São Paulo - JUCESP sob nº 75.284/12-1, em 15/02/2012 da qual cópia autenticada está arquivada nestas notas, em pasta própria sob nº 260/12; reconhecidos pelos próprios por mim de que trato, do que dou fé. Pelo Outorgante, na forma como vem representado, me foi dito que por este instrumento, e na melhor forma de direito, nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **CESAR PADOVAN**, brasileiro, casado, administrador, identidade RG nº 9.100.787, CPF nº 007.987.778-85; **CÍCERO MARCUS DE ARAÚJO**, brasileiro, casado, administrador, identidade RG nº M-1.073.452, CPF nº 385.190.466-49; **EDILSON PEREIRA JARDIM**, brasileiro, casado, administrador, identidade RG nº 17.434.566, CPF nº 092.696.278-70; **LUIS TADEU MANTOVANI SASSI**, brasileiro, casado, economista, RG nº 7.801.922-9, CPF nº 016.082.558-08; **MARCELO BOOCK**, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 13.244.550-5, CPF nº 113.182.768-61, aos quais confere poderes para representar o Outorgante ativa e passivamente, perante Repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais, Paraestatais, Autarquias Públicas, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Juntas Comerciais e demais Entidades e/ ou Órgãos Governamentais, podendo, para tanto assinar e receber correspondências, assinar ofícios e intimações, contratos, convênios e aditivos referentes ao processamento de folha de pagamento de servidores e fornecedores, consignação em folha de pagamento, seguros, produtos de previdência, arrecadação e cobrança de tributos, rendas e demais serviços bancários, cessão, permissão, comodato, concessão e autorização de uso de bens públicos para instalação de unidades de atendimento bancário, cessão definitiva de direitos creditórios referentes a royalties de petróleo, participações especiais e compensações financeiras pela utilização de recursos hídricos e minerais, cédula de crédito bancário e demais produtos de crédito, interveniência e anuência em operação de vinculação de receitas, cessão e transferência de créditos envolvendo garantias e ou contra garantias prestadas pela União junto a Organismos e/ou Fundos Nacionais e Internacionais, podendo praticar, enfim, todos os atos necessários ao fiel desempenho do presente mandato, sendo vedado seu substabelecimento. **FORMA DE REPRESENTAÇÃO:** Os poderes serão exercidos, independentemente da ordem de nomeação: a) por dois quaisquer dos Outorgados em conjunto; b) por qualquer um dos Outorgados em conjunto com um Diretor do Outorgante. O(s) Outorgado(s) ora constituído(s) fica(m) ciente(s) de que ao se desligar(em) do quadro de administradores/funcionários do Conglomerado Itaú Unibanco, do qual faz(em) parte, não mais poderá(ão) exercer quaisquer poderes constantes neste instrumento, ficando sem efeito os atos praticados após o seu desligamento, sendo inclusive responsável(is) por perdas e danos causados pelo uso indevido dos poderes revogados em decorrência do seu desligamento. **REVOGAÇÃO:** Fica REVOGADA a procuração ITB-310/2011, de 01/12/2011. Esta procuração vigorará pelo prazo de 1 (um) ano a contar desta data. - Declara o Outorgante que uma cópia da presente está arquivada na Superintendência de Assuntos Corporativos conforme registro sob o nº ITB-122/2012-3. **ÓRGÃO DE DÉBITO 38285** - De como assim o disse, dou fé me pediram que lhes lavrasse este

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALDO EST. TUDO TERRITÓRIO NACIONAL. QUALQUER A DOUTRINA. CASO DE LITIGÂNCIA, JUVILADA EST. INTERESTADO



P:04396 R:035194

RUA PRINCESA ISABEL 533 BROOKLIN - SP - CEP: 04601-001
SÃO PAULO SP
FONE/FAX: 11-50447622

São Paulo, 05 JUN 2012

RODRIGO DE ALMEIDA SINDICADO
VALIDO SOMENTE COMO SELO
Valor cobrado del

1097 B1956458

Handwritten signatures

Handwritten initials



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado de São Paulo

instrumento o qual foi feito, lhes li em voz alta, aceitaram e assinam.- Ao Tabelião: R\$ 187,56, Estado: R\$ 53,32, Ipesp: R\$ 39,50, R.Civil: R\$ 9,88, Tribunal: R\$ 9,88, Sta. Casa: R\$ 1,88, Total: R\$ 302,02. Eu, MÁRCIO JOSÉ DA SILVA, escrevente, a escrevi. - Eu, ANA RODRIGUES MARQUES PIOLI, Substituta, a subscrevo. - (aa) OSVALDO DO NASCIMENTO / RICARDO LIMA SOARES / ANA RODRIGUES MARQUES PIOLI (LEGALMENTE SELADA). - ada mais, dou fé. Trasladada em seguida. - Eu, ANA, a conferi e assino em público e raso.

13º Tabelião desta Capital	
Valor devido por este instrumento	
Ao Tabelião.....	R\$ 26,71
Ao Estado.....	R\$ 7,59
Ao Ipesp.....	R\$ 5,62
Ao Registro Civil.....	R\$ 1,41
Ao Tribunal.....	R\$ 1,41
A Santa Casa.....	R\$ 0,26
Total.....	R\$ 43,00

Em testemunho da ANA da Verdade

ANA RODRIGUES MARQUES PIOLI

13º Tabelião de Notas da Capital - SP
ANA RODRIGUES MARQUES PIOLI
SUBSTITUTA DO TABELIÃO
Rua Princesa Isabel, 363 - São Paulo - SP

11º TABELIÃO DE NOTAS - SÃO PAULO
R. Bonifácio de Matos, 1093 - São Paulo - SP - Tel: 5085-5711
AUTENTICAÇÃO
reprografia conforme original, a quem aplicou a selagem.
São Paulo, 05 JUN 2012
RODRIGO DE ALMEIDA SINGI GUERREIRO -
VALIDO SOMENTE COMO SELAGEM AUTENTICA
Valor cobrado pelo ato R\$ 2,35



Descreva a experiência da instituição na gestão de recursos de fundos de pensão no Brasil

Itaú Administração de Ativos

Com a criação do Banco Itaú de Investimentos, em meados dos anos sessenta, o primeiro de seu gênero no país, o Itaú inicia sua atuação no segmento de administração de recursos de terceiros, vocação que se mostraria natural nos anos que se seguiram.

A vocação de administração de recursos rompeu fronteira e foi se instalar na Itaú Corretora que liderou a administração de clubes de investimento, tanto em volumes como em número de clubes administrados.

Com a transformação dos Fundos 157 em Fundos Mútuos de Ações e a criação dos Fundos Mútuos de Renda Fixa a indústria passou a ter novas e diferenciadas possibilidades de aplicação de recursos. Novamente o Itaú se mostra inovador na criação de produtos voltados para pessoas físicas e jurídicas, na busca de atender uma demanda crescente por produtos mais sofisticados.

Com o advento da lei 6435/77 que regulamentou em caráter definitivo a figura dos Fundos de Pensão no Brasil, o Banco Itaú passou a estruturar uma área voltada exclusivamente para o atendimento deste segmento. Este cuidado se justificava em função da necessidade de um suporte administrativo adequado, bem como uma correta interpretação da nova legislação.

Nos últimos anos o Banco Itaú avançou atendendo às novas necessidades do mercado e a maior liberdade oferecida pela legislação, criando produtos específicos e adequados para cada segmento de atuação e oferecendo ampla gama de facilidades operacionais.

Dando continuidade à sua política de crescimento, o Itaú adquiriu várias instituições:

1995 - Banco Francês e Brasileiro;

2000 – adquiriu a operação de Asset Management do Banco Matrix;

2001 - a operação de Asset Management e Private Bank do Lloyds TSB no Brasil,

2002 - associou-se ao Banco BBA-Creditanstalt. Desta associação surge uma nova instituição, o Banco Itaú BBA, focado no segmento Corporate. Esta associação resultou na operação de incorporação da BBA Investimentos DTVM na Itaú Área de Administração de Ativos;

2003 - a aquisição do Banco Fiat SA e a assinatura do contrato com a AGF Brasil Seguros e AGF do Brasil Participações Ltda.;

2006 - o Itaú Holding e o Bank of America Corporation (BAC) firmaram acordo visando à aquisição, pelo Itaú Holding, das operações do BankBoston (BKB) e controladas no Brasil, Chile e Uruguai. Essa operação assegurou ao Itaú a expansão de suas operações em novos mercados na América Latina.



Unibanco Asset Management (UAM)

Desde sua fundação em 1995, a UAM tem uma administração totalmente independente do Unibanco, seguindo a política de Chinese Wall. Sua criação, uma iniciativa pioneira no Brasil, deu continuidade à longa e reconhecida trajetória do Unibanco na administração de recursos de terceiros.

Sua postura ética e rígidos princípios de controle estão respaldados na tradição empresarial do Unibanco, um dos maiores grupos financeiros do Brasil, com mais de 80 anos de atuação no mercado brasileiro e internacional:

1957 - Unibanco lança o primeiro Fundo Mútuo de Ações no mercado brasileiro

1974 - Início da gestão de Carteiras Individuais para Pessoas Físicas

1975 - Implementação de Sociedades de Investimento (investimentos estrangeiros no mercado acionário brasileiro)

1979 - Início da administração de recursos de Fundos de Pensão

1995 - Criação da Unibanco Asset Management

1997 - Pioneirismo em Rating

2002 – Criação do Segmento Wealth Management

2005 – 10 anos de UAM

Itaú Unibanco

Em novembro de 2008, Itaú e Unibanco assinaram contrato de associação visando à unificação das operações financeiras dos dois bancos de modo a formar o maior conglomerado financeiro privado do Hemisfério Sul, com valor de mercado que o situa entre as 20 maiores instituições financeiras do mundo.

Toda esta dedicação à sua vocação original de administração de recursos faz com que atualmente o Itaú Unibanco seja um dos maiores gestores privados de recursos de terceiros do país, com posição destacada no segmento de fundos mútuos, situando-se entre os principais gestores de recursos de fundos de pensão e com absoluta liderança no segmento de pessoas físicas.

Número e patrimônio total de carteiras administradas, fundos exclusivos e não exclusivos voltados ao investidor institucional.

	PL	Nº
Carteira Administrada	R\$ 4,5 Bi	57
Fundos Exclusivo	R\$ 9,0 Bi	53
Fundos Abertos	R\$16,8 Bi	40

Existe uma estrutura de atendimento voltada apenas ao investidor institucional? Favor descrever.

Atendimento através da área de Investidores Institucionais com o acompanhamento de um Gerente Comercial, um Gerente de Investimentos e um assistente de investimentos além da mesa de atendimento que conta com quatro profissionais para movimentações, extratos, relatórios, entre outras demandas que se fizer necessária.

Existe algum processo específico para a gestão dos fundos exclusivos? Favor descrever.

Sim, para cumprirmos a missão de oferecer *performance* consistente e atendimento diferenciado para clientes de fundos de atacado, contamos com uma equipe focada e dedicada a mandatos exclusivos (Foco no Cliente) mantendo uma maior proximidade entre gestor e cliente, contato mais próximo, mais focado e mais freqüente.

Descreva a experiência da instituição na gestão de perfis de investimentos de fundos de pensão. A instituição possui experiência na gestão de produtos do tipo "lifecycle funds"? Favor descrever.

O Itaú é o maior gestor privado de recursos de Clientes Institucionais do Brasil, tendo apresentado sólido crescimento, tanto do volume como do número de clientes, alguns desses conosco há mais de 20 anos. Essa posição de destaque é consequência da obtenção de consistentes resultados de gestão, da oferta de serviços diferenciados e do atendimento realizado por equipes de profissionais altamente capacitados.

Composta de profissionais com larga experiência no mercado, a área do Itaú dedicada aos Clientes Institucionais desenvolve produtos de investimento totalmente ajustados às necessidades desse segmento.

A área de Administração de Ativos conta com gestores dedicados e especializados no segmento de Clientes Institucionais e tem como principal objetivo otimizar a relação risco-retorno dos investimentos. Essa área segue estritamente o mandato estabelecido pelo cliente, respeitando as limitações legais e de mercado.

Principais Produtos e Serviços

Fundos Abertos - A Área de administração de recursos do Itaú oferece cinco famílias de fundos abertos, estruturados de acordo com a legislação de cada grupo de Clientes Institucionais

Fundos Exclusivos - Contamos com duas equipes de gestão (Renda Fixa e Renda Variável), com profissionais focados nas necessidades específicas dos Clientes Institucionais que optam por esse tipo de instrumento. Os fundos exclusivos geridos pelo Banco Itaú têm uma vasta possibilidade de configurações e controles para atenderem plenamente às necessidades específicas de nossos clientes.

Carteiras Administradas - Além das equipes acima, temos um outro time focado na gestão de carteiras administradas. Essa equipe é responsável pelo fiel cumprimento desses mandatos e pela alocação dos recursos nos diferentes macro-segmentos do mercado financeiro. Nossa estrutura de gestão permite a adoção de benchmarks diversos (CDI, SELIC, IMA, IBrX, Ibovespa etc.) e de seus derivados (IMA-B, IMA-S, IRF-M, compostos etc.).

Com relação a Lifecycle Funds, em setembro de 2008 o Itaú Unibanco lançou a família de fundos "Fases da Vida" seguindo o conceito Lifecycle, cuja proposta consiste em ajustar o perfil de risco e as alocações de acordo com o momento de vida do investidor. Foram criados 6 fundos abertos destinados ao varejo com datas alvo de 2020, 2030 e 2040 com patrimônio total de aproximadamente R\$ 90 milhões.

As políticas de investimento seguem um modelo de alocação cujo objetivo é maximizar os ganhos nos primeiros anos de vigência do produto e reduzir o risco à medida que o investidor se aproxima de sua data de aposentadoria. As premissas iniciais do modelo consideram que há prêmio para alocação em ativos de risco e que eventuais perdas no início do plano possam ser recuperadas ao longo do tempo.

Os principais ativos de risco são papéis de Renda Variável, que por representarem o desempenho de empresas privadas devem apresentar retorno acima das taxas de juros vigentes e papéis atrelados à inflação (IPCA) com intuito de garantir o poder de compra do investidor (juros reais). A gestão é realizada utilizando modelos de Asset Allocation, cujas decisões são efetuadas através de diretrizes definidas em comitês de alocação do Asset Management desta instituição

Descreva o sistema de relatórios enviados aos clientes com respectivos prazos e possíveis formatos de envio (enviar exemplos de relatórios fornecidos aos clientes).

O Banco Itaú Unibanco S/A. disponibiliza aos seus clientes o acesso ao site www.itauinstitucionais.com.br, um canal eletrônico que permite ao cliente devidamente cadastrado e identificado através de login e senha pessoal, a realização de consultas ilimitadas a diversos relatórios. Por Exemplo: Composições das carteiras de investimentos, posições de fundos (extratos), rentabilidades, valores das cotas, Contratos digitalizados, Notas de corretagem (para as carteiras administradas).

O sistema on-line permite aos nossos clientes colher as informações a qualquer momento. Relatórios mensais são fechados no início de cada mês dependendo da complexidade. Em breve, os arquivos XML estarão disponíveis nessa ferramenta.

Em nosso site, exclusivo para clientes institucionais (www.itauinstitucionais.com.br) há uma área pública onde disponibilizamos a opinião dos nossos gestores, conjuntura semanal nacional e internacional e chats com diversas personalidades do meio econômico e político.





Além do site, enviamos via e-mail (por demanda do cliente) relatórios mensais (formato padrão Itaú Unibanco) contendo indicativo de mercado, análise econômica e análise dos resultados do fundo; Informativo Diário e Semanal de Mercado: com informações sucintas sobre mercado, economia e política

São Paulo, 08 novembro de 2017.

Adão Carlos de Paula
Gerente Poder Público
003942620

O rating acima foi solicitado pelo, ou em nome do, emissor, e, portanto, a Fitch foi compensada pela avaliação do rating

TODOS OS RATINGS DE CRÉDITO DA FITCH ESTÃO SUJEITOS A ALGUMAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE. POR FAVOR, VEJA NO LINK A SEGUIR ESSAS LIMITAÇÕES E TERMOS DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE: [HTTP://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS](http://FITCHRATINGS.COM/UNDERSTANDINGCREDITRATINGS). AS DEFINIÇÕES E TERMOS DE USO DOS RATINGS ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE PÚBLICO DA AGÊNCIA, EM WWW.FITCHRATINGS.COM. OS RATINGS PÚBLICOS, CRITÉRIOS E METODOLOGIAS PUBLICADOS ESTÃO PERMANENTEMENTE DISPONÍVEIS NESTE SITE. O CÓDIGO DE CONDUTA DA FITCH E POLÍTICAS DE CONFIDENCIALIDADE, CONFLITOS DE INTERESSE; SEGURANÇA DE INFORMAÇÃO (FIREWALL) DE AFILIADAS, COMPLIANCE E OUTRAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS RELEVANTES TAMBÉM ESTÃO DISPONÍVEIS NESTE SITE, NA SEÇÃO "CÓDIGO DE CONDUTA".

Copyright © 2012 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd. e suas subsidiárias. One State Street Plaza, NY, NY 10004. Telefone:

1-800-753-4824 (para chamadas efetuadas nos Estados Unidos), ou (001212) 908-0500 (chamadas fora dos Estados Unidos). Fax: (212) 480-4435. Proibida a reprodução ou retransmissão, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Ao atribuir e manter seus ratings, a Fitch conta com informações factuais que recebe de emissores e *underwriters* e de outras fontes que a agência considera confiáveis. A Fitch executa uma pesquisa razoável das informações factuais de que dispõe, de acordo com suas metodologias de rating, e obtém razoável verificação destas informações de fontes independentes, na medida em que estas fontes estejam disponíveis com determinado patamar de segurança, ou em determinada jurisdição. A forma como é conduzida a investigação factual da Fitch e o escopo da verificação de terceiros que a agência obtém poderão variar, dependendo da natureza do título analisado e do seu emissor, das exigências e práticas na jurisdição em que o título analisado é oferecido e vendido e/ou em que o emitente esteja localizado, da disponibilidade e natureza da informação pública envolvida, do acesso à administração do emissor e seus consultores, da disponibilidade de verificações pré-existentes de terceiros, como relatórios de auditoria, cartas de procedimentos acordadas, avaliações, relatórios atuariais, relatórios de engenharia, pareceres legais e outros relatórios fornecidos por terceiros, disponibilidade de fontes independentes e competentes de verificação, com respeito ao título em particular, ou na jurisdição do emissor, em especial, e a diversos outros fatores. Os usuários dos ratings da Fitch devem estar cientes de que nem uma investigação factual aprofundada, nem qualquer verificação de terceiros poderá assegurar que todas as informações de que a Fitch dispõe com respeito a um rating serão precisas e completas. Em última instância, o emissor e seus consultores são responsáveis pela precisão das informações fornecidas à Fitch e ao mercado ao disponibilizar documentos e outros relatórios. Ao emitir seus ratings, a Fitch é obrigada a confiar no trabalho de especialistas, incluindo auditores independentes, com respeito às demonstrações financeiras, e advogados, com referência a assuntos legais e tributários. Além disso, os ratings são naturalmente prospectivos e incorporam hipóteses e predições sobre eventos futuros que, por sua natureza, não podem ser confirmados como fatos. Como resultado, apesar de qualquer verificação sobre fatos atuais, os ratings podem ser afetados por condições ou eventos futuros não previstos na ocasião em que um rating foi emitido ou afirmado.

As informações neste relatório são fornecidas "tal como se apresentam", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. Esta opinião se apoia em critérios e metodologias existentes, que são constantemente avaliados e atualizados pela Fitch. Os ratings são, portanto, resultado de um trabalho de equipe na Fitch, e nenhuma classificação é de responsabilidade exclusiva de um indivíduo, ou de um grupo de indivíduos. O rating não cobre o risco de perdas em função de outros riscos que não sejam o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não participa da oferta ou venda de qualquer título. Todos os relatórios da Fitch são de autoria compartilhada. Os profissionais identificados em um relatório da Fitch participaram de sua elaboração, mas não são isoladamente responsáveis pelas opiniões expressas no texto. Os nomes são divulgados apenas para fins de contato. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações reunidas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes com respeito à venda dos títulos. Os ratings podem ser modificados ou retirados a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento de investimentos de qualquer espécie. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxação sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe honorários de emissores, seguradores, garantidores, outros coobrigados e *underwriters* para avaliar os títulos. Estes honorários geralmente variam entre USD1.000 e USD750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável) por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todas ou determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou seguradas ou garantidas por determinada seguradora ou garantidor, mediante o pagamento de uma única taxa anual. Tais honorários podem variar de USD10.000 a USD1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para a utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercados, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, a pesquisa da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.

Ratings Itaú Unibanco Holding S.A.

Veja também:		
↳ Ratings do Itaú Unibanco Holding	↳ Ratings Itaú Unibanco S.A	↳ Ratings Banco Itaú-BBA

Ratings

Brazil

Category	Moody's Rating
Outlook	Positive
Country Ceiling: Fgn Currency Bonds & Notes	Baa1/P-2
Country Ceiling: Fgn Currency Bank Deposits	Baa2/P-2
Brazil, Government of	
Outlook	Positive
Government Bonds	Baa2

FITCH RATINGS	Nacional	Internacional
IDR (Issuer Default Ratings) Curto Prazo - Moeda Estrangeira	-	F2
IDR (Issuer Default Ratings) Curto Prazo - Moeda Nacional	F1+(bra)	F1
IDR (Issuer Default Ratings) Longo Prazo - Moeda Estrangeira	-	BBB+
IDR (Issuer Default Ratings) Longo Prazo - Moeda Nacional	AAA(bra)	A-
Rating de Viabilidade de Longo Prazo	-	a-
Suporte - Legal	-	2

MOODY's	Nacional	Internacional
Força Financeira	-	-
Emissor - Moeda Estrangeira (LP/CP)	-	Baa1/P-2
Emissor - Moeda Nacional (LP/CP)	-	Baa1/P-2
Emissor - Longo Prazo	Aaa.br	-
Emissor - Curto Prazo	BR-1	-
Dívida Sênior - Moeda Estrangeira (LP)	-	Baa1
Dívida Subordinada - Moeda Estrangeira (LP)	-	Baa2

Standard & Poor's	Nacional	Internacional
Moeda Estrangeira - Longo Prazo	-	BBB
Moeda Estrangeira - Curto Prazo	-	A-2
Moeda Nacional - Longo Prazo	brAAA	BBB

Moeda Nacional - Curto Prazo	brA-1	A-2
------------------------------	-------	-----

TOPO 2

CEA

SA *AO*



Prefeitura do Município de São Paulo
 Secretaria Municipal de Finanças
 Departamento de Arrecadação e Cobrança

FDC - Ficha de dados cadastrais
 Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM

C.C.M. : 1.023.917-0
Contribuinte : ITAU UNIBANCO S.A.
Pessoa Jurídica : Não Consta
Endereço : PC ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA 100 TORRE OLAVO
 SETUBAL
Bairro : PARQUE JABAQUARA
Cep : 04344-902
Telefone : Não Consta
CNPJ / CPF : 60.701.190/0001-04
Início de Funcionamento : 22/09/1944
Data de Inscrição : 20/06/1973
CCM Centralizador : Não Consta
Nro. Ordem Endereço : 003 / Endereço Comercial
Nro. Contrib. Imposto Predial (SQL) : 089.562.0302-4
Código do Estabelecimento : 32107
Data início Estab. : 01/01/2003
Taxa : TFE
Última Atualização Cadastral : 07/09/2011

Código(s) de serviço(s) / Anúncio(s)						
Código	Data de Início	Imposto	Alíquota do Imposto	Livros	Documentos	Qtd. Anúncios(s)
02445	01/03/2004	ISS	5,00 %	51-57	NFS	
02461	01/03/2004	ISS	5,00 %	51-57	NFS	
02658	01/03/2004	ISS	5,00 %	51-57	NFS	
02682	01/03/2004	ISS	5,00 %	51-57	NFS	
03093	01/03/2004	ISS	5,00 %	51-57	NFS	
03115	01/03/2004	ISS	5,00 %	51-57	NFS	
03158	01/03/2004	ISS	5,00 %	51-57	NFS	
03204	01/03/2004	ISS	5,00 %	51-57	NFS	
05870	01/01/2008	ISS	5,00 %	57	DMS NFS	

Atenção : a descrição das atividades continua na folha seguinte.

Expedida em 28/08/2012 via Internet com base na Portaria SF nº 018/2004, de 25 de março de 2004.



Prefeitura do Município de São Paulo
Secretaria Municipal de Finanças
Departamento de Arrecadação e Cobrança

FDC - Ficha de dados cadastrais
Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM

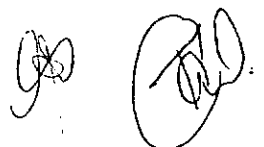
C.C.M. : 1.023.917-0

Continuação das atividades

Código(s) de serviço(s) / Anúncio(s)						
Código	Data de Início	Imposto	Aliquota do Imposto	Livros	Documentos	Qtd. Anúncios(s)
05871	01/01/2008	ISS	5,00 %	57	DMS NFS	
05872	01/01/2008	ISS	5,00 %	57	DMS NFS	
05873	01/01/2008	ISS	5,00 %	57	DMS NFS	
05874	01/01/2008	ISS	5,00 %	57	DMS NFS	
05875	01/01/2008	ISS	5,00 %	57	DMS NFS	
05876	01/01/2008	ISS	5,00 %	57	DMS NFS	
05877	01/01/2008	ISS	5,00 %	57	DMS NFS	
05878	01/01/2008	ISS	5,00 %	57	DMS NFS	
05879	01/01/2008	ISS	5,00 %	57	DMS NFS	
05881	01/01/2008	ISS	5,00 %	57	DMS NFS	
05885	01/01/2008	ISS	5,00 %	57	DMS NFS	
05886	01/01/2008	ISS	5,00 %	57	DMS NFS	
05887	09/07/2011	ISS	2,00 %	57	DMS NFS	
05889	09/07/2011	ISS	5,00 %	57	DMS NFS	
05891	09/07/2011	ISS	5,00 %	57	DMS NFS	
05893	09/07/2011	ISS	5,00 %	57	DMS NFS	
06076	01/03/2004	ISS	5,00 %	51-57	NFS	
06297	01/03/2004	ISS	5,00 %	57	DMS NFS	

06815	01/03/2004	ISS	5,00 %	51-57	NFS	
51349	01/01/2003	TFA	-	-	-	1

As informações prestadas pelo sujeito passivo para fins de inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários - CCM são de sua exclusiva responsabilidade, podendo se retificadas de ofício pelo Departamento de Arrecadação e Cobrança da Secretaria Municipal de Finanças.





PREFEITURA DE SÃO PAULO

FINANÇAS

Certidão de Tributos Mobiliários

Certidão número : 1252091 - 2012
 C.C.M. : 1.023.917-0
 CNPJ / CPF : 60.701.190/0001-04
 Contribuinte : ITAU UNIBANCO S.A.
 Endereço : PC ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA 100 TORRE OLAVO SETUBAL
 Tipo Serviço : TRANSP. DE BENS OU VALORES, DENTRO DO TERRIT. DO MUNIC.
 Início Atividades : 22/09/1944
 Emitida em : 17/09/2012
 Válida até : 17/03/2013

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Município de São Paulo cobrar quaisquer dívidas provenientes de tributos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período abrangido por esta certidão, a Secretaria Municipal de Finanças **CERTIFICA** que a situação fiscal do contribuinte supramencionado, referente à quitação do Imposto Sobre Serviços, Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento, Taxa de Fiscalização de Estabelecimento, Taxa de Fiscalização de Anúncio e Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde (Incidências a partir de janeiro/2011), até a presente data é

REGULAR

CERTIFICO MAIS QUE AS EF N. 608095-2/04-1, 592078-7/05-8, 592079-5/05-0 ESTÃO COM A EXIGIBILIDADE SUSPensa EM RAZÃO DE EMBARGOS OPOSTOS. **CERTIFICO** TAMBÉM QUE A EF N. 642896-7/07-3 ESTÁ GARANTIDA POR FIANÇA BANCARIA. **CERTIFICO** AINDA QUE OS AIL N. 60465492 E 60470186 ESTÃO COM A EXIGIBILIDADE SUSPensa EM RAZÃO DE DEPÓSITOS EFETUADOS NOS AUTOS DA AÇÃO ANULATÓRIA N. 124/053.05.022919-5.

Certidão expedida via Internet com base na Portaria SF nº 086/2002, de 28 de Setembro de 2002 e Decreto 50891, de 28 de junho de 2009.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal de Finanças (<http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>).

624



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

624

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS E ÀS DE TERCEIROS

Nº 000132012-21100190
Nome: ITAU UNIBANCO S.A.
CNPJ: 60.701.190/0001-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que constam em seu nome, nesta data, débitos com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº. 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em Dívida Ativa da União (DAU), não abrangendo os demais tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão tem a finalidade de registro ou arquivamento, em órgão próprio, de ato relativo à redução de capital social, à transferência de controle de cotas de sociedade limitada, à cisão total ou parcial, à fusão, incorporação, ou à transformação de entidade ou de sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de Janeiro de 2010.

Emitida em 31/08/2012.
Válida até 27/02/2013.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observação: Certidão emitida com base na Lei nº 11941/2009.

A handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a personal name.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO CONJUNTA POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ITAU UNIBANCO S.A.
CNPJ: 60.701.190/0001-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos relativos a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com a exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN); e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos por penhora em processos de execução fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.
Emitida às 11:56:43 do dia 24/09/2012 <hora e data de Brasília>.
Válida até 23/03/2013.
Código de controle da certidão: **F2B2.D861.C052.B264**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Observações PGFN:

Consta em aberto apenas a inscrição 80 2 11 051704-84, para a qual já há manifestação da RFB pelo cancelamento.

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 60701190/0001-04
Razão Social: ITAU UNIBANCO SA
Endereço: PC ALFREDO EGYDIO DE SOUZA ARANHA 100 / PARQUE
JABAQUARA / SAO PAULO / SP / 4344-902

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/02/2013 a 15/03/2013

Certificação Número: 2013021407585753285301

Informação obtida em 15/02/2013, às 17:17:32.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII, DO ARTIGO 7º, DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Itaú Unibanco S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, sediada à Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, nº 707 – Torre Eudoro Villela – 11º andar São Paulo – SP CEP: 04344-902 declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

São Paulo, 06 de Novembro de 2012

Itaú Unibanco S.A.

Adão Carlos de Paula
Gerente Poder Público
003942620

Itaú Asset Management

Av. Eng. Armando de Arruda Pereira, 707 - Torre Eudoro Villela - 11º andar - São Paulo - SP - Brasil - 04344-902



MANUAL DE MARCAÇÃO A MERCADO ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

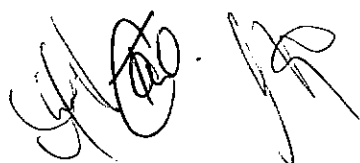
Válido para Fundos de Investimentos e Carteiras de Investimentos

Setembro de 2010

Versão: 0910 V1.0

[Handwritten signatures]

PRINCÍPIOS GERAIS E POLÍTICAS DE MARCAÇÃO A MERCADO	3
DEFINIÇÕES	3
PRINCÍPIOS	3
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	8
PÓS-FIXADOS: LFT/LFT-A/LFT-B	8
PÓS-FIXADOS: LFT-RS	9
PRÉ-FIXADOS: LTN	9
PRÉ-FIXADOS: NTN-F	9
TÍTULOS PRIVADOS	15
CDB	15
RDB	20
DPGE	20
CCB	22
NCE/CCE	27
PÓS-FIXADOS EM CDI/ SELIC: DEBÊNTURES	29
PÓS-FIXADOS INDEXADOS AO IGP-M: DEBÊNTURE	30
PÓS-FIXADOS INDEXADOS AO IPCA: DEBÊNTURE	30
DEBÊNTURE CONVERSÍVEL	31
WARRANTS	32
CPRF – CÉDULA PIGNORATÍCIA RURAL FINANCEIRA	33
TERMO DE AÇÕES	33
BOX	34
RENDA VARIÁVEL	40
FUTUROS	41
OPÇÕES	41
TÍTULOS DA DÍVIDA EXTERNA	46
DIREITOS CREDITÓRIOS	47
PROCESSO DE COLETA DE ATIVOS OFF-SHORE	48
CENÁRIO DE STRESS	48
ATIVOS EM DEFAULT	48



PROCEDIMENTOS EM FERIADOS	48
ANEXO I - BRACKETS UTILIZADOS NA PRECIFICAÇÃO DE TÍTULOS PRIVADOS.....	50

[Handwritten signatures]

PRINCÍPIOS GERAIS E POLÍTICAS DE MARCAÇÃO A MERCADO

Os princípios gerais e políticas de marcação a mercado são baseados no código de Auto-Regulação para fundos de Investimento e nas Diretrizes de Marcação a Mercado da Anbid.

Definições

A Marcação a Mercado (MAM) consiste em registrar todos os ativos, para efeito de valorização e cálculo de quotas dos fundos de investimento, pelos preços transacionados no mercado em casos de ativos líquidos ou, quando este preço não é observável, pela melhor estimativa de preço que o ativo teria em uma eventual transação feita no mercado. A marcação a mercado tem como principal objetivo evitar a transferência de riqueza entre os diversos cotistas dos fundos e, além disto, dar maior transparência aos riscos embutidos nas posições, uma vez que as oscilações de mercado dos preços dos ativos, ou dos fatores determinantes destes, estarão refletidas nas quotas, melhorando assim a comparabilidade entre suas performances.

A Fonte Primária é a primeira fonte para a obtenção de preços e taxas para a realização da marcação a mercado dos títulos de títulos e/ou ativos integrantes nas carteiras.

A(s) Fonte(s) Alternativa(s) ou Secundária(s) são opções de fontes para a obtenção de preços e taxas para a marcação a mercado de títulos e/ou ativos integrantes nas carteiras em momentos de crise ou de acordo com critérios objetivos definidos por operação.

Para os fundos com quota de abertura, o valor da quota é calculado diariamente, exceto em dias não úteis, com base em avaliação patrimonial que considere as taxas e preços de mercado dos ativos financeiros integrantes da carteira obtido no fechamento do dia útil imediatamente anterior. No tocante aos ativos de renda fixa, o cálculo será atualizado pela aplicação destas mesmas taxas e preços de mercado por um dia útil.

Princípios

O Banco Itaú se utiliza dos seguintes princípios de Marcação a Mercado:

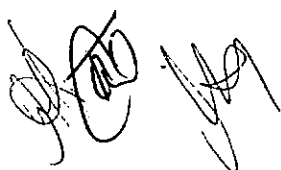
I - Formalismo: A instituição administradora deve ter um processo formalizado de MAM. Para tal, a metodologia de MAM deve ser formalizada em manual e a instituição deve ter uma área ou pessoa responsável pela qualidade do processo das metodologias bem como pela guarda dos documentos que contenham as justificativas sobre decisões tomadas;

II - Abrangência: Tendo em vista que o principal objetivo da marcação a mercado é evitar a transferência de riqueza entre os diversos cotistas de um fundo de investimento, as presentes Diretrizes abrangem todos os fundos não – exclusivos e não-restritos, ou seja, aqueles em que a mencionada transferência de riqueza precisa, necessariamente, ser evitada. Nessa medida, para fins destas Diretrizes, considera-se fundo exclusivo aquele destinado exclusivamente a um investidor e fundo restrito aquele destinado a um grupo determinado de investidores, que tenham entre si vínculo familiar, societário ou pertençam a um mesmo grupo econômico, ou que, por escrito, determinem esta condição. Caso um fundo de investimento perca sua característica de fundo exclusivo, lhe serão aplicáveis imediatamente todas as regras gerais aplicáveis aos demais fundos;

III - Melhores Práticas: O processo e a metodologia de MAM devem seguir as melhores práticas do mercado;

IV - Comprometimento: A instituição deve estar comprometida em garantir que os preços dos ativos reflitam os preços de mercado, e na impossibilidade de observação desses, despender seus melhores esforços para estimar quais seriam os preços de mercado dos ativos pelos quais estes seriam efetivamente negociados;

V - Equidade: O critério preponderante do processo de escolha de metodologias, fontes de dados e/ou qualquer outra decisão de MAM deve ser o tratamento equitativo dos cotistas;



VI - Objetividade: As informações de preços de ativos e/ou fatores a serem utilizados no processo de MAM devem ser preferencialmente obtidas de fontes externas;

VII - Consistência: A instituição responsável pela precificação não pode adotar para um mesmo ativo, mesmo que em diferentes fundos e de diferentes administradores, preços diferenciados, imprimindo consistência ao exercício de sua função;

VIII - Frequência: A MAM deve ter como frequência mínima a periodicidade de divulgação das quotas;

IX - Transparência: Metodologias de marcação a mercado devem ser públicas e disponíveis; e

X - Separação de Funções: A área ou pessoa responsável pelo MAM não pode ser responsável pela gestão de fundos.

Os critérios de precificação de ativos abaixo descritos seguem normas legais e regulamentares aplicáveis aos fundos de investimentos e carteiras administradas e procedimentos comumente aceitos pelo mercado.

Políticas de Precificação e Marcação a Mercado

Processo de decisório executivo de precificação de ativos

O processo decisório executivo de precificação de ativos baseia-se na utilização de comitês para a tomada de decisão sobre a utilização de fontes, metodologias e processos operacionais. Este processo é composto de quatro etapas principais:

Avaliação e definição de metodologias

Na etapa de avaliação e definição de metodologias são realizadas análises preliminares para a determinação da metodologia que será utilizada para a precificação dos ativos constantes das carteiras administradas e carteiras de fundos de investimentos. Nesta avaliação são analisados os seguintes tópicos:

- 1 - Indexadores utilizados;
- 2 - Curva de taxas de valorização do ativo: Linear, Exponencial;
- 3 - Formato da expressão da taxa de juros: 360, 365, 250, 252, etc;
- 4 - Forma de apropriação no período: dias úteis ou dias corridos;
- 5 - Volatilidade implícita ou volatilidade histórica, quando couber;
- 6 - Determinação da existência de data de corte ou datas de referência, quando couber;
- 7 - Determinação da fonte de dados;
- 8 - Avaliação do critério perante a legislação vigente;
- 9 - Determinação das fórmulas matemáticas teóricas e utilizadas pelo mercado
- 11 - Realização de testes reais para as fórmulas matemáticas;

Avaliação e definição de fontes

Na avaliação da fonte fornecedora de preços/taxas são avaliados os seguintes itens:

- 1 - Processo de determinação dos preços/taxas da fonte fornecedora:
 - coleta dos preços/taxas
 - identificação e exclusão dos preços /taxas espúrios
 - publicação - horário e formato
 - meio físico da publicação
- 2 - Idoneidade da fonte
- 3 - Reconhecimento pelo mercado da fonte utilizada
- 4 - Conformidade com a legislação
- 5 - Revisão mínima do manual como anual

Este processo é multidisciplinar envolvendo os clientes para os quais o Banco Itaú presta serviços de precificação e controladoria de fundos de investimentos. As áreas envolvidas neste processo são as de gestão de carteiras de



investimento, gestão de risco, Entidades de classe (Anbid, Andima), Bolsas (Bovespa, BMF), Área operacional, Área contábil e Área comercial.

Após a definição da metodologia, esta é submetida para a consultoria externa com o objetivo de receber uma avaliação técnica independente.

Após a avaliação técnica, a metodologia é submetida ao Comitê de Precificação e ao Comitê Executivo de Precificação com a possibilidade de avaliação da área de modelagem corporativa.

Avaliação do Comitê de Precificação

Definição de processos

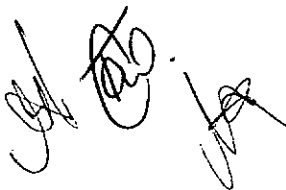
Na etapa de definição do processo de precificação são especificados os procedimentos operacionais utilizados na precificação dos ativos. Nesta etapa de definição dos processos de precificação são analisados os seguintes tópicos:

- 1 - Horário de disponibilidade das informações pelas fontes de informação definidas;
- 2 - Pessoas responsáveis pela execução dos procedimentos de precificação;
- 3 - Infra-estrutura utilizada para a precificação;
- 4 - Definição de contingência caso os procedimentos principais falhem;
- 5 - Avaliação do processo perante a legislação vigente;

Uma vez realizadas as diversas avaliações e determinados os processos, são avaliados os impactos operacionais existentes.

Definição de responsabilidades

Uma vez realizada a definição das fontes, das metodologias e dos processos de precificação de um ativo, são definidas as responsabilidades e alçadas das áreas e dos comitês acerca do processo.



Comitês

Comitê Executivo de Precificação

Este comitê tem por objetivo reunir-se anualmente, ou extraordinariamente em casos de crise ou aumento significativo de volatilidade no mercado financeiro, para definir ou revisar políticas de precificação dos ativos, fontes e modelos sob responsabilidade da *Wealth Management & Services*, assim como ratificar/retificar procedimentos operacionais e decisórios do processo de precificação de ativos.

Neste comitê são definidas as responsabilidades e as alçadas para tais responsabilidades.

Membros:

- Vice Presidente Executivo da *Wealth Management & Services*
- Diretor da *Asset Management*
- Diretor de Gestão de Fundos Locais
- Diretor de Clientes Institucionais & Gestão Internacional
- Diretor de Mandatos de Atacado & Comercial
- Diretor de Private Bank Local
- Diretor de Soluções para Mercado de Capitais
- Diretor de Investimento e Previdência
- Diretor de Controle, Riscos e Compliance
- Superintendente de Controle de Riscos Financeiros
- Gerente de Precificação de Riscos Financeiros
- Gerente de Operacional de Precificação
- Convidados: quando da discussão de assuntos específicos

Composição Mínima:

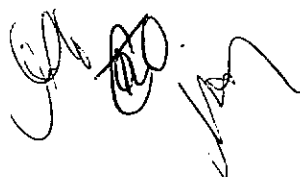
- Dois diretores
- Superintendente de Controle de Riscos Financeiros
- Gerente de Precificação de Riscos Financeiros

Comitê de Crédito da WMS

No tocante a precificação de ativos o comitê de crédito da WMS, tem por objetivo reunir-se mensalmente, ou extraordinariamente em casos de crise ou aumento significativo de volatilidade no mercado financeiro, para a definição/revisão das provisões dos ativos que possuem risco de crédito privado.

Membros:

- Vice Presidente Executivo da *Wealth Management & Services*
- Diretor da *Asset Management*
- Diretor de Gestão de Fundos Locais
- Diretor de Clientes Institucionais & Gestão Internacional
- Diretor de Mandatos de Atacado & Comercial
- Diretor de Controle, Riscos e Compliance
- Superintendente de Controle de Riscos Financeiros
- Superintendente de Gestão - Passivos & Referenciados
- Superintendente de Gestão Vértices – Renda Fixa Ativa
- Superintendente de Gestão Vértices – Renda Fixa High Yield
- Superintendente de Gestão Vértices – Renda Variável
- Superintendente de Gestão Vértices – High Alpha
- Superintendente de Reservas Técnicas
- Superintendente de Trading
- Superintendente de Gestão de Mandatos Exclusivos
- Gerente de Precificação de Riscos Financeiros
- Gerente de Crédito
- Convidados: quando da discussão de assuntos específicos



Composição Mínima:

Um diretor
Superintendente de Controle de Riscos Financeiros
Gerente de Precificação de Riscos Financeiros
Gerente de Crédito

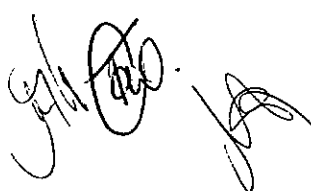
Comitê de Precificação da WMS

No tocante a precificação de ativos o comitê de precificação da WMS, tem por objetivo reunir-se no mínimo semanalmente para a definição/ revisão das taxas dos títulos privados com base em coleta de dados do mercado, negócios dos últimos 10 dias úteis realizados com volume significativo, preços ou índices ou taxas divulgadas pela Andima e em análise qualitativa dos emissores/ emissões conforme prazos da operação e preços de referência de emissões/ emissor com risco de crédito equivalente. Este comitê subordina-se ao Comitê Executivo de Precificação e adicionalmente discute os modelos quantitativos de precificação e risco dos ativos.

Membros e Composição Mínima:

Representante da Superintendência de Controle de Riscos Financeiros
Representante da *Asset Management*
Representante da Intrag
Representante da Gerência de Corporate Actions e Precificação da DSMC
Convidados: quando da discussão de assuntos específicos

A definição dos representantes é feita pelos Diretores das respectivas áreas.



Critérios de Precificação de Ativos/ Operações Financeiros (as)

TITULOS PUBLICOS FEDERAIS

Em novembro de 1999, o BACEN e o Tesouro Nacional delegaram à Andima a atribuição de divulgar preços para títulos públicos federais negociados no mercado secundário, assim como as taxas indicativas dos agentes em relação as rentabilidades desses ativos. Em termos metodológicos, a melhor informação para a precificação seria aquela que tivesse como origem as próprias negociações realizadas entre os participantes do mercado e registradas em sistemas eletrônicos. A realidade do mercado secundário brasileiro, entretanto, afasta, pelo menos temporariamente, esta possibilidade. O relativo baixo nível de liquidez no mercado público de títulos e valores mobiliários faz com que as estatísticas relativas a esses segmentos sejam pouco representativas. Neste contexto, a solução metodológica encontrada pela Andima para o problema da liquidez reduzida foi a criação de uma amostra de informantes (*price makers*) que são responsáveis por repassar diariamente as taxas para a Associação e que foi, originalmente, constituída pelas instituições financeiras mais ativas no mercado secundário de títulos públicos federais. Neste contexto, além dos *dealers* do mercado aberto, foram indicadas pelo BACEN outras instituições que também se destacavam naquele segmento. Mais recentemente, foi incorporados à amostra um grupo de gestores de fundos, além de um conjunto de intermediários financeiros, especializados na brokeragem de títulos públicos. Assim, desde fevereiro de 2000, a Andima vem divulgando taxas para negociações no mercado secundário pra o conjunto de títulos públicos federais emitidos em leilões competitivos, consolidando-se como a principal fonte de informações para este segmento. (Fonte: Andima).

PÓS-FIXADOS: LFT/LFT-A/LFT-B

CARACTERÍSTICAS:

Função: prover recursos necessários à cobertura de déficit orçamentário, ou para realização de operações de crédito por antecipação da receita orçamentária.
Prazo: definido pelo Ministro de Estado da Fazenda
Juros: definido pelo Ministro de Estado da Fazenda
Modalidade: Escritural, nominativa e negociável
Colocação: Oferta Pública ou direta em favor do interessado
Valor nominal: Definido pela taxa média ajustada dos financiamentos, apurados no SELIC, para títulos federais
Pgto Juros: -
Resgate Principal: Na data de vencimento
Base legal: Decreto nº 3.859 de 4/7/2001

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Atualização do valor nominal:
Sobre o valor nominal unitário incidirá uma remuneração que contemplará juros remuneratórios estabelecidos com base na taxa Selic divulgada pelo Sisbacen entre a data de emissão (inclusive) e a data de avaliação, ou data-base (exclusive).

São adotadas as taxas indicativas (%aa/252 dias) divulgadas diariamente pela Andima em seu site: (<http://www.andima.com.br/>). As taxas de mercado utilizadas na marcação a mercado das LFT-A e LFT-B são as mesmas divulgadas pela Andima. Quando os vencimentos destes papéis não coincidirem com os divulgados, as taxas são obtidas através do método de interpolação "Flat Forward".

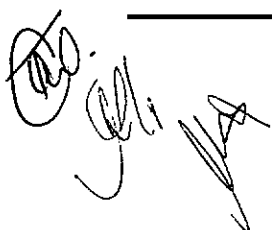
FONTES ALTERNATIVAS DE TAXAS DE MERCADO:

Média aritmética entre cotações coletadas em corretoras, em leilão primário (se houver) e na Andima (se houver).

Critério de utilização:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas ou em caso de distorções significativas de preços observados na Andima.

A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.



As LFT-A's utilizam o mesmo critério de precificação, entretanto são consideradas as amortizações de juros e principal.

PÓS-FIXADOS: LFT-RS

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

As Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul (LFT-RS), ofertadas pelo Governo deste estado, serão marcadas a mercado acrescentando-se um *spread* de crédito, medido na aquisição ou em novas operações ocorridas com o título, sobre a curva de taxas indicativas oriundas da Andima utilizadas nas LFT's do Tesouro.

FONTES ALTERNATIVAS DE TAXAS DE MERCADO:

Comitê de Precificação.

Critério de utilização:

Aumento na volatilidade de mercado;
Baixa liquidez nos negócios realizados;
Crise no mercado financeiro.

PRÉ-FIXADOS: LTN

CARACTERÍSTICAS:

Função:	Emitido pelo Tesouro para cobertura de déficit orçamentário, bem como para realização de operações de crédito por antecipação de receita.
Prazo:	definido pelo Ministro de Estado da Fazenda
Juros:	definido pelo deságio sobre o valor nominal
Modalidade:	Escritural, nominativa e negociável
Colocação:	Oferta Pública
Valor nominal:	-
Pgto Juros:	-
Resgate Principal:	Na data de vencimento pelo valor nominal
Base legal:	Decreto nº 3.859 de 4/7/2001

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

São adotadas as Taxas Indicativas (% aa/ 252 dias) divulgadas diariamente pela Andima em seu site: (<http://www.andima.com.br/>).

FONTES ALTERNATIVAS DE TAXAS DE MERCADO:

Média aritmética entre cotações coletadas em corretoras, em leilão primário (se houver) e na Andima (se houver).

Critério de utilização:

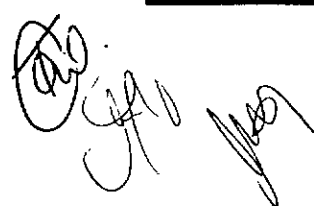
Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas ou em caso de distorções significativas de preços observados na Andima.

A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

PRÉ-FIXADOS: NTN-F

CARACTERÍSTICAS:

Função:	Título emitido pelo Tesouro Nacional para cobertura do déficit orçamentário, bem como para realização de operações de crédito por antecipação de receita
Prazo:	definido pelo Ministro de Estado da Fazenda
Juros:	definido pelo deságio sobre o valor nominal
Modalidade:	Escritural, nominativa e negociável



Colocação: Oferta Pública
Valor nominal: Múltiplo de R\$1.000,00
Pgto Juros: Semestralmente, com ajuste no primeiro período de fluência, quando couber. O Primeiro cupom de juros contemplará a taxa integral definida para seis meses, independentemente da data de emissão do título
Resgate Principal: Na data de vencimento pelo valor nominal
Base legal: Decreto nº 3.859 de 4/7/2001

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

São adotadas as Taxas Indicativas (%aa/252 dias) divulgadas diariamente pela Andima em seu site: (<http://www.andima.com.br/>).

FONTES ALTERNATIVAS DE TAXAS DE MERCADO:

Média aritmética entre cotações coletadas em corretoras, em leilão primário (se houver) e na Andima (se houver).

Critério de utilização:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas ou em caso de distorções significativas de preços observados na Andima.

A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

PAPÉIS INDEXADOS A VARIAÇÃO DE ÍNDICES DE PREÇOS (IGP-M): NTN – C

CARACTERÍSTICAS:

Função: Emitido pelo Tesouro para cobertura de déficit orçamentário, bem como para realização de operações de crédito por antecipação de receita.
Prazo: definido pelo Ministro de Estado da Fazenda
Juros: definido pelo Ministro de Estado da Fazenda
Modalidade: Escritural, nominativa e negociável
Colocação: Oferta Pública
Valor nominal: IGP-M
Pgto Juros: Semestralmente, com ajuste no 1º período de fluência, qdo couber.
Resgate Principal: Na data de vencimento
Base legal: Decreto nº 3.859 de 4/7/2001 e Portaria nº 490 de 29/11/99.

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Sobre o valor nominal unitário incidirá remuneração que contemplará juros estabelecidos com base no índice IGPM oficial, divulgado pela FGV, até o mês anterior ao corrente, e a projeção divulgada pela Andima para o mês corrente;

São adotadas as Taxas Indicativas (%aa / 252 dias) divulgadas diariamente pela Andima em seu site: (<http://www.andima.com.br/>).

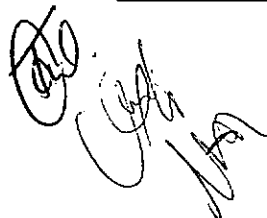
FONTES ALTERNATIVAS DE TAXAS DE MERCADO:

Média aritmética entre cotações coletadas em corretoras, em leilão primário (se houver) e na Andima (se houver). Caso haja necessidade de fonte alternativa do valor das prévias do IGPM ou do índice oficial, será utilizada a última projeção da Andima.

Critério de utilização:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas ou em caso de distorções significativas de preços observados na Andima.

A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.



PAPÉIS INDEXADOS A VARIAÇÃO DE ÍNDICES DE PREÇOS (IPCA): NTN – B

CARACTERÍSTICAS:

Função:	Emitido pelo Tesouro para cobertura de déficit orçamentário, bem como para realização de operações de crédito por antecipação de receita.
Prazo:	definido pelo Ministro de Estado da Fazenda
Juros:	definido pelo Ministro de Estado da Fazenda
Modalidade:	Escritural, nominativa e negociável
Colocação:	Oferta Pública
Valor nominal:	IPCA
Pgto Juros:	Semestralmente, com ajuste no 1º período de fluência, qdo couber.
Resgate Principal:	Na data de vencimento
Base legal:	Decreto nº 3.859 de 4/7/2001 e Portaria nº 490 de 29/11/99.

ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL:

Sobre o valor nominal unitário incidirá remuneração que contemplará juros estabelecidos com base no índice IPCA oficial, divulgado pela FGV, até o mês anterior ao corrente, e a projeção divulgada pela Andima para o mês corrente;

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

São adotadas as Taxas Indicativas (%aa/252 dias) divulgadas diariamente pela Andima em seu site: (<http://www.andima.com.br/>).

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Média aritmética entre cotações coletadas em corretoras, em leilão primário (se houver) e na Andima (se houver). Caso haja necessidade de fonte alternativa do valor das prévias do IPCA ou do índice oficial, será utilizada a última projeção da Andima.

Critério de utilização:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas ou em caso de distorções significativas de preços observados na Andima.

A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

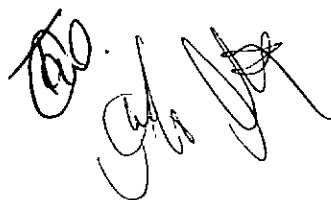
PAPÉIS INDEXADOS A VARIAÇÃO CAMBIAL: NTN – D, NBC –E.

CARACTERÍSTICAS DA NTN-D:

Função:	Emitido pelo Tesouro para cobertura de déficit orçamentário, bem como para realização de operações de crédito por antecipação de receita.
Prazo:	definido pelo Ministro de Estado da Fazenda
Juros:	definido pelo Ministro de Estado da Fazenda
Modalidade:	Escritural, nominativa e negociável
Colocação:	Oferta Pública
Valor nominal:	R\$ 1.000,00
Atualização do VN:	PTAX 800 - Dólar comercial, sendo considerado as taxas médias de venda do dia útil imediatamente anterior às datas de emissão e de resgate do título.
Juros:	Definido pelo Ministro de Fazenda quando da emissão, em porcentagem ao ano calculada sobre o valor nominal atualizado. Geralmente 6% ou 12% aa.
Pgto Juros:	Semestralmente, com ajuste no 1º período de fluência, quando couber.
Resgate Principal:	Na data de vencimento
Base legal:	Decreto nº 3.859 de 4/7/2001

CARACTERÍSTICAS DA NBC-E:

Função:	Emitido pelo Tesouro para cobertura de déficit orçamentário, bem como para realização de operações de crédito por antecipação de receita.
Prazo:	definido pelo Ministro de Estado da Fazenda
Juros:	definido pelo Ministro de Estado da Fazenda



Modalidade:	Escritural, nominativa e negociável
Colocação:	Oferta Pública ou direta, em favor do interessado
Valor nominal:	Múltiplo de R\$1.000,00
Atualização do VN:	PTAX 800 - Dólar comercial, sendo considerado as taxas médias de venda do dia útil imediatamente anterior às datas de emissão e de resgate do título.
Juros:	Definido pelo Ministro de Fazenda quando da emissão, em porcentagem ao ano calculada sobre o valor nominal atualizado. Geralmente 6% ou 12% aa.
Pgto Juros:	Semestralmente, com ajuste no 1º período de fluência, quando couber.
Resgate Principal:	Na data de vencimento
Base legal:	Decreto nº 2.760/2.000

ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL:

Sobre o valor nominal unitário será acrescida a variação cambial do dia útil imediatamente anterior à data de emissão do papel até o último dia útil anterior à data-base ou data de cálculo. Para o cálculo da variação cambial utiliza-se o dólar PTAX-800 de venda disponibilizada pelo SISBACEN.

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Temos duas metodologias:

- 1) utilizando-se as taxas indicativas da Andima (<http://www.andima.com.br/>), que estão representadas na forma linear 30/360 dias, para cota de fechamento
- 2) construindo-se uma curva *zero coupon*, representada na forma linear/360 dias, a partir das taxas indicativas da Andima.

Para as duas metodologias utiliza-se a cotação de PTAX –800 divulgada pelo Banco Central.

FONTES ALTERNATIVAS DE TAXAS DE MERCADO:

Média aritmética entre cotações coletadas em corretoras, em leilão primário (se houver) e na Andima (se houver).

Caso haja necessidade de fonte alternativa do valor do PTAX – 800 do Banco Central, utilizar:

- 1º. dólar médio divulgado da Andima;
- 2º. transação PCOT do Banco Central;

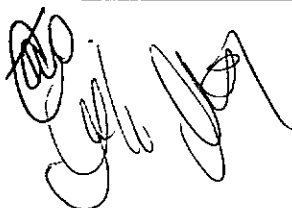
Critério de utilização:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas. A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

PAPÉIS INDEXADOS A TR: TDA/ TDA-E

CARACTERÍSTICAS DA TDA's:

- Função : foram criados para viabilizar o pagamento de indenizações devidas àqueles que sofrerem a ação desapropriatória da União Federal, por interesse social, no caso de imóveis rurais, para fins de reforma agrária (Estatuto da Terra – Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964).
- Tipos: os TDAs encontram-se divididos em dois grupos: os TDA's INCRA, emitido até 26/06/1992, sobre responsabilidade do INCRA e sob a forma cartular, apresentam uma série de subdivisões relativas às diferentes concessões de correção monetária recebidas em função do ganho de ações judiciais, TDA1, TDA2, TDA3, TDA4, TDA5, TDA6, TDA7, TDAG, TDAL, TDAM, TDAN e TDAC, e os TDAE's que passaram a ser emitidos sob forma escritural a partir de 24/06/1992, através da Secretaria do Tesouro Nacional, mediante solicitação expressa do INCRA. Com a edição da medida provisória nº 2.027-38 de 04/05/2000, os TDA's escriturais emitidos para desapropriação a partir de 05/05/2000 passaram a ter prazos de 15,18 e 20 anos com juros de



	3% a.a, 2%a.a e 1% a.a, respectivamente. Estes TDA's são tipificados como TDAD. Os TDA's escriturais emitidos de 24/06/1992 até 04/05/2000 e os a serem emitidos a partir desta data para aquisição por compra e venda de imóveis rurais destinados à implementação de projetos integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária, permanecem com a nomenclatura expressa por TDAE, prazo de 5,10,15 e 20 anos e juros de 6% a.a.
Prazo:	Após 24/06/1992 definido pelo Tesouro Nacional. Anteriormente definido pelo INCRA, sob a forma cartular.
Juros:	TDA INCRA e TDAE 6% a.a e TDAD entre 1% a.a e 3% a.a (conforme prazos).
Atualização do VN:	O valor nominal é atualizado no primeiro dia útil de cada mês pelo índice calculado com base na taxa referencial (TR) referente ao mês anterior.
Juros:	Definidos quando da emissão, em porcentagem ao ano calculada sobre o valor nominal atualizado, conforme respectivo tipo.
Pgto Juros:	Anualmente, no primeiro dia útil de cada mês.
Resgate Principal:	resgatável a partir do 2º ano.
Base legal:	Lei nº 4.504

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

São utilizadas as taxas dos swaps DI x TR (%aa / 252 dias) divulgadas diariamente pela BM&F em seu site: (<http://www.bmf.com.br/>).

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Cotação da taxa coletada semanalmente junto a participantes de mercado.

Critério de Utilização:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas. A informação deve ser coletada de no mínimo três participantes de mercado aprovados pelo Comitê de Precificação.

CVS (CVSA, CVSB, CVSC, CVSD)**CARACTERÍSTICAS:**

O Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) é um Fundo constituído com o objetivo de garantir a cobertura dos saldos devedores residuais em contratos habitacionais cuja responsabilidade pelo pagamento é do Tesouro Nacional. Os títulos CVSs são títulos emitidos pelo Tesouro Nacional para securitizar dívidas do FCVS, sendo os CVSA e CVSC corrigidos pela TR + 6,17%a.a. e os CVSB e CVSD pela TR + 3,12%a.a, capitalizados mensalmente com juros pagos mensalmente a partir de 01/01/2005 e amortização do principal paga mensalmente a partir de 01/01/2009 até 01/01/2027

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

São utilizadas as taxas dos swaps DI x TR (%aa / 252 dias) divulgadas diariamente pela BM&F em seu site: (<http://www.bmf.com.br/>) e spread definido pelo Comitê de precificação ou taxas e spreads observados em operações com mesmo nível de risco e prazo.

FONTE ALTERNATIVAS DE TAXAS DE MERCADO:

Média aritmética entre cotações coletadas em corretoras (se houver).

Critério de utilização:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas

A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

CFT (CFT-A, CFT-B, CFT-C, CFT-D, CFT-E, CFT-F, CFT-G, CFT-H)**CARACTERÍSTICAS:**

O Certificado Financeiro do Tesouro é um título criado para atender preferencialmente a operações com finalidades específicas definidas em lei. É um título nominativo e escritural registrado em sistema centralizado de liquidação e custódia. Existem as séries CFT- A com correção pelo IGP-DI, CFT-B com correção pela TR, CFT-C atrelado a SELIC, CFT-D atrelado à variação da USD PTAX, CFT-E corrigido pelo IGPM, CFT-F emitido com deságio sobre o valor nominal, CFT-G corrigido pelo IPCA, CFT-H corrigido pela TJLP e sub-séries de 1 a 5.

Base Legal: Decreto no. 3859 de 04/07/2001

Pagamento de Principal :

Sub-série 1 a 4 - Em parcela única na data do Resgate;
Sub-série 5 – periodicamente nas datas de aniversário do certificado, conforme Tabela Price.

Pagamento de Juros :

Sub-série 1 - definido pelo ministério da Fazenda e pago na data de resgate;
Sub-série 2 - definido pelo ministério da Fazenda e pago anualmente;
Sub-série 3 - definido pelo ministério da Fazenda e pago semestralmente;
Sub-série 4 - definido pelo ministério da Fazenda e pago mensalmente;
Sub-série 5 - definido pelo ministério da Fazenda e pago periodicamente, nas datas de aniversário do certificado, juntamente com o pagamento de principal.

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Taxas e spreads observados em operações com mesmo nível de risco e prazo.

FONTES ALTERNATIVAS DE TAXAS DE MERCADO:

Média aritmética entre cotações coletadas em corretoras (se houver).

Critério de utilização:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas

A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

NTN-A

As NTN-As são títulos escriturais, nominativos e negociáveis e foram emitidos com objetivo de troca pelos títulos emitidos na reestruturação da dívida externa (BIB), com prazo de até 30 anos sendo respeitado o cronograma original de vencimento do título. Os juros são variáveis até 12%aa, dependendo do título. O Valor Nominal é atualizado pelo dólar comercial, sendo consideradas as taxas médias de venda do dia útil imediatamente anterior às data de emissão e de resgate do título. Os juros são pagos semestralmente, observadas as datas de pagamento de juros do título externo que originou a operação de troca, com ajuste no primeiro período de fluência. O resgate do principal será na data do vencimento.

Base Legal: Decreto no. 3859/01, Portaria no. 410 da STN de 04/08/2003, Comunicado no. 12.275 do BC de 21/06/2004, Portaria no. 111 da STN de 11/03/2002

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Taxas e spreads observados em operações com mesmo nível de risco e prazo.

FONTES ALTERNATIVAS DE TAXAS DE MERCADO:

Média aritmética entre cotações coletadas em corretoras (se houver).

Critério de utilização:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas

A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

TITULOS PRIVADOS

CDB

CARACTERÍSTICAS:

Os CDB's são títulos emitidos por bancos, podendo ser registrados na CETIP (em sua maioria) e utilizados para captação de recursos junto aos investidores. Tais recursos são, posteriormente, repassados aos clientes nas operações de financiamentos tradicionais do mercado de crédito. Pela legislação em vigor:

- Podem ser pré ou pós-fixados
- São emitidos com prazo mínimo de 30 dias corridos
- Há garantia do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) de até R\$60.000,00 por CPF / CNPJ
- Podem ser registrados com ou sem compromisso de resgate antecipado

CDB – Pré Fixado

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Os CDB's pré fixados são títulos marcados a mercado considerando-se duas componentes principais para a taxa de Marcação a Mercado: Taxa pré obtida através da curva proveniente dos futuros de DI obtida no site da BMF e Spread de crédito obtida através do Comitê de Precificação WMS.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Taxa pré: curva proveniente dos futuros de DI obtida através do Feeder disponível tais como Broadcast, Bloomberg ou Reuters ;

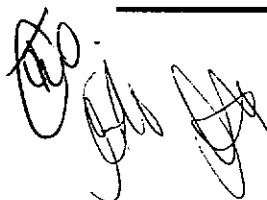
Spread de crédito: Conjunto formado pelas operações de CDB's das carteiras administradas/fundos no qual o Banco Itaú presta serviço de precificação de ativos dos últimos 10 dias úteis.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;

Especificamente para o Spread de crédito, somente pode ser utilizada essa fonte se houver baixa volatilidade histórica no mercado e não estiver ocorrendo crise macroeconômica.

TAXAS DE MERCADO: são utilizados as taxas negociadas no mercado futuro de DI 1 dia da BMF para a determinação da taxa a ser utilizada na precificação.



CDB – Pós-fixado em CDI / SELIC

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Os CDB's pós fixados em CDI são títulos marcados a mercado considerando-se quatro componentes principais para a taxa de Marcação a Mercado: Característica de resgate do título (com ou sem resgate antecipado), Taxa de Mercado, Prazo para o Vencimento e Spread de Crédito.

A precificação dos CDB's é feita de acordo com suas características de resgate:

1. CDBs sem cláusula de resgate antecipado: utiliza-se o modelo descrito abaixo.
2. CDB com cláusula de resgate antecipado a taxa determinada: utiliza-se a taxa da operação para a marcação a mercado;
3. CDB com resgate antecipado a taxa de mercado: utiliza-se o modelo descrito abaixo.

A fonte primária para a estimar o CDI é a curva proveniente dos futuros de DI da BMF.

A fonte primária para o spread de crédito é o Comitê de Precificação da WMS seguindo os critérios descritos no item Comitê do Manual e o agrupamento nos intervalos de prazo no ANEXO I:

As operações serão comparadas diariamente a um intervalo de aceitação de spreads que podem representar mudanças no mercado. Esse intervalo será deliberado pelo Comitê de Precificação da WMS e terá por base o desvio padrão dos spreads dos negócios observados nos últimos três meses, variações nas cotações e ofertas recebidas pelas mesas e outras informações que por ventura sejam consideradas relevantes. Caso o spread da operação esteja dentro deste intervalo, a operação não sofrerá alteração de spread até que seja concluída a análise do Comitê sobre a representatividade deste evento.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Conjunto formado pelas operações de CDB's das carteiras administradas/ fundos no qual o Banco Itaú presta serviço de precificação de ativos dos últimos 10 dias úteis.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;

Especificamente para o Spread de crédito, somente pode ser utilizada essa fonte se houver baixa volatilidade histórica no mercado e não estiver ocorrendo crise macroeconômica.

CDB – Pós-fixado em IGPM

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Os CDB's pós fixados em IGPM são títulos marcados a mercado considerando-se três componentes principais para a taxa de Marcação a Mercado: projeção de taxa IGPM, Cupom de IGPM e Spread de Crédito.

A fonte primária para a projeção da taxa IGPM é a Andima;

A fonte primária para o Cupom de IGPM é a curva proveniente dos swaps da BMF.

A fonte do spread de crédito para a marcação a mercado das operações é o Comitê de Precificação da WMS, seguindo os critérios descritos no item Comitê do Manual.

As operações serão comparadas diariamente a um intervalo de aceitação de spreads que podem representar mudanças no mercado. Esse intervalo será deliberado pelo Comitê de Precificação da WMS e terá por base o desvio padrão dos spreads dos negócios observados nos últimos três meses, variações nas cotações e ofertas recebidas pelas mesas e

outras informações que por ventura sejam consideradas relevantes. Caso o spread da operação esteja dentro deste intervalo, a operação não sofrerá alteração de spread até que seja concluída a análise do Comitê sobre a representatividade deste evento.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Caso haja necessidade de fonte alternativa do valor das prévias do IGPM ou do índice oficial, será utilizada a última projeção da Andima.

A fonte para o Cupom IGPM é a média aritmética entre cotações coletadas em corretoras, em leilão primário (se houver) e na Andima (se houver).

A fonte alternativa do spread de crédito é o conjunto formado pelas operações de CDB's das carteiras administradas/fundos no qual o Banco Itaú presta serviço de precificação de ativos dos últimos 10 dias úteis.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;

Especificamente para o Spread de crédito, somente pode ser utilizada essa fonte se houver baixa volatilidade histórica no mercado e não estiver ocorrendo crise macroeconômica. A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

CDB – Pós-fixado em TR

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Os CDB's pós fixados em TR são títulos marcados a mercado considerando-se duas componentes principais para a taxa de Marcação a Mercado: Taxa de Mercado e Spread de Crédito.

A fonte primária para a taxa de mercado é a curva proveniente dos Swaps de TR da BMF;

A fonte do spread de crédito para a marcação a mercado das operações é o Comitê de Precificação da WMS, seguindo os critérios descritos no item Comitê do Manual.

As operações serão comparadas diariamente a um intervalo de aceitação de spreads que podem representar mudanças no mercado. Esse intervalo será deliberado pelo Comitê de Precificação da WMS e terá por base o desvio padrão dos spreads dos negócios observados nos últimos três meses, variações nas cotações e ofertas recebidas pelas mesas e outras informações que por ventura sejam consideradas relevantes. Caso o spread da operação esteja dentro deste intervalo, a operação não sofrerá alteração de spread até que seja concluída a análise do Comitê sobre a representatividade deste evento.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

O spread de crédito para a marcação a mercado das operações pode ser determinado através da verificação da taxa negociada dos últimos 10 dias úteis com a curva proveniente dos Swaps de TR da BMF.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;

Especificamente para o Spread de crédito, somente pode ser utilizada essa fonte se houver baixa volatilidade histórica no mercado e não estiver ocorrendo crise macroeconômica.

CDB – Pós-fixado em IPCA

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Os CDB's pós fixados em IPCA são títulos marcados a mercado considerando-se três componentes principais para a taxa de Marcação a Mercado: projeção de taxa IPCA, Taxa de Mercado e Spread de Crédito.

A fonte primária para a projeção da taxa IPCA é a Andima;

A fonte primária para o Cupom IPCA é a curva proveniente das NTN-B's na Andima.

A fonte do spread de crédito para a marcação a mercado das operações é o Comitê de Precificação da WMS, seguindo os critérios descritos no item Comitê do Manual.

As operações serão comparadas diariamente a um intervalo de aceitação de spreads que podem representar mudanças no mercado. Esse intervalo será deliberado pelo Comitê de Precificação da WMS e terá por base o desvio padrão dos spreads dos negócios observados nos últimos três meses, variações nas cotações e ofertas recebidas pelas mesas e outras informações que por ventura sejam consideradas relevantes. Caso o spread da operação esteja dentro deste intervalo, a operação não sofrerá alteração de spread até que seja concluída a análise do Comitê sobre a representatividade deste evento.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Caso haja necessidade de fonte alternativa do valor das prévias do IPCA ou do índice oficial, será utilizada a última projeção da Andima.

A fonte para o Cupom IPCA é a média aritmética entre cotações coletadas em corretoras, em leilão primário (se houver) e na Andima (se houver).

A fonte alternativa do spread de crédito é o conjunto formado pelas operações dos últimos 10 dias úteis de CDB's das carteiras administradas/ fundos no qual o Banco Itaú presta serviço de precificação de ativos.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;

Especificamente para o Spread de crédito, somente pode ser utilizada essa fonte se houver baixa volatilidade histórica no mercado e não estiver ocorrendo crise macroeconômica. A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

Operações Compromissadas

CARACTERÍSTICAS:

As operações compromissadas são operações realizadas através de bancos com lastro em títulos privados ou públicos, podendo ser registrados na CETIP (em sua maioria) com duração de um dia ou com maior prazo.

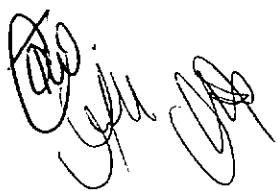
A precificação dos operações compromissadas é feita de acordo com suas características de compromisso de recompra:

1. Operações compromissadas sem compromisso de recompra: utiliza-se o modelo descrito abaixo;
2. Operações compromissadas com compromisso de recompra a taxa pré determinada, formalmente acordado com o emissor: utiliza-se a taxa da operação para a marcação a mercado.

Operação Compromissada – Pré Fixada

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

As operações compromissadas pré fixadas são operações marcadas a mercado considerando-se quatro componentes principais para a taxa de Marcação a Mercado: Característica de compromisso de recompra, Taxa pré obtida através da



curva proveniente dos futuros de DI obtida no site da BMF, Prazo para o Vencimento e Spread de Crédito obtida através do Comitê de Precificação WMS.

As operações serão comparadas diariamente a um intervalo de aceitação de spreads que podem representar mudanças no mercado. Esse intervalo será deliberado pelo Comitê de Precificação da WMS e terá por base o desvio padrão dos spreads dos negócios observados nos últimos três meses, variações nas cotações e ofertas recebidas pelas mesas e outras informações que por ventura sejam consideradas relevantes. Caso o spread da operação esteja dentro deste intervalo, a operação não sofrerá alteração de spread até que seja concluída a análise do Comitê sobre a representatividade deste evento.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Taxa pré: curva proveniente dos futuros de DI obtida através do Feeder disponível tais como Broadcast, Bloomberg ou Reuters ;

Spread de crédito: Conjunto formado pelas operações compromissadas das carteiras administradas/ fundos no qual o Banco Itaú presta serviço de precificação de ativos dos últimos 10 dias úteis.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;

Especificamente para o Spread de crédito, somente pode ser utilizada essa fonte se houver baixa volatilidade histórica no mercado e não estiver ocorrendo crise macroeconômica.

TAXAS DE MERCADO: são utilizadas as taxas negociadas no mercado futuro de DI 1 dia da BMF para a determinação da taxa a ser utilizada na precificação.

Operação Compromissada – Pós-fixada em CDI / SELIC

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

As operações compromissadas pós-fixadas em CDI são operações marcadas a mercado considerando-se quatro componentes principais para a taxa de Marcação a Mercado: Característica de compromisso de recompra, Taxa de Mercado, Prazo para o Vencimento e Spread de Crédito.

A fonte primária para estimar o CDI é a curva proveniente dos futuros de DI da BMF.

A fonte primária para o spread de crédito é o Comitê de Precificação da WMS seguindo os critérios descritos no item Comitê do Manual e o agrupamento nos intervalos de prazo conforme ANEXO I:

As operações serão comparadas diariamente a um intervalo de aceitação de spreads que podem representar mudanças no mercado. Esse intervalo será deliberado pelo Comitê de Precificação da WMS e terá por base o desvio padrão dos spreads dos negócios observados nos últimos três meses, variações nas cotações e ofertas recebidas pelas mesas e outras informações que por ventura sejam consideradas relevantes. Caso o spread da operação esteja dentro deste intervalo, a operação não sofrerá alteração de spread até que seja concluída a análise do Comitê sobre a representatividade deste evento.

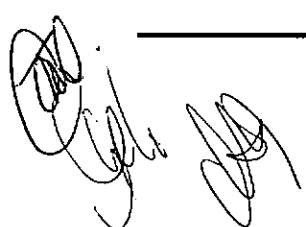
FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Conjunto formado pelas operações de operações compromissadas das carteiras administradas/ fundos no qual o Banco Itaú presta serviço de precificação de ativos dos últimos 10 dias úteis.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;

Especificamente para o Spread de crédito, somente pode ser utilizada essa fonte se houver baixa volatilidade histórica no mercado e não estiver ocorrendo crise macroeconômica.



RDB

CARACTERÍSTICAS:

RDB é um recibo de depósito bancário emitido pelos bancos comerciais e representativos de depósitos a prazo feitos pelo cliente. É um Ativo de Renda Fixa destinado às aplicações de pessoas físicas e jurídicas, com prazo de vencimento predefinido, cuja rentabilidade, fixada no ato de sua emissão, pode ser pré ou pós-fixada. Não é admitida negociação e transferência de RDB em mercado secundário.

Fonte: Cetip/Bacen

RDB – Pós-fixado em CDI / SELIC

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Os RDB's pós fixados em CDI/ Selic são títulos marcados na taxa negociada no mercado primário dado a impossibilidade de vender ou transferir no mercado secundário.

DPGE

CARACTERÍSTICAS:

DPGE é um depósito a prazo com garantia especial proporcionada pelo FGC emitido por bancos comerciais, os bancos múltiplos, os bancos de desenvolvimento, os bancos de investimento, as sociedades de crédito, financiamento e investimento e as caixas econômicas. É uma operação de renda fixa destinada às aplicações de pessoas físicas e jurídicas, com prazo de vencimento predefinido, cuja rentabilidade, fixada no ato de sua emissão, pode ser pré ou pós-fixada. O DPGE é um título transferível, podendo ser cedido mediante instrumento particular de cessão de crédito.

Fonte: Cetip/ Bacen/ FGC

DPGE – Pré Fixado

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Os DPGE's pré fixados são títulos marcados a mercado considerando-se duas componentes principais para a taxa de Marcação a Mercado: Taxa pré obtida através da curva proveniente dos futuros de DI obtida no site da BMF e Spread de crédito obtida através do Comitê de Precificação WMS.

As operações serão comparadas diariamente a um intervalo de aceitação de spreads que podem representar mudanças no mercado. Esse intervalo será deliberado pelo Comitê de Precificação da WMS e terá por base o desvio padrão dos spreads dos negócios observados nos últimos três meses, variações nas cotações e ofertas recebidas pelas mesas e outras informações que por ventura sejam consideradas relevantes. Caso o spread da operação esteja dentro deste intervalo, a operação não sofrerá alteração de spread até que seja concluída a análise do Comitê sobre a representatividade deste evento.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Taxa pré: curva proveniente dos futuros de DI obtida através do Feeder disponível tais como Broadcast, Bloomberg ou Reuters ;

Spread de crédito: Conjunto formado pelas operações de DPGE's das carteiras administradas/fundos no qual o Banco Itaú presta serviço de precificação de ativos dos últimos 10 dias úteis.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;

Especificamente para o Spread de crédito, somente pode ser utilizada essa fonte se houver baixa volatilidade histórica no mercado e não estiver ocorrendo crise macroeconômica.

TAXAS DE MERCADO: são utilizados as taxas negociadas no mercado futuro de DI 1 dia da BMF para a determinação da taxa a ser utilizada na precificação.

DPGE – Pós-fixado em CDI / SELIC

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Os DPGE's pós fixados em CDI/ Selic são títulos marcados a mercado considerando-se dois componentes principais para a taxa de Marcação a Mercado: Taxa de Mercado e Spread de Crédito.

A fonte primária para a estimar o CDI é a curva proveniente dos futuros de DI da BMF.

A fonte primária para o spread de crédito é o comitê de precificação WMS.

As operações serão comparadas diariamente a um intervalo de aceitação de spreads que podem representar mudanças no mercado. Esse intervalo será deliberado pelo Comitê de Precificação da WMS e terá por base o desvio padrão dos spreads dos negócios observados nos últimos três meses, variações nas cotações e ofertas recebidas pelas mesas e outras informações que por ventura sejam consideradas relevantes. Caso o spread da operação esteja dentro deste intervalo, a operação não sofrerá alteração de spread até que seja concluída a análise do Comitê sobre a representatividade deste evento.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

CDI: curva proveniente dos futuros de DI obtida através do Feeder disponível tais como Broadcast, Bloomberg ou Reuters;

Conjunto formado pelas operações de DPGE's das carteiras administradas/ fundos no qual o Banco Itaú presta serviço de precificação de ativos dos últimos 10 dias úteis, conforme descrito no anexo XI.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;

Especificamente para o Spread de crédito, somente pode ser utilizada essa fonte se houver baixa volatilidade histórica no mercado e não estiver ocorrendo crise macroeconômica.

DPGE – Pós-fixado em IPCA

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Os DPGE's pós fixados em IPCA são títulos marcados a mercado considerando-se três componentes principais para a taxa de Marcação a Mercado: projeção de taxa IPCA, Taxa de Mercado e Spread de Crédito.

A fonte primária para a projeção da taxa IPCA é a Andima;

A fonte primária para o Cupom IPCA é a curva proveniente das NTN-B's na Andima.

A fonte do spread de crédito para a marcação a mercado das operações é o Comitê de Precificação da WMS, seguindo os critérios descritos no item Comitê do Manual.

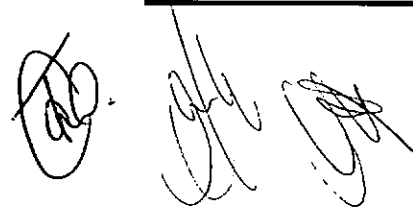
As operações serão comparadas diariamente a um intervalo de aceitação de spreads que podem representar mudanças no mercado. Esse intervalo será deliberado pelo Comitê de Precificação da WMS e terá por base o desvio padrão dos spreads dos negócios observados nos últimos três meses, variações nas cotações e ofertas recebidas pelas mesas e outras informações que por ventura sejam consideradas relevantes. Caso o spread da operação esteja dentro deste intervalo, a operação não sofrerá alteração de spread até que seja concluída a análise do Comitê sobre a representatividade deste evento.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Caso haja necessidade de fonte alternativa do valor das prévias do IPCA ou do índice oficial, será utilizada a última projeção da Andima.

A fonte para o Cupom IPCA é a média aritmética entre cotações coletadas em corretoras, em leilão primário (se houver) e na Andima (se houver).

A fonte alternativa do spread de crédito é o conjunto formado pelas operações dos últimos 10 dias úteis de DPGE's das carteiras administradas/ fundos no qual o Banco Itaú presta serviço de precificação de ativos.



Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;

Especificamente para o Spread de crédito, somente pode ser utilizada essa fonte se houver baixa volatilidade histórica no mercado e não estiver ocorrendo crise macroeconômica. A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

DPGE – Pós-fixado em INPC

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Os DPGE's pós fixados em INPC são títulos marcados a mercado considerando-se dois componentes principais para a taxa de Marcação a Mercado: INPC e Taxa de Mercado com o spread de crédito.

A fonte primária para a o INPC é o IBGE;

A fonte da taxa de mercado com o spread de crédito para a marcação a mercado das operações é o Comitê de Precificação da WMS, seguindo os critérios descritos no item Comitê do Manual.

As operações serão comparadas diariamente a um intervalo de aceitação de spreads que podem representar mudanças no mercado. Esse intervalo será deliberado pelo Comitê de Precificação da WMS e terá por base o desvio padrão dos spreads dos negócios observados nos últimos três meses, variações nas cotações e ofertas recebidas pelas mesas e outras informações que por ventura sejam consideradas relevantes. Caso o spread da operação esteja dentro deste intervalo, a operação não sofrerá alteração de spread até que seja concluída a análise do Comitê sobre a representatividade deste evento.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Caso haja necessidade de fonte alternativa do valor das prévias do INPC ou do índice oficial, será repetido o último índice dado à ausência de projeção por fonte pública.

A fonte alternativa do spread de crédito é o conjunto formado pelas operações de DPGE's analisadas individualmente por título e emissor das carteiras administradas/ fundos no qual o Banco Itaú presta serviço de precificação de ativos dos últimos 10 dias úteis.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;

Especificamente para o Spread de crédito, somente pode ser utilizada essa fonte se houver baixa volatilidade histórica no mercado e não estiver ocorrendo crise macroeconômica. A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

CCB

CARACTERÍSTICAS:

O CCB é um título de crédito emitido na forma física ou escritural, para pessoa física ou jurídica, em favor de uma instituição financeira ou entidade a esta equiparada, representando uma promessa de pagamento em espécie, decorrente de operação de crédito de qualquer modalidade.

Fonte: Mercado financeiro 16ª Edição – Eduardo Fortuna

CCB – Pré Fixado

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Os CCB's pré fixados são títulos marcados a mercado considerando-se duas componentes principais para a taxa de Marcação a Mercado: Taxa de Mercado Pré e Spread de Crédito.

A fonte primária para a taxa de mercado é a curva proveniente dos futuros de DI da BMF;

O Spread de crédito obtido através do Comitê de Precificação WMS, seguindo os critérios descritos no item Comitê do Manual.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Taxa pré: curva proveniente dos futuros de DI obtida através do Feeder disponível tais como Broadcast, Bloomberg ou Reuters ;

Spread de crédito: Conjunto formado pelas operações de CCB's das carteiras administradas/ fundos no qual o Banco Itaú presta serviço de precificação de ativos dos últimos 10 dias úteis.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;

Especificamente para o Spread de crédito, somente pode ser utilizada essa fonte se houver baixa volatilidade histórica no mercado e não estiver ocorrendo crise macroeconômica.

TAXAS DE MERCADO: são utilizados as taxas negociadas no mercado futuro de DI 1 dia da BMF para a determinação da taxa a ser utilizada na precificação.

CCB – Pós-fixado em IGPM

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Os CCB's pós fixados em IGPM são títulos marcados a mercado considerando-se três componentes principais para a taxa de Marcação a Mercado: projeção de taxa IGPM, Taxa de Mercado e Spread de Crédito.

A fonte primária para a projeção da taxa IGPM é a Andima;

A fonte primária para o Cupom de IGPM é a curva proveniente dos swaps da BMF.

A fonte do spread de crédito para a marcação a mercado das operações é o Comitê de Precificação da WMS, seguindo os critérios descritos no item Comitê do Manual.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Caso haja necessidade de fonte alternativa do valor das prévias do IGPM ou do índice oficial, será utilizada a última projeção da Andima.

A fonte para o Cupom IGPM é a média aritmética entre cotações coletadas em corretoras, em leilão primário (se houver) e na Andima (se houver).

A fonte alternativa do spread de crédito é o conjunto formado pelas operações de CCB's das carteiras administradas/ fundos no qual o Banco Itaú presta serviço de precificação de ativos dos últimos 10 dias úteis.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;

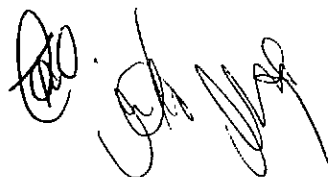
Especificamente para o Spread de crédito, somente pode ser utilizada essa fonte se houver baixa volatilidade histórica no mercado e não estiver ocorrendo crise macroeconômica. A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

CCB – Pós-fixado em CDI

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Os CCB's pós fixados em CDI são títulos marcados a mercado considerando-se duas componentes principais para a taxa de Marcação a Mercado: Taxa de Mercado e Spread de Crédito.

A fonte primária para a estimar o CDI é a curva proveniente dos futuros de DI da BMF.



A fonte primária para o spread de crédito é o Comitê de Precificação da WMS seguindo os critérios descritos no item Comitê do Manual.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Taxa pré: curva proveniente dos futuros de DI obtida através do Feeder disponível tais como Broadcast, Bloomberg ou Reuters ;

A fonte alternativa do spread de crédito é o conjunto formado pelas operações de CCB's das carteiras administradas/fundos no qual o Banco Itaú presta serviço de precificação de ativos dos últimos 10 dias úteis.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;

Especificamente para o Spread de crédito, somente pode ser utilizada essa fonte se houver baixa volatilidade histórica no mercado e não estiver ocorrendo crise macroeconômica. A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

CCB – Pós-fixado em IPCA

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Os CCB's pós fixados em IPCA são títulos marcados a mercado considerando-se três componentes principais para a taxa de Marcação a Mercado: projeção de taxa IPCA, Taxa de Mercado e Spread de Crédito.

A fonte primária para a projeção da taxa IPCA é a Andima;

A fonte primária para o Cupom IPCA é a curva proveniente das NTN-B's da Andima.

A fonte do spread de crédito para a marcação a mercado das operações é o Comitê de Precificação da WMS, seguindo os critérios descritos no item Comitê do Manual.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Caso haja necessidade de fonte alternativa do valor das prévias do IPCA ou do índice oficial, será utilizada a última projeção da Andima.

A fonte para o Cupom IPCA é a média aritmética entre cotações coletadas em corretoras, em leilão primário (se houver) e na Andima (se houver).

A fonte alternativa do spread de crédito é o conjunto formado pelas operações de CCB's das carteiras administradas/fundos no qual o Banco Itaú presta serviço de precificação de ativos.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;

Especificamente para o Spread de crédito, somente pode ser utilizada essa fonte se houver baixa volatilidade histórica no mercado e não estiver ocorrendo crise macroeconômica. A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

PÓS-FIXADOS: CRI/ CDCA/ CCI / LH / LCI / LCA

CARACTERÍSTICAS:

O Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) é um título de crédito lastreado em créditos imobiliários emitido por Companhia Securitizadora de Créditos Imobiliários.

O Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA) é um título emitido por empresas do setor de Agronegócio, tais como agroindústrias, fabricantes de máquinas agrícolas, cooperativas e outras empresas. O Título é lastreado por "recebíveis" resultantes de operações realizadas no setor.



A CCI - Cédula de Crédito Imobiliário constitui instrumento voltado para o mercado secundário de títulos, que apresenta a faculdade de ser integral, quando representar a totalidade do crédito, ou fracionária, quando representar parte dele, não podendo a soma das CCI fracionárias emitidas em relação a cada crédito exceder o valor total do crédito que elas representam. A CCI pode ser emitida sob a forma escritural, podendo contar com garantia real ou fiduciária. Fonte: Banco Central do Brasil.

As Letras Hipotecárias (LH) são títulos emitidos pelas instituições financeiras autorizadas a conceder créditos hipotecários. A garantia é a caução de créditos hipotecários de que essas instituições são titulares.

As Letras de Crédito Imobiliário (LCI) são títulos de crédito lastreados em financiamentos imobiliários, garantidos por hipoteca ou alienação fiduciária. Confere aos seus titulares direito de crédito pelo valor nominal, atualização monetária e juros nelas estipulados.

As Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) são títulos de emissão exclusiva de instituições financeiras públicas ou privadas lastreadas em CPR (Cédula de Produto Rural). Constituem em títulos de crédito de livre negociação.

CRI/ CDCA/ CCI / LH / LCI – Pós-fixado em IGPM

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Os CRI's/ CDCA's / CCI's / LH's / LCI's pós-fixados em IGPM são títulos marcados a mercado considerando-se três componentes principais para a taxa de Marcação a Mercado: projeção de taxa IGPM, Taxa de Mercado e Spread de Crédito.

A fonte primária para a projeção da taxa IGPM é a Andima;

A fonte primária para o Cupom de IGPM é a curva proveniente dos swaps da BMF.

A fonte do spread de crédito para a marcação a mercado das operações é o Comitê de Precificação da WMS, seguindo os critérios descritos no item Comitê do Manual.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Caso haja necessidade de fonte alternativa do valor das prévias do IGPM ou do índice oficial, será utilizada a última projeção da Andima.

A fonte para o Cupom IGPM é a média aritmética entre cotações coletadas em corretoras, em leilão primário (se houver) e na Andima (se houver).

A fonte alternativa do spread de crédito é o conjunto formado pelas operações de CRI's/ CDCA's / CCI's/ LH's/ LCI's individualmente por título e emissor das carteiras administradas/ fundos no qual o Banco Itaú presta serviço de precificação de ativos dos últimos 10 dias úteis.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;

Especificamente para o Spread de crédito, somente pode ser utilizada essa fonte se houver baixa volatilidade histórica no mercado e não estiver ocorrendo crise macroeconômica. A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

CRI/ CDCA/ CCI / – Pós-fixado em IPCA

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Os CRI's/ CDCA's / CCI's / LH's pós fixados em IPCA são títulos marcados a mercado considerando-se três componentes principais para a taxa de Marcação a Mercado: projeção de taxa IPCA, Taxa de Mercado e Spread de Crédito.

A fonte primária para a projeção da taxa IPCA é a Andima;

A fonte primária para o Cupom de IPCA é a curva proveniente das NTN-B's da Andima.

A fonte do spread de crédito para a marcação a mercado das operações é o Comitê de Precificação da WMS, seguindo os critérios descritos no item Comitê do Manual.

FUNTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Caso haja necessidade de fonte alternativa do valor das prévias do IPCA ou do índice oficial, será utilizada a última projeção da Andima.

A fonte para o Cupom IPCA é a média aritmética entre cotações coletadas em corretoras, em leilão primário (se houver) e na Andima (se houver).

A fonte alternativa do spread de crédito é o conjunto formado pelas operações de CRI's/ CDCA's / CCI's / LH's individualmente por título e emissor das carteiras administradas/ fundos no qual o Banco Itaú presta serviço de precificação de ativos dos últimos 10 dias úteis.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;

Especificamente para o Spread de crédito, somente pode ser utilizada essa fonte se houver baixa volatilidade histórica no mercado e não estiver ocorrendo crise macroeconômica. A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

CRI/ CDCA/ CCI / LCI – Pós-fixado em INPC

FUNTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Os CRI's/ CDCA's / CCI's/ LH's / LCI's pós fixados em INPC são títulos marcados a mercado considerando-se dois componentes principais para a taxa de Marcação a Mercado: INPC e Taxa de Mercado com o spread de crédito.

A fonte primária para a o INPC é o IBGE;

A fonte da taxa de mercado com o spread de crédito para a marcação a mercado das operações é o Comitê de Precificação da WMS, seguindo os critérios descritos no item Comitê do Manual.

FUNTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Caso haja necessidade de fonte alternativa do valor das prévias do INPC ou do índice oficial, será repetido o último índice dado à ausência de projeção por fonte pública.

A fonte alternativa do spread de crédito é o conjunto formado pelas operações de CRI's/ CDCA's / CCI's/ LH's / LCI's analisadas individualmente por título e emissor das carteiras administradas/ fundos no qual o Banco Itaú presta serviço de precificação de ativos dos últimos 10 dias úteis.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;


Especificamente para o Spread de crédito, somente pode ser utilizada essa fonte se houver baixa volatilidade histórica no mercado e não estiver ocorrendo crise macroeconômica. A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

CRI / CDCA/ CCI / LCA– Pós-fixado em CDI/ Selic

FUNTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Os CRI's/ CDCA's / CCI's / LH's / LCA's pós fixados em CDI são títulos marcados a mercado considerando-se duas componentes principais para a taxa de Marcação a Mercado: CDI/ Selic e Taxa de Mercado com Spread de Crédito.

A fonte primária para a estimar o CDI/ Selic é a curva proveniente dos futuros de DI da BMF.



A fonte primária para o spread de crédito é o Comitê de Precificação da WMS seguindo os critérios descritos no item Comitê do Manual.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Taxa pré: curva proveniente dos futuros de DI obtida através do Feeder disponível tais como Broadcast, Bloomberg ou Reuters ;

A fonte alternativa do spread de crédito é o conjunto formado pelas operações de CRI's/ CDCA's / CCI's / LH's / LCA's analisadas individualmente por título e emissor das carteiras administradas/ fundos no qual o Banco Itaú presta serviço de precificação de ativos dos últimos 10 dias úteis.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;

Especificamente para o Spread de crédito, somente pode ser utilizada essa fonte se houver baixa volatilidade histórica no mercado e não estiver ocorrendo crise macroeconômica. A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

CRI / LH - Pós-fixado em TR

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Os CDB's pós fixados em TR são títulos marcados a mercado considerando-se duas componentes principais para a taxa de Marcação a Mercado: Taxa de Mercado e Spread de Crédito.

A fonte primária para a taxa de mercado é a curva proveniente dos Swaps de TR da BMF;

A fonte do spread de crédito para a marcação a mercado das operações é o Comitê de Precificação da WMS, seguindo os critérios descritos no item Comitê do Manual.

CCE / NCE

CARACTERÍSTICAS:

Cédula de Crédito à Exportação (CCE) é um título de crédito negociável, emitido por pessoas físicas e jurídicas, para realização de operação de financiamento à exportação ou à produção de bens para exportação, bem como, às atividades de apoio e complementação da exportação.

Nota de Crédito à Exportação (NCE) é um título emitido por pessoa física ou jurídica que se dedique à exportação. As Notas de Crédito à Exportação representam uma operação de crédito e podem ser negociadas por aqueles que as detêm em posição de custódia. As NCEs são colocadas no mercado diretamente pelas instituições financeiras credoras.

CCE/NCE – Pós-fixado em CDI/ Selic

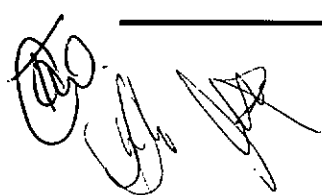
FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Os CCE's / NCE's pós fixados em CDI são títulos marcados a mercado considerando-se duas componentes principais para a taxa de Marcação a Mercado: CDI/ Selic e Taxa de Mercado com Spread de Crédito.

A fonte primária para a estimar o CDI/ Selic é a curva proveniente dos futuros de DI da BMF.

A fonte primária para o spread de crédito é o Comitê de Precificação da WMS seguindo os critérios descritos no item Comitê do Manual.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:



Taxa pré: curva proveniente dos futuros de DI obtida através do Feeder disponível tais como Broadcast, Bloomberg ou Reuters ;

A fonte alternativa do spread de crédito é o conjunto formado pelas operações de CCE's / NCE's analisadas individualmente por título e emissor das carteiras administradas/ fundos no qual o Banco Itaú presta serviço de precificação de ativos dos últimos 10 dias úteis.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;

Especificamente para o Spread de crédito, somente pode ser utilizada essa fonte se houver baixa volatilidade histórica no mercado e não estiver ocorrendo crise macroeconômica. A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

CCE/NCE – Pós-fixado em IGPM

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Os CCE's / NCE's pós fixados em IGPM são títulos marcados a mercado considerando-se três componentes principais para a taxa de Marcação a Mercado: projeção de taxa IGPM, Cupom de IGPM e Spread de Crédito.

A fonte primária para a projeção da taxa IGPM é a Andima;

A fonte primária para o Cupom de IGPM é a curva proveniente dos swaps da BMF, conforme Anexo XII;

A fonte do spread de crédito para a marcação a mercado das operações é o Comitê de Precificação da WMS, seguindo os critérios descritos no item Comitê do Manual.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

A fonte para o Cupom IGPM é a média aritmética entre cotações coletadas em corretoras, em leilão primário (se houver) e na Andima (se houver).

A fonte alternativa do spread de crédito é o conjunto formado pelas operações das carteiras administradas/ fundos no qual o Banco Itaú presta serviço de precificação de ativos dos últimos 10 dias úteis.

CCE/NCE – Pós-fixado em IPCA

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Os CCE's / NCE's pós fixados em IPCA são títulos marcados a mercado considerando-se três componentes principais para a taxa de Marcação a Mercado: projeção de taxa IPCA, Taxa de Mercado e Spread de Crédito.

A fonte primária para a projeção da taxa IPCA é a Andima;

A fonte primária para o Cupom IPCA é a curva proveniente das NTN-B's conforme Anexo XI;

A fonte do spread de crédito para a marcação a mercado das operações é o Comitê de Precificação da WMS, seguindo os critérios descritos no item Comitê do Manual.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Caso haja necessidade de fonte alternativa do valor das prévias do IPCA ou do índice oficial, será utilizada a última projeção da Andima.

A fonte para o Cupom IPCA é a média aritmética entre cotações coletadas em corretoras, em leilão primário (se houver) e na Andima (se houver).

A fonte alternativa do spread de crédito é o conjunto formado pelas operações dos últimos 10 dias úteis das carteiras administradas/ fundos no qual o Banco Itaú presta serviço de precificação de ativos.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;

Especificamente para o Spread de crédito, somente pode ser utilizada essa fonte se houver baixa volatilidade histórica no mercado e não estiver ocorrendo crise macroeconômica. A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

PÓS-FIXADOS em CDI/ Selic: Debêntures

CARACTERÍSTICAS:

No caso de debêntures, o processo geral de oferta pública é semelhante ao utilizado no lançamento de ações, condicionado ao registro na Comissão de Valores Mobiliários, para o que se exige no cumprimento da Instrução CVM n.13, de 30/09/1980, que dispõe sobre o aumento de capital por subscrição de ações públicas, etc. a exceção fica por conta das emissões feitas com colocação direta – fundos de pensão, seguradoras, etc., quando o registro pode ser dispensado.

Uma debênture é um instrumento pelo qual o emissor (tomador dos recursos) promete pagar ao credor (debenturista) a quantidade emprestada mais juros sobre algum período de tempo especificado. O prazo de maturidade de uma debênture é o número de anos durante os quais o emissor promete cumprir as condições da obrigação. A maturidade refere-se ao dia em que o empréstimo cessará e ao dia em que o emissor irá redimir a debênture pelo pagamento do montante devido. O valor principal de uma debênture é o valor que será pago ao debenturista na data de resgate. Esse valor é também conhecido com valor ao par. O valor periódico do pagamento dos juros é chamado de cupom. A taxa de cupom é a taxa de juros que o emissor concorda em pagar a cada ano. A taxa de cupom, quando multiplicada pelo principal da debênture, fornece o valor em dinheiro do cupom.

Fonte: Calculo financeiro das Tesourarias – Jose Roberto Securato.

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Atualização do valor nominal:

Sobre o valor nominal unitário incidirá uma remuneração que contemplará juros remuneratórios estabelecidos com base na taxa CDI/Selic divulgada pelo Sisbacen entre a data de emissão (inclusive) e a data de avaliação, ou data-base (exclusive). Para a determinação do CDI/Selic projetado até o vencimento da operação são utilizados as taxas negociadas no mercado futuro de DI 1 dia da BMF.

Para a determinação do "spread de credito", expresso ou como percentual aplicado ao CDI/ Selic ou como taxa ano a ser acrescida ao CDI/ Selic, utiliza-se o Comitê de Precificação da WMS, seguindo os critérios descritos no item Comitê do Manual.

FONTE SECUNDÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

1º. Caso a debênture tenha taxa indicativa publicada pela Andima, pode-se utilizar a taxa publicada pela Andima.

2º. Caso a debênture não tenha a taxa publicada pela Andima, pode-se utilizar o spread médio de crédito ponderado pelo volume negociado. Este spread é calculado a partir dos preços médios das operações realizadas e registradas no Sistema Nacional de Debêntures (www.debentures.com.br) nos últimos 10 dias úteis.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;

Desde que o somatório das quantidades das operações seja relevante em volume financeiro e (ou) em percentual da emissão.

PÓS-FIXADOS indexados ao IGP-M: Debênture

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Atualização do valor nominal:

Sobre o valor nominal unitário incidirá remuneração que contemplará juros estabelecidos com base no índice IGPM oficial, divulgado pela FGV, até o mês anterior ao corrente, e a projeção divulgada pela Andima para o mês corrente;

A fonte primária para o Cupom de IGPM é a curva proveniente dos swaps da BMF;

A fonte do spread de crédito para a marcação a mercado das operações é o Comitê de Precificação da WMS, seguindo os critérios descritos no item Comitê do Manual.

FONTE SECUNDÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Caso haja necessidade de fonte alternativa do valor das prévias do IGPM ou do índice oficial, será utilizada a última projeção da Andima.

Para a taxa de mercado (desconto):

1º. Caso a debênture tenha taxa indicativa publicada pela Andima, pode-se utilizar a taxa publicada pela Andima.

2º. Caso a debênture não tenha a taxa publicada pela Andima, pode-se utilizar o spread médio de crédito ponderado pelo volume negociado. Este spread é calculado a partir dos preços médios das operações realizadas e registradas no Sistema Nacional de Debêntures (www.debentures.com.br) nos últimos 10 dias úteis.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;

Desde que o somatório das quantidades das operações realizadas seja relevante em volume financeiro e (ou) em percentual da emissão.

PÓS-FIXADOS indexados ao IPCA: Debênture

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Sobre o valor nominal unitário incidirá remuneração que contemplará juros estabelecidos com base no índice IPCA oficial, até o mês anterior ao corrente, e a projeção divulgada pela Andima para o mês corrente.

A taxa de mercado (desconto) é formada por:

$$\text{Taxa de mercado} = ((1 + \text{Cupom IPCA} / 100) * (1 + \text{spread de crédito} / 100)) - 1$$

A fonte primária para o Cupom IPCA é a curva proveniente das NTN-B's da Andima;

Para a determinação do "spread de crédito", expresso ou como percentual aplicado ao IPCA, utiliza-se o Comitê de Precificação da WMS, seguindo os critérios descritos no item Comitê do Manual.

FONTE SECUNDÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Caso haja necessidade de fonte alternativa do valor das prévias do IPCA ou do índice oficial, será utilizada a última projeção da Andima.

A fonte para o Cupom IPCA é a média aritmética entre cotações coletadas em corretoras, em leilão primário (se houver) e na Andima (se houver).

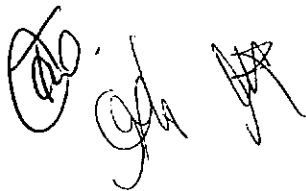
Para o *spread* de crédito:

1º. Caso a debênture tenha taxa indicativa publicada pela Andima, pode-se utilizar a taxa publicada pela Andima.

2º. Caso a debênture não tenha a taxa publicada pela Andima, pode-se utilizar o spread médio de crédito ponderado pelo volume negociado. Este spread é calculado a partir dos preços médios das operações realizadas e registradas no Sistema Nacional de Debêntures (www.debentures.com.br) nos últimos 10 dias úteis.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;



Desde que o somatório das quantidades das operações realizadas seja relevante em volume financeiro e (ou) em percentual da emissão.

Debênture Conversível

O modelo utilizado para o apreamento de títulos conversíveis consiste na decomposição em duas partes: uma que é um título de renda fixa padrão (com risco de crédito do emissor) e a outra em uma opção de compra europeia usando o preço de conversão em ação como preço de exercício da opção. O objetivo é adotar um modelo de apreamento que seja conservador durante a vida do título, dado que seu resgate, muito provavelmente ocorrerá na fase de desinvestimento.

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

O preço final a ser utilizado para apreamento deste título será dado pela soma do preço a mercado do título mais o preço da opção de compra.

- Opção de Compra
 - Preço da Ação: Cotação na bolsa ou determinado pelo último balanço auditado da empresa caso não haja cotação em bolsa ou tenha baixa liquidez.
 - Volatilidade do Preço da Ação: Determinada pela volatilidade do índice de mercado (volatilidade do Ibovespa). A volatilidade será calculada com um modelo de desvio-padrão por média móvel, utilizando-se os últimos 252 dias úteis de retorno.
 - Preço de Exercício: Será dado pelo preço de conversão, cuja regra deve estar prevista na escritura da debênture.
- Preço do Título
 - Taxas de Mercado

A taxa de mercado (desconto) é formada por:

$$\text{Taxa de mercado} = ((1 + \text{taxa básica de juros} / 100) * (1 + \text{spread de crédito} / 100)) - 1$$
 - Taxa Básica de juros: É a Taxa de Juros livre de risco na moeda da emissão de debênture conversível analisada.
 - Spread de Risco de Crédito do Emissor

Para a determinação do "spread de crédito", utiliza-se o Comitê de Precificação WMS.

FONTE SECUNDÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

- Opção de Compra
 - Preço da Ação: Determinado pelo estudo que será feito pela consultoria contratada para avaliação da empresa.
 - Volatilidade do Preço da Ação: Determinada pela volatilidade do índice de mercado (volatilidade do Ibovespa). A volatilidade será calculada com um modelo de desvio-padrão por média móvel, utilizando-se os últimos 252 dias úteis de retorno.
 - Preço de Exercício: Será dado pelo preço de conversão, cuja regra deve estar prevista na operação.

- Preço do Título

- Taxas de Mercado

A taxa de mercado (desconto) é formada por:

$$\text{Taxa de mercado} = ((1 + \text{taxa básica de juros} / 100) * (1 + \text{spread de crédito} / 100)) - 1$$

- Taxa Básica de juros: obedecerão as regras de fonte alternativa correspondente ao indexador conforme as debêntures anteriores.
- Spread de Risco de Crédito do Emissor

1º. Caso a debênture tenha taxa indicativa publicada pela Andima, pode-se utilizar a taxa publicada pela Andima.

2º. Caso a debênture não tenha a taxa publicada pela Andima, pode-se utilizar o spread médio de crédito ponderado pelo volume negociado. Este spread é calculado a partir dos preços médios das operações realizadas e registradas no Sistema Nacional de Debêntures (www.debentures.com.br) nos últimos 10 dias úteis.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;

Desde que o somatório das quantidades das operações realizadas seja relevante em volume financeiro e (ou) em percentual da emissão.

Warrants

O modelo utilizado para o apuração de warrants é um ajuste ao modelo de Black and Scholes para o impacto da diluição decorrente do exercício das warrants.

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

- n_s ações listadas (*outstanding shares*)
- n_w warrants emitidas (estilo europeu)
- S é o preço corrente da ação. Utilizar a cotação na bolsa ou determinado pelo último balanço auditado da empresa caso não haja cotação em bolsa ou tenha baixa liquidez
- W é o preço do Warrant

Calcular o preço da ação ajustado para diluição e inserir em um modelo de Black & Scholes (para opções européias) ou em um modelo binomial (para opções americanas). O preço da ação ajustado para diluição é dado por:

$$S_{\text{diluido}} = \left(\frac{S * n_s + W * n_w}{n_s + n_w} \right)$$

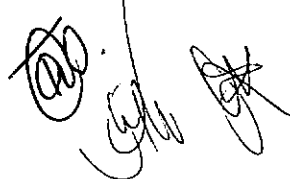
Para aplicar no modelo de apuração de opções, basta usar este preço da ação S ajustado para diluição. A volatilidade pode ser calculada da mesma forma que no item de Debêntures Conversíveis.

FONTE SECUNDÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Preço da Ação: Determinado pelo estudo que será feito pela consultoria contratada para avaliação da empresa.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas.



CPRF – Cédula Pignoratícia Rural Financeira

A Cédula de Produto Rural - CPR é título cambial criado pela Lei nº. 8.929, de 22.08.94, por meio do qual o emitente - produtor rural ou cooperativa de produção - vende antecipadamente sua safra agropecuária, recebe o valor da venda no ato da formalização do negócio e se obriga a entregar o produto vendido na quantidade, qualidade e em local e data estipulados na Cédula.

Fonte: Banco do Brasil.

A CPR Financeira - CPRF foi regulamentada pela Medida Provisória nº-2.017/2000, atualizada pela MP nº 2.042-9/2000. Essa modalidade de CPR possibilita ao emitente alavancar recursos lastreados em produto agropecuário, obrigando-se a liquidar o título em dinheiro pelo preço nele especificado ou mediante a multiplicação da quantidade de produto pelo índice de preço estabelecido.

Fonte: Banco do Brasil.

As principais características são:

Quantidade (q): número de sacas;

Preço unitário inicial (Pui): preço unitário inicial pago por saca;

Data início CPR: data de início da CPR

Data vencimento CPR: data de vencimento da CPR

Determinação do preço para liquidação financeira na data de vencimento: o preço é determinado pela média aritmética dos preços de ajuste apurados pela BMF – Bolsa de Mercadorias e de Futuros, nos cinco pregões que antecederem o último dia útil anterior à data de vencimento do contrato convertido para a moeda corrente pela Taxa de Cambio Referencial Bm&f, válida para o penúltimo dia útil anterior ao vencimento do contrato.

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Pelo fato da liquidação financeira ser apurada pela média aritmética dos preços dos ajustes futuros da BMF dos cinco últimos dias que antecederem ao penúltimo dia de vencimento.

FONTE SECUNDÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Pode-se utilizar o Comitê de Precificação da WMS.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;

Somente pode ser utilizada essa fonte se houver alta volatilidade histórica no mercado ou se estiver ocorrendo crise macroeconômica.

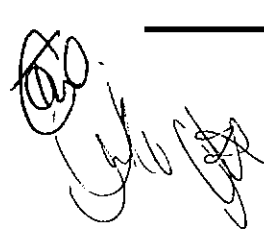
TERMO DE AÇÕES

CARACTERÍSTICAS:

É a compra ou a venda de uma determinada quantidade de ações, a um preço fixado, para liquidação em prazo determinado, a contar da data da operação em pregão, resultando em um contrato entre as partes. O prazo do contrato a Termo é livremente escolhido pelos investidores, obedecendo ao prazo mínimo de 12 dias úteis e máximo de 999 dias corridos. *Título-objeto* é uma ação negociada a termo. Todas as ações negociáveis na BOVESPA podem ser objeto de um contrato a termo.

O preço a termo de uma ação resulta da adição, ao valor cotado no mercado à vista, de uma parcela correspondente aos juros - que são fixados livremente em mercado, em função do prazo do contrato.

A realização de um negócio a termo é semelhante à de um negócio à vista, necessitando a intermediação de uma sociedade corretora, que executará a operação, em pregão, por um de seus representantes. É possível o acompanhamento das operações do mercado a termo, durante todo o pregão, pela rede de terminais da BOVESPA e, pouco tempo depois do encerramento das negociações, todas as informações importantes sobre os negócios a termo poderão ser encontradas no site da BOVESPA e nas páginas do BDI - as quais são reproduzidas nos principais jornais diários.



Toda operação é registrada automaticamente na BOVESPA e informada ao sistema de compensação e liquidação da CBLC. A comparação das informações das partes compradoras e vendedoras e a validação dos negócios são feitas automaticamente pelo sistema eletrônico de registro. Após registradas as operações, os corretores devem iniciar o processo de especificação dos comitentes finais (investidores). O processo de identificação dos comitentes é obrigatório e é feito por meio da Rede de Serviços que atende à BOVESPA e a CBLC.

As operações no mercado a Termo devem ser especificadas nos mesmos dias em que são realizadas (D+0). Este também é o último dia para que o comprador deposite garantia em ativos dentre os elegíveis pela CBLC. A falta de depósito de ativos em D + 0 implica em um débito em dinheiro no valor da garantia a ser realizado em D + 1.

Toda transação a termo requer um depósito de garantia na sociedade corretora, e desta na CBLC. Qualquer corretora pode pedir a seus clientes garantias adicionais àquelas exigidas pela CBLC. Essas garantias são prestadas em duas formas: cobertura ou margem.

- **Cobertura** - um vendedor a termo que possua os títulos-objeto pode depositá-los na CBLC, como garantia de sua obrigação. Esse depósito, denominado cobertura, dispensa o vendedor de prestar outras garantias adicionais;
- **Margem** - o valor da margem inicial requerida é igual ao diferencial entre o preço à vista e o preço a termo do papel, acrescido do montante que represente a diferença entre o preço à vista e o menor preço à vista possível no pregão seguinte, estimado com base na volatilidade histórica do título. A CBLC avalia a volatilidade e a liquidez das ações e as condições gerais das empresas emissoras, classificando os papéis em diferentes intervalos de margem. Como regra geral, papéis com maior liquidez e menor volatilidade enquadram-se nos menores intervalos de margem. Periodicamente, há uma reavaliação dos indicadores da ação e da empresa, o que pode significar sua realocação em um intervalo de margem mais adequado à sua nova situação de mercado.
- **Margem Adicional** - sempre que ocorrer redução no valor de garantia do contrato, decorrente de oscilação na cotação dos títulos depositados como margem e/ou dos títulos-objeto da negociação, será necessário o reforço da garantia inicial, que poderá ser efetuado mediante o depósito de dinheiro ou demais ativos autorizados pela CBLC.
- **Remuneração das Margens** - todas as margens de garantia depositadas em dinheiro junto à CBLC são aplicadas no mercado aberto, e seu rendimento repassado aos investidores por suas corretoras. Isso melhora o resultado da operação.
- **Direitos e Proventos** - Os direitos e proventos distribuídos às ações-objeto do contrato a termo pertencem ao comprador e serão recebidos, juntamente com as ações-objeto, na data da liquidação ou segundo normas específicas da CBLC.

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

A taxa de mercado (desconto) é formada por:

Taxa de mercado = taxa básica de juros.

A taxa básica de juros é obtida a partir das taxas negociadas no mercado futuro de DI 1 dia da BMF para a determinação da taxa a ser utilizada na precificação.

FONTE SECUNDÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Taxa pré: pode-se utilizar curva proveniente dos futuros de DI obtida através do Feeder disponível tais como Broadcast, Bloomberg ou Reuters ;

Critério para utilização da fonte alternativa:

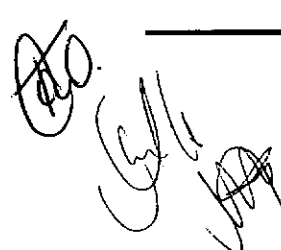
Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas.

BOX

Operações de Box são realizadas através de operações com opções e/ou ações com o objetivo de obter uma operação prefixada. As operações de Box podem ser de 3 ou 4 pontas.

Box 2 pontas: esta estratégia envolve compra de call com barreira e put com barreira na mesma quantidade.

Box 3 pontas: esta estratégia envolve operações de opção de compra, opção de venda e operação no mercado à vista para o mesmo vencimento e com o mesmo número de contratos.



Box 4 pontas: esta estratégia envolve operações de opção de compra e opções de venda através de travas de altas e travas de baixa.

Obs: caso as operações estejam cadastradas nos fundos e carteiras de investimento como opções e não como Box prefixado estas poderão ser apreçadas conforme os modelos de precificação de opções

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

As taxas de mercado são oriundas da curva pré oriunda do mercado futuro de DI 1 dia da BMF.

FONTE SECUNDÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Taxa pré: pode-se utilizar curva proveniente dos futuros de DI obtida através do Feeder disponível tais como Broadcast, Bloomberg ou Reuters.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas.

NOTAS PROMISSÓRIAS (NP)

CARACTERÍSTICAS:

A Nota Promissória (NP) é um título de crédito de curto prazo emitido por instituição não-financeira, sem garantia real, para colocação pública com prazo mínimo de 30 dias e no máximo 180 dias para sociedade de capital fechado e 360 dias para sociedade de capital aberto.

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

As NP's pós-fixados em CDI são títulos marcados a mercado considerando-se duas componentes principais para a taxa de Marcação a Mercado: CDI e Taxa de Mercado com Spread de Crédito.

A fonte primária para a estimar o CDI é a curva proveniente dos futuros de DI da BMF.

A fonte primária para o spread de crédito é o Comitê de Precificação da WMS seguindo os critérios descritos no item Comitê do Manual.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Taxa pré: curva proveniente dos futuros de DI obtida através do Feeder disponível tais como Broadcast, Bloomberg ou Reuters ;

A fonte alternativa do spread de crédito é o conjunto formado pelas operações de NP's analisadas individualmente por título e emissor das carteiras administradas/ fundos no qual o Banco Itaú presta serviço de precificação de ativos dos últimos 10 dias úteis.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;

Especificamente para o Spread de crédito, somente pode ser utilizada essa fonte se houver baixa volatilidade histórica no mercado e não estiver ocorrendo crise macroeconômica. A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

SWAP

O swap é um contrato derivativo no qual as partes trocam os indexadores de operações ativas e passivas, sem trocar o principal. Por exemplo, uma empresa com dívida corrigida pelo CDI, temendo uma alta dos juros, pode trocar o indexador do passivo por uma taxa pré. Assim, se as taxas de juros subirem no período, a perda que a empresa terá com a alta do CDI será compensada por um ganho financeiro na operação de swap. As taxas de juros que ela paga ficam definidas na data zero, na hora da montagem do swap. Trata-se, assim, de uma operação extremamente simples, onde o agente econômico, interessado em trocar o indexador de um ativo ou de um passivo, normalmente procura uma



instituição financeira, que monta a operação. O acordo é então registrado na BMF ou na CETIP. No vencimento, é feito o acerto financeiro da diferença entre os indexadores aplicados sobre o principal.

Na BMF o swap é registrado no sistema eletrônico, pelo chamado contrato a termo de troca de rentabilidade. As operações podem ser feitas com garantia, com garantia de somente uma das partes e sem garantia. Nas operações com garantia da BMF são exigidos depósitos de margens de garantia das partes envolvidas. O cálculo é feito diariamente pela Bolsa e leva em conta o risco de cada operação. Nas operações sem garantia, não há, evidentemente, exigência de margem de garantia. A Bolsa registra a operação, controla as posições, informa os valores da liquidação financeira, mas não se responsabiliza pelo eventual não-pagamento por parte dos agentes.

Na CETIP, os contratos de swap são registrados pelo Sistema de Proteção Contra Riscos Financeiros (SPR). Todas as operações são feitas sem garantia.

Swap com Ponta Prefixada

As pontas pré-fixadas dos swaps são avaliadas pelo método de fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto utilizadas são obtidas conforme descrição a seguir:

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

As taxas de mercado são oriundas da curva pré oriunda do mercado futuro de DI 1 dia da BMF.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Taxa pré: curva proveniente dos futuros de DI obtida através do Feeder disponível tais como Broadcast, Bloomberg ou Reuters.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas.

Swap com ponta indexada ao Dólar

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: Sobre o valor nominal unitário será acrescida a variação cambial do dia útil imediatamente anterior à data de emissão até o último dia útil anterior à data-base ou data de cálculo. Para o cálculo da variação cambial utiliza-se o dólar Ptax-800 de venda disponibilizado pelo SISBACEN.

TAXAS DE DESCONTO: Swaps cambial

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Média aritmética entre cotações coletadas em corretoras.

Caso haja necessidade de fonte alternativa do valor do PTAX – 800 do Banco Central, utilizar:

- 1º. dólar médio divulgado da Andima;
- 2º. transação PCOT do Banco Central.

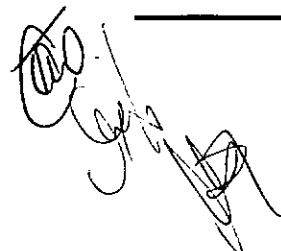
Critério de utilização:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas. A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

Swap com ponta indexada ao CDI/Selic

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: Sobre o valor nominal unitário incidirá uma remuneração que contemplará juros remuneratórios estabelecidos com base na taxa CDI/ Selic divulgada pelo Sisbacen entre a data de emissão (inclusive) e a data de avaliação, ou data-base (exclusive). Estes juros remuneratórios podem ser acrescidos de spread, estabelecidos como percentual aplicado ao CDI/ Selic: 102% do CDI, por exemplo.



TAXAS DE MERCADO: Para a determinação do CDI/ Selic projetado até o vencimento da operação são utilizados as taxas negociadas no mercado futuro de DI 1 dia da BMF.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Taxa pré: curva proveniente dos futuros de DI obtida através do Feeder disponível tais como Broadcast, Bloomberg ou Reuters.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas.

Swap com ponta indexada ao IGPM

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: Sobre o valor nominal unitário incidirá remuneração que contemplará juros estabelecidos com base no índice IGPM oficial, divulgado pela FGV, até o mês anterior ao corrente;

TAXAS DE DESCONTO: Utiliza-se curva obtida dos Swaps de IGPM na BMF.

FONTE SECUNDÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Caso haja necessidade de fonte alternativa do valor das prévias do IGPM ou do índice oficial, será utilizada a última projeção da Andima.

Para a taxa de mercado (desconto) podem-se utilizar taxas coletadas com corretoras.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas. A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

Swap com ponta indexada ao IPCA

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: Sobre o valor nominal unitário incidirá remuneração que contemplará juros estabelecidos com base no índice IPCA oficial, divulgado pelo IBGE, até o mês anterior ao corrente, e a projeção divulgada pela Andima para o mês corrente;

TAXAS DE DESCONTO: Utiliza-se curva advinda da Andima (NTN-B).

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Caso haja necessidade de fonte alternativa do valor das prévias do IPCA ou do índice oficial, será utilizada a última projeção da Andima.

A fonte para o Cupom IPCA é a média aritmética entre cotações coletadas em corretoras, em leilão primário (se houver) e na Andima (se houver).

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas. A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

Swap com ponta indexado a Ação

Os Swaps atrelados ao preço de uma ação negociada na Bovespa são valorizados pelo último preço de fechamento divulgado pela Bovespa. Em não havendo negociação no dia, será mantido o preço da última negociação.

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Preço da ação obtido através da Bovespa.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Preço da ação obtido através do Feeder disponível tais como Broadcast, Bloomberg ou Reuters.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas.

Swap com ponta indexada ao Euro

A ponta Euro do swap é avaliada pelo método de fluxo de caixa descontado.

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: Utiliza-se a variação cambial do euro para reais do dia útil imediatamente anterior à data de emissão até o último dia útil anterior à data-base ou data de cálculo. A cotação utilizada é a do EuroPtax de venda disponibilizado pelo BACEN.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Atualização do valor nominal e taxa de desconto: podem-se utilizar as informações divulgadas no Feeder disponível tais como Broadcast, Bloomberg ou Reuters .

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas.

Swap com ponta indexada a Commodities:**FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:**

ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: Sobre o valor nominal unitário incidirá remuneração da cotação da *commodity* convertendo em Reais pela cotação de Dólar PTAX D-1 (se for o caso da especificação do contrato ou se o fundo for onshore) e respeitando as regras do contrato de SWAP como, por exemplo, a última cotação da *commodity* ou a média das cotações da *commodity* composto pelos valores a vista e futuros do mês corrente. No caso do dólar PTAX será utilizado o Banco Central do Brasil – BACEN. No caso de commodities com cotação no mercado futuro brasileiro será utilizado a BM&F e sem cotação no mercado futuro brasileiro será utilizada a Bloomberg.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Para o dólar, pode ser utilizada a média aritmética entre cotações coletadas em corretoras.

Caso haja necessidade de fonte alternativa do valor do PTAX – 800 do Banco Central, utilizar:

- 1º. dólar médio divulgado da Andima;
- 2º. transação PCOT do Banco Central.

Para as commodities, pode ser utilizada a Reuters ou Broadcast.

Critério de utilização:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas.

A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

Swap com ponta média de Commodities:**FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:**

Utiliza-se as cotações de NDFs de commodities disponíveis no terminal Bloomberg e interpolação linear para determinação da curva de valores futuros para cada commodity. Calcula-se a média esperada para o período.

$$MediaEsperada = \frac{\sum (cot\ acoes_realizadas_periodo_media + cot\ acao_esperada)}{n}$$

$n = numero_dias_periodo_apuracao_media$

$$VP = \left(\frac{MediaEsperada}{CotacaoInicial} \right) * \left(\frac{PTAXd - 1}{USDBRLinicial} \right) * \left(\frac{1}{Cupom_cambial_sujo} \right)$$

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Pode ser utilizada a Reuters ou corretoras.

Critério de utilização:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas.

A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

Swap Ponta Libor:

A ponta Libor é calculada conforme fórmula abaixo.

$$VP = \frac{N * \prod (1 + L_i * (dc/360)) * (1 + L_p * (dc/360))}{(1 + L_c * (dc/360))}$$

$N = Notional$

$L_i = Libor_conhecida$

$L_p = Libor_termo_projetada$

$L_c = Libor_Curva$

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

A curva de Libor é construída através dos dados de LIBOR cash, Futuros e swaps de Libor, disponíveis nas telas ICVS da Bloomberg.

A projeção da Libor à termo é calculada através da Curva de Libor.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Pode ser utilizada a Reuters ou corretoras.

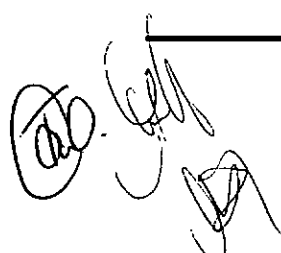
Critério de utilização:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas.

A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

Cash Flow Swap:

Trata-se cada fluxo individualmente. O valor de mercado é dado pela soma dos valores presentes de cada fluxo.



Swap Ponta "Outras Moedas" :

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

A ponta "Outras Moedas" é atualizada utilizando-se cotações de NDFs disponíveis nas telas FRD no terminal Bloomberg.

A conversão do valor calculado para Reais é realizado através das cotações de fechamento de moedas disponíveis no site do Banco Central.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

Pode ser utilizada a Reuters ou corretoras.

Critério de utilização:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas.

A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

Swap com ponta indexada ao INPC

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: Sobre o valor nominal unitário incidirá remuneração que contemplará juros estabelecidos com base no índice INPC;

TAXAS DE DESCONTO: Utiliza-se curva obtida através do modelo descrito no Anexo XI advinda das NTN-Bs Andima mais spread definido a partir de operações realizadas ou definido no Comitê de Precificação.

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:

A fonte para o Cupom INPC é a média aritmética entre cotações coletadas em corretoras, em leilão primário (se houver) ou construída através de projeções INPC BACEN e curva pré BM&F .

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas. A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

RENDA VARIÁVEL

Ações

FONTE PRIMÁRIA DE COTAÇÕES:

O processo de marcação a mercado é muito mais simples e intuitivo no mercado acionário, uma vez que se trata de um mercado mais organizado, onde existe bolsa de negociações ativa (BOVESPA/SOMA). Assim, as ações são valorizadas pelo último preço de fechamento divulgado pela Bovespa (www.bovespa.com.br) ou SOMA (www.somaativos.com.br). Em não havendo negociação no dia, a cotação do dia anterior é mantida, não havendo impacto no patrimônio líquido do fundo.

FONTES ALTERNATIVAS DE COTAÇÕES:

Poderá ser utilizado *feeder* disponível tais como Broadcast, Bloomberg ou Reuters como fonte alternativa.

Caso se mantenha a não negociação da ação, o preço dela poderá ser atualizado em função da divulgação de balanços ou balancetes da empresa.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas.

Não negociação durante pelo menos 3 meses.

Ações Internacionais e ADRs

FONTE PRIMÁRIA DE COTAÇÕES:

São marcadas pelas cotações de fechamento divulgadas pela Bolsa, onde é negociada, convertidas em Reais pela cotação dólar PTAX em fundos *onshore*. No caso de fundos *offshore*, será obedecida a moeda do fundo para conversão cambial.

FONTES ALTERNATIVAS DE COTAÇÕES:

Poderá ser utilizado *feeder* disponível tais como Bloomberg ou Reuters como fonte alternativa.

Caso se mantenha a não negociação da ação, o preço dela poderá ser atualizado em função da divulgação de balanços ou balancetes da empresa.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas.

Não negociação durante pelo menos 3 meses.

FUTUROS

Futuros

FONTE PRIMÁRIA DE TAXAS DE MERCADO:

Da mesma forma que o mercado de ações, o processo de marcação a mercado para os contratos futuros é muito mais simples e intuitivo, uma vez que trata-se de um mercado mais organizado, onde existe uma bolsa de negociações ativa (BM&F). Assim, os contratos futuros de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL), cupom cambial (DDI e FRC), Bovespa (IBOVESPA) e agropecuários são valorizadas pelos preços de ajuste fornecidos ao final do pregão. Estas cotações são encontradas diariamente no Boletim Diário da BM&F ou no site (www.bmf.com.br), sendo uma fonte de dados pública e transparente.

Em caso de *circuit breaker* os futuros serão valorizados pelo preço de ajuste fornecidos ao final do pregão pela BM&F.

FONTES ALTERNATIVAS DE TAXAS DE MERCADO:

Caso não haja a publicação das informações dos contratos futuros pela BM&F, poderá ser utilizado *feeder* disponível tais como Broadcast, Bloomberg ou Reuters.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas.

OPÇÕES

Opções de ações

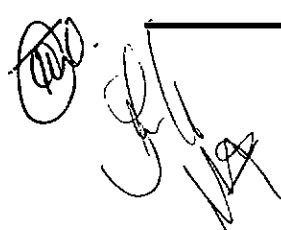
FONTE PRIMÁRIA DE COTAÇÕES:

Com base nos negócios realizados no dia e a cotação da ação na Bovespa, calcula-se a volatilidade implícita das operações. A partir desses dados utiliza-se a paridade put-call para apreçar as opções.

FONTES ALTERNATIVAS DE COTAÇÕES:

No dia em que não houver negociação ou que a convergência na volatilidade obtida da cotação da opção na Bovespa e o preço do ativo objeto, taxa de juros e demais parâmetros de entrada do modelo não refletirem condições reais de mercado, poderão ser utilizados dados obtidos através de metodologia descrita abaixo para o apreçamento das opções.

Poderá ser coletada a volatilidade de corretoras ou observações de negócios durante o dia ou observações de volatilidades de outras opções semelhantes. Caso a coleta não esteja disponível, poderá ser utilizada a Regra de Convergência: A volatilidade do dia será a última volatilidade implícita calculada, mais ou menos a diferença entre esta e a histórica, multiplicada pela fração $1 / (\text{número de dias até o vencimento})$.



Critério para poder utilizar a fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;
Repetição ou ausência da cotação na fonte primária em mais de dois dias úteis;
Distorções observadas nos dados coletados;
A informação de corretoras deverá ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

Nesta modelagem utilizamos o modelo de Black & Scholes

Prêmio da Call = $SN(d1) - Xe^{-rt} N(d2)$
Prêmio da Put = $Xe^{-rt} N(-d2) - SN(-d1)$

Opções de Ibovespa

O método utilizado para o apreamento de opções de Ibovespa segue os critérios abaixo:

FONTE PRIMÁRIA DE COTAÇÕES:

As opções deste ativo são valorizadas preferencialmente pelo prêmio de referência divulgado pela BM&F, através do site www.bmf.com.br;

FONTES ALTERNATIVAS DE COTAÇÕES:

I - As opções que não possuem prêmio de referência serão preferencialmente precificadas a partir dos seguintes passos:

- a) a partir das volatilidades implícitas divulgadas pela BM&F será obtida a superfície de volatilidades através de interpolação para os preços de exercícios e prazos que não forem listados;
- b) caso não haja divulgação de volatilidades implícitas divulgadas pela BM&F, as mesmas poderão ser obtidas a partir dos prêmios de referência divulgados pela BM&F;
- c) Caso não haja a divulgação de informações pela BM&F ou seja detectado alguma distorção nos dados divulgados pela BM&F, poderão ser utilizadas informações divulgadas por corretoras de valores.

O ativo-objeto utilizado para apurar tal volatilidade é o valor do índice futuro relativo àquela oferta de compra e venda, descontado pela respectiva taxa de juros pré-fixada.

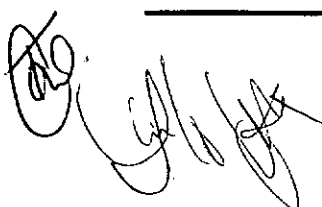
O valor do ativo-objeto a ser utilizado no modelo de apreamento é a cotação de fechamento do índice futuro, descontado pela taxa de juros pré-fixada referente.

II Adicionalmente, se a volatilidade para um determinado prazo ou vencimento não puder ser interpolada ou extrapolada, a volatilidade poderá ser obtidas a partir de um valor interpolado entre a última volatilidade utilizada e a histórica calculada por desvio-padrão. Esta volatilidade histórica é calculada com uma janela proporcional ao prazo de vencimento da opção. Caso após estar sendo utilizada a volatilidade histórica surja dado na superfície de volatilidades, será utilizado esse dado.

III – As volatilidades para as opções de balcão poderão ser obtidas a partir dos seguintes passos:

- a) a partir das volatilidades implícitas divulgadas pela BM&F será obtida a superfície de volatilidade através de interpolação para os preços de exercícios e prazos que não forem listados;
- b) caso não haja divulgação de volatilidades implícitas divulgadas pela BM&F, as mesmas poderão ser obtidas a partir dos prêmios de referência divulgados pela BM&F;
- c) Caso não haja a divulgação de informações pela BM&F ou seja detectado alguma distorção nos dados divulgados pela BM&F, poderão ser utilizadas informações divulgadas por corretoras de valores;
- d) Poderá ser utilizada a volatilidade histórica para prazos ou preços de exercícios que não possam ser interpolados ou extrapolados.

Critério para poder utilizar a fonte alternativa:



Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas;
A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

Os prêmios das opções correspondentes àqueles preços de exercícios criados, finalmente, são obtidos pelo modelo de *Black e Scholes*:

$$\begin{aligned} \text{Prêmio da Call} &= SN(d1) - Xe^{-rt} N(d2) \\ \text{Prêmio da Put} &= Xe^{-rt} N(-d2) - SN(-d1) \end{aligned}$$

Opção de Ibovespa / Opções de ações Bovespa com barreira

Utiliza-se o modelo de Merton (1973), Reiner and Rubinstein (1991).

S=Preço Ativo Objeto
K= Strike
H=Barreira
R=Rebate

$$b = \text{RiskFree} - \text{DivYield}$$

$$\mu = \frac{(b - \sigma^2 / 2)}{\sigma^2}$$

$$\lambda = \sqrt{\mu^2 + \frac{2r}{\sigma^2}}$$

$$a = (1 + \mu) * \sigma * \sqrt{t}$$

$$x1 = \frac{\text{Ln}(S/K)}{\sigma * \sqrt{t}} + a$$

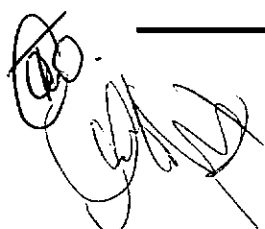
$$x2 = \frac{\text{Ln}(S/H)}{\sigma * \sqrt{t}} + a$$

$$y1 = \frac{\text{Ln}(H^2 / S * K)}{\sigma * \sqrt{t}} + a$$

$$y2 = \frac{\text{Ln}(H/S)}{\sigma * \sqrt{t}} + a$$

$$z = \frac{\text{Ln}(H/S)}{\sigma * \sqrt{t}} + \lambda * \sigma * \sqrt{t}$$

$$\begin{aligned} f1 &= \phi * S * e^{(b-r)*t} * N(\phi * x1) - \phi * X * e^{-rt} * N(\phi * x1 - \phi * \sigma * \sqrt{t}) \\ f2 &= \phi * S * e^{(b-r)*t} * N(\phi * x2) - \phi * X * e^{-rt} * N(\phi * x2 - \phi * \sigma * \sqrt{t}) \\ f3 &= \phi * S * e^{(b-r)*t} * (H/S)^{(2*(\mu+1))} * N(\eta * y1) - \phi * X * e^{-rt} * (H/S)^{(2*\mu)} * N(\eta * y1 - \eta * \sigma * \sqrt{t}) \\ f4 &= \phi * S * e^{(b-r)*t} * (H/S)^{(2*(\mu+1))} * N(\eta * y2) - \phi * X * e^{-rt} * (H/S)^{(2*\mu)} * N(\eta * y2 - \eta * \sigma * \sqrt{t}) \\ f5 &= R * e^{(-r*t)} * (N(\eta * x2 - \eta * \sigma * \sqrt{t}) - (H/S)^{(2*\mu)} * N(\eta * y2 - \eta * \sigma * \sqrt{t})) \\ f6 &= R * ((H/S)^{(\mu+\lambda)} * N(\eta * Z) + (H/S)^{(\mu-\lambda)} * N(\eta * Z - 2 * \eta * \lambda * \sigma * \sqrt{t})) \end{aligned}$$



Call down-and-in

$$\eta = 1$$

$$\phi = 1$$

Preço = $f_3 + f_5$, se $K > H$;

Preço = $f_1 - f_2 + f_4 + f_5$, se $K \leq H$;

Call up-and-in

$$\eta = -1$$

$$\phi = 1$$

Preço = $f_1 + f_5$, se $K > H$;

Preço = $f_2 - f_3 + f_4 + f_5$, se $K \leq H$;

Put down-and-in

$$\eta = 1$$

$$\phi = -1$$

Preço = $f_2 - f_3 + f_4 + f_5$, se $K > H$;

Preço = $f_1 + f_5$, se $K \leq H$;

Put up-and-in

$$\eta = -1$$

$$\phi = -1$$

Preço = $f_1 - f_2 + f_4 + f_5$, se $K > H$;

Preço = $f_3 + f_5$, se $K \leq H$;

Call down-and-out

$$\eta = 1$$

$$\phi = 1$$

Preço = $f_1 - f_3 + f_6$, se $K > H$;

Preço = $f_2 - f_4 + f_6$, se $K \leq H$;

Preço = 0, se $K \leq H$

Call up-and-out

$$\eta = -1$$

$$\phi = 1$$

Preço = f_6 , se $K > H$;

Preço = $f_1 - f_2 + f_3 - f_4 + f_6$, se $K \leq H$;

Preço = 0, se $S \geq H$

Put down-and-out

$$\eta = 1$$

$$\phi = -1$$

Preço = $f_1 - f_2 + f_3 - f_4 + f_6$, se $K > H$;

Preço = f_6 , se $K \leq H$;

Preço = 0, se $S \leq H$

Put up-and-out

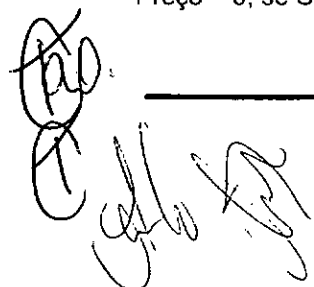
$$\eta = -1$$

$$\phi = -1$$

Preço = $f_2 - f_4 + f_6$, se $K > H$;

Preço = $f_1 - f_3 + f_6$, se $K \leq H$;

Preço = 0, se $S \geq H$



Opção de Ibovespa com Dupla barreira

Nos casos up-in/down-out ou down-in/up-out, não há formula fechada. Utiliza-se simulação de Monte-Carlo.

Opção de dólar:

O método utilizado para o apreamento de opções de dólar segue os critérios abaixo:

FONTA PRIMÁRIA DE COTAÇÕES:

As opções serão preferencialmente precificadas a partir da média das volatilidades calculadas a partir dos dados recebidos de corretoras selecionadas. Os dados de volatilidades serão coletados de uma amostra de corretoras escolhidas com base no ranking BM&F e análises de due-diligence das respectivas corretoras..

FONTA SECUNDÁRIA DE COTAÇÕES:

Em cenários de stress, em situações de contingência ou distorções observadas nos dados coletados, poderão ser utilizados dados disponibilizados pela BM&F no site [www .bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br).

Critério para poder utilizar a fonte alternativa:
Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas.
Distorções ou falta de dados da fonte primária.

Nesta modelagem, utilizamos o modelo de Black (1976).

$$Call = Se^{-rT} N(d_1) - Xe^{-rT} N(d_2)$$

$$Put = -Se^{-rT} N(-d_1) + Xe^{-rT} N(-d_2)$$

Opção de Dólar com Dupla Barreira

Nos casos up-in/down-out ou down-in/up-out, não há formula fechada. Utiliza-se simulação de Monte-Carlo.

Opção de IDI:

Características:

O Índice de Taxa Média de Depósitos Interfinanceiros de um Dia (IDI) é definido como o Valor teórico de 100.000 pontos na data de início de valorização, fixada pela BM&F, quando passa a ser corrigido pela taxa média depósito interfinanceiro de um dia (DI), calculada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de títulos (Cetip).

FONTA PRIMÁRIA DE COTAÇÕES:

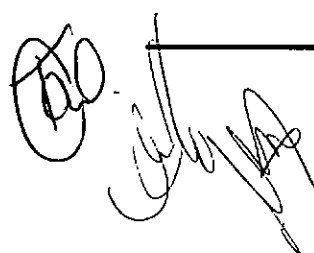
As opções serão preferencialmente precificadas a partir da média das volatilidades calculadas a partir dos dados recebidos de corretoras selecionadas. Os dados de volatilidades serão coletados de uma amostra de corretoras escolhidas com base no ranking BM&F e análises de due-diligence das respectivas corretoras..

FONTA SECUNDÁRIA DE COTAÇÕES:

Em cenários de stress, em situações de contingência ou distorções observadas nos dados coletados, poderão ser utilizados dados disponibilizados pela BM&F no site [www .bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br).

Critério para poder utilizar a fonte alternativa:
Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas.
Distorções ou falta de dados da fonte primária.

Nesta modelagem utilizamos o modelo de Black (1976).



$$\text{Call} = Se^{-rT} N(d_1) - Xe^{-rT} N(d_2)$$

$$\text{Put} = -Se^{-rT} N(-d_1) + Xe^{-rT} N(-d_2)$$

Opção de DI:

FONTE PRIMÁRIA DE COTAÇÕES:

As opções de DI (DI1 , DI2 , DI3) são valorizadas pelo prêmio de referência divulgado pela BM&F, através do site www.bmf.com.br.

FONTE SECUNDÁRIA DE COTAÇÕES:

Não havendo informação disponível ou distorção nos dados, poderá ser utilizada modelagem matemática de precificação de opções através de informações de volatilidade obtida de coletas com corretoras e do ativo objeto obtido através da cotação da BMF.

Critério para poder utilizar a fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas.

A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

Títulos da Dívida Externa

Bradies

Foram emitidos em troca da dívida externa brasileira em 1994. (fonte: BACEN)

FONTE PRIMÁRIA DE COTAÇÕES:

Esses títulos são valorizados pela média das cotações (bid /ask) divulgado em feeder disponível tais como telas da Bloomberg, Broadcast ou Reuters, levando-se em conta o cupom pró-rata do respectivo título.

Títulos vigentes:

EI BOND

FLIRB

NEW MONEY BOND 1994

DCB

BIB / EXIT BOND

C BOND

PAR BOND

DISCOUNT BOND

FONTE SECUNDÁRIA DE COTAÇÕES:

Não havendo informação disponível, poderá ser utilizada coletas com corretoras.

Critério para poder utilizar a fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas.

A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

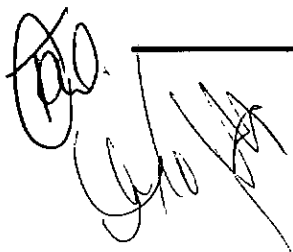
Globals

São títulos denominados em dólares e negociados globalmente. Pagam, via de regra, taxas de juros fixas.

Alguns títulos foram emitidos em operações voluntárias de troca, isto é, foram subscritos com títulos bradies. (fonte: BACEN)

FONTE PRIMÁRIA DE COTAÇÕES:

Esses títulos são valorizados pela média das cotações (bid /ask) divulgado em feeder disponível tais como telas da Bloomberg, Broadcast ou Reuters, levando-se em conta o cupom pró-rata do respectivo título.



Títulos vigentes:

BR 05
BR 06
NBR 07
BR 07
BR 08
NBR 08
BR 09
BR 09 FLUTUANTE
BR 10
NBR 10
BR 11
BR 12
BR 13
BR 14
BR 19
BR 20
BR 24
BR 24B
BR 27
BR 30
BR 34
BR 40

Direitos Creditórios

Direitos Creditórios (DC)

Os Fundos de Recebíveis foram criados com o objetivo de dar liquidez ao mercado de crédito, reduzindo o risco e ampliando a oferta de recursos. Com eles as empresas passaram a ter uma opção de financiamento alternativa, seja ao sistema bancário, seja ao mercado de capitais, e os bancos passaram a ter a possibilidade de vender seus créditos para fundos de recebíveis especialmente criados para esse fim, abrindo espaço em sua carteira para novas operações de crédito.

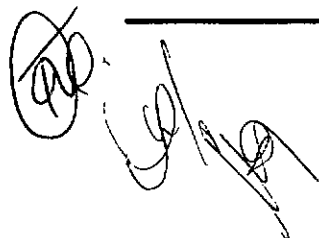
As cotas desses fundos estão classificadas em dois tipos, que funcionam como reforço de garantias para o investidor, a saber:

- Cota de classe sênior: aquela que não se subordina às demais para efeito de amortização e resgate e que pode ser subdividida em séries, que são subconjuntos de cotas da classe sênior dos fundos fechados, diferenciados exclusivamente por prazos e valores para amortização, resgate e remuneração, quando houver; e
- Cota de classe subordinada: aquela que se subordina à cota sênior ou a outras cotas subordinadas, para efeito de amortização e resgate.

Fonte: Mercado Financeiro, Eduardo Fortuna 16ª edição

A fonte primária para o spread de crédito é o Comitê de Precificação da WMS seguindo os critérios descritos no item Comitê do Manual .

FONTE ALTERNATIVA DE TAXAS DE MERCADO:



A fonte alternativa do spread de crédito é o conjunto formado pelas operações de FIDC's das carteiras administradas/fundos no qual o Banco Itaú presta serviço de precificação de ativos dos últimos 10 dias úteis, conforme exemplo abaixo.

Critério para utilização da fonte alternativa:

Recebimento de informações da fonte primária após 20:30 horas.

Especificamente para o Spread de crédito, somente pode ser utilizada essa fonte se houver baixa volatilidade histórica no mercado e não estiver ocorrendo crise macroeconômica.

Processo de coleta de ativos Off-shore

Os preços dos ativos offshore serão atualizados através do terminal Bloomberg às 21:00 (horário Brasília). Haverá uma janela de 30 minutos para coleta.

FONTE SECUNDÁRIA

Pode ser utilizada a Reuters ou corretoras.

Critério de utilização:

Recebimento de informações da fonte primária após 22:00 horas.

A informação deve ser coletada de no mínimo três corretoras aprovadas pelo Comitê de Precificação.

Cenários de Stress

Em caso de cenário de stress nos mercados financeiros, poderá ser realizado um Comitê de Precificação da WMS Extraordinário para alteração de taxas, volatilidades e outros parâmetros utilizados na precificação.

Ativos em Default

Provisões para ativos em default são discutidas nos Comitês de Crédito da WMS e Comitê de Precificação da WMS.

Feriados

Feriados em São Paulo (25/01, 09/07, 20/11)

Ações: Repete-se o preço de d-1;

Opções (DI, IDI, DOL, IBOV, ações): Repete-se o preço de d-1;

Futuros : Não há ajustes nessas datas;

Curva DI : Adiciona-se a valorização do CDI sobre o PU de d-1;

Curva DDI : Adiciona-se a valorização do CDI sobre o PU de d-1 e desconta-se a variação cambial do PTAX de d-2 para d-1;

Curva IGPM : Utiliza-se taxas de d-1;

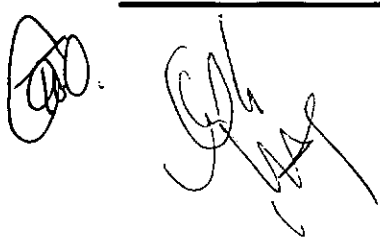
Títulos Públicos: Utiliza-se as taxas divulgadas pela ANBIMA;

Curva IPCA : Utiliza-se as taxas divulgadas pela ANBIMA após bootstrap;

Títulos Privados: Utiliza-se as taxas de d-1;

Ativos e derivativos Off-shore: processo normal de coleta de dados.

Feriados Nacionais (24/12, 31/12)



Ações: Repete-se o preço de d-1;

Opções (DI, IDI, DOL, IBOV, ações): Repete-se o preço de d-1 em 24/12. Em 31/12 já considera-se o valor presente do resultado da opção de dólar e IDI com vencimento em janeiro do próximo ano.

Futuros : Não há ajustes nessas datas;

Curva DI : Adiciona-se a valorização do CDI sobre o PU de d-1;

Curva DDI : Adiciona-se a valorização do CDI sobre o PU de d-1 e desconta-se a variação cambial do PTAX de d-2 para d-1;

Curva IGPM: Utiliza-se taxas de d-1;

Curva IPCA : Utiliza-se as taxas divulgadas pela ANBIMA após bootstrap;

Títulos Públicos: Utiliza-se as taxas divulgadas pela ANBIMA;

Títulos Privados: Utiliza-se as taxas de d-1;

Dólar PTAX : Em 24/12 utiliza-se o valor divulgado. Em 31/12, repete-se o valor do dia anterior;

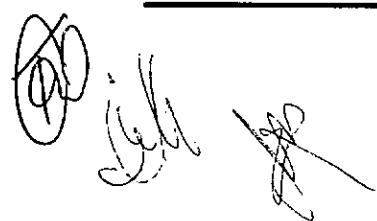
Ativos e derivativos Off-shore: Antecipa-se a coleta de dados para as 14:00 devido aos horários antecipados de processamento das cotas.

Anexo I – Brackets Utilizados na Precificação de Privados

Brackets:

A: 0-32 dias úteis;
B: 33-53 dias úteis;
C: 54-74 dias úteis;
D: 75-94 dias úteis;
E: 95-114 dias úteis;
F: 115-138 dias úteis;
G: 139-173 dias úteis;
H: 174-204 dias úteis;
I: 205-236 dias úteis;
J: 237-270 dias úteis;
K: 271-315 dias úteis;
L: 316-357 dias úteis;
M: 358-399 dias úteis;
N: 400-441 dias úteis;
O: 442-483 dias úteis;
P: 484-525 dias úteis;
Q: 526-567 dias úteis;
R: 568-609 dias úteis;
S: 610-651 dias úteis;
T: 652-693 dias úteis;
U: 694-735 dias úteis;
V: 736-771 dias úteis;
W: 772-803 dias úteis;
X: 804-834 dias úteis;
Y: 835-866 dias úteis;
Z: 867-897 dias úteis;
AA: 898-929 dias úteis;
AB: 930-960 dias úteis;
AC: 961-992 dias úteis;
AD: 993-1023 dias úteis;
AE: 1024-1055 dias úteis;
AF: 1056-1086 dias úteis;
AG: 1087-1118 dias úteis;
AH: 1119-1149 dias úteis;
AI: 1150 - 1181 dias úteis;
AJ: 1182-1212 dias úteis;
AK: 1213-1244 dias úteis;
AL: 1245-1275 dias úteis;
AM: 1276-1307 dias úteis;
AN: 1308-1338 dias úteis;
AO: 1339-1370 dias úteis;
AP: 1371-1401 dias úteis;
AQ: 1402-1433 dias úteis;
AR: 1434-1464 dias úteis;
AS: 1465-1496 dias úteis;
AT: 1497-1525 dias úteis;
AU: 1526-1551 dias úteis;
AV: 1552-1577 dias úteis;
AW: 1578-1604 dias úteis;
AX: 1605-1630 dias úteis;
AY: 1631-1657 dias úteis;

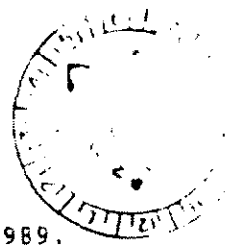
AZ: 1658-1683 dias úteis;
BA: 1684-1709 dias úteis;
BB: acima de 1710 dias úteis;

Handwritten signatures in black ink, including a circled signature and several other scribbles.

631



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS



ATO DECLARATÓRIO/CVM/SIN/Nº 990, DE 06 DE JULHO DE 1989.

O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar BANCO ITAÚ S/A, CGC-60701190/0001-04, sob o nº ADM-FIN-038, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

Anderson da Costa Santos
SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

preferência será sempre limitado ao máximo legal permitido. - § 3º - As ações preferenciais não terão direito de voto, mas gozarão de vantagens de prioridade no reembolso do capital por seu valor, na hipótese de liquidação da Companhia e participação dos dividendos na igualdade de condições com as ações ordinárias. - CAPÍTULO III - Assembleia Geral - Artigo 60 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos três primeiros meses seguintes ao término do exercício financeiro para os fins previstos em lei e no presente Estatuto e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. - § Único - A Assembleia Geral, convocada de acordo com a lei, será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que acolherá, dentre os acionistas presentes, um ou mais secretários. - Artigo 61 - Cada ação ordinária terá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. - § Único - Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja administrador da Companhia ou advogado, ou ainda acionista da Sociedade, mediante mandato com poderes específicos, cujo instrumento será depositado na sede da Sociedade até a véspera da data marcada para a Assembleia Geral. - CAPÍTULO IV - Da administração da Sociedade - Seção I - Conselho de Administração - Artigo 62 - A Sociedade terá um Conselho de Administração composto de, no mínimo, três e, no máximo, sete membros, eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, todos com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. - Artigo 63 - O Presidente, eleito na forma estabelecida no artigo 60, indicará, na primeira reunião anual do Conselho, o seu substituto, sendo que os demais Conselheiros serão substituídos por acionistas indicados pelo Conselho. - § Único - No caso de vacância do cargo de Conselheiro, o substituto será nomeado pelos Conselheiros remanescentes na Sociedade, até a primeira Assembleia Geral, sendo que se a vacância for por motivo de morte, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição do novo Conselho. - Artigo 64 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez em cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo seu Presidente. - Artigo 65 - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas com a presença da maioria absoluta dos seus membros e de respectivas atas lavradas em livro próprio. - Artigo 66 - Os membros do Conselho de Administração receberão, anualmente, a remuneração que lhes for atribuída pela Assembleia Geral de Acionistas. - Artigo 67 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas no texto: a) eleger a Diretoria e a substituir; b) decidir sobre as demais atribuições da Diretoria; c) decidir sobre as questões que lhe sejam submetidas pela Diretoria; d) escolher os auditores independentes; e) decidir sobre a criação ou extinção de sucursais e filiais da Sociedade, cujas atas serão praticadas pela Diretoria; f) observar e fazer observar os "Acordos de Acionistas", estabelecidos na forma da lei e arquivados na sede social; g) cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral; h) executar nacional e deliberar nas áreas relativas: a) autorizar a alienação de bens imóveis e a constituição de ônus reais; i) autorizar, previamente, a Diretoria a praticar quaisquer atos que ultrapassem seus poderes de gestão; j) decidir sobre participações relevantes em outras sociedades; k) elaborar o Relatório de Administração referente a cada exercício financeiro da Sociedade; l) convocar a Assembleia Geral; m) - § Único - O Conselho de Administração poderá atribuir ao Diretor Geral ou especial e a qualquer dos membros da Diretoria, poderes, não conflitantes com as atribuições e competências privativas estabelecidas neste Estatuto. - Seção II - Diretoria - Artigo 68 - A Sociedade será administrada por um Diretor, composto de, no mínimo, três (3) e, no máximo, cinco (5) membros, todos residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, acionista ou não, sendo um Diretor Superintendente, um Diretor Comercial, um Diretor de Operações, estas obrigatoriamente, e Diretores sem designação especial. - Artigo 69 - O mandato dos Diretores terá de 3 (três) anos, permitida a reeleição e extinguido com a eleição a posse de seus substitutos. - § 1º - Além dos poderes e atribuições previstos em lei e resumidos os poderes específicos do Diretor Superintendente, do Diretor Comercial e do Diretor de Operações, mediante previsão, compete à Diretoria: a) praticar e executar todos os atos de administração da Sociedade; b) executar as determinações do Conselho de Administração; c) exercer as funções de fiscalização de suas operações e outras quaisquer repartições públicas, cabendo ao Diretor que para tal fim for designado pelo Conselho de Administração; - Artigo 70 - No caso de vacância do cargo de Diretor, o Conselho de Administração poderá substituí-lo temporariamente, durante todo o tempo da falta ou de impedimento. - Artigo 71 - A Diretoria receberá a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral e distribuída pelo Conselho de Administração. - Artigo 72 - Ao Diretor Superintendente compete, especificamente: I - convocar e presidir as reuniões da Diretoria; II - dirigir os negócios sociais, superintendendo e orientando os trabalhos da Diretoria; III - tomar decisões de caráter de urgência, de competência da Diretoria, ad-referendum desta; IV - as gestões econômicas e financeiras; V - designar os substitutos eventuais dos demais Diretores nas suas faltas e impedimentos ocasionais, respeitadas as disposições dos artigos 22, 23 e 24. - Artigo 73 - Ao Diretor Comercial compete, especificamente: I - as gestões comerciais; II - a substituição do Diretor Superintendente, nas suas faltas e impedimentos ocasionais. - Artigo 74 - Ao Diretor de Operações compete, especificamente: I - as gestões técnicas e administrativas; II - a previsão e o planejamento das operações sociais; III - a substituição do Diretor Comercial, nas suas faltas e impedimentos ocasionais. - Artigo 75 - Aos demais Diretores caberão as atribuições que lhes forem cometidas pelo Conselho de Administração. - CAPÍTULO V - Conselho Fiscal - Artigo 76 - A Sociedade terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) membros eleitos e 3 (três) membros suplentes e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral nos casos previstos na legislação em vigor. - § Único - O funcionamento do Conselho Fiscal, quando instalado, terá até a primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação. - CAPÍTULO VI - Exercício Financeiro - Artigo 77 - O resultado do exercício, verificado anualmente, entrar-se-á o necessário para: I - aborção de eventuais prejuízos acumulados; 2 - provisão para pagamento do imposto de renda. - Artigo 78 - Do lucro líquido resultante, serão destinados 10% (dez por cento) para constituição do Fundo de Reserva Legal, até o limite de 50% (vinte por cento) do capital social, e, do saldo verificado, depois dos resgates, determinado pela legislação vigente, serão tirados, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) para distribuição de dividendos aos acionistas. - Artigo 79 - O saldo final terá destinação que a Assembleia Geral determinar, observadas as prescrições legais. - Artigo 80 - A Sociedade poderá distribuir a seus acionistas dividendos intermediários e conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, distribuído essa que deverá ser por deliberação do Conselho de Administração. - CAPÍTULO VII - Disposições Gerais - Artigo 81 - O exercício financeiro terá a duração de um ano e se encerrará em 31

de dezembro. - Artigo 31 - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em lei. - Artigo 32 - A Sociedade poderá estipular seguros de vida e/ou de acidentes pessoais. -

(G - 12/07/89 - NCZ\$ 1.016,40)

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
Superintendência de Relações com Investidores

ATO DECLARATÓRIO Nº 989, DE 06 DE JULHO DE 1989
O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar GABRIEL ABEL LINGER, CPF nº 018387847-72, sob o nº ADM-PF-093, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 27 - 04-07-89 - NCZ\$ 54,80)

ATO DECLARATÓRIO Nº 990, DE 26 DE JULHO DE 1989
O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar BANCO ITAÚ S/A, CGC-60701190/0001-04, sob o nº ADM-FIN-038, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 70 - 27-06-89 - NCZ\$ 54,60)

ATO DECLARATÓRIO Nº 991, DE 06 DE JULHO DE 1989
O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar ALFREDO EGYDIO SETUBAL, CPF nº D14414218-07, sob o nº ADM-PF-094, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 771 - 27-06-89 - NCZ\$ 54,80)

ATO DECLARATÓRIO Nº 992, DE 06 DE JULHO DE 1989
O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar SERGIO BURNOWES RAPOSO, CPF nº 022675787-00, sob o nº ADM-PF-095, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 756 - 15-06-89 - NCZ\$ 54,80)

ATO DECLARATÓRIO Nº 993, DE 06 DE JULHO DE 1989
O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar ANGELO FRANCHINI NETO, CPF nº 493451918-91, sob o nº ADM-PF-096, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 746 - 14-06-89 - NCZ\$ 54,80)

ATO DECLARATÓRIO Nº 994, DE 06 DE JULHO DE 1989
O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar MERIDIONAL BANCO DE INVESTIMENTO S/A, CGC nº 43144112/0001-29, sob o nº ADM-FIN-039, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 580 - 08-06-89 - NCZ\$ 38,17)

ATO DECLARATÓRIO Nº 995, DE 06 DE JULHO DE 1989
O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 63, de 04.05.88, resolveu autorizar LORI FERRAZZO, CPF nº 07958829-58, sob o nº ADM-PF-097, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANDERSON DA COSTA SANTOS

(Guia nº 700 - 08-06-89 - NCZ\$ 38,17)

ATO DECLARATÓRIO Nº 3.284, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1995

O Presidente da COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS torna público que o Colegiado, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 6385/76, resolve:

Autorizar, nesta data, o BANCO ITAÚ S/A, CVC/Nº 1º 60.701.190/0001-04, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista nº 176, a prestar os serviços de Certificados de Investimento Audiovisual, nos termos da Instrução CVM nº 308 de 07 de fevereiro de 1994 e da Instrução CVM nº 89 de 08 de novembro de 1988, modificada pela Instrução CVM nº 212 de 06 de maio de 1994.

THOMÁS COSTA DE SA
Presidente

(NF 1516-6 - 73-7-95 - RF 44,50)

ATO DECLARATÓRIO Nº 3.283, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1995

O Presidente da COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS torna público que o Colegiado, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 6385/76, resolve:

Autorizar, nesta data, o BANCO ITAÚ S/A, CVC/Nº 1º 60.701.190/0001-04, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista nº 176, a prestar os serviços de Quotas Escriturais de Fundo de Investimento Imobiliário, nos termos da Instrução CVM nº 205 de 14 de janeiro de 1994 e da Instrução CVM nº 89 de 08 de novembro de 1988, modificada pela Instrução CVM nº 212 de 06 de maio de 1994.

THOMÁS COSTA DE SA
Presidente

(NF 1814-X - 23-2-95 - RF 44,50)

Superintendência Geral

DESPACHOS

Processo de Compras nº 61/95

Resolução e dispões de licitação, elaborada pelo Comissão Permanente de Licitações, para contratação do IREMEC - Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais com a finalidade de realizar serviço de pesquisa, objetivando calcular o montante de recursos que terão ingresso no mercado de capitais brasileiro a partir da implantação do sistema de previdência complementar público, com base no Artigo 24, inciso XIII, da Lei 8.666/93, e à vista do parecer da Superintendência Jurídica, anexado ao MEMO/CVM/AGJ-1/Nº 057/95, de 16.02.95.

Rio de Janeiro, 5 de março de 1995
ALBERTO ANTONIO BRUNO CASTRO
Chefe do Departamento de Administração

Ratifico o ato acima, nos termos do Artigo 26 da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

Rio de Janeiro, 6 de março de 1995
WLADEIR CASTELO BRANCO CASTRO
Superintendente Geral

(Of. nº 72/95)

Superintendência de Relações com Investidores

ATO DECLARATÓRIO Nº 3.275, DE 23 DE JANEIRO DE 1995

O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21.07.92, resolve autorizar GERALDO DE ASSIS FILHO, C.P.F. Nº 741.798.778-15, para prestar os serviços de administração da Carteira de Valores Mobiliários, previstos na Instrução CVM nº 82, de 19 de setembro de 1988.

ANA MARIA DA FRANÇA MARTINS BRITO

ATO DECLARATÓRIO Nº 3.288, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1995

O Superintendente de Relações com Investidores da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada pela Deliberação nº 179, de 09.02.95, resolve:

Autorizar, a partir de 24.02.95, THE OPTIMIST FUND LTD. a constituir, no Brasil, Carteira de Títulos e Valores Mobiliários, administrada por INVESTID S/A CORREYORA DE CAMBIO E TÍTULOS MOBILIÁRIOS na forma prevista no Regulamento Anexo 19 à Resolução 1.269/87, instituído pela Resolução 1.832, de 31.05.91 e Instrução CVM nº 169, de 02.01.93.

(Ofs. nºs 71 e 73/95)

ANA MARIA DA FRANÇA MARTINS BRITO

Superintendência de Normas Contábeis e de Auditorias

ATO DECLARATÓRIO Nº 3.297, DE 21 DE FEVEREIRO DE 1995

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditorias da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 3 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 12 das Normas Contábeis da Instrução CVM Nº 216, de 19 de junho de 1994, declara REGISTRADO no Conselho de Valores Mobiliários, a partir desta data, com a nova denominação social, a natureza e caráter e vínculo de autonomia independentes em relação ao mercado de valores mobiliários, de acordo com a Lei Nº 6385/76 e 6401/76, e Auditor Independente-Pessoa Jurídica a seguir relatada:

Nova Denominação Social
LIMA, LUCCHESI & GALEGALI
AUDITORES INDEPENDENTES
São Paulo - SP

Antiga Denominação Social
LIMA, LUCCHESI & ASSOCIADOS
AUDITORES INDEPENDENTES
São Paulo - SP

ANTONIO CARLOS DE SANTANA

(NF 1517-5 - 19-1-95 - RF 44,50)

CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Matriz

Departamento de Recursos Humanos

DESPACHOS

Processo nº 99.99.0107/95

Com amparo no Artigo 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93, autorizamos contratação da firma ORGANIZAÇÕES LUISAGUI LTDA., para promover o Exame Técnico comportamental com base na Provasão Neuro-Linguística de 04 (quatro) turmas de 25 empregados da área de habitação e hipotecas, por tratar-se de empresa que preenche os pre-requisitos enunçados no parágrafo 1 da precitada Lei.

Brasília, 5 de março de 1995
NEUSA BRASILEIRA VIEIRA
Chefe de Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos

RATIFICO a decisão adotada pela DIDER, no despacho supra, dando esse cumprimento ao disposto no Artigo 26 da Lei nº 8.666/93.

Brasília, 6 de março de 1995
JORGE MODESTO DOS SANTOS
Chefe do Departamento

(Of. nº 46/95)

Diretoria de Administração e Recursos Humanos

DESPACHOS

A vista dos elementos informativos constantes de CI DEAMI 5-148/95, AUTORIZO a contratação da empresa DATAPHIL MICROFILMAGEM E INFORMÁTICA LTDA e CESAMAR EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO LTDA para microfilm, através do sistema C.O.M. os extratos de conta, índice aritméticos e extratos imposto de renda, referentes às demandas de janeiro e fevereiro de 1995, a custo global estimado de R\$ 187.200,00 (cento e oitenta e sete mil e duzentos reais), com fundamento no Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

Brasília, 2 de março de 1995
JULIO VITOR GREVE
Chefe do Departamento de Administração

Em cumprimento ao disposto no Artigo 26 da Lei nº 8.666/93, RATIFICO a decisão adotada por DEAMI, que autorizou a contratação, em caráter emergencial, das empresas citadas no despacho supra.

Brasília, 3 de março de 1995
GERALDO MAGELA B. PINHEIRO
Adjunto da Diretoria

(Of. nº 80/95)

Superintendência Regional da Bahia

DESPACHOS

Processo nº 03.01.00312/82

A vista das justificativas e elementos informativos que instruem o presente processo, notadamente a CI DIAMI/BA 170/95 e despacho de fls. 277 onde consta que a operação tem amparo no artigo 24 inciso X da Lei 8.666/93, pois trata-se de locação de imóvel não residencial para a Agência BAHIA ANTONIO DE JESUS/BA, autorizo a dispensa da licitação e contratação com EDSON PINHO SANTIAGO para locação por um prazo de 12 (doze) meses ao valor global de R\$30.000,00 (trinta mil reais).

Salvador, 2 de março de 1995

GERALDO ANTONIO DA SILVA
Gerente de Administração e Recursos Humanos/BA

Diante das justificativas apresentadas, ratifico a decisão adotada pelo GERAN, dando assim cumprimento ao disposto no Art. 26 da Lei 8.666/93.

Salvador, 2 de março de 1995
VASCO DE PHILADELFO NEVES
Superintendente Substituto Eventual

Processo nº 03.01.00889/88

A vista das justificativas e elementos informativos que instruem o presente processo, notadamente a CI DIAMI/BA 148/95 e despacho de fls. 176 onde consta que a operação tem amparo no artigo 24 inciso X da Lei 8.666/93, pois trata-se de locação de imóvel não residencial para a Agência BAHIA ERIGEN/BA, autorizo a dispensa da licitação e contratação com WALTER PEREIRA DE MOURA para locação por um prazo de 12 (doze) meses ao valor global de R\$7.515,68 (Sete mil e quinze reais e oitenta e oito centavos).

Salvador, 2 de março de 1995

GERALDO ANTONIO DA SILVA
Gerente de Administração e Recursos Humanos/BA

Diante das justificativas apresentadas, ratifico a decisão adotada pelo GERAN, dando assim cumprimento ao disposto no Art. 26 da Lei 8.666/93.

Salvador, 2 de março de 1995
VASCO DE PHILADELFO NEVES
Superintendente Substituto Eventual

(Of. nº 20/95)

BANCO DO BRASIL S/A

Conselho de Administração

ATA DA REUNIAO EXTRAORDINARIA

REALIZADA EM 13 DE JANEIRO DE 1995

Ante a convocação do dia 13 de janeiro de 1995 às nove horas, sob presidência do Sr. Vice-Presidente Dr. Aclir Augustinho Cettari, realizou-se reunião extraordinária do Conselho de Administração, encontrando-se presentes os Conselheiros Des. Celso Albuquerque Costa, Henrique Pizzolato, Murilo Portugal Filho e Raul Belenz Jungmann Pinz, e, na secretaria dos trabalhos, o Chefe do Gabinete do Presidente do Banco, em exercício, Sr. Celso Ferreira Viana. Aberta a reunião, o Dr. Aclir Augustinho Cettari comunicou que o assunto em questão era o pedido:

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2011

Senhores acionistas

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco Holding S.A. (Itaú Unibanco) e de suas controladas relativos ao ano de 2011, os quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), pelo Banco Central do Brasil (Bacen), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

1) Destaques

O total do valor adicionado do Itaú Unibanco, que demonstra a riqueza gerada para a comunidade, atingiu R\$ 36,8 bilhões em 2011, tendo a seguinte distribuição: 32,6% para os colaboradores, 33,2% em reinvestimentos dos lucros, 23,0% em impostos, taxas e contribuições, 8,7% em remuneração aos seus acionistas e 2,5% na forma de remuneração de capital de terceiros.

Pela 8ª vez consecutiva, a marca Itaú foi reconhecida como a mais valiosa no Brasil pela consultoria Interbrand, pioneira no desenvolvimento do método de valoração de marcas, sendo avaliada em R\$ 24,3 bilhões, 18% superior ao apresentado em 2010 e 130% maior do que em 2008 (ano da associação entre Itaú e Unibanco).

Em 31 de dezembro de 2011, o Itaú Unibanco figurava como 8º maior banco do mundo pelo critério de valor de mercado (R\$ 152,8 bilhões), segundo ranking da Bloomberg. No final de 2010, o Banco estava na 10ª posição nesse mesmo ranking.

Pelo 7º ano consecutivo, o Itaú Unibanco manteve-se dentre o grupo de empresas selecionadas para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE) em sua edição 2012. Além disso, a Itaúsa, uma das controladoras do Itaú Unibanco, também consta no ISE pelo 5º ano e a Redecard, empresa controlada pelo Itaú Unibanco, foi selecionada pelo 3º ano consecutivo.

Em 2011, diversos filmes de campanhas, além dos tutoriais com foco no Uso Consciente do Dinheiro, foram disseminados com grande repercussão nas redes sociais e juntos somaram mais de 20 milhões de visualizações. O Itaú está presente hoje no Facebook (facebook.com/itau), no Youtube (youtube.com/bancoitau) e no Twitter (twitter.com/itau) e com menos de 5 meses no ar, a Fanpage (página) do Itaú Unibanco no Facebook ultrapassou a marca dos 730 mil fãs, ocupando a liderança em número de seguidores de toda a categoria. O Itaú ainda detém a liderança no Twitter, onde possui mais de 80 mil seguidores em todos os seus perfis.

O processo de remodelação na rede de atendimento de varejo, baseado no novo modelo de relacionamento com os clientes, que reformula conceitos de atendimento e layouts, atingiu o total de cerca de 1.500 unidades reformadas no final de 2011, tendo sido 440 remodeladas durante 2011.

A expansão do serviço Itaú Uniclass na rede de varejo, iniciada em Setembro de 2011, ultrapassou 1.300 agências e postos de atendimento bancário (equivalente a 26% do total da rede) que passaram a atender os clientes com gerências dedicadas, caixas exclusivos, limites de crédito revisados, consultorias especializadas e atendimento gerencial por telefone em horários estendidos, totalizando mais de 2.700 pontos de atendimento. O Banco estima que até o final do primeiro trimestre de 2012 implantará o atendimento do segmento Itaú Uniclass em mais 1.500 pontos de venda, atingindo toda sua rede de varejo.

Finalizada a integração das agências do Itaú e do Unibanco em 2010, implantamos o "Projeto Eficiência", que propicia a gestão orçamentária e de acompanhamento matricial dos custos e de receitas, o estabelecimento de metas para cada unidade de negócio e a disseminação de uma forte cultura de eficiência operacional. Os princípios desse projeto determinam a análise detalhada de indicadores de resultados, o compartilhamento das melhores práticas e o seu controle matricial. Esse projeto nos permitiu estabelecer o desafio de atingir o índice de eficiência, que mede a relação entre despesas e receitas operacionais, de 41% ao final de 2013.

1.1)Eventos Societários

Em abril, o Itaú Unibanco Holding celebrou com o Carrefour Brasil, Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição de 49% do Banco Carrefour, pelo valor de R\$ 725 milhões. O Banco Carrefour é a entidade responsável pela oferta e distribuição, com exclusividade, de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários nos canais de distribuição do Carrefour Brasil operados com a bandeira "Carrefour" no Brasil (canais eletrônicos, hipermercados e supermercados). A conclusão da operação depende da aprovação do Banco Central do Brasil.

Em dezembro, foi anunciada a venda de nossas operações de processamento de cartões de crédito para terceiros conduzidas pela empresa Orbitall, sociedade processadora de cartões de crédito. A alienação foi feita para o Grupo Stefanini, empresa brasileira do setor de soluções de TI. A conclusão dessa operação está prevista para os primeiros meses de 2012. A integração das atividades realizada após a fusão viabilizou esta transação, uma vez que Itaú Unibanco passa a ter escala suficiente para processar exclusivamente os cartões próprios e adquirência de todas as empresas do conglomerado, com competitividade de custos e maior eficiência.

No Chile - 1) Assinamos um acordo com o Munita, Cruzat & Claro, um dos líderes em gestão de patrimônio de terceiros, que constitui uma nova empresa para desenvolver conjuntamente este nicho; 2) Concluímos a aquisição da carteira de alta renda do banco HSBC, posicionando o Itaú como o banco líder nesse segmento e contando com uma rede de 84 agências no país.

Em outubro, realizamos um grupamento de ações ordinárias (ITUB3) e preferenciais (ITUB4) na proporção de 100 para 1 seguido de um desdobramento na proporção de 1 para 100, conforme aprovado em Assembleia de Acionistas realizada no dia 25 de abril. O grupamento seguido do desdobramento, visou trazer maior eficiência ao sistema operacional de ações escriturais pela eliminação de valores abaixo de 100 ações da base.

No ano de 2011, adquirimos 40.970.900 ações preferenciais de emissão própria no montante total de R\$ 1,3 bilhão ao preço médio de R\$ 31,79 por ação. O programa de recompra de ações foi renovado na reunião realizada pelo Conselho de Administração em 31 de outubro de 2011 por mais um ano. Esse programa estabelece um limite para recompra de até 56.700.000 ações preferenciais e 9.000.000 ações ordinárias.

2) Ambiente econômico

O ano de 2011 foi marcado por elevada volatilidade no cenário internacional, particularmente a partir de agosto. A perspectiva de crescimento das economias desenvolvidas deteriorou-se, influenciada ainda pela necessidade de grandes ajustes fiscais nos próximos trimestres, em especial pela economia européia. A contenção no crédito privado nos mercados internacionais, reflexo da crise também deve ser um fator de moderação no crescimento. O Banco Central Europeu proveu liquidez de três anos para um grande número de instituições financeiras em dezembro, contribuindo para algum alívio, pelo menos no curto prazo, nas condições financeiras da região. Nos Estados Unidos, o crescimento acima do esperado no segundo semestre de 2011 foi a surpresa positiva. A China deve apresentar desaceleração moderada ao longo dos próximos trimestres, mas a posição externa do país continua sólida, a dívida das famílias é baixa, e o consumo mantém potencial de crescimento.

No cenário doméstico, consolidou-se a tendência de desaceleração da atividade econômica. Esse arrefecimento é consequência do aperto fiscal e monetário realizado entre o final de 2010 e meados de 2011, mas também reflete a recente deterioração do cenário econômico global. As expectativas dos consumidores e empresários permaneceram em níveis inferiores àqueles verificados no passado recente. O Produto Interno Bruto (PIB) do 4T11 deverá registrar um pequeno crescimento em torno de 0,2%, apresentando uma leve recuperação em relação à estabilidade observada no trimestre anterior. Com isso, estima-se em 2,7% o crescimento anual do PIB em 2011, sendo que o crescimento acumulado nos três primeiros trimestres está em 3,2% quando comparada ao mesmo período de 2010.

A inflação medida pelo IPCA encerrou o ano de 2011 em 6,5%. O arrefecimento da atividade econômica, a menor pressão dos preços das commodities e a diminuição dos reajustes de itens administrados contribuem para a perspectiva de redução da inflação ao longo de 2012.

Nesse contexto, com a elevação das incertezas sobre o cenário externo e o possível impacto sobre a atividade doméstica, o Banco Central do Brasil iniciou um processo de redução da taxa Selic em agosto de 2011. A taxa básica de juros encerrou 2011 em 11,0% ao ano, ante os 12,5% antes do ciclo de redução. Além do afrouxamento da política monetária, o governo tem utilizado outros instrumentos para estimular a economia, incluindo a redução de IPI para os segmentos de eletrodomésticos e a diminuição das alíquotas de requerimentos de capital e IOF para determinadas operações de crédito.

O mercado de crédito mostrou redução no crescimento ao longo de 2011. No ano de 2011, as novas concessões de crédito para pessoas físicas elevaram-se, em termos reais, 4,4% em relação ao mesmo período de 2010 (após crescimento de 15,4% em 2010 frente a 2009). No segmento de pessoas jurídicas, as concessões em 2011 cresceram 1,4% ante 2010, ano em que a expansão foi de 2,5% em relação a 2009. O total de crédito como percentual do PIB atingiu 49,1% em dezembro de 2011 ante 45,2% em dezembro de 2010. A inadimplência acima de 90 dias subiu para 5,5% em dezembro, ante 4,5% no fechamento de 2010, influenciada pela elevação das taxas de juros dos empréstimos e pelo menor crescimento econômico.

3) Informações e Indicadores

A tabela abaixo apresenta as principais informações e indicadores do Itaú Unibanco no ano de 2011 em comparação com o ano anterior. As Demonstrações Contábeis Completas e o Relatório de Análise Gerencial da Operação, com as informações detalhadas sobre as operações do período, estão disponíveis no site do Itaú Unibanco: www.itaú-unibanco.com.br/ri > Informações Financeiras > Demonstrações Contábeis > BRGAAP > 2011.

	Jan a Dez/11	Jan a Dez/10	Evolução (%)	4º Trim/11	3º Trim/11	Evolução (%)
Demonstração do Resultado do Período - R\$ bilhões (1)						
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	47,3	44,6	5,8%	8,8	7,6	16,7%
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(19,9)	(15,7)	26,9%	(5,5)	(5,0)	9,7%
Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	5,5	4,2	30,4%	5,5	3,9	40,2%
Receitas de Serviços, Rendas de Tarifas Bancárias e Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização	21,8	19,2	13,3%	5,9	5,5	7,4%
Despesas de Pessoal, Administrativas e Outras Despesas Operacionais	(31,8)	(29,3)	8,3%	(8,4)	(8,2)	2,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3,7)	(5,5)	-32,8%	(1,5)	1,1	-239,3%
Lucro Líquido Recorrente	14,6	13,0	12,4%	3,7	3,9	-4,9%
Lucro Líquido	14,6	13,3	9,7%	3,7	3,8	-3,3%
Total de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (líquido de impostos)	4,4	3,9	12,4%	2,3	0,7	228,6%
Ações - R\$						
Lucro Líquido Recorrente por Ação (2)	3,23	2,87	12,6%	0,83	0,87	-4,6%
Lucro Líquido por Ação (2)	3,23	2,94	9,9%	0,82	0,84	-2,0%
Valor Patrimonial por Ação (2)	15,81	13,40	18,0%	15,81	15,12	4,6%
Número de Ações em Circulação – em milhares	4.514	4.544	-0,7%	4.514	4.512	0,0%
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio por ação (líquido de impostos)	0,9727	0,8607	13,0%	0,5060	0,1648	207,0%
Preço da Ação PN (3)	33,85	39,53	-14,4%	33,85	29,09	16,4%
Preço da Ação PN/Lucro Líquido	10,5	15,3	-31,4%	10,5	10,0	5,0%
Preço da Ação PN/Patrimônio Líquido	2,1	2,7	-22,2%	2,1	1,9	10,5%
Capitalização de Mercado - R\$ bilhões (4)(5)	152,8	179,6	-14,9%	152,8	131,3	16,4%
	31 Dez 2011	30 Set 2011	31 Dez 2010	Evolução (%)		
				30 Set/11 a 31 Dez/11	31 Dez/10 a 31 Dez/11	
Balanco Patrimonial - R\$ bilhões						
Ativos Totais	851,3	837,0	751,4	1,7%	13,3%	
Carteira de Crédito com Avais e Fianças	397,0	382,2	333,4	3,9%	19,1%	
Recursos Próprios Livres, Captados e Administrados	1.144,9	1.117,1	1.009,6	2,5%	13,4%	
Dívidas Subordinadas	39,0	37,6	33,8	3,6%	15,2%	
Patrimônio Líquido	71,3	68,2	60,9	4,6%	17,2%	
Patrimônio de Referência (Consolidado Operacional)	92,6	88,1	78,7	5,0%	17,7%	
Índices de Desempenho (%)						
Retorno Recorrente sobre o Patrimônio Líquido Médio - anualizado	22,3%	22,4%	23,5%	-0,1 p.p	-1,2 p.p	
Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio - anualizado	22,3%	22,5%	24,1%	-0,2 p.p	-1,8 p.p	
Retorno sobre o Ativo Médio - anualizado	1,8%	1,8%	2,0%	0,0 p.p	-0,2 p.p	
Retorno Recorrente sobre o Ativo Médio - anualizado	1,8%	1,8%	2,0%	0,0 p.p	-0,2 p.p	
Índice de Eficiência (6)	47,7%	47,8%	49,1%	-0,1 p.p	-1,4 p.p	
Índice de Basileia (Consolidado Operacional)	16,0%	15,1%	15,8%	0,9 p.p	0,2 p.p	
Índice de Imobilização (Consolidado Operacional)	48,6%	49,8%	37,3%	-1,2 p.p	11,3 p.p	
Dados Relevantes						
Colaboradores do Conglomerado (indivíduos)	104.542	105.969	108.040	-1,3%	-3,2%	
Colaboradores Brasil (indivíduos)	98.258	99.820	102.316	-1,6%	-4,0%	
Colaboradores Exterior (indivíduos)	6.284	6.149	5.724	2,2%	9,8%	
Quantidade de Pontos de Atendimento	33.753	34.178	34.212	-1,2%	-1,3%	
Número de Agências (unidades)	4.072	4.005	3.967	1,7%	2,6%	
Número de PABs (unidades)	912	943	944	-3,3%	-3,4%	
Número de Caixas Eletrônicos (unidades)	28.769	29.230	29.301	-1,6%	-1,8%	

(1) Exclui os efeitos não recorrentes de cada período;

(2) Calculado com base na média ponderada da quantidade de ações;

(3) Com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período;

(4) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período);

(5) R\$ 137,4 bilhões considerando a cotação de fechamento das ações ON e PN multiplicada total de ações em circulação de cada classe de ação.

(6) Calculado conforme critérios internacionais definidos no Relatório de Análise Gerencial da Operação.

4) Desempenho

4.1) Resultado

O lucro líquido acumulado no ano de 2011 atingiu R\$ 14,6 bilhões, com rentabilidade anualizada de 22,3% sobre o patrimônio líquido médio (24,1% no ano anterior). O lucro líquido recorrente foi de R\$ 14,6 bilhões, com rentabilidade anualizada de 22,3%. A evolução de 5,8% no resultado de intermediação financeira e de 11,4% nas receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias no ano de 2011, adicionadas ao controle das despesas de pessoal e administrativas, contribuíram para o lucro líquido apresentado.

O índice de eficiência atingiu 47,7% no acumulado do ano de 2011, frente aos 49,1% alcançados em 2010, redução de 1,4 ponto percentual como resultado dos esforços iniciados desde 2010.

O Itaú Unibanco recolheu ou provisionou impostos e contribuições próprios no total de R\$ 14,5 bilhões em 2011. Também foram retidos e repassados tributos no montante de R\$ 12,1 bilhões, que incidiram diretamente sobre a intermediação financeira.

4.2) Patrimonial

O total de ativos consolidados alcançou R\$ 851,3 bilhões e o patrimônio líquido consolidado totalizou R\$ 71,3 bilhões em 31 de dezembro de 2011, com crescimento de 13,3% e 17,2% nos últimos 12 meses, respectivamente.

A diversificação de negócios do Itaú Unibanco se reflete na composição da sua captação e da sua carteira de crédito, reduzindo os riscos a segmentos específicos, conforme segue:

4.2.1) Captações

Os recursos próprios livres, captados e administrados totalizaram R\$ 1,1 trilhão em 31 de dezembro de 2011, com crescimento de 13,4% quando comparado a 31 de dezembro de 2010. Desse total, 41,7% de Fundos de Investimentos, Carteiras Administradas e Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização, 34,0% de Depósitos, Debêntures e Recursos de Letras e 24,3%, de Recursos Próprios e Outras Captações.

O saldo dos ativos sob administração encerrou o ano de 2011 em R\$ 403,9 bilhões, evolução de 11,0% em relação ao ano anterior.

4.2.2) Carteira de Crédito e Inadimplência:

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da carteira de crédito, incluindo avais e fianças atingiu R\$ 397,0 bilhões, com crescimento de 19,1% em relação a 31 de dezembro de 2010.

Segmento Pessoas Físicas - No Brasil, nossa carteira de crédito para pessoas físicas, alcançou R\$ 147,6 bilhões, 18,0% superior ao valor registrado em 31 de dezembro de 2010. Destaques:

- A carteira de crédito imobiliário atingiu R\$ 13,5 bilhões, com crescimento de 66,7% em comparação com o final de 2010. A oferta de crédito imobiliário é promovida pela rede de agências, incorporadoras e corretoras, bem como por meio das parcerias, tais como: com a Lopes (LPS Brasil – Consultoria de Imóveis S.A.) e com a Coelho da Fonseca Empreendimentos Ltda.
- Produtos como Cartões de Crédito, Crédito Pessoal e Empréstimos Consignados próprios apresentaram crescimento de 18,0%, 50,7% e 38,5% respectivamente, quando comparados com 31 de dezembro de 2010.
- Líderes no segmento de financiamento para aquisição de veículos, alcançamos o saldo de R\$ 60,1 bilhões na sua carteira em 31 de dezembro de 2011. As novas concessões de financiamento e leasing de veículos somaram R\$ 7,3 bilhões. Nossas operações de financiamento, leasing e finance de veículos pesados, atingiram saldo de R\$ 8,4 bilhões em 31 de dezembro de 2011.

No exterior, a carteira de crédito das operações no Mercosul (Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai), apresentou crescimento de 28,5% em relação a 31 de dezembro de 2010, alcançando um saldo de R\$ 6,4 bilhões.

Segmento Pessoas Jurídicas - No Brasil, nossa carteira de crédito para pessoas jurídicas, atingiu R\$ 228,8 bilhões em 31 de dezembro de 2011, apresentando crescimento de 17,9% em relação a 31 de dezembro de 2010, conforme abertura:

- A carteira de crédito e cobrigações do Itaú BBA, aonde atendemos empresas com faturamento acima de R\$ 150 milhões, atingiu o montante de R\$ 139,9 bilhões, com evolução de 21,3% quando comparada a dezembro de 2010. As posições de financiamentos de comércio exterior tiveram um crescimento de 46,8% quando comparadas a dezembro de 2010.
- O segmento de micro, pequenas e médias empresas, aonde atendemos companhias com faturamento de até R\$ 150 milhões ao ano, apresentou o saldo de sua carteira de crédito incluindo avais e fianças no valor de R\$ 88,9 bilhões em 31 de dezembro de 2011, com crescimento de 13,0% quando comparado a 31 de dezembro de 2010.

No Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai as operações de crédito para empresas somaram a R\$ 14,2 bilhões em 31 de dezembro de 2011, com crescimento de 51,7% em relação a dezembro de 2010.

Inadimplência - O índice de inadimplência total, considerando o saldo das operações em atraso há mais de 90 dias, alcançou 4,9% em 31 dezembro de 2011, apresentando um aumento de 0,7 ponto percentual em relação a dezembro de 2010. Este indicador atingiu 6,6% para carteira de clientes pessoas físicas e 3,5% para carteira de clientes pessoas jurídicas ao final de dezembro de 2011.

4.2.3) Solidez do Capital

Com base nas avaliações da Moodys, Standard & Poors e Fitch Ratings, o banco e suas subsidiárias possuem os melhores ratings do mercado brasileiro. Em 2011, obteve melhora no rating de Depósito de Longo Prazo em Moeda Estrangeira de Baa2 para Baa1 pela agência Moodys.

O Índice de Basileia atingiu 16,0% ao final dezembro de 2011, evidenciando a solidez na base de capital do banco. Em 2011, emitimos letras financeiras subordinadas no valor total de R\$ 7,4 bilhões, um incremento significativo na base de capital. Deste total, R\$ 2,0 bilhões correspondem a recursos novos. O banco também realizou novas colocações de dívida subordinada nível II no montante total de US\$ 750 milhões.

5) Negócios

Banco Comercial - O segmento oferece produtos e serviços bancários a uma diversificada base de clientes, pessoas físicas e jurídicas. O segmento engloba os clientes de varejo, clientes de alta renda, clientes com elevado patrimônio financeiro (*Private Bank*) e o segmento empresas (micro, pequenas e médias empresas).

Ao final de 2011 contávamos com 4.984 pontos de atendimento, entre Agências e Postos de Atendimento Bancário (PAB), um crescimento de 105 agências no período de um ano.

No segmento *Private Bank*, o Itaú Unibanco é o maior da América Latina e permanece como líder absoluto no mercado nacional, com mais de 25% de participação de mercado, de acordo com a ANBIMA, atendendo mais de 5.500 grupos econômicos.

Em Administração de Ativos, onde são administrados Fundos de Privatização, Renda Fixa, Ações, Ações Carteira Livre, Clubes de Investimentos e Carteiras de Clientes e do Grupo, no Brasil e no exterior, o Itaú Unibanco possui 19,7% de participação de mercado e ocupa a segunda posição no ranking global de administração, segundo a ANBIMA.

Na área de Soluções para o Mercado de Capitais, líder na prestação de serviços de custódia e na escrituração de ações servindo 63,0% das empresas listadas na BM&FBovespa, o Itaú Unibanco também oferece soluções às corporações tais como: a Administração Fiduciária de Fundos de Investimento e atuação como Agente de Garantias.

Seguros, Vida, Previdência e Capitalização - As operações desses negócios em volume de receitas de prêmios, contribuições previdenciárias e com títulos de capitalização atingiram R\$ 19,0 bilhões em 2011 e as provisões técnicas totalizaram R\$ 73,8 bilhões ao final de dezembro de 2011, incluindo as operações no exterior.

Cabe destacar que o Itaú Unibanco detêm 30% do capital do Grupo Porto Seguro, seguradora líder em seguros de veículos e residenciais no país.

Negócios no Exterior - O Itaú Unibanco está presente em 18 países além do Brasil. Na América do Sul, atuamos na Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai com foco nas atividades de banco comercial, no atendimento ao varejo bancário e empresas. Adicionalmente, possuímos operações na Europa (Portugal, Reino Unido, Luxemburgo e Suíça), nos EUA (Miami e Nova Iorque), Oriente Médio (Dubai) e na Ásia (Hong Kong, Xangai e

Tóquio), sobretudo em operações de clientes institucionais, corporate e private banking. Em 2011, esses negócios atingiram lucro líquido recorrente de R\$ 2.559 milhões com ativos totais em R\$ 162,1 bilhões em 31 de dezembro de 2011.

O Itaú Unibanco iniciou operação na Suíça através do Banco Itaú Suisse, localizado em Zurique. A operação tem como principal objetivo atender clientes do segmento private, sejam brasileiros ou latino-americanos, que buscam globalmente outras oportunidades de investimentos.

Em Novembro de 2011, o Itaú BBA obteve autorização do Banco Central do Brasil para estruturar sua operação de Banco de Atacado e Investimentos na Colômbia. O início da operação ainda depende da aprovação dos órgãos reguladores locais. O mercado alvo do Itaú BBA será composto por investidores institucionais e pelas grandes empresas com presença no país. O portfólio de produtos incluirá operações de crédito, financiamento ao comércio exterior, câmbio e derivativos e atividades de banco de investimentos, tais como assessorias para fusões e aquisições e acesso ao mercado de capitais. Este movimento é mais um passo importante no processo de expansão da operação do banco de atacado e investimento no exterior e reforça nossa atuação na América Latina.

Crédito ao Consumidor - O Itaú Unibanco, líder no segmento de crédito ao consumo no Brasil, por meio da Itaucard, Hipercard e parcerias, oferece um amplo portfólio de produtos para clientes correntistas e não correntistas, originados em canais proprietários e por meio de parcerias com empresas de destaque em seus respectivos mercados de atuação. Em 2011, o valor transacionado atingiu R\$ 154,2 bilhões, o que representou um acréscimo de 20,3% em relação a 2010.

Recentemente, alcançou 1 milhão de cartões de crédito emitidos nos outros países da América Latina. Atuando no Cone Sul, possui a liderança de cartões de crédito no Paraguai e no Uruguai, sendo o quarto maior no Chile e está presente também na Argentina e no México.

A *Redecard*, companhia em que o Itaú Unibanco detém 50% de participação, apresentou lucro líquido de R\$ 1.404,3 milhões no ano de 2011, com crescimento das receitas de prestação de serviços de 7,3% sobre o ano de 2010.

Itaú BBA - Na área de banco de investimento, mantivemos performance diferenciada neste ano, apesar da desaceleração da atividade econômica. Destacamos:

- Em renda variável, coordenamos 19 das 23 ofertas públicas que totalizaram R\$ 13,5 bilhões, uma representatividade de 83% do total de transações e 87% do volume financeiro emitido, consolidando a liderança deste mercado conforme ranking de Originação ANBIMA de novembro de 2011. Adicionalmente, prestamos assessoria financeira a 38 transações de fusões e aquisições, encerrando o período em 2º lugar no ranking Thomson Reuters em volume, acumulando um total de US\$ 22,8 bilhões em 2011.
- Em Renda Fixa, participamos de operações de distribuição de debêntures, notas promissórias e securitização que totalizaram R\$ 15,1 bilhões. No ranking ANBIMA de distribuição de renda fixa, o Itaú BBA manteve a 1ª posição, com 29% de market share. Em emissões internacionais de renda fixa, o Itaú BBA atuou como joint bookrunner de ofertas com volume total de US\$ 3,1 bilhões, alcançando o 2º lugar em quantidade no ranking Bloomberg de Emissões de Empresas Brasileiras em dezembro de 2011.
- Cabe destacar também, que o Itaú BBA é o Banco de Investimento líder em receitas no Brasil, segundo a Dealogic (plataforma de Banco de Investimentos globais e regionais). Pela primeira vez, um banco brasileiro alcança a liderança nesse ranking.

No Banco de Atacado, ressaltamos as seguintes operações:

- Em Derivativos, o Itaú BBA conquistou sua posição de liderança na CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos), em operações de derivativos registradas no balcão com Empresas. O foco se concentrou em operações de proteção sobre as exposições de moedas estrangeiras, taxas de juros e commodities junto aos clientes.
- Ao longo do ano de 2011 foram executados 71 projetos pela área de Project Finance, os quais totalizam R\$ 87,1 bilhões em investimentos.
- A área de Cash Management do Itaú BBA apresentou crescimento dos volumes transacionados na ordem de 28% no período de janeiro a dezembro de 2011 comparativamente ao mesmo período de 2010.

- A Itaú Corretora intermediou na BM&FBovespa durante o ano de 2011 um volume financeiro de R\$ 191,4 bilhões em ações com clientes pessoas físicas, investidores institucionais, estrangeiros e empresas. Neste período, a Itaú Corretora ficou em 5º lugar no ranking das corretoras, com uma participação de 5,9% do volume de mercado. Em Mercado Futuro, a Itaú Corretora terminou o ano de 2011 com o Market share de 7,9%, com R\$ 100,7 milhões de contratos negociados, quantidade 21,4% superior ao ano de 2010.

6) Pessoas

O Itaú Unibanco contava com 105 mil colaboradores no final de Dezembro de 2011, incluindo 6 mil colaboradores em unidades no exterior. Em 2011 foram contratados 15.185 colaboradores, sendo 1.474 estagiários, através de recrutamento externo, visando atender às demandas de expansão dos negócios e rotatividade normal. Com o objetivo de promover a valorização dos seus profissionais, o Itaú Unibanco movimentou internamente 7.932 colaboradores no ano de 2011, através de vagas internas e 1.656 colaboradores realocados por meio do Centro de Realocação neste período.

A remuneração fixa do pessoal somada aos seus encargos e benefícios totalizou R\$ 11,0 bilhões em 2011. Os benefícios sociais proporcionados aos colaboradores e seus dependentes foram de R\$ 2,0 bilhões. Além disso, foram investidos mais de R\$ 258 milhões em programas de treinamento durante o período.

Dando continuidade ao esforço de disseminar uma forte cultura meritocrática, em 2011 o Itaú Unibanco voltou sua atenção para um tema absolutamente decisivo para o sucesso das instituições: a prática cada vez mais ampla da meritocracia. Liderar pessoas, reconhecendo-as de acordo com seu desempenho relativo é o conceito fundamental para o aprofundamento da meritocracia no Banco.

O “Fale Francamente” é a pesquisa anual de clima organizacional promovida pelo Itaú Unibanco junto aos seus colaboradores. Realizada em agosto de 2011, com a participação e retorno voluntário de 89% dos colaboradores no Brasil, apontou um índice de satisfação de 75% em relação à empresa e de 83% em relação aos gestores, apresentando evolução em relação à pesquisa realizada em 2010 (69% - empresa e 73% - gestores).

O Itaú Unibanco foi reconhecido como uma das “150 Melhores Empresas para Você Trabalhar” da Revista Você S.A./Exame (em parceria com Fundação Instituto de Administração) e entre as “100 Melhores Empresas para Trabalhar” da Revista Época (em parceria com Great Place to Work). Além disso, foi Destaque em RH na pesquisa da Revista Você S.A./Exame e a segunda empresa mais procurada pelos profissionais (a maior dentre os bancos) e aquela que mais contrata pelo ranking da Revista Época.

7) Sustentabilidade e Governança Corporativa

Ao longo de 2011, o Itaú Unibanco promoveu um intenso processo de reflexão sobre sua estratégia de sustentabilidade, envolvendo a alta gestão, as diferentes áreas de negócios e os representantes de públicos de relacionamento. Esse trabalho forneceu subsídios para estabelecer o que é performance sustentável para o banco: gerar valor compartilhado para colaboradores, clientes, acionistas e sociedade, garantindo a perenidade dos negócios.

Foram definidos, ainda, três focos prioritários de atuação em sustentabilidade nos negócios: Educação Financeira; Riscos e Oportunidades Socioambientais; e Diálogo e Transparência, que concretizam as iniciativas do Itaú Unibanco desde 2009, para disseminar a sustentabilidade nos negócios.

O Itaú Unibanco foi selecionado pela 12ª vez consecutiva para compor a carteira do *Dow Jones Sustainability World Index (DJSI)*, principal índice de sustentabilidade do mundo, em sua edição 2011/2012, sendo o único banco latino-americano a participar da composição do índice desde sua criação. A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., classificada pelo 5º ano consecutivo como a líder do setor de serviços financeiros, e a Redecard S.A. (presente 3 anos consecutivos), empresa controlada pelo Itaú Unibanco Holding S.A., também fazem parte desta edição do índice.

O Centro Administrativo Tatuapé recebeu a certificação na norma ISO 14001, uma padronização internacional para gestão ambiental que estabelece requisitos específicos para o gerenciamento de impactos ao meio ambiente e a segurança das pessoas. A implantação da ISO 14001 passou por diversas etapas, desde a criação de um Sistema de Gestão Ambiental até a regulamentação de processos e documentos para garantir a eficiência operacional e minimizar impactos ambientais.

Pela sétima vez, o Itaú Unibanco foi eleito uma das 20 empresas modelo em sustentabilidade pelo Guia Exame de Sustentabilidade, que está em sua 12ª edição. O reconhecimento pela Exame deve-se especialmente pela ação de análise de impacto socioambiental das empresas que solicitam financiamentos ao banco. Essa política incorpora a avaliação de riscos e oportunidades sociais e ambientais aos empreendimentos.

Em Outubro, lançamos mais dois fundos com cotas negociadas em bolsa, os chamados *ETFs (Exchange Trade Funds)* baseados em Investimentos Socialmente Responsáveis. Tratam-se dos fundos ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial) e IGTC (Índice de Governança Corporativa Trade), que passarão a compor a família de ETF do banco sob a marca "It Now".

Em agosto de 2011, aderimos ao Código Abrasca de Autorregulação e Boas Práticas das Companhias Abertas, que estabelece regras e recomendações de melhores práticas de Governança Corporativa existentes no Brasil e no exterior. A adesão ao código é voluntária e evidencia o nosso comprometimento com o desenvolvimento do Mercado de Capitais brasileiro

Reforçando o compromisso do Itaú Unibanco com a transparência e a comunicação com o mercado, em 2011 realizamos 22 reuniões públicas (APIMEC) e 8 teleconferências com investidores, profissionais do mercado de capitais entre outros. No total, mais de 4.300 pessoas acompanharam os eventos de forma presencial ou pela internet. Ainda em 2011, participamos de 13 feiras de educação financeira (Expo Money), com presença aproximada de 50.000 congressistas. Além disso, o Itaú Unibanco atendeu a 26 conferências e *roadshows* no exterior, o que colabora para fortalecer o relacionamento com acionistas, analistas e investidores.

8) Investimentos Sociais e Culturais

Em 2011, o Itaú Unibanco fez importantes investimentos sociais e culturais, sempre reforçando seu propósito de ser agente de transformação. Atuou, principalmente, como protagonista em transformações importantes para o desenvolvimento das pessoas e do país, com foco prioritário em educação de qualidade e desenvolvimento de consciência crítica, atuando em questões relevantes para a sociedade e que impactam direta ou indiretamente a sustentabilidade de seus negócios.

Os investimentos sociais e culturais do Itaú Unibanco alcançaram o valor aproximado de R\$ 293,8 milhões em 2011, com destaque para os investimentos em educação e cultura que atingiram o montante de R\$ 184,2 milhões.

A Fundação Itaú Social foi a única instituição brasileira convidada a participar da Feira de Inovação do encontro anual do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, realizada em julho, em Genebra na Suíça. Esse evento reuniu 600 participantes de todo o mundo. O tema Educação, tema escolhido este ano, estimulou a discussão de experiências que contribuem para manter e acelerar o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio e da agenda Educação para Todos, compromissos assumidos pela ONU. Em âmbito nacional, a Fundação Itaú Social e o Cenpec foram as únicas organizações da sociedade civil convidadas pelo Ministério da Educação para a discussão sobre a Ampliação de jornada versus Aumento de dias letivos.

Em setembro de 2011, a Fundação Itaú Social lançou uma campanha nacional de incentivo à leitura para crianças com até 6 anos de idade. A iniciativa é uma das ações do programa Itaú Criança, e tem como objetivo contribuir para uma educação de qualidade, um direito fundamental de todas as crianças e adolescentes. Serão disponibilizadas 4 mil Bibliotecas Itaú Criança, compostas por 100 títulos criteriosamente selecionados e voltados para o público infante-juvenil e adulto, totalizando 400 mil livros a serem distribuídos às organizações onde acontecerão estas ações.

A 9ª edição do Prêmio Itaú-Unicef, iniciativa pioneira em estimular experiências de educação integral no Brasil, bateu recorde de projetos inscritos no país: 2.922. As organizações responsáveis pelos quatro projetos vencedores nacionais (micro, pequeno, médio e grande porte) foram premiadas na etapa regional, sendo que o grande vencedor nacional foi o Projeto Verde Vida, de Crato (CE).

O Instituto Unibanco firmou parceria com o Ministério de Educação (MEC) e com a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) para institucionalizar o Programa Jovem de Futuro como política pública federal para seis Estados, estabelecendo um canal oficial de apoio financeiro às escolas públicas de ensino médio beneficiadas. A projeção é de que a iniciativa beneficiará alunos de ensino médio em 4.117 escolas no Brasil nos próximos três anos.

No ano de 2011, o Itaú Cultural teve a presença de mais de 200 mil pessoas em sua sede. O público virtual do site do instituto totalizou 12,7 milhões de acessos únicos. Foram desenvolvidos 369 eventos, e lançados 20 produtos. Desses, 23.470 foram distribuídos. No programa Rumos, tivemos 2.891 inscritos nos editais de Artes

Visuais; Educação, Cultura e Arte e Jornalismo Cultural. Desses, 79 foram selecionados. O Instituto assumiu, por meio de edital público da Prefeitura Municipal de São Paulo, o Auditório Ibirapuera. Nos próximos cinco anos fará a gestão da casa, no tocante à manutenção deste patrimônio arquitetônico de autoria de Oscar Niemeyer, sua programação artística e as atividades da Escola de Música. De outubro a dezembro de 2011, foram realizados 34 eventos que reuniram cerca de 70 mil pessoas.

No período, o instituto assinou contrato com 12 novas estações de TV, fechando o ano com 193 estações parceiras (educativas, públicas, legislativas, comunitárias e universitárias). Já nas estações de rádio, o instituto fechou o ano com 169 novos parceiros.

A circulação do acervo do Banco ficou por conta da realização de 14 exposições: Coleção Brasileira Itaú (Fortaleza, Brasília e Curitiba), Fotografias Modernistas (Belém, Paraguai e Cidade do México), Brasileira Fauna e Flora (Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai), O Egito Sob o Olhar de Napoleão (Espaço Memória), Arte Cibernética – Acervo de Arte e Tecnologia do Itaú Cultural (Porto Alegre) e 1911-2011 Arte Brasileira e Depois, na Coleção Itaú (Belo Horizonte e Rio de Janeiro). Juntas totalizaram, até o final de 2011, mais de 320 mil visitantes.

O investimento do Itaú Unibanco no Itaú Cultural, por meio do artigo 26 da Lei Rouanet, foi de R\$ 29,7 milhões, além dos R\$ 23,6 milhões provenientes de recursos sem o incentivo desta lei. Desta forma, o total investido no instituto no ano foi de R\$ 53,3 milhões.

O Conglomerado Itaú Unibanco investiu ainda R\$ 54,8 milhões em outros projetos, por meio da Lei Rouanet. Esses recursos foram empregados em 66 projetos em 8 estados.

Através da Lei de Incentivo ao Esporte foi investido pelo Itaú Unibanco R\$ 12 milhões, divididos em 13 projetos de esportes de alto rendimento, esporte educacional, participação e lazer, em 12 estados brasileiros.

9) Prêmios e Reconhecimentos

Principais prêmios e reconhecimentos recebidos no ano de 2011 pelo Itaú Unibanco Holding S.A.:

- *Bank of the Year 2011 – Bank of the Year in Brazil and Latin America*, promovido pela Revista The Banker, o prêmio é considerado como um dos de maior prestígio no calendário global de bancos. Os vencedores são decididos por comissões julgadoras independentes da revista, que avaliam os critérios: atendimento às necessidades dos clientes, complexidade das operações, capacidade de inovação e performance;
- Eleito o Banco Mais Sustentável do Mundo no prêmio “2011 FT/IFC Sustainable Finance Awards”, concedido pelo jornal britânico Financial Times e pelo IFC (*International Finance Corporation*), braço financeiro do Banco Mundial.
- *Safest Emerging Market Banks*, pela revista *Global Finance*. Foram classificados os 10 Bancos Mais Seguros de Mercados Emergentes da América Latina, sendo o Itaú Unibanco o banco brasileiro melhor colocado no ranking;
- *Private Banker International Awards 2011 - Outstanding Private Banking in Latin America*. Desenvolvido pela revista britânica *Private Banker International*, reconhece as melhores organizações da indústria financeira;
- *Global Private Banking Awards - Best Private Bank in Brazil and Latin America*. O prêmio, existente desde 2009, tem como finalidade reunir informações quantitativas e qualitativas provenientes de private banks no intuito de conferir-lhes destaques por excelência em suas atuações. As duas publicações organizadoras da premiação pertencem ao Grupo Financial Times.
- *As Empresas de Maior Prestígio no Brasil*. Realizada anualmente pela revista *Época Negócios*, o Itaú Unibanco posicionou-se dentre as 15 empresas de maior prestígio do Brasil;
- *As Marcas Mais Valiosas no Brasil*, a marca do Itaú foi considerada a segunda marca mais valiosa do mercado brasileiro, sendo a primeira entre Bancos, de acordo com ranking elaborado pela Brand Analytics. O estudo avaliou 200 marcas de 150 empresas atuantes no País. A base de pesquisa de mercado considerou mais de 14,5 mil entrevistas com consumidores finais em 37 categorias e 30 entrevistas com analistas de mercado de bancos de investimentos;

- *BrandZ Top 100 Most Valuable Global Brands 2011*, pela primeira vez, a marca Itaú apareceu no ranking de marcas globais, elaborado pela Millward Brown Optimor. O Itaú aparece em 90º lugar no ranking geral e é o 1º lugar entre marcas de instituições financeiras latino-americanas, com um incremento de 29% no seu valor de marca no comparativo entre 2010 e 2011.
- *As Empresas Mais Admiradas no Brasil*, promovida pela Revista Carta Capital, o Itaú Unibanco foi o vencedor na categoria "Banco de Varejo" e é a 6ª empresa mais admirada do país. Roberto Setubal, por sua vez, foi escolhido como o 5º executivo mais admirado;
- *IR Magazine Brazil Awards 2011*, concedido pela IR Magazine, publicação global sobre relação com investidores. O Itaú Unibanco venceu na categoria Grand Prix com o melhor programa de relações com investidores, considerando as empresas com capitalização de mercado acima de R\$ 3 bilhões;
- O Itaú Unibanco lidera o ranking "Os 25 Melhores Bancos da América Latina", publicado anualmente pela revista AméricaEconomia;
- *Top of Mind* na categoria bancos, segundo a pesquisa feita pela ABA (Associação Brasileira dos Anunciantes) em parceria com a Consultoria TopBrands. O Itaú Unibanco foi reconhecido pelo terceiro ano consecutivo;
- *Top 1000 World Banks*, elaborado pela revista britânica The Banker. O Itaú Unibanco conquistou o 1º lugar entre as instituições financeiras do país, No ranking geral de bancos mundiais, o Itaú Unibanco ocupa a 34ª posição;
- *As Melhores da Dinheiro*, promovido pela Revista Isto é Dinheiro, elege as companhias de destaque no ano em cada setor. O Itaú Unibanco recebeu o prêmio na categoria Melhor Governança Corporativa do setor bancário;
- *Best Investment Bank for Brazil*, concedido para o Itaú BBA pela Latin Finance, uma das publicações mais importantes sobre finanças corporativas da América Latina. Este prêmio avalia e premia a excelência de instituições financeiras em serviços, produtos e investimentos bancários;
- A revista *Institutional Investor* elegeu a equipe do Itaú BBA pelo segundo ano consecutivo como a melhor equipe de research do Brasil e pela primeira vez como a melhor equipe de vendas da América Latina;
- A revista *Institutional Investor* apontou o Itaú Unibanco e sua equipe de Relações com Investidores como os melhores do setor de bancos e serviços financeiros em cinco de oito reconhecimentos divididos em quatro categorias avaliadas no estudo *Latin America Investor Relations Perception*;
- *Prêmio Intangíveis Brasil (PIB)*, segundo o Grupo Padrão / DOM Strategy Partners, o Itaú Unibanco foi o vencedor do prêmio na categoria Governança Corporativa;
- *Banker of the Year (Roberto Setubal)*, pelo *Euromoney Awards for Excellence*, concedido pela revista *Euromoney*, uma das mais importantes publicações do mundo no setor financeiro. Esta é a primeira vez que o presidente de uma instituição de mercado emergente recebe este prêmio.
- Melhor "Cash Manager Brasil" para o Itaú BBA pela revista *Euromoney*;
- "Deal of the Year 2011 (Américas)" pela "Project Finance International" com a operação pelo Itaú BBA.

10) Auditoria independente - Instrução CVM nº 381

Procedimentos Adotados pela Sociedade

A política de atuação do Itaú Unibanco Holding S.A., empresas controladas e controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2011, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 02 de fevereiro de 2011 – Contrato para prestação de serviços relacionados com a análise do processo de registro contábil pela mesa flow da tesouraria do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco - Itaú Unibanco Holding S.A – Brasil;
- 17 de março de 2011 – Contrato para prestação de serviços de consultoria relacionados com os efeitos tributários gerados no Banco Itaú Chile – Banco Itaú Chile S.A - Chile;
- 28 de março de 2011 – Participação em treinamento no curso QI/FATCA Módulo 3 Critical Customer Grups – Banco Itaú Europa Luxembourg S.A - Luxemburgo;
- 05 de abril de 2011 - Contrato de prestação de serviços profissionais relacionados com o aperfeiçoamento dos conhecimentos dos nossos auditores internos nas práticas e recomendações para o exercício da atividade de auditoria interna (THE IIA The Institute of Internal Audit) – Redecard S.A – Brasil;
- 13 de maio de 2011 – Participação em treinamento no curso Finanças: Consolidação de Contas Contábeis – Banco Itaú BBA International S.A. – Portugal;
- 18 de maio de 2011 – Contrato de prestação de serviços de consultoria no projeto da Asset Management Internacional em obter a certificação GIPS (Global Investment Performance Standards) para fundos de investimento – Itaú USA Asset Management Inc. – Estados Unidos da América;
- 09 de junho e 11 de julho de 2011 – Licenças para utilização de biblioteca eletrônica relativa às regras internacionais de contabilidade (Comperio) – Banco Itaú Europa International – Estados Unidos da América; Itaú Unibanco S.A. e Itaú Unibanco Holding S.A.– Brasil;
- 01 de agosto de 2011 – Contrato para a aquisição de relatórios com projeções macroeconômicas e apresentações sobre a evolução da economia nacional, regional e mundial oferecido pelo Club Económico – Banco Itaú Paraguay S.A. – Paraguai;
- 11 de agosto de 2011 - Contrato para a extensão da prestação de serviços de revisão dos aspectos relacionados ao Programa de Continuidade de Negócios do Banco Itaú BBA – Banco Itaú BBA S.A. – Brasil;
- 06 de setembro de 2011 - Contrato de prestação de serviços relacionados com a revisão dos documentos a serem encaminhados ao Financial Services Authority – FSA para abertura de sua subsidiária no Reino Unido – Banco Itaú BBA International S.A. – Portugal;
- 15 de setembro de 2011 - Contrato de prestação de serviços relacionados com a avaliação dos aspectos regulatórios da transferência da trading desk do Banco Itaú Suisse. – Banco Itaú Suisse S.A. – Suíça;
- 03 de outubro de 2011 – Contrato de prestação de serviços relacionados com a avaliação dos requerimentos para o Federal Branch Charter definidos pela Regulation K do Federal Reserve e pelo Office of the Comptroller of the Currency. – Banco Itaú Europa International – Miami;
- 10 de fevereiro e 01 de dezembro de 2011 - Contrato para prestação de serviços relacionados à asseguaração limitada dos dados do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa – Itaú Unibanco Holding S.A. – Brasil;

- 08 de dezembro - Contrato para a extensão da prestação de serviços relacionados com a revisão dos documentos a serem encaminhados ao Financial Services Authority – FSA para abertura de sua subsidiária no Reino Unido – Banco Itaú BBA International S.A. – Portugal;
- 30 de agosto e 19 de dezembro de 2011 – Participação em pesquisa salarial denominada Encuesta Financiera de Remuneraciones y Beneficios – Banco Itaú Paraguay S.A. – Paraguai; OCA S.A. – Uruguai.

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados ao Itaú Unibanco, controladora e suas controladas/coligadas. A política de atuação com o Itaú Unibanco na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, todos observados na prestação dos referidos serviços.

11) Circular nº 3.068/01 – Bacen

O Itaú Unibanco declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$ 3,1 bilhões, representando apenas 1,7% do total de títulos e valores mobiliários.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes e acionistas, pela confiança que nos é atribuída.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 06 de fevereiro de 2012).

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

PEDRO MOREIRA SALLES

Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO
ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Conselheiros

ALCIDES LOPES TÁPIAS
ALFREDO EGYDIO SETUBAL
CANDIDO BOTELHO BRACHER
FERNANDO ROBERTO MOREIRA SALLES
FRANCISCO EDUARDO DE ALMEIDA PINTO
GUSTAVO JORGE LABOISSIÈRE LOYOLA
HENRI PENCHAS
ISRAEL VAINBOIM
PEDRO LUIZ BODIN DE MORAES
RICARDO VILLELA MARINO

COMITÊ DE AUDITORIA

Presidente

GUSTAVO JORGE LABOISSIÈRE LOYOLA

Membros

ALKIMAR RIBEIRO MOURA
EDUARDO AUGUSTO DE ALMEIDA GUIMARÃES
GUY ALMEIDA ANDRADE

CONSELHO FISCAL

Presidente

IRAN SIQUEIRA LIMA

Conselheiros

ALBERTO SOZIN FURUGUEM
ARTEMIO BERTHOLINI

DIRETORIA

Diretor Presidente

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Diretores Vice-Presidentes

ALFREDO EGYDIO SETUBAL (*)
CANDIDO BOTELHO BRACHER

Diretores Executivos

CAIO IBRAHIM DAVID
CLAUDIA POLITANSKI
MARCOS DE BARROS LISBOA
RICARDO BALDIN
SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG

Diretores

CARLOS EDUARDO DE SOUZA LARA
EDUARDO HIROYUKI MIYAKI
EMERSON MACEDO BORTOLOTO
JACKSON RICARDO GOMES
MARCO ANTONIO ANTUNES
RODRIGO LUÍS ROSA COUTO
ROGÉRIO PAULO CALDERÓN PERES

(*) Diretor de Relações com Investidores

Contador

CARLOS ANDRÉ HERMESINDO DA SILVA
CRC - 1SP281528/O-1

Diretor Presidente e Diretor Geral

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Diretores Vice-Presidentes

ALEXANDRE DE BARROS
ALFREDO EGYDIO SETUBAL
JOSÉ CASTRO ARAÚJO RUDGE
JOSÉ ROBERTO HAYM
LUÍS OTAVIO MATIAS
MÁRCIO DE ANDRADE SCHETTINI
MARCO AMBROGIO CRESPI BONOMI
MARCOS DE BARROS LISBOA
RICARDO VILLELA MARINO
SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG

Diretores Executivos

ANDRÉ SAPOZNIK
CAIO IBRAHIM DAVID
CARLOS EDUARDO MONICO
CELSO SCARAMUZZA
CLAUDIA POLITANSKI
DEMOSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO
FERNANDO MARSELLA CHACON RUIZ
LUIS ANTONIO RODRIGUES
OSVALDO DO NASCIMENTO

Diretores

ADRIANO BRITO DA COSTA LIMA
ALBERTO FERNANDES
ANA CARLA ABRÃO COSTA
ANDRÉA MATTEUCCI PINOTTI CORDEIRO
ANTONIO CARLOS AZZI JÚNIOR
ANTONIO CARLOS RICHECKI RIBEIRO
ARNALDO PEREIRA PINTO
AURÉLIO JOSÉ DA SILVA PORTELLA
CARLOS AUGUSTO DE OLIVEIRA
CARLOS EDUARDO DE CASTRO
CARLOS EDUARDO DE SOUZA LARA
CARLOS EDUARDO MACCARIELLO
CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA
CARLOS HENRIQUE DONEGÁ AIDAR
CARLOS ORESTES VANZO
CESAR PADOVAN
CÍCERO MARCUS DE ARAÚJO
CLAUDIO CÉSAR SANCHES
CLAUDIO JOSÉ COUTINHO ARROMATTE
COSMO FALCO
CRISTIANE MAGALHÃES TEIXEIRA PORTELLA
CRISTINA CESTARI SPADA
DANIEL LUIZ GLEIZER
EDILSON PEREIRA JARDIM
ERNESTO ANTUNES DE CARVALHO

Diretores (Continuação)

FABIO DI PACE MENEZES
FERNANDO DELLA TORRE CHAGAS
FERNANDO JOSÉ COSTA TELES
GILBERTO TRAZZI CANTERAS
HENRIQUE PINTO ECHENIQUE
HENRIQUE RUTHER
IBRAHIM JOSÉ JAMHOUR
JACKSON RICARDO GOMES
JASON PETER CRAUFORD
JEAN MARTIN SIGRIST JÚNIOR
JOÃO ANTONIO DANTAS BEZERRA LEITE
JOÃO LUIZ DE MEDEIROS
JORGE LUIZ VIEGAS RAMALHO
JOSÉ VIRGILIO VITA NETO
LEILA CRISTIANE BARBOZA BRAGA DE MELO
LUÍS EDUARDO GROSS SIQUEIRA CUNHA
LUIS TADEU MANTOVANI SASSI
LUIZ ANTONIO NOGUEIRA DE FRANÇA
LUIZ EDUARDO LOUREIRO VELOSO
LUIZ FERNANDO OLIVEIRA BARRICHELO
LUIZ SEVERIANO RIBEIRO
MARCELO BOOCK
MARCELO LUIS ORTICELLI
MARCÓ ANTONIO ANTUNES
MARCO ANTONIO SUDANO
MARCOS ANTÔNIO VAZ DE MAGALHÃES
MARCOS AUGUSTO CAETANO DA SILVA FILHO
MARCOS SILVA MASSUKADO
MARCOS VANDERLEI BELINI FERREIRA
MARIO LUIZ AMABILE
MESSIAS DOS SANTOS ESTEVES (*)
NATACHA LITVINOV
OSMAR MARCHINI
OSVALDO JOSÉ DAL FABBRO
PAULO EIKIEVICIUS CORCHAKI
PAULO MEIRELLES DE OLIVEIRA SANTOS
RENATA HELENA DE OLIVEIRA TUBINI
RENÉ MARCELO GONÇALVES
RICARDO LIMA SOARES
RICARDO ORLANDO
RICARDO RIBEIRO MANDACARU GUERRA
RICARDO URQUIJO LAZCANO
ROBERTO FERNANDO VICENTE
ROBERTO MASSARU NISHIKAWA
RODOLFO HENRIQUE FISCHER
ROGERIO CARVALHO BRAGA
ROGÉRIO PAULO CALDERÓN PERES
ROMILDO GONÇALVES VALENTE
ROONEY SILVA
SERGIO GUILLINET FAJERMAN
SERGIO SOUZA FERNANDES JÚNIOR
VILMAR LIMA CARREIRO
WAGNER BETTINI SANCHES

(*) Eleito em AGE de 30/12/2011 - Em fase de homologação pelo BACEN

BANCO ITAÚ BBA S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Vice-Presidentes

FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER
PEDRO MOREIRA SALLES

Conselheiros

ALFREDO EGYDIO SETUBAL
ANTONIO CARLOS BARBOSA DE OLIVEIRA
CANDIDO BOTELHO BRACHER
EDUARDO MAZZILLI DE VASSIMON
HENRI PENCHAS
JOÃO DIONÍSIO FILGUEIRA BARRETO AMOÉDO
SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG

DIRETORIA

Diretor Presidente

CANDIDO BOTELHO BRACHER

Diretores Vice-Presidentes

ALBERTO FERNANDES
DANIEL LUIZ GLEIZER
JEAN-MARC ROBERT NOGUEIRA BAPTISTA ETLIN
RODOLFO HENRIQUE FISCHER

Diretores Executivos

ALEXANDRE JADALLAH AOUDE
ANDRÉ LUÍS TEIXEIRA RODRIGUES
ELAINE CRISTINA ZANATTA RODRIGUES VASQUINHO
FERNANDO FONTES IUNES
MARCELO TREVISAN MARANGON
MILTON MALUHY FILHO

Diretores

ADRIANO LIMA BORGES
ALBERTO ZOFFMANN DO ESPÍRITO SANTO
ALEXANDRE ENRICO SILVA FIGLIOLINO
ÁLVARO DE ALVARENGA FREIRE PIMENTEL
ANDRÉ CARVALHO WHYTE GAILEY
ANDRÉ DEL BEL CURY
ANDRÉ FERRARI
ANTONIO JOSÉ CALHEIROS RIBEIRO FERREIRA
ANTONIO SANCHEZ JUNIOR
EDUARDO CARDOSO ARMONIA
EDUARDO CORSETTI
EMERSON SAVI JUNQUEIRA
FABIO MASSASHI OKUMURA
FERNANDO HENRIQUE MEIRA DE CASTRO
FLÁVIO DELFINO JUNIOR
GILBERTO FRUSSA
GUSTAVO HENRIQUE PENHA TAVARES
HENRIQUE RUTHER
ILAN GOLDFAJN
JOÃO CARLOS DE GÊNOVA
JOÃO MARCOS PEQUENO DE BIASE
JORGE BEDRAN JETTAR
JOSÉ AUGUSTO DURAND
LILIAN SALA PULZATTO KIEFER
MARCELLO PECCININI DE CHIARO
MARCELO ARIEL ROSENHEK
MARCELO DA COSTA LOURENÇO
MARCO ANTONIO SUDANO
MARCOS AUGUSTO CAETANO DA SILVA FILHO
MÁRIO LÚCIO GURGEL PIRES
MÁRIO LUÍS BRUGNETTI
PAULO DE PAULA ABREU
PAULO ROBERTO SCHIAVON DE ANDRADE
RODERICK SINCLAIR GREENLEES
SOLANGE PAIVA VIEIRA
THALES FERREIRA SILVA

BANCO ITAUCRED FINANCIAMENTOS S.A.

Diretor Presidente

LUÍS OTÁVIO MATIAS

Diretor Vice-Presidente

MÁRCIO DE ANDRADE SCHETTINI

Diretores

CARLOS EDUARDO DE SOUZA LARA
CLÁUDIO JOSÉ COUTINHO ARROMATTE
EVANIR COUTINHO USSIER
FÁBIO MASSASHI OKUMURA
FERNANDO JOSÉ COSTA TELES
FLÁVIO KITAHARA SOUSA
JACKSON RICARDO GOMES
JASON PETER CRAUFORD
LUÍS FERNANDO STAUB
MARCO ANTONIO ANTUNES
MARCOS ANTÔNIO VAZ DE MAGALHÃES
MARCOS VANDERLEI BELINI FERREIRA

ITAÚ SEGUROS S.A.

Diretor Presidente

ROBERTO EGYDIO SETUBAL

Diretor Superintendente

MARCOS DE BARROS LISBOA

Diretores Executivos

ANDRÉ HORTA RUTOWITSCH
ANTONIO EDUARDO MÁRQUEZ DE FIGUEIREDO TRINDADE
JOSÉ CASTRO ARAÚJO RUDGE

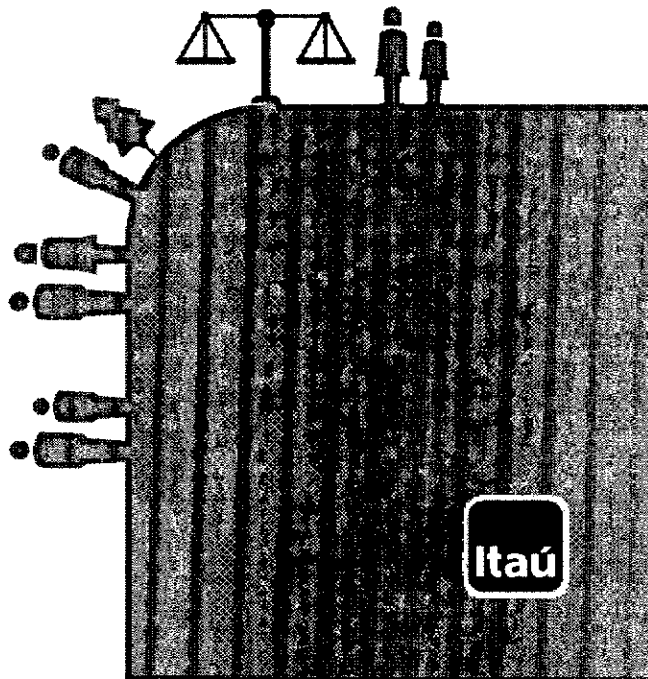
Diretores

LUIZ FERNANDO BUTORI REIS SANTOS
MARCO ANTONIO ANTUNES
NORBERTO GIL FERREIRA CAMARGO

97-110X2M

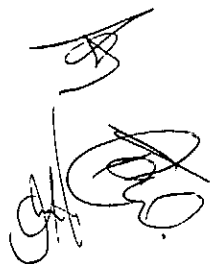
Código de Ética

Itaú Unibanco



97-110X2M

Código de Ética
Itaú Unibanco

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the top.

Índice

Os fins e os meios.....	06	
A importância dos Princípios de Ética	08	
Nossos valores	10	
Os Princípios de Ética do Itaú Unibanco	12	
Práticas e condutas que consolidam nossos Princípios de Ética	14	
Princípio da Identidade	15	
• Responsabilidade corporativa	17	
• Cumprimento de leis, normas e regulamentos	18	
• Relações do trabalho.....	19	
Princípio da Boa-fé	21	
• Atitudes que são exemplos de boa-fé.....	22	
Princípio da Interdependência	25	
• Acionistas e investidores	26	
• Clientes e consumidores	27	
• Fornecedores, prestadores de serviços e parceiros de negócios e comerciais	28	
• Setor público	29	
• Terceiro setor	30	
• Concorrentes	31	
• Mídia.....	31	
Princípio da Excelência	33	
• Sobre condutas pessoais.....	34	
• Sobre práticas e relacionamentos profissionais	36	
• Sobre a gestão das finanças pessoais.....	38	
• Sobre empréstimos, comércio e coletas entre colegas.....	39	
• Sobre conflitos de interesses	39	
- Proteção das informações e do know-how.....	40	
- Operações financeiras pessoais.....	41	
- Brindes, presentes e cortesias	41	
- Atividades externas.....	42	
- Relações comerciais.....	43	
- Parentes na empresa	43	
Abrangência e Gestão do Código de Ética.....	44	
Comunicação de Desvios Éticos	46	

Os fins e os meios

A Visão Itaú Unibanco – ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes – expressa nossa convicção de que organizações que desejam ser perenes não admitem o ganho a qualquer preço e de que seu sucesso depende de sua capacidade de liderar com ética e responsabilidade.

A sociedade cobra das grandes empresas transparência e comprometimento com os objetivos e compromissos assumidos. Pequenos deslizes podem arruinar em horas uma boa reputação e uma marca construídas ao longo de décadas.

Dentro dessa perspectiva econômica e social, eficiência e crescimento andam de mãos dadas com atitudes corretas e objetivos moralmente justificáveis. É preciso valorizar as questões socioambientais inerentes à nossa atividade; gerar benefícios à sociedade; e adotar modelos de gestão que garantam a perenidade da organização.

Temos um compromisso estabelecido com todos os nossos públicos de relacionamento. Precisamos manter o respeito e a confiança do mercado e a credibilidade que conquistamos ao longo de nossa história.



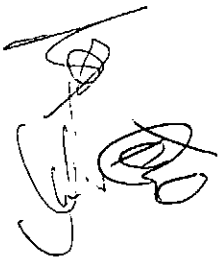
Por isso, nossos negócios e práticas devem estar aderentes aos nossos valores e princípios, materializados neste Código de Ética. Cabe a cada um de nós conhecer e se empenhar na disseminação e no cumprimento dessas diretrizes, com a consciência de que não há jeito certo de fazer uma coisa errada.

Mais do que um material de consulta, ele é um instrumento de trabalho que mostra a melhor forma de atuarmos. Ao mesmo tempo em que indica a conduta esperada de nossos colaboradores, apresenta a crença do Itaú Unibanco nas melhores práticas de mercado.

Temos a certeza de que o nosso Código de Ética nos ajudará a construir um banco ainda mais sólido e confiável, capaz de apresentar resultados diferenciados obtidos com base na aliança entre desempenho e ética. Um banco melhor para todos.

Pedro Moreira Salles
Presidente do Conselho
de Administração

Roberto Setubal
Presidente Executivo



A importância dos Princípios de Ética

Delimitar comportamentos e atitudes que beneficiem e facilitem a vida em sociedade. É com esse objetivo que são construídos os Princípios de Ética que regem os comportamentos individuais e organizacionais desejáveis nos diferentes tempos, lugares e culturas.

Foi também com base nessa premissa que o Itaú Unibanco elegeu os quatro princípios – Identidade, Boa-fé, Interdependência e Excelência – que agora fundamentam este Código de Ética. Em conjunto, eles refletem o compromisso do conglomerado com o bem-estar dos seus públicos de relacionamento, da sociedade e do planeta.

Embora apresente um conjunto de práticas e condutas que devem fazer parte do nosso dia a dia, este Código não é um manual de comportamento nem traz respostas prontas para tudo. Sua função é estimular a reflexão sobre os valores que queremos preservar em nossa prática organizacional.



Por isso, não hesite: se tiver dúvida, converse com seu gestor ou acesse os canais de comunicação para que possa tomar a decisão mais adequada.

Pense nos princípios como sendo os pilares que devem orientar a conduta de cada um dos nossos colaboradores. Agir em conformidade com eles é uma questão de integridade pessoal e profissional.

O Itaú Unibanco orgulha-se de atuar de forma correta, mantendo com todos os seus públicos relações baseadas na ética e na transparência. É dessa forma que queremos retribuir a confiança de nossos clientes, estabelecer parceria com nossos fornecedores e oferecer benefícios à sociedade.

Ricardo Villela Marino
Diretor Executivo de Pessoas

Nossos valores

Nossa ética corporativa está também refletida nos nossos comportamentos, nossas práticas, crenças e valores. É no exercício diário das nossas atividades que demonstramos de fato quem somos e como somos. Por isso, para o Itaú Unibanco, tão importante quanto a ética é a nossa visão e a nossa cultura corporativa.

Revisitados à luz da união de Itaú e Unibanco, Visão e Cultura ganharam força com a diversidade das nossas origens, formações, experiências. E foi possível identificar valores em comum que serão o grande diferencial dessa organização nos próximos anos.

No Itaú Unibanco, as pessoas estão em primeiro lugar. Sejam elas colaboradores, fornecedores, clientes ou a sociedade em geral. Ambicionamos a construção de equipes de alta performance, cujos talentos individuais só fazem sentido se forem capazes de formar times vencedores. Valorizamos pessoas que sentem prazer em trabalhar na organização, em servir ao cliente e em resolver os problemas de forma ágil e competente.



Queremos construir um ambiente informal, sem espaço para a rigidez ou a burocracia desnecessária, mesmo sabendo que acima de tudo está o respeito às leis e aos valores éticos, a busca constante pela transparência e o sigilo das informações dos nossos clientes.

Buscamos a inovação que facilite a vida de todos e que nos permita construir um banco cada vez melhor. O progresso, o crescimento sustentável, a performance são metas permanentes. O Itaú Unibanco se orgulha de ser um banco sólido, contemporâneo, presente na vida das pessoas. Um banco que busca construir relacionamentos saudáveis com todos à sua volta, consciente do seu papel na sociedade e do seu impacto no meio ambiente.

O mundo mudou muito nos últimos anos. O Itaú Unibanco também. Mas o que não muda são nossos valores e nossa ética. Neles reside a nossa força. É o que nos fará, a cada dia, ser um banco cada vez melhor. Evoluindo sempre. Como nossos colaboradores, fornecedores e clientes. Como nosso país.



Os Princípios de Ética do Itaú Unibanco



Identidade

Alinhamos as nossas empresas à identidade corporativa, baseada em elevados padrões de ética, resiliência e respeito à sustentabilidade.



Boa-fé

Agimos com transparência e assumimos a responsabilidade por nossos atos e escolhas.



Interdependência

Estamos abertos ao diálogo e interagimos com os nossos públicos de relacionamento de modo a compartilhar ações e objetivos que levem ao bem comum.



Excelência

Cultivamos ambientes que propiciem a realização de um trabalho de alta qualidade, relevante para quem o executa, para a instituição e para a sociedade.

**Práticas e condutas que consolidam
nossos Princípios de Ética**



Princípio da Identidade

**Alinhamos as nossas empresas à identidade corporativa,
baseada em elevados padrões de ética, resiliência
e respeito à sustentabilidade**

Princípio da Identidade

Em uma sociedade de mudanças rápidas e competição intensa, o grande desafio para as organizações não é crescer, mas crescer com integridade. Para o Itaú Unibanco, significa preservar em todas as empresas do grupo os valores, princípios e objetivos que definem nosso jeito de pensar e de agir.

Garantir que a gestão das nossas empresas e que todos os nossos produtos e operações estejam alinhados com esses propósitos reforça a identidade do conglomerado e protege a parcela do nosso patrimônio formada por ativos intangíveis, como credibilidade, valor da marca, cultura, reputação, entre outros.

Somos uma organização que se orgulha em atuar de forma correta. Por isso, nos empenhamos no estabelecimento de vínculos efetivos com nossos públicos de relacionamento (stakeholders: colaboradores, clientes, acionistas e investidores, fornecedores, concorrentes, setor público, terceiro setor e mídia); na avaliação dos impactos socioambientais da atividade financeira; e na adoção de práticas que contribuam para a construção de um mundo sustentável.

Responsabilidade corporativa

- Cuidamos para que os negócios e as operações das empresas do grupo estejam alinhados com a Visão, Valores, Cultura, Política de Sustentabilidade, com este Código e com os compromissos de governança refletidos nas nossas políticas de gestão de pessoas, performance, gestão de riscos, controles financeiros, auditoria, compliance, controles internos e segurança corporativa.

- Disseminamos as orientações e disposições do Código de Ética Itaú Unibanco entre os nossos públicos de relacionamento e oferecemos a eles canais de diálogo em conformidade com a AccountAbility AA1000 – norma internacional de engajamento e diálogo com os públicos de relacionamento.

- Garantimos que nossos demonstrativos contábeis reflitam com clareza, simplicidade e consistência a realidade da instituição e das suas empresas e operações.

- Incentivamos, no dia a dia, a tomada de decisões eticamente orientadas e a adesão às melhores práticas internacionais de marketing e vendas.

Princípio da Identidade

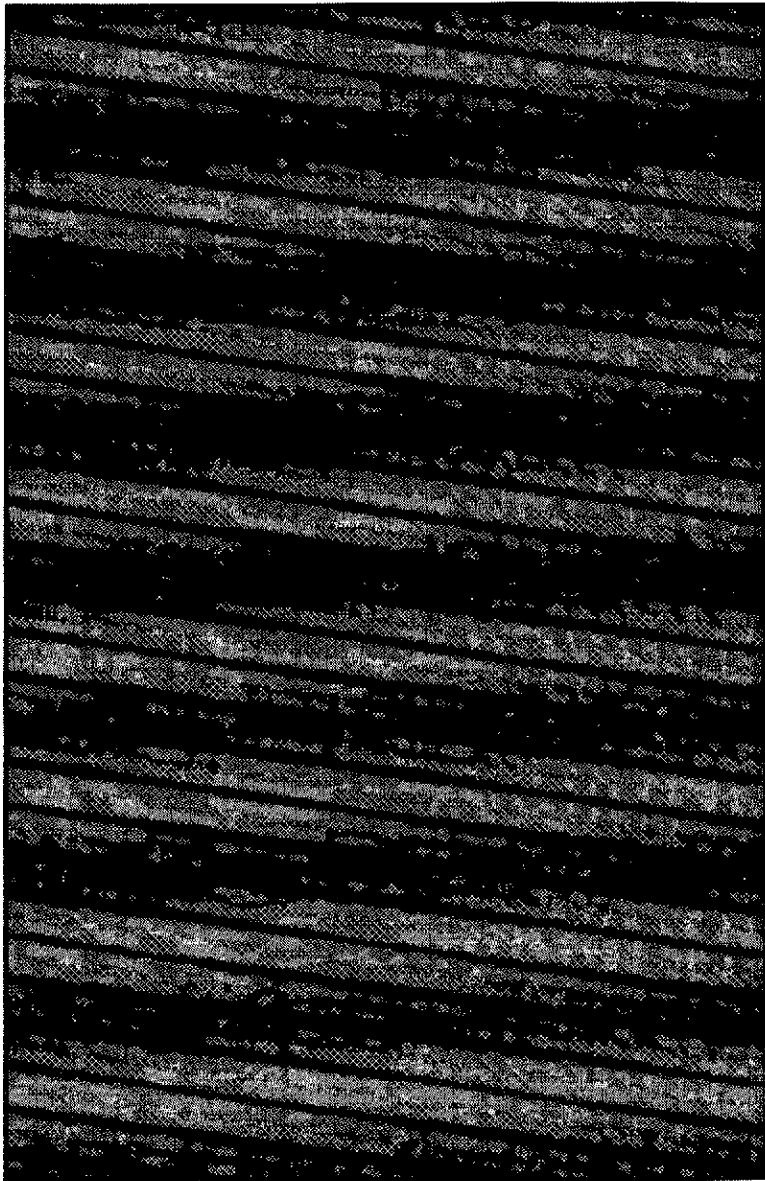
- Contribuímos para a promoção do desenvolvimento sustentável das sociedades onde atuamos.

Cumprimento de leis, normas e regulamentos

- Cumprimos as leis, normas e regulamentos dos países em que estamos presentes, respeitando todas as instâncias do direito (administrativo, ambiental, cível, comercial, trabalhista e tributário).
- Seguimos as diretrizes éticas e operacionais dos órgãos reguladores do sistema financeiro, dos países e localidades onde atuamos, assim como os dispositivos autorreguladores das associações empresariais às quais nos vinculamos.
- Promovemos internamente a percepção de que leis, normas e regulamentos não dão conta das implicações éticas de todas as situações. Por isso, incentivamos a reflexão sobre como nossas ações, do ponto de vista ético, influenciam nossos públicos de relacionamento, a sociedade e o meio ambiente.
- Mantemos políticas e práticas de prevenção e combate a toda forma de corrupção (das propinas e do tráfico de influência aos favorecimentos indevidos), à lavagem de dinheiro, a fraudes e a outros atos ilícitos ou criminosos.

Relações do trabalho

- Cultivamos um ambiente de respeito à dignidade, à diversidade e aos direitos humanos.
- Adotamos políticas e práticas que contribuem ativamente para a prevenção, o combate e a erradicação de formas degradantes de trabalho (infantil, forçado e escravo).
- Coibimos qualquer tipo de discriminação, assédio, desrespeito, exploração e preconceito.
- Propiciamos o desenvolvimento humano e profissional dos nossos colaboradores por meio de práticas e políticas adequadas de salários e benefícios, além da promoção de programas de educação, segurança e saúde no trabalho.
- Respeitamos o direito de livre associação sindical e de negociação coletiva.



Princípio da Boa-fé

Agimos com transparência e assumimos
a responsabilidade por nossos atos e escolhas

Handwritten signature or initials in the bottom left corner.

Princípio da Boa-fé

A boa-fé está na origem de toda conduta ética. Ela se baseia no respeito humano e tem como premissas a honestidade de propósitos, a sinceridade e a cortesia.

Sua prática melhora nossa percepção das necessidades alheias, aumentando o grau de confiança que temos uns nos outros e facilitando o diálogo e a convivência.

O resultado da boa-fé é uma atuação mais transparente e responsável, que influencia positivamente a concretização de bons negócios.

Atitudes que são exemplos de boa-fé

- Empenhar-se em fazer o que é certo.
- Fazer aos outros o mesmo que gostaríamos que fizessem conosco.
- Cultivar a cordialidade nos relacionamentos.
- Praticar o diálogo e não a imposição de um ponto de vista.

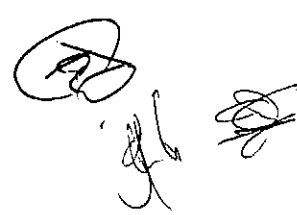
- Praticar a escuta ativa, acolhendo a diversidade de opiniões relativas ao trabalho e estimulando a proximidade de pares, colegas e equipes.

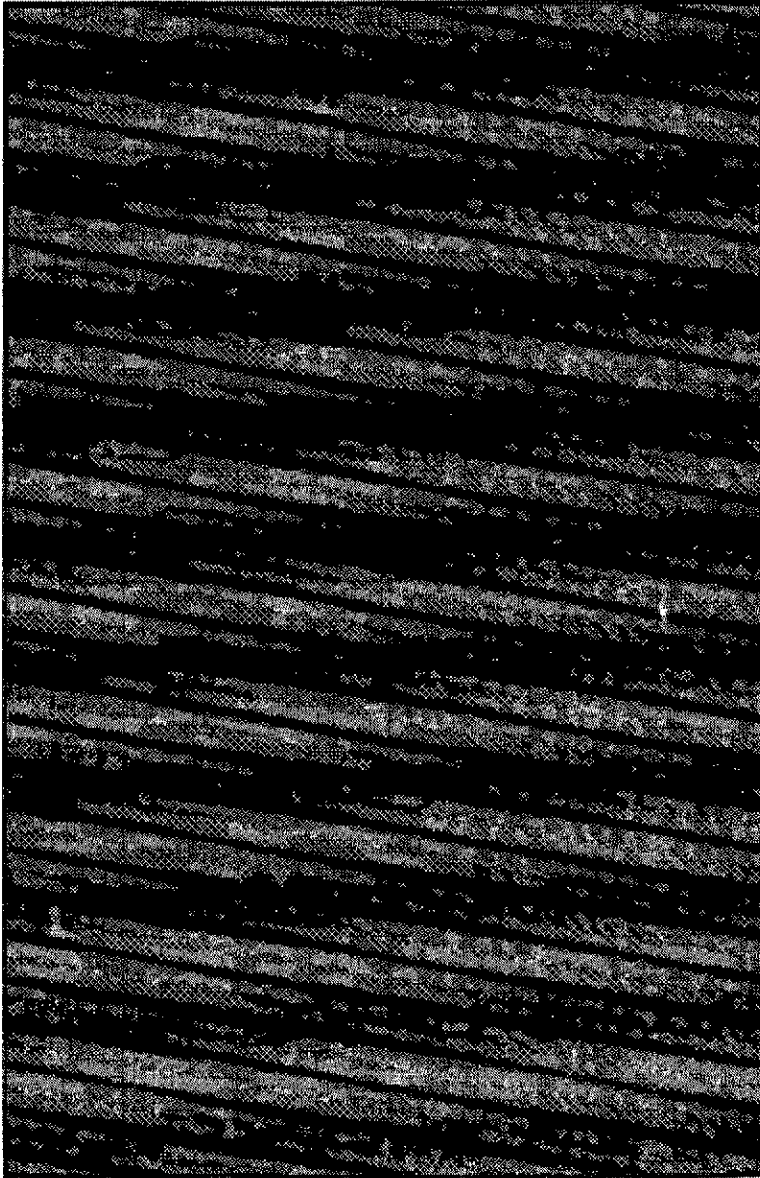
- Colaborar com os colegas para a boa realização das tarefas e orientar com paciência e interesse todos aqueles que nos procuram.

- Compartilhar informações não-confidenciais cujo desconhecimento possa induzir alguém a erro.

- Dar o devido crédito às ideias e realizações dos colegas.

- Não apresentar ideias, opiniões e preferências pessoais como se fossem da organização ou dos seus administradores.





Princípio da Interdependência

Estamos abertos ao diálogo e interagimos com os nossos públicos de relacionamento de modo a compartilhar ações e objetivos que levem ao bem comum

Princípio da Interdependência

A Política de Sustentabilidade Itaú Unibanco parte da convicção de que nosso sucesso presente e futuro baseia-se na interação ética e transparente com clientes, colaboradores, acionistas e investidores, parceiros de negócios e sociedade em geral.

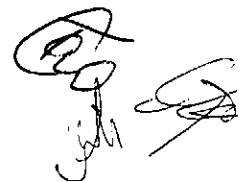
De fato, esses públicos têm interesses legítimos nos bons resultados e na continuidade da instituição. Compartilhamos com eles nossos interesses em comum e buscamos oportunidades de colaboração mútua, estabelecendo interações proveitosas para todos.

Acionistas e investidores

- Efetivamos boas práticas de governança corporativa, a fim de garantir a continuidade dos negócios e retornos competitivos.
- Mantemos o mercado informado de nossa performance, prestando contas oportunamente e com transparência.
- Administramos com imparcialidade e eficiência os interesses conflitantes.

Clientes e consumidores

- Ouvimos com acolhimento sugestões, críticas e dúvidas e buscamos respondê-las com profissionalismo e agilidade, valorizando os interesses, o tempo, as opiniões e os sentimentos dos consumidores.
- Respeitamos a liberdade de escolha, fornecendo de forma clara e correta as informações necessárias para decisões conscientes.
- Rejeitamos o uso de artifícios como vendas casadas e outras formas de imposição ou constrangimento na realização de negócios.
- Adotamos contratos de fácil compreensão para formalizar nossas transações.



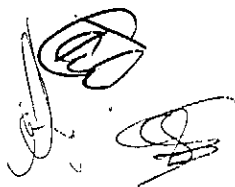
Princípio da Interdependência

Fornecedores, prestadores de serviços e parceiros de negócios e comerciais

- Estimulamos todos os parceiros a compartilhar dos nossos valores e princípios éticos.
- Promovemos o trabalho digno e apoiamos o desenvolvimento sustentável em toda a cadeia de fornecimento.
- Adotamos critérios transparentes de seleção e contratação e cultivamos relacionamentos baseados no profissionalismo e no respeito mútuo.

Setor público

- Orientamos nosso relacionamento com o setor público pelos princípios da cidadania corporativa.
- Mantemos nossas decisões livres de preferências partidárias ou ideológicas.
- Condicionamos eventuais contribuições a partidos e candidatos políticos às determinações das legislações locais e à conformidade com nossas diretrizes corporativas.



Princípio da Interdependência

Terceiro setor

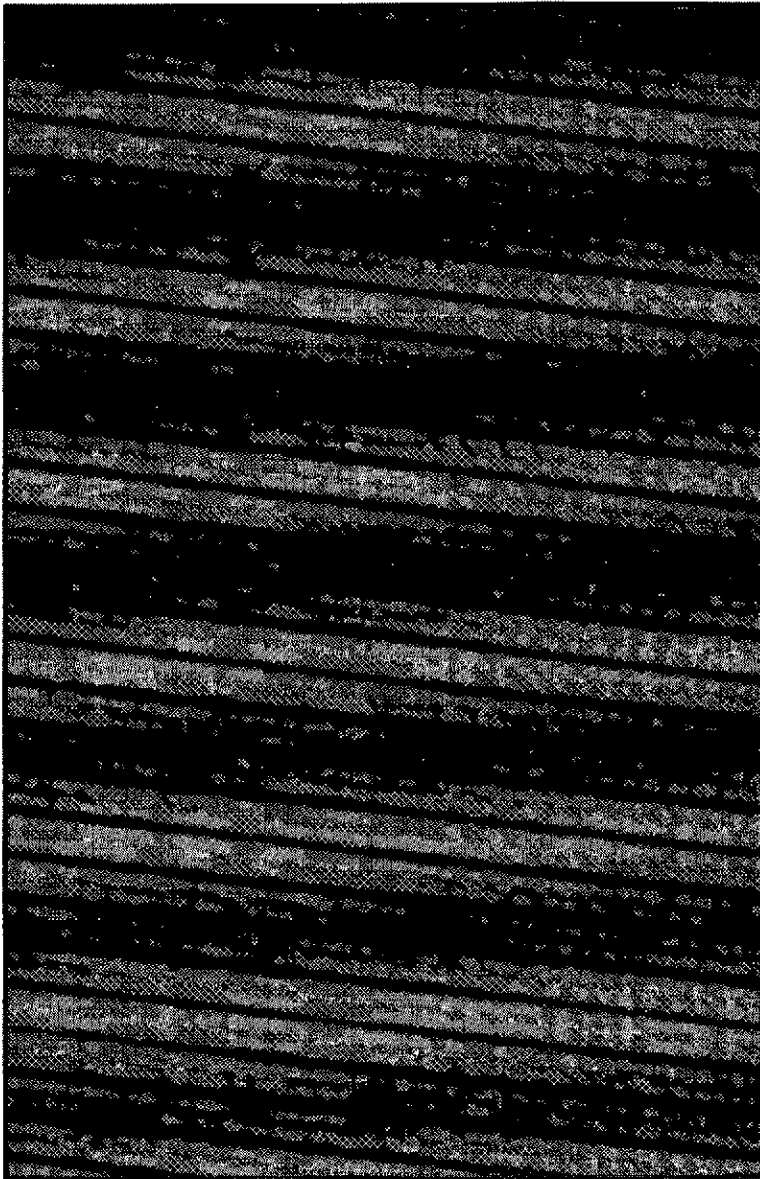
- Realizamos parcerias com entidades da sociedade civil, visando à promoção da sustentabilidade, o desenvolvimento social e cultural das comunidades e o favorecimento das gerações futuras.
- Condicionamos eventuais contribuições a Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), entidades filantrópicas e outras associações do gênero ao cumprimento das legislações locais e à conformidade com nossas diretrizes corporativas.

Concorrentes

- Participamos de associações empresariais com espírito de cooperação e visando o aperfeiçoamento do setor financeiro.
- Agimos em conformidade com os preceitos da livre concorrência e respeitamos a reputação e as opiniões dos nossos concorrentes.
- Prezamos a propriedade intelectual e não utilizamos informações de concorrentes sem sua autorização expressa.

Mídia

- Reconhecemos e respeitamos o dever da imprensa de informar a opinião pública.
- Baseamos nosso relacionamento com a mídia em princípios de veracidade e independência.
- Não misturamos o dever de informar com ações de marketing e de publicidade.



Princípio da Excelência

Cultivamos ambientes que propiciem a realização de um trabalho de alta qualidade, relevante para quem o executa, para a instituição e para a sociedade

Handwritten signature or initials in the bottom left corner.

Princípio da Excelência

O modo como realizamos nossas tarefas, honramos compromissos e nos comportamos revela o valor que atribuímos aos outros e a nós mesmos, dando indícios de nosso caráter, civilidade e humanidade.

Nossos hábitos e atitudes tanto influenciam positivamente a reputação e a confiança que recebemos quanto geram descrédito, dando origem a insatisfações pessoais e profissionais, que, em casos extremos, podem levar à prática de corrupção e atos ilícitos. Daí a importância de cultivar comportamentos que protegem nossa dignidade pessoal e nos tornem confiáveis aos olhos dos colegas e da empresa.

Sobre condutas pessoais

- Respeite quem pensa diferente ou discorda de você.
- Lembre que ninguém deve ser discriminado por preferências políticas, sexuais, religiosas ou culturais.
- Não reproduza boatos e maledicências.
- Use o bom senso e a polidez para desfazer mal-entendidos.

- Se errar, não oculte o fato. Esforce-se para mitigar suas eventuais consequências negativas e procure aprender com seus erros.

- Utilize com consciência e responsabilidade os benefícios que recebe, tais como planos de saúde e odontológico, produtos bancários, acesso a clubes e estacionamento, entre outros.

- Participe com pontualidade e dedicação dos treinamentos oferecidos pela instituição.

- Cuide das instalações, recursos, equipamentos e materiais de trabalho e não os utilize para fins particulares.

- Controle o consumo de água, energia, papel, objetos de plástico e materiais de escritório, contribuindo para a preservação do meio ambiente.

Princípio da Excelência

Sobre práticas e relacionamentos profissionais

- Comunique ao gestor ou ao canal competente qualquer transgressão ao Código de Ética Itaú Unibanco.
- Realize seu trabalho de maneira consciente, com integridade, diligência e fidelidade aos interesses do conglomerado.
- Mantenha-se atualizado sobre os avanços de sua área, empenhando-se na obtenção das certificações necessárias e no cumprimento do código de conduta específico de sua profissão.
- Seja cauteloso com as informações a que tem acesso, impedindo seu vazamento.
- Jamais aconselhe, difunda informações ou negocie com base em boatos e rumores.
- Relacionamento com a equipe
Valorize o trabalho em equipe sendo participativo, entregando pontualmente o que foi combinado e compartilhando conhecimentos e informações que não sejam de natureza confidencial.

- Relacionamento com parceiros de negócios e comerciais
Procure conhecer as atividades e a origem dos recursos dos parceiros de negócios, evitando que a instituição involuntariamente contribua com atos ilícitos.
- Relacionamento com clientes e consumidores
Procure os canais competentes para atender solicitações ou resolver conflitos que estejam fora das nossas atribuições.

Combata a lavagem de dinheiro, fraudes e demais atos ilícitos, seguindo as determinações do programa *Conheça o seu Cliente*.
- Relacionamento com a Mídia
Busque a orientação da assessoria de imprensa antes de participar de entrevistas e programas na mídia.

Abstenha-se de falar em nome do conglomerado ou de suas empresas se não for uma fonte previamente autorizada.

Princípio da Excelência

Sobre a gestão de finanças pessoais

- Previna-se contra desequilíbrios financeiros, pois eles acarretam prejuízos de ordem moral, psicológica, profissional e social.
- Gerencie os negócios pessoais e familiares com planejamento, prudência e responsabilidade.
- Evite a inadimplência.
- Priorize os investimentos de longo prazo e não realize negócios muito arriscados ou oportunistas.
- Use seus recursos financeiros de forma consciente.

Sobre empréstimos, comércio e coletas entre colegas

- Evite solicitar ou conceder empréstimos a colegas de trabalho.
- Não compre nem venda qualquer mercadoria nas dependências da organização.
- Garanta participação facultativa e voluntária em coletas para custeio de comemorações ou doações e não divulgue nem registre os valores doados pelos participantes.

Sobre conflitos de interesses

Sempre que os interesses pessoais de um colaborador ou líder empresarial são antagônicos aos da instituição ou dos seus públicos de relacionamento, configura-se um conflito. Essas situações põem em risco nossa integridade e reputação. Por isso, precisam ser administradas com eficiência e transparência, além de prontamente comunicadas aos canais competentes. Confira as atitudes que ajudam a evitar o estabelecimento de conflitos.

Princípio da Excelência

• Proteção das informações e do know-how

As informações e o know-how (conhecimentos, tecnologias, métodos, sistemas, etc.) que circulam internamente são de propriedade do Itaú Unibanco e não podem ser usados para fins particulares nem repassados a terceiros. É preciso cuidado especial com as informações não-públicas (restritas, confidenciais e internas). Seu vazamento pode prejudicar nossos públicos de relacionamento e as relações de confiança que temos com eles.

Utilize nossas informações e know-how apenas em benefício do conglomerado e dos seus públicos de relacionamento.

- Respeite a privacidade dos clientes, mantendo em sigilo suas informações, operações e serviços contratados.

- Proteja e impeça o vazamento de qualquer documento ou informação que possa causar prejuízo ou desconforto a pessoas ou empresas.

- Certifique-se de que outros setores do conglomerado não tenham acesso a informações não-públicas que circulam em sua área.

- Solicite a autorização de um diretor antes de utilizar informações e know-how do Itaú Unibanco em atividades e publicações externas ou de comentá-los em comunidades e veículos da internet.

- Ao se desligar da instituição, não leve cópias de informações, processos ou conhecimentos que sejam propriedade do Itaú Unibanco.

• Operações financeiras pessoais

Baseie seus investimentos, financiamentos e empréstimos em informações públicas, seguindo as legislações e as restrições das políticas, normas e procedimentos internos que proíbem o uso de informações privilegiadas.

• Brindes, presentes e cortesias

Evite aceitar ou oferecer brindes, presentes, gratificações, patrocínios, descontos em transações de caráter pessoal, viagens de negócios ou lazer, convites para participar de eventos e quaisquer outras cortesias.

- Se as práticas de mercado exigirem uma troca de cortesias, restrinja seu valor ao limite estabelecido anualmente pelo conglomerado, via norma interna.

Princípio da Excelência

- No relacionamento com o setor público, jamais ofereça ou aceite presentes, favores e cortesias de funcionários – concursados ou nomeados – de qualquer instância e instituição, incluindo os ocupantes de cargos políticos e seus partidos.

- Os administradores e colaboradores da Diretoria de Compras do Itaú Unibanco S.A. não devem aceitar nem oferecer qualquer brinde, presente ou cortesia, incluindo os mais simples como: agendas ou canetas.

• Atividades externas

O trabalho em outras organizações como funcionário, prestador de serviço, consultor, diretor ou conselheiro não pode conflitar em nenhum sentido (natureza, propósito, tempo) com sua atividade no conglomerado e deve ser autorizado por um dos colegiados de ética da instituição.

• Relações comerciais

Solicite autorização expressa de um diretor antes de estabelecer relações comerciais particulares com clientes, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros de negócios ou empresas que mantenham qualquer tipo de relacionamento, interesse ou vínculo com o conglomerado.

• Parentes na empresa

A indicação e a contratação de parentes são permitidas no âmbito da instituição, desde que não resultem em conflitos de interesse potenciais ou presumidos. No entanto, é vedado o trabalho de parentes até segundo grau em uma mesma superintendência. As exceções precisam ser analisadas e aprovadas por um colegiado de ética. De qualquer modo, ao indicar um parente, informe sempre ao responsável pela contratação.



Abrangência e gestão do Código de Ética

Ao difundir nossos valores e orientar os melhores comportamentos e atitudes para diferentes situações do cotidiano corporativo, nosso Código de Ética ajuda a garantir que as políticas e práticas da organização mantenham-se moralmente alinhadas e coerentes com os princípios que defendemos.

Suas diretrizes foram aprovadas pelo Conselho de Administração e fazem parte do Programa de Ética estabelecido pela Comissão Superior de Ética do conglomerado, que também avalia o cumprimento deste Código em todas as instâncias da instituição. Esse gerenciamento acontece por meio da Consultoria de Ética Corporativa, ligada à área de pessoas.

Por isso, mais do que um simples documento, o Código de Ética é uma ferramenta de trabalho para todos na organização, independentemente de nível hierárquico. Cabe a cada colaborador, conselheiro ou diretor de uma empresa da Itaú Unibanco Holding S.A., no Brasil e no exterior, agir de acordo com as orientações deste Código.

O efetivo compromisso com nossos Princípios de Ética é a primeira contribuição de cada um para a construção de um banco sólido, perene e capaz de se desenvolver de maneira sustentável e comprometida com seu tempo.



Comunicação de Desvios Éticos

Cada um de nós é responsável por garantir que o Código de Ética do Itaú Unibanco seja cumprido em todas as instâncias da organização. Administradores e colaboradores devem ficar atentos e comunicar eventuais irregularidades aos canais competentes.

No dia a dia, também podem surgir situações dúbias ou não previstas neste Código e que exigem uma avaliação individualizada.

Seja qual for o caso, o conglomerado mantém canais preparados para receber dúvidas, denúncias, reclamações e sugestões e encaminhar as apurações necessárias. Os manifestantes serão protegidos contra represálias e as apurações serão conduzidas com profissionalismo, imparcialidade, sigilo e confidencialidade. Manifestações anônimas também serão aceitas. O importante é não se omitir. **Se tiver dúvida, pergunte!**

Superintendência de Ombudsman

Recebe e encaminha para investigação fatos e práticas contrárias ao Código por parte de colaboradores e administradores de todos os níveis.

Recebe e encaminha para avaliação da Comissão Superior de Ética dúvidas de interpretação sobre o Código, questionamentos sobre situações não previstas, impasses e dilemas éticos e consultas sobre conflitos de interesse.

Contato:

Telefone: 0800 721 4040 Fax: 0800 721 3030

E-mails externos:
ombudsman@ombudsman.itaunibanco.com.br
e ombudsman.itub@terra.com.br

E-mail interno: ombudsman

Site Intranet: Portal Digital Itaú>Ombudsman>Site / Blog

Correspondência: Caixa Postal: 26517 – CEP 04311-970

Contato pessoal agendado por telefone.

Comitê de Auditoria

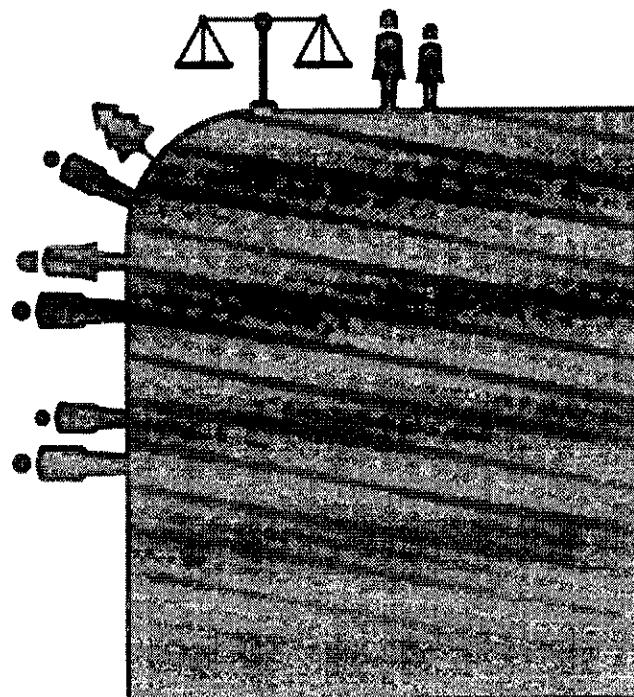
Recebe e encaminha para investigação casos de desvios de conduta de administradores; de suspeitas e denúncias de descumprimento legais ou regulamentares; de fraudes e erros em controles internos e em atividades de contabilidade e auditoria.

Contato:

E-mail externo: comite.auditoria@itau-unibanco.com.br

E-mail interno: comite auditoria

Correspondência:
Comitê de Auditoria Itaú Unibanco Holding S.A.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100
Torre Olavo Setubal Piso PM
CEP 04344-902 - São Paulo - SP



Código de Ética

Itaú Unibanco

Handwritten signature and initials in the bottom left corner.

Este Código de Ética é aplicável a todos os administradores e colaboradores da Itaú Unibanco Holding S.A.

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner, including a large stylized signature and several smaller initials.



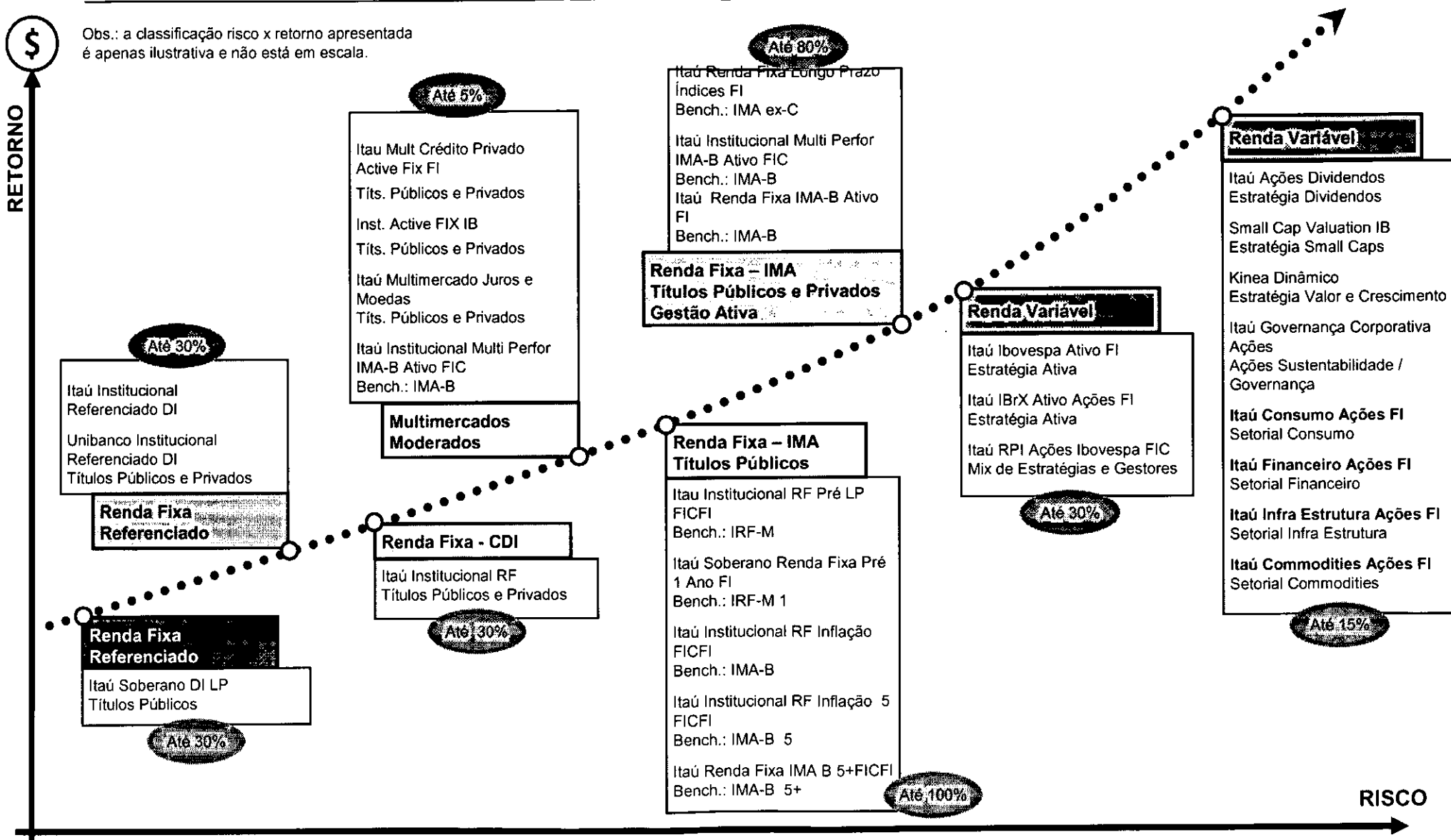
Tabela de Rentabilidades | RPPS

Outubro de 2012



Grade de Fundos de Investimentos

Resolução CMN 3.922



Handwritten signatures and initials.



Grade de Fundos de Investimentos

Mês / Ano	REFERENCIADO DI		RENTA FIXA - CDI		MULTIMERCADOS MODERADOS				RENTA FIXA - IMA											
	Fundo	% CDI	Fundo	% CDI	Fundo	% CDI	Fundo	% CDI	Fundo	% do IRFM	Fundo	% do IMA-B	Fundo	% s/ Bench	Fundo	% do Bench				
nov-11	0,87%	101,24%	0,89%	103,25%	0,91%	105,98%	0,93%	108,53%	1,70%	-0,06%	1,99%	-0,03%	1,90%	-0,13%						
dez-11	0,92%	101,11%	0,92%	102,03%	0,92%	101,03%	0,90%	99,82%	0,25%	-0,05%	0,27%	-0,04%	0,24%	-0,07%						
jan-12	0,90%	101,75%	0,90%	101,41%	0,95%	107,46%	0,99%	111,08%	1,25%	-0,04%	1,60%	-0,03%	1,65%	0,02%						
fev-12	0,75%	101,26%	0,74%	100,00%	0,77%	103,54%	0,79%	106,16%	1,03%	-0,04%	2,14%	-0,03%	2,13%	-0,04%						
mar-12	0,87%	107,12%	0,84%	103,39%	0,85%	104,79%	0,90%	111,23%	1,13%	-0,02%	1,88%	-0,03%	1,72%	-0,20%						
abr-12	0,73%	103,76%	0,72%	102,76%	0,74%	105,01%	0,75%	106,50%	1,72%	-0,02%	4,37%	-0,05%	4,40%	-0,02%	6,47%	-0,06%				
mai-12	0,75%	102,31%	0,72%	98,30%	0,75%	102,81%	0,86%	117,01%	1,40%	-0,07%	1,92%	-0,05%	2,14%	0,17%	2,53%	-0,17%				
jun-12	0,63%	99,09%	0,63%	98,64%	0,68%	106,53%	0,68%	107,04%	1,21%	-0,08%	-0,51%	-0,01%	-0,61%	-0,11%	-1,73%	-0,02%				
jul-12	0,67%	98,21%	0,67%	99,04%	0,73%	107,18%	0,70%	102,59%	1,08%	-0,11%	2,84%	-0,04%	2,88%	0,00%	4,05%	0,05%				
ago-12	0,69%	100,68%	0,69%	99,81%	0,72%	104,11%	0,72%	104,43%	0,66%	-0,03%	1,77%	-0,04%	1,77%	-0,04%	2,64%	-0,14%				
set-12	0,55%	101,52%	0,56%	103,79%	0,58%	108,87%	0,61%	114,02%	0,57%	-0,02%	1,40%	-0,04%	1,39%	-0,04%	1,22%	-0,04%				
out-12	0,60%	99,36%	0,61%	99,86%	0,62%	101,39%	0,64%	104,52%	1,59%	-0,06%	3,75%	-0,04%	3,86%	0,06%	5,22%	-0,05%				
Ano 2012	7,38%	101,72%	7,31%	100,73%	7,64%	105,32%	7,89%	108,85%	12,25%	-0,54%	23,19%	-0,44%	23,39%	-0,24%	14,59%	-0,42%				
12 meses	3,95%	100,21%	3,94%	99,75%	4,15%	105,12%	4,28%	108,40%	6,68%	-0,38%	11,64%	-0,24%	11,93%	0,04%	14,59%	-0,42%				
6 meses	9,30%	101,63%	9,26%	101,14%	9,61%	105,01%	9,89%	107,99%	14,45%	-0,68%	25,99%	-0,54%	26,04%	-0,49%						
24 meses	22,19%	101,92%	22,10%	101,52%	22,86%	105,00%	23,74%	109,03%	29,37%	-1,38%	45,72%	-1,26%	45,53%	-1,46%						
36 meses	33,80%	101,90%	33,90%	102,21%	35,06%	105,70%	36,15%	108,99%					64,25%	-7,04%						
Ano 2011	11,82%	101,91%	11,87%	102,37%	12,14%	104,74%	12,53%	108,05%	13,91%	-0,55%	14,59%	-0,52%	14,36%	-0,75%						
Ano 2010	9,90%	101,62%	9,96%	102,25%	10,26%	105,28%	10,56%	108,42%	11,29%	-0,58%	16,24%	-0,80%	14,42%	-2,63%						
Limite de Investimento	30%		30%		5%				5%				100%							
Enquadramento (Res. 3.922)	Art 7º, IV		Art 7º, IV		Art 8º, IV				Art 8º, IV				Art 7º, I, b							
Características do Produto	Superar moderadamente CDI. Fundo referenciado ao CDI investe em títulos públicos federais e títulos privados.		Superar o CDI. Investe em Títulos Públicos Federais e/ou privados, em derivativos referenciados e juros.		Superar o CDI. Investe em Títulos Públicos Federais e/ou privados, em derivativos referenciados, juros e câmbio.				Superar o CDI. Investe em Títulos Públicos Federais e/ou privados, em derivativos referenciados, juros e câmbio.				Busca obter valorização compatível com a variação do IRFM (Índice de Renda Fixa de Mercado) no longo prazo. Aplica 100% de seus recursos em ativos públicos de renda fixa direta, ou indiretamente, relacionados à taxa de juros doméstica.		Busca obter valorização compatível com a variação do IMA-B no longo prazo. Aplica 100% de seus recursos em títulos públicos de renda fixa direta ou indiretamente, relacionados à taxa de juros e índices de preços.		Busca obter valorização superior a variação do IMA-B no longo prazo. Aplica seus recursos em títulos públicos e privados de renda fixa direta ou indiretamente, relacionados à taxa de juros e índices de preços.		Acompanhar a variação do Índice IMA B 5+ no longo prazo. Para isto o gestor utiliza estratégia de gestão passiva com atuação nos mercados brasileiros de taxas de juros, de índices de preço, por meio de exposição nos mercados à vista e/ou derivativos.	
Classificação	Referenciado		Renda fixa		Multimercado				Multimercado				Renda fixa		Renda fixa		Renda fixa			
Benchmark	CDI		CDI		CDI				CDI				IRFM		IMA-B		IMA-B		MA-B5+	
Taxa de Administração	0,18% a.a.		0,30% a.a.		0,30% a.a.				0,35% a.a.				0,40% a.a.		0,40% a.a.		0,50% a.a.		0,40% a.a.	
Taxa de Performance	Não há		Não há		Não há				Não há				Não há		Não há		Não há		Não há	
Cotização / Liquidação	Aplic.: D0/D0 Resg.: D0/D0		Aplic.: D0/D0 Resg.: D0/D0		Aplic.: D0/D0 Resg.: D0/D0				Aplic.: D0/D0 Resg.: D0/D1				Aplic.: D0/D0 Resg.: D0/D0		Aplic.: D0/D0 Resg.: D0/D1		Aplic.: D0/D1 Resg.: D3/D4		Aplic.: D0/D0 Resg.: D1/D2	
Data de Início	02/01/1996		25/08/2006		12/03/2002				02/01/1996				28/11/2009		26/11/2009		17/10/2002		28/03/2012	
PL em R\$	368.210.346,87		37.780.544,87		1.465.392.858,46				95.498.071,38				366.307.650,75		883.751.911,92		218.599.140,03		23.770.213,67	

Grade de Fundos de Investimentos

Mês / Ano	Renda Fixa IMA		DIVIDENDOS		IBOVESPA ATIVO		IBX ATIVO		SMALL CAP		IBOVESPA ATIVO					
	ITAÚ INSTITUCIONAL RENDA FIXA INFLAÇÃO 5 FC		ITAÚ SOBERANO RENDA FIXA ÍNDICES PRÉ 1 ANO		ITAÚ AÇÕES DIVIDENDOS FI		ITAÚ INSTITUCIONAL IBOVESPA ATIVO AÇÕES FI		ITAÚ INSTITUCIONAL IBX ATIVO AÇÕES FI		SMALL CAP VALUATION B - FIA		KINEA DINÂMICO MASTER AÇÕES		ITAÚ RPI AÇÕES IBOVESPA FICFI	
	Fundo	% do Bench	Fundo	% do Bench	Fundo	% do Bench	Fundo	% do Bench	Fundo	% do Bench	Fundo	% do Bench	Fundo	% do Bench	Fundo	% do Bench
nov-11	1,42%	0,01%	0,93%	-0,05%	-0,73%	-2,60%	-2,39%	0,12%	-1,07%	-0,01%	-2,17%	1,94%	-1,48%	1,03%	-1,05%	1,46%
dez-11	0,10%	-0,04%	0,83%	0,01%	4,66%	-0,89%	-0,46%	-0,25%	1,05%	-0,47%	0,18%	-0,66%	2,95%	3,16%	0,93%	1,14%
jan-12	1,83%	-0,02%	1,00%	-0,10%	4,51%	-0,79%	10,57%	-0,56%	8,03%	0,11%	6,96%	-1,29%	8,92%	-2,21%	7,79%	-3,35%
fev-12	1,44%	-0,02%	0,78%	-0,05%	5,96%	-1,70%	3,95%	-0,39%	3,79%	-0,06%	7,95%	-1,44%	3,99%	-0,36%	4,89%	0,55%
mar-12	1,07%	-0,05%	0,96%	0,01%	3,96%	1,82%	-2,08%	-0,11%	-0,36%	-0,13%	2,20%	0,30%	-0,05%	1,93%	-0,44%	1,54%
abr-12	1,68%	-0,04%	0,97%	0,03%	-0,38%	-1,76%	-4,13%	0,04%	-2,32%	0,16%	0,79%	1,14%	-3,20%	0,97%	-1,18%	2,99%
mai-12	0,65%	-0,05%	0,80%	-0,05%	-6,67%	1,16%	-11,18%	0,68%	-8,32%	0,28%	-4,52%	6,56%	-9,89%	1,97%	-7,16%	4,70%
jun-12	0,77%	-0,02%	0,73%	-0,01%	3,07%	-1,57%	-0,06%	0,19%	1,01%	0,13%	1,18%	0,32%	0,86%	1,10%	1,56%	1,81%
jul-12	1,64%	-0,03%	0,72%	-0,03%	3,47%	2,17%	3,41%	0,21%	3,31%	0,21%	1,37%	-0,64%	1,16%	-2,04%	3,01%	-0,19%
ago-12	0,61%	-0,02%	0,64%	-0,04%	-1,94%	2,65%	1,83%	0,11%	0,03%	0,18%	5,63%	-2,33%	5,38%	3,67%	1,79%	0,07%
set-12	1,61%	-0,05%	0,51%	-0,04%	1,20%	0,54%	3,64%	-0,06%	2,90%	0,12%	4,19%	1,24%	3,86%	0,15%	1,90%	-1,80%
out-12	1,76%	-0,05%	0,67%	-0,02%	0,19%	-0,68%	-2,58%	0,98%	-1,05%	0,02%	2,54%	3,15%	-2,71%	0,85%	0,14%	3,70%
Ano 2012	13,85%	-0,38%	8,03%	-0,32%	13,50%	2,39%	1,84%	1,29%	6,34%	1,08%	31,44%	9,94%	7,28%	6,73%	12,24%	11,68%
6 meses	7,25%	-0,22%	4,13%	-0,19%	-1,04%	4,31%	-5,62%	2,07%	-2,56%	0,92%	10,51%	9,47%	-2,10%	5,59%	0,90%	8,59%
12 meses	15,59%	-0,41%	9,94%	-0,37%	17,92%	-1,55%	-1,04%	1,13%	6,30%	0,58%	28,83%	11,34%	8,82%	10,99%	12,09%	14,27%
24 meses	34,00%	-0,63%	22,28%	-1,73%	12,39%	-13,73%	-20,34%	-1,09%	-9,41%	-2,76%	13,08%	10,84%	-12,45%	6,80%	1,20%	20,45%
36 meses	51,03%	-0,96%	33,78%	-2,80%	34,89%	-16,64%	-9,55%	-2,28%	1,51%	-4,08%	62,89%	16,06%	6,58%	13,86%	29,18%	36,45%
Ano 2011	15,51%	-0,18%	11,39%	-1,22%	-0,46%	-14,43%	-19,78%	-1,68%	-13,89%	-2,50%	-13,51%	3,10%	-17,44%	0,67%	-9,35%	8,75%
Ano 2010	12,96%	-0,07%	9,64%	-0,90%	9,04%	-1,96%	-0,33%	-1,37%	0,48%	-2,13%	25,18%	2,39%	6,79%	5,75%	10,94%	9,89%
Limite de Investimento	100%		100%		15%		30%		30%		15%		15%		30%	
Enquadramento (Res. 3.922)	Art 7°, I, b		Art 7°, I, b		Art 8°, III		Art 8°, I		Art 8°, I		Art 8°, III		Art 8°, III		Art 8°, I	
Características do Produto	Esse fundo busca acompanhar a rentabilidade do Índice de Mercado ANBIMA (IMA-B 5), divulgada pela ANBIMA.	Aplica seus recursos em ativos de renda fixa relacionados diretamente, ou sintetizados via derivativos, à taxa de juros doméstica e/ou índices de preço, buscando acompanhar a rentabilidade do Índice IRFM-1	Aplica seus recursos em ações de empresas que possuem uma consistente política de distribuição de dividendos. O fundo oferece, além da valorização das ações, a renda adicional decorrente do recebimento de dividendos, que é reinvestida no próprio fundo.	Fundo de Investimento que procura obter, a longo prazo, rentabilidade superior ao IBOVESPA. O fundo utiliza-se de uma gestão ativa, baseada em análise fundamentalista.	Fundo de Investimento que procura obter, a longo prazo, rentabilidade superior ao IBX100. O fundo utiliza-se de uma gestão ativa, baseada em análise fundamentalista.	Fundo de Investimento que procura obter, a longo prazo, rentabilidade superior ao SMLL (Índice Small Cap). O fundo utiliza-se de uma gestão ativa, baseada em análise fundamentalista.	O fundo busca aplicar em ações com potencial de valorização e perspectiva de retorno em longo prazo. Utiliza-se de uma gestão ativa, baseada em análise fundamentalista e/ou pesquisa quantitativa, podendo operar com reduzida diversificação da carteira.	Superar o Ibovespa, através da composição ideal em fundos de diferentes gestores, tanto externos como do próprio Banco Itaú, e que podem atuar em diversas estratégias.								
Classificação	Renda fixa	Renda fixa	Fundo de Ações	Fundo de Ações	Fundo de Ações	Fundo de Ações	Fundo de Ações	Fundo de Ações								
Benchmark	IMA-B 5	IRFM-1	IBV	Ibovespa Fecham	IBX100 Fecham	SMLL	Ibovespa Fecham	Ibovespa Fecham								
Taxa de Administração	0,40% a.a.	0,20% a.a.	1,50% a.a.	0,90% a.a.	0,90% a.a.	2,0% a.a.	2,0% a.a.	1,00% a.a.								
Taxa de Performance	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	15% do que exceder 100% do Índice SMLL	20% do que exceder 100% Ibovespa	Não há								
Cotização / Liquidação	Aplic.: D0/D0 Resg.: D0/D1	Aplic.: D0/D0 Resg.: D0/D0	Aplic.: D0/D0 Resg.: D1/D4	Aplic.: D0/D0 Resg.: D1/D4	Aplic.: D0/D0 Resg.: D1/D4	Aplic.: D0/D1 Resg.: D1/D4	Aplic.: D0/D0 Resg.: D7/D10	Aplic.: D0/D1 Resg.: D2/D5								
Data de início	03/09/2005	18/10/2007	07/01/1999	02/05/1997	18/12/1997	12/03/1966	03/11/2008	25/04/2008								
PL em R\$	5.698.619.036,17	71.903.370,70	366.615.943,66	6.774.499,75	24.989.182,75	183.571.176,85	149.699.759,20	658.204.009,07								

Grade de Fundos de Investimentos

Mês / Ano	AÇÕES SUSTENT/GOVERNANÇA		AÇÕES CONSUMO FI		AÇÕES FINANCEIRO FI		AÇÕES INFRA ESTRUTURA FI		COMMODITIES AÇÕES FI	
	Fundo	± do Bench	Fundo	± do Bench	Fundo	± do Bench	Fundo	± do Bench	Fundo	± do Bench
nov-11	-3,63%	-1,53%	1,66%	4,17%	-1,90%	0,61%	-1,92%	-0,86%	-1,93%	-0,87%
dez-11	0,67%	-1,08%	2,08%	2,29%	4,00%	4,21%	3,08%	1,55%	-2,73%	-4,26%
jan-12	8,01%	0,66%	4,25%	-6,88%	5,67%	-5,47%	3,26%	-4,66%	10,61%	2,69%
fev-12	6,20%	0,11%	8,00%	3,66%	5,40%	1,06%	8,20%	4,35%	-0,69%	-4,54%
mar-12	-0,50%	-0,56%	3,79%	5,77%	-2,26%	-0,28%	4,85%	5,08%	-2,83%	-2,60%
abr-12	-1,09%	0,69%	2,82%	6,99%	-6,74%	-2,57%	1,47%	3,95%	0,66%	3,13%
mai-12	-7,09%	0,77%	-8,21%	3,65%	-5,15%	6,71%	-7,63%	0,97%	-11,96%	-3,36%
jun-12	2,77%	1,27%	2,31%	2,56%	-0,18%	0,07%	3,83%	2,95%	-1,84%	-2,72%
jul-12	2,87%	0,13%	2,11%	-1,10%	8,53%	5,32%	1,77%	-1,34%	0,31%	-2,79%
ago-12	0,43%	-0,45%	2,78%	1,06%	0,82%	-0,89%	-1,20%	-1,05%	-0,47%	-0,32%
set-12	2,13%	-0,18%	3,85%	0,14%	-0,12%	-3,82%	-1,77%	-4,55%	9,07%	6,28%
out-12	-0,93%	-0,61%	5,33%	8,89%	-3,00%	0,56%	-1,56%	-0,49%	-1,69%	-0,62%
Ano 2012	12,67%	2,04%	29,54%	28,99%	1,91%	1,36%	10,84%	5,59%	-0,62%	-5,87%
6 meses	-0,20%	0,97%	7,81%	15,50%	0,38%	8,07%	-6,76%	-3,28%	-7,49%	-4,01%
12 meses	9,30%	-0,90%	34,44%	36,62%	3,98%	6,16%	12,06%	6,33%	-5,20%	-10,93%
24 meses	-9,36%	-5,15%	29,86%	49,11%	-10,22%	9,03%	2,16%	8,81%	-14,69%	-8,04%
36 meses	20,64%	-1,83%	72,72%	79,99%	12,49%	19,76%	35,74%	30,14%	-16,45%	-22,05%
Ano 2011	-19,01%	-6,56%	0,10%	18,21%	-7,51%	10,60%	-6,41%	4,98%	-18,09%	-6,70%
Ano 2010	17,19%	4,65%	18,53%	17,49%	7,21%	6,17%	12,38%	9,76%	-3,21%	-5,82%
Limite de Investimento	15%		15%		15%		15%		15%	
Enquadramento (Res. 3.922)	Art 8º, III		Art 8º, III		Art 8º, III		Art 8º, III		Art 8º, III	
Características do Produto	O fundo, aberto, com prazo indeterminado de duração e classificado como "ações", consiste em aplicar seus recursos preponderantemente em ações de empresas que apresentem práticas diferenciadas de governança corporativa.		Obter retorno através da seleção de ações de setores da Bovespa que estejam ligados direta ou indiretamente ao consumo. Entende-se por consumo, a utilização, Aplic., uso ou gasto de um bem ou serviço por um indivíduo, empresa ou setor público.		Obter retorno, a longo prazo, através da seleção de ações de setores da Bovespa que estejam ligados direta ou indiretamente aos setores prestadores de serviços financeiros.		Aplicar seus recursos preponderantemente em ações de empresas dos setores da Bovespa que estejam ligados direta ou indiretamente à infraestrutura.		Busca rentabilidade através do investimento preponderantemente em cotas de fundos de investimento em ações de empresas diretamente envolvidas na produção, extração e/ou comercialização de commodities.	
Classificação	Fundo de Ações		Fundo de Ações		Fundo de Ações		Fundo de Ações		Fundo de Ações	
Benchmark	IGC		bovespa Fecham.		bovespa Fecham.		BX		BX	
Taxa de Administração	0,90% a.a.		0,90% a.a.		0,90% a.a.		0,90% a.a.		0,90% a.a.	
Taxa de Performance	Não há		Não há		Não há		Não há		Não há	
Cotização / Liquidação	Aplic.: D0/D0 Resg.: D1/D4		Aplic.: D0/D0 Resg.: D1/D3		Aplic.: D0/D0 Resg.: D1/D3		Aplic.: D0/D0 Resg.: D1/D4		Aplic.: D0/D0 Resg.: D1/D4	
Data de Início	31/08/2008		20/01/2009		20/01/2009		23/03/2007		17/10/2008	
PL em R\$	226.219.193,44		4.747.943,54		4.043.240,91		177.660.379,48		13.257.927,61	

Disclaimer

As informações aqui contidas são de fontes públicas que consideramos confiáveis, porém não representam recomendações de negócios por parte do Itaú Unibanco S.A. nem de seus colaboradores. O Itaú Unibanco não garante a veracidade ou precisão das informações contidas neste material. Nosso objetivo ao transmitir estas informações é reafirmar nosso compromisso de oferecer o máximo em qualidade na administração dos recursos de nossos clientes e total transparência em nossas ações.

As projeções contidas neste material podem ser modificadas a qualquer momento em razão de alterações de qualquer dos fatores que compõem sua base de cálculo, bem como em função de mudanças no cenário econômico-financeiro. Todas as projeções foram elaboradas com base em probabilidades, levando-se em consideração as informações disponíveis até a presente data.

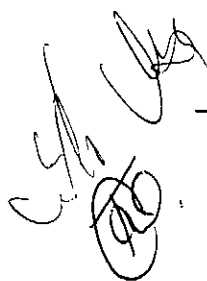
Eventuais simulações aqui apresentadas levam em consideração características específicas, de acordo com seus objetivos de investimento, situação financeira, necessidades específicas e demais informações prestadas ao Itaú Unibanco, razão pela qual o conteúdo deste material é estritamente confidencial e não deve ser publicado ou divulgado sem prévia e expressa autorização do Itaú Unibanco.

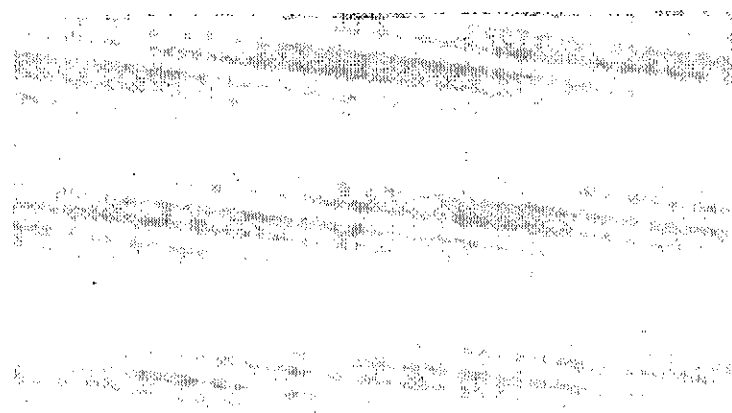
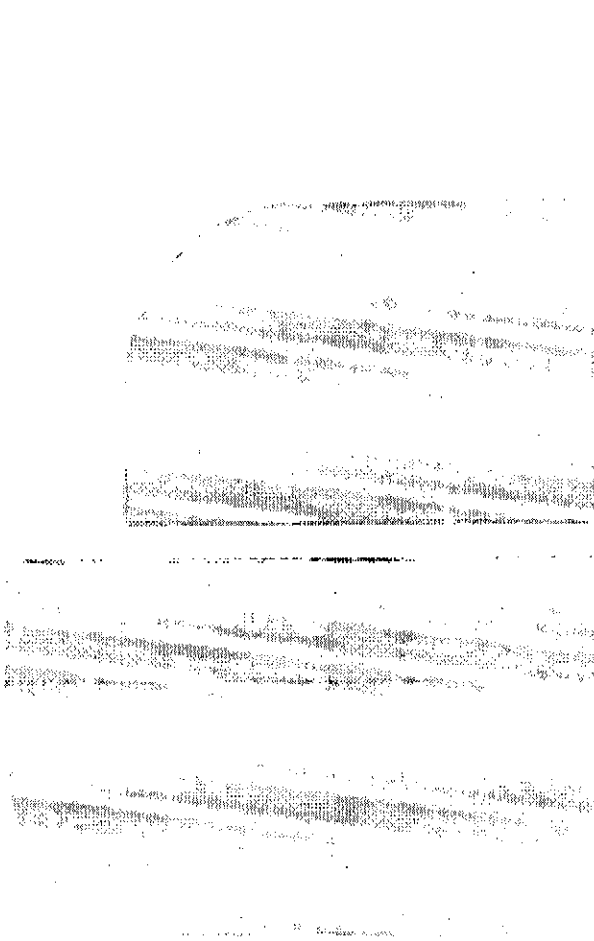
As classes de ativos eventualmente apresentadas neste estudo podem sofrer variações em seus preços e/ou valores. Os portfólios estão sujeitos a diversos fatores de risco que podem ocasionar perdas aos investidores.

Fundos de Investimento não contam com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As rentabilidades divulgadas não são líquidas de impostos. Os indicadores escolhidos são referências econômicas. Para avaliação da performance do fundo de investimento, é recomendável uma análise de, no mínimo, 12 (doze) meses.

Recomendamos que você avalie periodicamente o seu investimento, com o intuito de verificar se há necessidade de ser efetuada alguma modificação nos valores dos investimentos vigentes. Informações adicionais sobre os produtos aqui apresentados podem ser obtidas mediante consulta.

Dúvidas, reclamações e sugestões fale com o seu Gerente Institucional ou com a Área de Atendimento (11) 5029-2200. Se necessário, utilize o SAC Itaú 0800 728 0728, todos os dias, 24h, ou o Fale Conosco (www.itaubrasil.com.br). Se desejar a reavaliação da solução apresentada após utilizar esses canais, recorra à Ouvidoria Corporativa Itaú 0800 570 0011, dias úteis, das 9 às 18h, Caixa Postal nº 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala, 24 horas 0800 722 1722.







DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO

Através da presente, declaro (amos) expressamente que a Instituição Banco Itaú Unibanco S/A, CNPJ nº 60.701.190/0001-04, não está impedida de licitar e/ou contratar com a Administração Pública, em suas esferas federal, estadual e municipal, e não possui, em seu quadro de pessoal empregado ou associado menor de dezoito anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e/ou menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 27, inc. V, da Lei nº 8666/93 e art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

Declaro(amos) ainda que todo e qualquer fato que importe em modificação da situação ora declarada será imediatamente comunicado, por escrito, ao Instituto de Previdência Municipal de Fazenda Rio Grande - FAZPREV

Curitiba, 08 de novembro de 2012.

.....
Assinatura do representante legal

ADÃO CARLOS DE PAULA

.....
Nome do representante legal

Relatório De Acesso Público - Risco De Crédito

RELATÓRIO DE ACESSO PÚBLICO - RISCO DE CRÉDITO

ITAÚ UNIBANCO BANCO MÚLTIPLO S.A.

1. Objetivo

O presente documento tem por objetivo estabelecer os fundamentos associados à estrutura e ao processo de controle de risco de crédito adotados pelo Itaú Unibanco Holding S.A. (Itaú Unibanco) observando as melhores práticas e as normas e regulamentações aplicáveis. Este relatório é revisado e aprovado pelo Conselho de Administração do Itaú Unibanco.

2. Definição

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas em renegociações posteriores e aos custos de recuperação.

3. Diretrizes

- Assegurar que o Conselho de Administração estabeleça diretrizes e acompanhe as estratégias e políticas referentes ao risco de crédito, de modo que haja claro entendimento da tolerância para o risco e do nível de rentabilidade que o banco espera alcançar para incorrer nos diversos riscos de crédito.
- Monitorar os princípios de concessão de crédito verificando que os critérios sejam conhecidos, alinhados com o apetite a risco do banco e adequados do ponto de vista da complexidade dos produtos e dos riscos inerentes aos mercados em que atua.
- Manter processo de mensuração e acompanhamento do risco que permita quantificar, na precisão e periodicidade adequadas, o risco de crédito inerente a todos os produtos e atividades da empresa, as concentrações de carteira e impactos de mudanças potenciais no ambiente econômico.
- Assegurar que políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de crédito sejam claramente definidas, documentadas e aprovadas nas alçadas competentes.
- Promover o monitoramento contínuo da carteira do banco e das políticas e estratégias adotadas, reportando às alçadas competentes os indícios de deterioração da qualidade de operações e eventuais exceções às regras estabelecidas.
- Assegurar que a estrutura remuneratória adotada não incentive comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo adotadas pela instituição.

4. Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito

O controle dos riscos de crédito é realizado de forma centralizada, ao passo que a gestão do risco de crédito é de responsabilidade de cada unidade de negócio.

Controle Centralizado do Risco de Crédito

O controle centralizado do risco de crédito é realizado por uma área executiva independente responsável pelo controle riscos, segregada das unidades de negociação e da auditoria interna, conforme exigido pela regulamentação.

Gestão Descentralizada do Risco de Crédito A gestão do risco de crédito é responsabilidade de todas as unidades de negócio. São elas que, em suas operações diárias, assumem risco tendo em vista a rentabilidade dos seus negócios.

A estrutura de órgãos colegiados serve como fórum para dar transparência às atividades de controle e gestão. São eles: comitês, comissões superiores e comissões das unidades de negócio.

5. Papéis e responsabilidades

A descrição detalhada das comissões das unidades de negócio, bem como seus papéis e responsabilidades, encontram-se em circular complementar.

Área executiva independente responsável pelo controle de riscos

- Elaborar diretrizes corporativas de controle de risco de crédito.
- Definir o processo de desenvolvimento de modelos.
- Validar os modelos de crédito.
- Controlar e avaliar as alterações nas políticas de crédito.
- Avaliar o risco de crédito dos produtos.
- Acompanhar o desempenho das carteiras.
- Definir as regras e acompanhamento da Provisão para Devedores Duvidosos (PDD).
- Definir e dar publicidade da estrutura de gerenciamento de risco de crédito.
- Zelar pela adoção de políticas de remuneração que não incentivem comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo estabelecidas pela instituição.

Unidades de negócio expostas ao risco de crédito

- Elaborar e manter atualizadas, com revisão mínima anual, as políticas e procedimentos de crédito que aborem todo o ciclo de crédito (coleta de informações do cliente, pré-concessão, concessão, monitoramento, cobrança, recuperação e cessão de operações de crédito).
- Avaliar as operações sujeitas ao risco de crédito, levando em consideração as condições de mercado, as

perspectivas macroeconômicas, as mudanças em mercados e produtos e os efeitos de concentração setorial e geográfica.

- Definir e reportar os limites de crédito individuais de clientes junto aos gestores de acordo com a alçada pertinente.
- Submeter as novas políticas ou alterações à validação da área executiva independente responsável pelo controle de riscos.
- Manter a carteira administrada enquadrada dentro dos limites aprovados e justificar formalmente eventuais exceções à alçada competente.
- Realizar o controle das garantias e sua avaliação periódica.
- Nas unidades em que houver desenvolvimento de modelos, seguir o processo de desenvolvimento de modelos definido pela área executiva independente responsável pelo controle de riscos.
- Controlar e reportar a deterioração de uma contraparte ou grupo homogêneo de clientes.
- Manter profissionais tecnicamente qualificados em suas áreas de concessão de crédito e intermediação de títulos, valores mobiliários e derivativos.
- Armazenar documentos e informações referentes às perdas associadas ao risco de crédito, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito.
- Avaliar e aprovar operações nas alçadas delegadas pelas comissões de crédito.
- Realizar acompanhamento e monitoramento detalhado das carteiras sob sua responsabilidade, identificando indícios de deterioração da carteira.
- Garantir a disponibilidade e a qualidade das informações utilizadas nos processos de controle do risco de crédito.

Área executiva responsável por risco operacional e eficiência

- Realizar a análise técnica dos riscos e das oportunidades de melhoria, no que diz respeito à avaliação de novos produtos, novos negócios e produtos de crescimento acelerado;
- Verificar, anualmente, a adequação do sistema de controles internos e a realizar a revisão periódica do processo de risco de crédito para assegurar sua integridade, precisão, razoabilidade e aderência às diretrizes corporativas divulgadas pela área executiva independente responsável pelo controle de riscos.

Auditoria interna

- Efetuar verificações independentes e periódicas quanto à efetividade do processo de controle do risco de crédito, de acordo com as orientações do Comitê de Auditoria.

6. Processos de Controle de Risco de Crédito

As principais funções de controle são:

Elaboração das Diretrizes Corporativas de Controle de Risco de Crédito

Com o objetivo de uniformizar práticas e controles de crédito em todo o conglomerado, a área executiva independente responsável pelo controle de riscos publica diretrizes corporativas para nortear a definição dos procedimentos das áreas de negócio em temas sensíveis ao risco de crédito.

Desenvolvimento de Modelos

Os modelos são ferramentas de quantificação do risco. Procura-se através deles estimar o risco decorrente da concessão de crédito a determinados clientes e grupos financeiros.

Validação dos Modelos de Crédito

A validação dos modelos visa a comprovar a integridade e consistência das bases de dados utilizadas na construção dos modelos (Validação Qualitativa) e a adequação metodológica de estimação dos parâmetros (Validação Quantitativa). A finalidade é minimizar os riscos de modelagem e manter os modelos calibrados a fim de que reflitam com maior acurácia os parâmetros de risco.

Avaliação das Políticas de Crédito

Consiste em analisar o impacto em termos de retorno ajustado ao risco das alterações nas políticas de crédito, garantindo a aprovação na alçada estabelecida.

Avaliação do Cálculo dos Parâmetros de Risco e Retorno da Carteira (CEA e RAROC)

O Capital Econômico Alocado (CEA) corresponde ao valor do patrimônio destacado para cobrir perdas esperadas e não esperadas, sendo calculado levando em consideração a qualidade dos devedores, as concentrações existentes e as características das operações que compõem a carteira.

O RAROC (Risk Adjusted Return on Capital) indica se o resultado líquido gerado pelas operações de crédito supera o custo de oportunidade mínimo definido pelo Conselho de Administração e, portanto, se adiciona valor para a instituição.

Avaliação de Novos Produtos

A avaliação de novos produtos consiste na adequação das regras de provisão coerentemente com o risco e o ambiente legal e regulatório, avaliação da estimativa do cálculo de CEA e RAROC do produto.

Monitoramento Consolidado da Carteira

A avaliação do desempenho da carteira de crédito consiste em analisar todas as unidades de negócio do conglomerado no que diz respeito, por exemplo, a: variações no volume da carteira; qualidade do crédito e inadimplência; produção e performance da recuperação, avaliando em conjunto com as áreas de negócio sinais de anomalia que venham a ocorrer em determinada carteira de crédito. Tais análises e estudos visam a dar suporte para a tomada de decisão às unidades de negócio e ao comitê executivo e é realizada por meio de um conjunto de relatórios periódicos ou sob demanda em função de situações especiais de carteira ou mercado.

Definição de Regras e Acompanhamento da Provisão para Devedores Duvidosos (PDD)

A definição das regras para o cálculo da PDD é realizada de forma centralizada e aprovada pela Comissão Superior de Políticas Contábeis. Mensalmente a área de controle de risco acompanha as oscilações da PDD e sua situação em relação à perda esperada da carteira, realizando estudos e propondo alterações nas regras quando necessário.

Cálculo e Monitoramento do Patrimônio de Referência

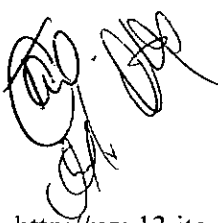
O Patrimônio de Referência (PR) é apurado pela área executiva independente responsável pelo controle de riscos em conformidade com as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil e avaliado trimestralmente nas reuniões de fechamento de balanço.

7. Medidas de Controle de Risco de Crédito

A mensuração e o controle do risco de crédito são realizados por meio de diversas métricas que contemplam tanto medidas estatísticas quanto de cenarização, dentre os quais, pode-se citar, sem prejuízo de outros:

- Capital econômico alocado para crédito.
- Testes de estresse.
- Valor principal ou nominal.
- Limite concedido.
- Limite disponível.
- Risco potencial de crédito decorrente de operações sujeitas às variações de mercado.
- Exposição máxima por segmento de carteira (EMSC).
- Indicadores de performance da carteira.

TOPO ↑





QUESTIONÁRIO PARA CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E
SIMILARES GESTORAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Razão Social	Itaú Unibanco S/A
Endereço	Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Olavo Setubal – Parque Jabaquara – CEP 04344-902 - São Paulo - SP
CNPJ	60.701.190/0001-04
Endereço na web	www.itauinstitucionais.com.br
Pessoa responsável	Adão Carlos de Paula
telefone	41 – 3219 3259 / 9967 0015

1 – Critério de Solidez

1.1 – Qual o Patrimônio Líquido da Instituição apresentado no último balanço?

RS 79,0 bi.

1.2 – Informe o resultado (lucro/prejuízo) dos últimos 05 (cinco) exercícios:

Resultado (Acumulado no Período) (Em R\$ Milhões)	Acumulado 2008	Acumulado 2009	Acumulado 2010	Acumulado 2011	Acumulado 2012
Lucro Líquido	7.803	10.067	13.323	14.621	10.102

1.3 – Possui clientes institucionais (Regimes Próprios de Previdência)? Quantos?
Relacionar os RPPS integrantes da carteira da instituição.

Sim. Mas em virtude do sigilo bancário não podemos fornecer relação de clientes em carteira.

1.4 - A Instituição possui Manual de *Compliance*? Anexar.

Sim. O manual de Compliance está dividido em políticas em nosso site de RI:
www.itauri.com.br.



1.5 - A Instituição possui manual de Risco? Anexar.

Sim, manual anexo.

1.6 - A Instituição possui Código de Ética? Anexar

Sim, código anexo.

1.7 – A Instituição possui Manual de Marcação a Mercado? Anexar

Sim, manual anexo.

1.8 - Utiliza *research* próprio ou de terceiros? Os relatórios abordando questões macro-econômicas são enviados aos clientes? Com que periodicidade?

Utilizamos *research* próprio conforme estrutura abaixo:

A área de pesquisa econômica do Itaú Asset Management possui 9 economistas que servem a estrutura do Itaú Asset como um todo e estão segmentados por país (Brasil, China, EUA) ou região (Europa). Em relação à pesquisa de empresas, existe uma área de *research* dedicada a área de Renda Variável e outra equipe dedicada a área do High Alpha.

A área de análise da Renda variável está dividida entre os 2 grupos de gestão: Renda Variável Brasil e Renda Variável LATAM, cada qual sendo composto por gestores e analistas.

A área de Renda Variável conta com 6 analistas e está dividida em 7 setores principais:

Commodities, Financeiro, Consumo, Infra-estrutura, Energia Elétrica, Telecom e Construção, assegurando ampla cobertura das ações e maior troca de informações. Há também 3 analistas de fundos internacionais (atualmente nos EUA, México e Chile) são também responsáveis por gerir as parcelas de ativos investidos em seus países de análise. Atualmente nossa equipe de *research* de renda variável cobre 250 empresas na América Latina, das quais 150 são companhias brasileiras. Os analistas mantêm contato constante e rigoroso com casas de corretagem externa, as quais ajudam a complementar o monitoramento interno. Já a estrutura do High Alpha possui 4 pessoas dedicadas ao *research*, o que permite um foco maior em análises específicas para os fundos Macro, Long and Short, Equity Hedge Advanced e Valor.

Além disso, utilizamos os serviços das principais instituições atuantes no mercado brasileiro, incluindo tanto instituições locais, quanto estrangeiras. No caso de investimentos em ações de outros países, tais como Chile e México, a gestão de renda variável do Itaú utiliza também corretoras locais. Importância da utilização destas fontes está em:



- Informações mais detalhadas e globais para cálculo de comparações;
- São formadoras de opinião;
- Monitoramento de consenso de mercado.

A equipe de análise, independente da mesa na qual está inserida, tem como base da sua política de investimento a análise fundamentalista, com mix entre top-down (análise econômica e política) e bottom-up (análise de empresas).

Os parâmetros da análise top-down são definidos especialmente pela área de Pesquisa

Econômica do Asset.

Top-down

_ Indica o grau de apostas das carteiras e orienta o approach setorial. Envolve a avaliação dos fatores que influenciam o risco-país.

Stock picking ou bottom-up

_ Seleção das ações com base no potencial de valorização calculado a partir de projeções de fluxos de caixa (DCF) e análise dos demais indicadores utilizados pelo mercado (EV/EBITDA, P/E, P/BV etc.).

_ Uso intenso da comparação com o valuation de empresas e ações semelhantes nos mercados desenvolvidos e concorrentes em relação aos fluxos dos investidores internacionais.

A construção do portfólio-base que serve de modelo para todos os fundos e carteiras é feita em conjunto pelos analistas e gestores, em reunião efetuada mensalmente. O processo de construção da carteira leva em conta:

_ Bottom-up: setores e empresas com maior potencial de valorização.

_ Análise integrada com abordagem top-down, para alinhar as opções de investimentos.

_ Simulação da carteira teórica no modelo de "fronteira eficiente" – desenvolvido internamente, com base no modelo de Markowitz e tomando como parâmetros os upside's calculados pelos analistas.

_ Inserção do portfólio-base no modelo, para medir a aderência à fronteira eficiente e permitir novas simulações.

Os relatórios são enviados aos clientes conforme periodicidade abaixo:



- Reuniões periódicas no escritório da entidade ou nas dependências da Itaú Asset Management com os gestores da carteira e/ou com um dos economistas.
- Conference calls disponíveis a qualquer momento, com agendamento prévio.
- Atendimento através da área de Distribuição Institucional com o acompanhamento de um Gerente de Investimentos e um assistente de investimentos além da mesa de atendimento que conta com quatro profissionais para movimentações, extratos, relatórios, etc.;
- Interface com outros prestadores de serviço (Contabilidade, avaliação de performance) contratados pela entidade;
- Relatório mensal (formato padrão Itaú Unibanco) contendo indicativo de mercado, análise econômica e análise dos resultados do fundo;
- Informativo Diário e Semanal de Mercado: com informações sucintas sobre mercado, economia e política;
- Cenário Econômico mensal com as projeções e considerações da pesquisa macro-econômica do Itaú Asset Management.

Sistema de Relatórios enviados aos clientes

- O Banco Itaú Unibanco S/A. disponibiliza aos seus clientes o acesso ao site www.itauinstitucionais.com.br, um canal eletrônico que permite ao cliente devidamente cadastrado e identificado através de login e senha pessoal, a realização de consultas ilimitadas a diversos relatórios. Por Exemplo: Composições das carteiras de investimentos, posições de fundos (extratos), rentabilidades, valores das cotas, contratos digitalizados, notas de corretagem (para as carteiras administradas).
- O sistema on-line permite aos nossos clientes colher as informações a qualquer momento. Relatórios mensais são fechados no início de cada mês dependendo da complexidade. Em breve, os arquivos XML estarão disponíveis nessa ferramenta.
- Em nosso site, exclusivo para clientes institucionais (www.itauinstitucionais.com.br) há uma área pública onde disponibilizamos a opinião dos nossos gestores, conjuntura semanal nacional e internacional e chats com diversas personalidades do meio econômico e político

1.9 - Relacionar os principais Fundos de Investimento administrados por essa



Instituição, que estejam adequados à legislação que regulamenta os investimentos dos recursos previdenciários dos Regimes Próprios de Previdência Social, informando o dispositivo da norma e o respectivo enquadramento dos limites de alocações, bem como, seus respectivos patrimônios, o *rating*, taxa de administração e *performance* e o *benchmark*. (No caso dos *ratings*, informar nota e agência).

Relação de fundos anexa.

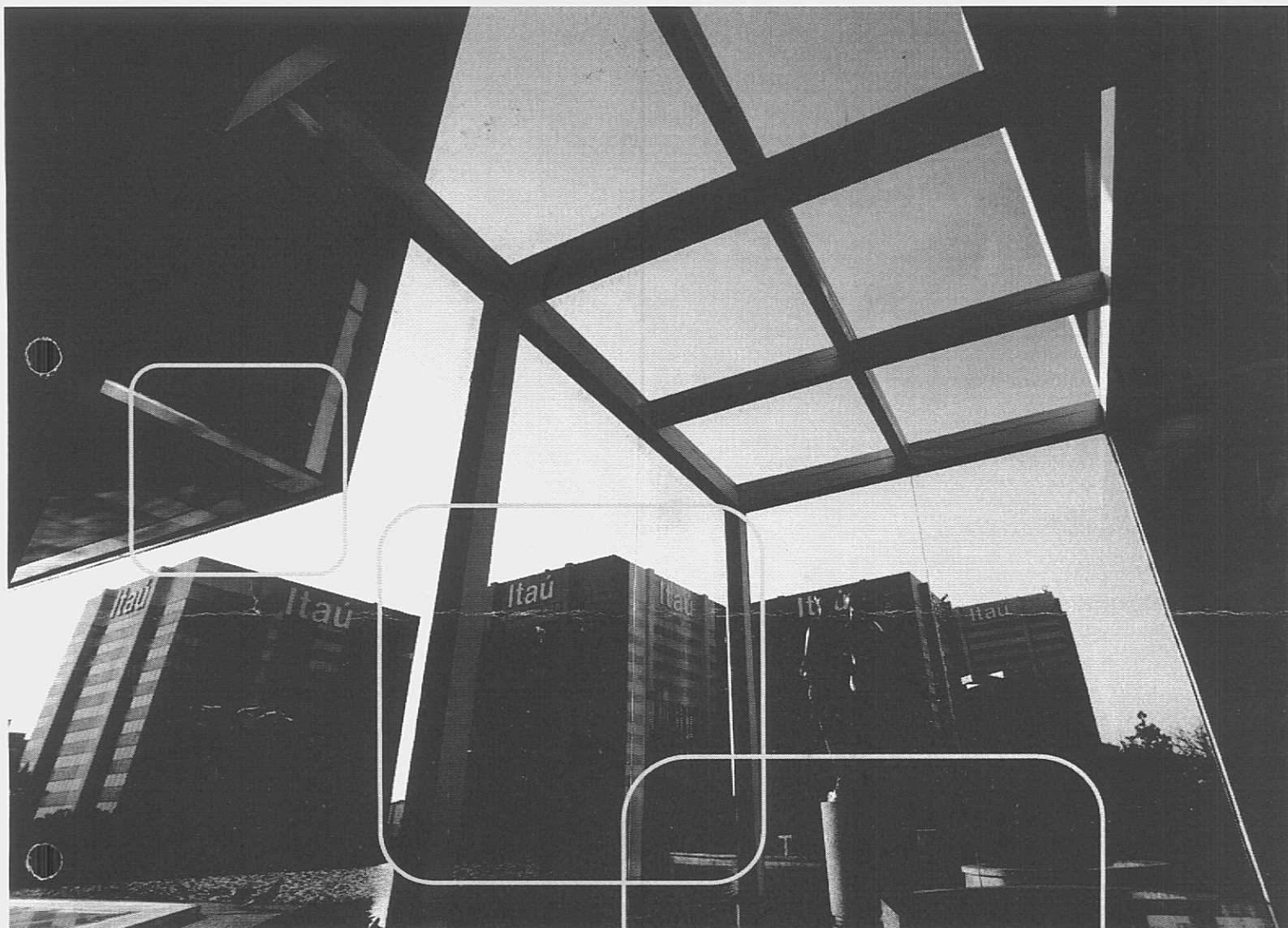
DECLARO para os devidos fins e efeitos legais que as informações acima prestadas são a expressão da verdade, exatas e inequívocas.

Curitiba, 08 de Novembro de 2012.

Assinatura do responsável.

Adão Carlos de Paula
Gerente Poder Público
003942620

6.4.1
6.4.2



**31 de Dezembro
de 2011**

**Demonstrações Contábeis
Completas**



Itaú Unibanco Holding S.A.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
 Balanço Patrimonial Consolidado (Nota 2a)
 (Em Milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE		622.747.887	564.401.807
DISPONIBILIDADES		10.633.082	10.096.540
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	4b e 6	113.645.149	85.662.014
Aplicações no Mercado Aberto		85.445.536	68.154.703
Aplicações no Mercado Aberto - Recursos Garantidores das Provisões Técnicas SUSEP	11b	2.816.013	3.191.812
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		25.383.600	14.315.499
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	4c, 4d e 7	147.704.470	155.987.247
Carteira Própria		46.765.192	32.938.921
Vinculados a Compromissos de Recompra		12.947.833	57.212.290
Vinculados a Prestação de Garantias		8.838.992	6.952.286
Vinculados ao Banco Central		9.781.464	2.901.030
Instrumentos Financeiros Derivativos		5.961.548	5.588.633
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - Cotas de Fundos de PGBL/VGBL	11b	57.733.857	46.050.748
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - Outros Títulos	11b	5.675.584	4.343.339
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		98.224.030	85.940.965
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		104.574	83.685
Depósitos no Banco Central		98.052.554	85.776.470
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		1.166	5.098
Correspondentes		35.047	75.712
Repasses Interfinanceiros		30.689	-
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		28.879	10.431
OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO E OUTROS CRÉDITOS	8	180.492.549	158.906.454
Operações com Características de Concessão de Crédito	4e	195.769.313	172.389.327
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	4f	(15.276.764)	(13.462.873)
OUTROS CRÉDITOS		68.547.960	64.455.717
Carteira de Câmbio	9	26.038.027	19.525.671
Rendas a Receber		1.266.414	1.092.219
Operações com Emissores de Cartão de Crédito	4e	18.408.662	18.060.924
Crédito com Operações de Seguros e Resseguros	4nl e 11b	3.589.696	3.035.835
Negociação e Intermediação de Valores		1.728.168	3.079.285
Diversos	13a	17.516.993	19.661.783
OUTROS VALORES E BENS	4g	3.471.768	3.342.439
Bens Não Destinados a Uso		138.389	150.349
(Provisões para Desvalorizações)		(49.011)	(69.182)
Prêmios Não Ganhos de Resseguros	4nl	552.950	424.362
Despesas Antecipadas	4g e 13b	2.829.440	2.836.910
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		216.674.506	176.062.251
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	4b e 6	2.436.840	696.707
Aplicações no Mercado Aberto		6	23.230
Aplicações no Mercado Aberto - Recursos Garantidores das Provisões Técnicas SUSEP	11b	-	154.125
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		2.436.834	519.352
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	4c, 4d e 7	40.175.954	30.575.168
Carteira Própria		22.040.083	15.705.664
Vinculados a Compromissos de Recompra		8.211.080	6.281.895
Vinculados a Prestação de Garantias		1.889.009	2.147.948
Vinculados ao Banco Central		349.291	147.149
Instrumentos Financeiros Derivativos		3.584.698	2.718.556
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - Outros Títulos	11b	4.101.793	3.573.956
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - SFH - Sistema Financeiro da Habitação		669.734	572.144
OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO E OUTROS CRÉDITOS	8	138.218.506	114.128.172
Operações com Características de Concessão de Crédito	4e	149.713.469	122.683.517
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	4f	(10.494.963)	(8.555.345)
OUTROS CRÉDITOS		32.888.824	29.105.844
Carteira de Câmbio	9	411.772	2.067.147
Diversos	13a	32.277.052	27.038.697
OUTROS VALORES E BENS - Despesas Antecipadas	4g e 13b	1.484.648	984.216
PERMANENTE		11.909.142	10.979.052
INVESTIMENTOS	4h e 15a II	2.716.641	3.249.788
Participações em Coligadas		1.684.423	2.058.988
Outros Investimentos		1.235.566	1.379.070
(Provisão para Perdas)		(203.348)	(188.270)
IMOBILIZADO DE USO	4i e 15b	5.286.998	4.723.791
Imóveis de Uso		3.453.180	3.291.742
Outras Imobilizações de Uso		8.561.880	7.998.898
(Depreciações Acumuladas)		(6.728.062)	(6.566.849)
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL	4j	-	3.999
Bens Arrendados		-	18.553
(Depreciações Acumuladas)		-	(14.554)
ÁGIO	4k e 15b	95.691	67.617
INTANGÍVEL	4l e 15b	3.809.812	2.933.857
Direitos Por Aquisição Folhas de Pagamento		1.647.548	2.414.697
Outros Ativos Intangíveis		3.876.786	2.456.976
(Amortização Acumulada)		(1.714.522)	(1.937.818)
TOTAL DO ATIVO		851.331.535	751.443.110

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

PASSIVO	NOTA	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE		421.618.311	400.664.566
DEPÓSITOS	4b e 10b	159.455.538	139.548.607
Depósitos a Vista		28.932.523	25.537.134
Depósitos de Poupança		67.169.544	57.899.455
Depósitos Interfinanceiros		1.793.508	1.663.821
Depósitos a Prazo		61.559.963	53.522.521
Outros Depósitos		-	905.676
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	4b e 10c	81.813.398	122.444.995
Carteira Própria		43.471.088	98.424.824
Carteira de Terceiros		36.537.645	23.069.503
Carteira Livre Movimentação		1.804.665	950.668
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	4b e 10d	29.459.349	14.581.772
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		18.474.079	10.967.302
Recursos de Debêntures		1.038.733	292.676
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		9.946.537	3.321.794
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		120.726	411.902
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		67.554	288.302
Correspondentes		53.172	123.600
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		3.927.461	3.256.170
Recursos em Trânsito de Terceiros		3.857.437	3.221.184
Transferências Internas de Recursos		70.024	34.986
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	4b e 10e	29.009.787	21.777.965
Empréstimos		17.972.358	12.009.163
Repasse		11.037.429	9.768.802
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	4d e 7h	4.139.099	3.979.057
PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO	4n II e 11a	10.470.320	9.269.146
OUTRAS OBRIGAÇÕES		103.222.633	85.394.952
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		855.975	694.359
Carteira de Câmbio	9	25.751.044	19.927.459
Sociais e Estatutárias	16b II	2.976.200	4.462.534
Fiscais e Previdenciárias	4o, 4p e 14c	7.051.103	8.937.165
Negociação e Intermediação de Valores		2.503.701	3.099.347
Operações com Cartões de Crédito	4e	41.178.016	36.851.682
Dívidas Subordinadas	10f	10.715.074	976.930
Diversas	13c	12.191.520	10.445.476
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		355.390.776	285.621.231
DEPÓSITOS	4b e 10b	83.180.884	63.139.450
Depósitos Interfinanceiros		272.115	245.596
Depósitos a Prazo		82.908.769	62.893.854
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	4b e 10c	107.005.139	77.211.358
Carteira Própria		92.576.432	66.471.552
Carteira Livre Movimentação		14.428.707	10.739.806
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	4b e 10d	22.097.865	11.009.947
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		15.113.364	3.310.387
Recursos de Debêntures		63	1.091.417
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		6.984.438	6.608.143
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	4b e 10e	27.592.273	25.559.999
Empréstimos		3.170.360	3.639.691
Repasse		24.421.913	21.920.308
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	4d e 7h	2.668.217	1.725.778
PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO	4n II e 11a	63.284.144	51.281.621
OUTRAS OBRIGAÇÕES		49.562.254	55.693.078
Carteira de Câmbio	9	430.526	2.107.495
Fiscais e Previdenciárias	4o, 4p e 14c	12.973.003	13.429.083
Operações com Cartões de Crédito		-	23.151
Dívidas Subordinadas	10f	28.259.410	32.852.941
Diversas	13c	7.899.315	7.280.408
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	4q	836.211	765.865
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS NAS SUBSIDIÁRIAS	16e	2.138.904	3.512.903
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	71.347.333	60.878.545
Capital Social		45.000.000	45.000.000
Reservas de Capital		763.413	594.734
Reservas de Lucros		27.386.624	15.895.260
Ajustes de Avaliação Patrimonial	4c, 4d e 7d	(139.142)	17.128
(Ações em Tesouraria)		(1.663.562)	(628.577)
TOTAL DO PASSIVO		851.331.535	751.443.110

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração do Resultado Consolidado (Nota 2a)
(Em Milhares de Reais)

	NOTA	2º Semestre 2011	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		55.556.501	101.366.445	79.626.922
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos		31.147.110	59.102.824	51.314.622
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		15.365.896	26.060.595	18.714.020
Receitas Financeiras das Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	11c	3.334.178	5.929.625	4.512.672
Resultado de Operações de Câmbio		796.270	914.047	979.912
Resultado das Aplicações Compulsórias		4.913.047	9.359.354	4.105.696
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(32.613.265)	(54.107.439)	(34.979.324)
Operações de Captação no Mercado		(27.626.657)	(46.249.862)	(30.082.387)
Despesas Financeiras de Provisões Técnicas de Previdência e Capitalização	11c	(2.924.624)	(5.239.459)	(3.928.147)
Operações de Empréstimos e Repasses		(2.061.984)	(2.618.118)	(968.790)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA ANTES DOS CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA		22.943.236	47.259.006	44.647.598
RESULTADO DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	8d I	(7.536.189)	(14.423.754)	(9.911.355)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(10.424.778)	(19.911.948)	(14.120.560)
Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		2.888.589	5.488.194	4.209.205
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		15.407.047	32.835.252	34.736.243
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(7.159.381)	(14.545.854)	(14.480.968)
Receitas de Prestação de Serviços	13d	7.250.746	13.912.326	12.340.783
Administração de Recursos		1.332.961	2.607.734	2.486.010
Serviços de Conta Corrente		343.215	675.646	582.922
Cartões de Crédito		3.233.170	6.111.133	5.284.056
Operações de Crédito e Garantias Prestadas		926.109	1.761.944	1.460.334
Serviços de Recebimentos		701.857	1.332.789	1.324.525
Outros		713.434	1.423.080	1.202.936
Rendas de Tarifas Bancárias	13e	2.657.255	5.135.371	4.759.871
Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	11c	1.500.071	2.714.409	2.099.884
Despesas de Pessoal	13f	(6.778.573)	(13.356.634)	(12.451.571)
Outras Despesas Administrativas	13g	(7.417.370)	(14.099.747)	(13.597.894)
Despesas Tributárias	4p e 14a II	(1.932.351)	(4.091.978)	(4.168.422)
Resultado de Participações em Coligadas e Outros Investimentos	15a III	82.567	39.497	423.093
Outras Receitas Operacionais	13h	187.006	392.528	528.633
Outras Despesas Operacionais	13i	(2.708.732)	(5.191.626)	(4.415.345)
RESULTADO OPERACIONAL		8.247.666	18.289.398	20.255.275
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		63.899	191.390	80.594
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		8.311.565	18.480.788	20.335.869
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	4p e 14a I	(313.498)	(2.855.428)	(5.886.043)
Devidos sobre Operações do Período		(3.195.510)	(7.029.598)	(4.127.657)
Referentes a Diferenças Temporárias		2.882.012	4.174.170	(1.758.386)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO - Administradores - Estatutárias - Lei nº 6.404 de 15/12/1976		(85.399)	(191.923)	(260.940)
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS NAS SUBSIDIÁRIAS	16e	(424.555)	(812.816)	(865.923)
LUCRO LÍQUIDO		7.488.113	14.620.621	13.322.963
MÉDIA PONDERADA DA QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO			4.529.310.833	4.536.069.092
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$			3,23	2,94
VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO - R\$ (EM CIRCULAÇÃO EM 31/12)			15,81	13,40
EXCLUSÃO DOS EFEITOS NÃO RECORRENTES	2a e 22k		20.369	(300.315)
LUCRO LÍQUIDO SEM OS EFEITOS NÃO RECORRENTES			14.640.990	13.022.648
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$			3,23	2,87

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	NOTA	2º Semestre 2011	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		18.140.316	38.557.686	34.421.299
Lucro Líquido		7.488.113	14.620.621	13.322.963
Ajustes ao Lucro Líquido:		10.652.203	23.937.065	21.098.336
Opções de Outorgas Reconhecidas		82.551	162.663	131.660
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/ Passivos)	7i	1.142.063	1.605.804	(658.631)
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(2.395.589)	(2.167.626)	629.288
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		10.424.778	19.911.948	14.120.560
Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		2.788.405	4.345.353	2.619.814
Despesa de Juros de Operações com Debêntures		100.808	165.306	224.058
Despesas Financeiras Provisões Técnicas de Previdência e Capitalização		2.924.624	5.239.459	3.928.147
Depreciações e Amortizações	15b	1.098.801	2.166.563	2.137.276
Ajuste de Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias		526.635	866.756	(1.469.652)
Ajuste de Provisão de Passivos Contingentes		173.947	228.499	1.213.319
Tributos Diferidos		(2.882.012)	(4.174.170)	1.758.386
Resultado de Participações em Coligadas e Outros Investimentos	15a III	(82.567)	(39.497)	(423.093)
Receita de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda		(2.891.412)	(3.744.181)	(2.893.857)
Receita de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento		(223.938)	(407.973)	(444.589)
(Ganho) Perda na Alienação de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	7f	(75.821)	(301.358)	(558.920)
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos		(323.512)	(521.932)	(183.672)
(Ganho) Perda na Alienação de Bens não de Uso Próprio		(43.876)	(42.507)	(34.279)
(Ganho) Perda na Alienação do Imobilizado		7.540	(44.074)	7.585
(Ganho) Perda nos Distratos de Operações Intangíveis		(43.616)	(44.418)	(55.625)
Resultado dos Acionistas Minoritários		424.555	812.816	865.923
Outros		(80.161)	(80.366)	184.638
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES		(818.430)	(33.131.331)	(62.513.317)
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(4.093.285)	(31.657.183)	26.549.860
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(649.548)	1.792.629	(64.219.394)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		(6.213.568)	(12.276.084)	(71.907.716)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos/Passivos)		(934.820)	257.096	548.265
(Aumento) Redução em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos		(36.970.340)	(66.630.980)	(66.776.695)
(Aumento) Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens		838.617	1.155.240	(2.899.951)
(Aumento) Redução em Operações da Carteira de Câmbio e Negociação e Intermediação de Valores		(674.306)	45.106	(251.211)
(Redução) Aumento em Depósitos		33.722.208	39.948.365	11.972.027
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto		(9.045.280)	(10.837.816)	67.712.790
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos		19.263.373	26.310.792	9.679.627
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses		3.655.113	9.264.096	12.702.151
(Redução) Aumento em Operações com Cartões de Crédito (Ativos/Passivos)		4.613.551	3.955.445	3.262.420
(Redução) Aumento em Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização		4.073.601	7.281.789	5.871.963
(Redução) Aumento em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		(8.529.489)	161.616	226.054
(Redução) Aumento em Outras Obrigações		1.959.065	2.037.189	7.816.056
(Redução) Aumento em Resultado de Exercícios Futuros		7.497	70.346	313.283
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(1.840.819)	(4.008.977)	(3.112.846)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		17.321.886	5.426.355	(28.092.018)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos de Coligadas		54.855	70.321	89.372
Recursos da Venda de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda		12.475.188	34.221.963	17.891.819
Recursos do Resgate de Títulos Valores Mobiliários Mantidos Até o Vencimento		478.742	814.258	286.604
Alienação de Bens não de Uso Próprio		76.568	146.044	369.483
Alienação de Investimentos		412.314	696.630	233.694
Alienação de Imobilizado de Uso		70.841	184.471	70.326
Distrato de Contratos do Intangível		178.425	184.048	145.473
Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda		(16.954.383)	(33.599.564)	(17.030.846)
Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários Mantidos até o Vencimento		(218.300)	(341.300)	(582.120)
Aquisição de Investimentos		(10.126)	(20.994)	(229.487)
Aquisição de Imobilizado de Uso	15b	(1.198.155)	(1.902.929)	(1.923.132)
Aquisição de Intangível	15b	(1.275.513)	(2.008.056)	(649.647)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(5.909.544)	(1.555.108)	(1.328.461)
Captação de Obrigações por Dívida Subordinada		2.626.925	8.850.750	9.352.093
Resgate de Obrigações por Dívida Subordinada		(3.651.339)	(8.051.490)	(180.252)
Resgate de Obrigações por Debêntures		(103.724)	(510.603)	(1.604.242)
Variação da Participação dos Acionistas Minoritários	16e	(1.257.996)	(1.522.343)	12.320
Outorga de Opções de Ações		198.367	353.036	406.084
Aquisições de Ações para Tesouraria		(744.647)	(1.302.638)	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas Minoritários		(337.121)	(664.472)	(727.591)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(1.547.736)	(4.588.486)	(4.315.488)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(4.817.271)	(7.436.246)	2.942.924
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		6.595.071	(3.564.999)	(26.477.555)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		28.626.235	39.014.268	66.121.111
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		2.395.589	2.167.626	(629.288)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4a e 5	37.616.895	37.616.895	39.014.268

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado

(Em Milhares de Reais)

	NOTA	2º Semestre 2011	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
RECEITAS		59.662.036	109.288.715	89.525.332
Intermediação Financeira		55.556.504	101.366.445	79.626.922
Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		9.908.001	19.047.697	17.100.654
Resultado das Operações com Seguros, Previdência e Capitalização		1.500.071	2.714.409	2.099.884
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	8d	(7.536.189)	(14.423.754)	(9.911.355)
Outras		233.649	583.918	609.227
DESPESAS		(35.304.739)	(59.299.065)	(39.394.669)
Intermediação Financeira		(32.613.266)	(54.107.439)	(34.979.324)
Outras		(2.691.473)	(5.191.626)	(4.415.345)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(6.210.738)	(11.764.138)	(11.405.491)
Materiais, Energia e Outros	13g	(240.880)	(459.891)	(456.022)
Serviços de Terceiros	13g	(1.740.025)	(3.265.955)	(2.872.258)
Outras		(4.229.833)	(8.038.292)	(8.077.211)
Processamento de Dados e Telecomunicações	13g	(1.757.043)	(3.494.837)	(3.278.980)
Propaganda, Promoções e Publicações	13g	(519.776)	(956.725)	(1.129.235)
Instalações		(858.404)	(1.432.045)	(1.564.358)
Transportes	13g	(300.322)	(583.074)	(595.708)
Segurança	13g	(241.995)	(482.164)	(450.656)
Viagens	13g	(102.423)	(188.915)	(166.925)
Outras		(449.870)	(900.532)	(891.349)
VALOR ADICIONADO BRUTO		18.146.559	38.225.512	38.725.172
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	13g	(736.995)	(1.419.141)	(1.355.070)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		17.409.564	36.806.371	37.370.102
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	15a III	82.566	39.497	423.093
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		17.492.130	36.845.868	37.793.195
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		17.492.130	36.845.868	37.793.195
Pessoal		6.062.382	11.997.794	11.202.027
Remuneração Direta		4.738.755	9.485.138	8.738.556
Benefícios		986.691	1.865.882	1.898.619
F.G.T.S.		336.936	646.774	564.852
Impostos, Taxas e Contribuições		3.047.439	8.498.169	11.564.949
Federais		2.681.903	7.776.266	10.934.189
Estaduais		7.528	8.508	2.525
Municipais		358.008	713.395	628.235
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		469.641	916.468	837.333
Remuneração de Capitais Próprios		7.912.668	15.433.437	14.188.886
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		1.652.749	3.207.100	4.482.550
Lucros Retidos/(Prejuízo) do Período		5.835.364	11.413.521	8.840.413
Participação dos não-controladores nos Lucros Retidos		424.555	812.816	865.923

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Balanco Patrimonial

(Em Milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2011	31/12/2010
CIRCULANTE		28.646.456	3.792.477
DISPONIBILIDADES		7.833	1.940
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	4b e 6	26.302.382	192.959
Aplicações no Mercado Aberto		454.176	192.959
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		25.848.206	-
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	4c, 4d e 7	13.631	33.489
Carteira Própria		7.837	28.299
Vinculados a Prestação de Garantias		5.794	5.190
OUTROS CRÉDITOS		2.318.501	3.559.575
Rendas a Receber	15a I	1.959.278	3.067.840
Diversos	13a	359.223	491.735
OUTROS VALORES E BENS - Despesas Antecipadas	4g	4.109	4.514
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		6.097.851	14.428.183
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ - Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4b e 6	5.794.144	14.176.842
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	4c, 4d e 7	-	6.387
Carteira Própria		-	13
Vinculados a Prestação de Garantias		-	6.374
OUTROS CRÉDITOS - Diversos	13a	303.707	244.954
PERMANENTE		56.308.737	63.030.639
INVESTIMENTOS		56.308.494	63.030.331
Participações em Controladas	4h e 15a I	56.308.494	63.029.924
Outros		-	407
IMOBILIZADO DE USO	4i	243	308
TOTAL DO ATIVO		91.053.044	81.251.299
PASSIVO			
CIRCULANTE		6.226.283	2.856.800
DEPÓSITOS - Depósitos Interfinanceiros	4b e 10b	4.832.444	-
RECURSOS DE ACEITE E EMISSÃO DE TÍTULOS	4b e 10d	5.542	5.542
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	4d e 7h	-	2.717
OUTRAS OBRIGAÇÕES		1.388.297	2.848.541
Sociais e Estatutárias	16b II	1.288.091	2.704.993
Fiscais e Previdenciárias	4o, 4p e 14c	4.996	25.060
Dividas Subordinadas	10f	85.715	47.890
Diversas	13c	9.495	70.598
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		6.443.608	7.749.709
DEPÓSITOS - Depósitos Interfinanceiros	4b e 10b	-	3.344.008
RECURSOS DE ACEITE E EMISSÃO DE TÍTULOS	4b e 10d	500.000	500.000
OUTRAS OBRIGAÇÕES		5.943.608	3.905.701
Fiscais e Previdenciárias	4o, 4p e 14c	816.111	576.158
Dividas Subordinadas	10f	5.111.734	3.304.889
Diversas	13c	15.763	24.654
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	78.383.153	70.644.790
Capital Social		45.000.000	45.000.000
Reservas de Capital		763.413	594.734
Reservas de Lucros		34.422.444	25.661.505
Ajustes de Avaliação Patrimonial	4c, 4d e 7d	(139.142)	17.128
(Ações em Tesouraria)		(1.663.562)	(628.577)
TOTAL DO PASSIVO		91.053.044	81.251.299

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

Demonstração do Resultado

(Em Milhares de Reais)

	NOTA	2º Semestre 2011	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.603.318	2.608.483	1.021.447
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		1.603.318	2.608.483	1.021.447
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(427.559)	(753.200)	(376.032)
Operações de Captação no Mercado		(427.559)	(753.200)	(376.032)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.175.759	1.855.283	645.415
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		5.336.102	9.830.784	9.557.780
Despesas de Pessoal		(97.414)	(190.128)	(163.300)
Outras Despesas Administrativas		(20.231)	(43.523)	(64.946)
Despesas Tributárias	14a II	(54.411)	(185.652)	(177.081)
Resultado de Participações em Controladas	15a I	5.538.061	10.293.030	10.048.503
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(29.903)	(42.943)	(85.396)
RESULTADO OPERACIONAL		6.511.861	11.686.067	10.203.195
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		19.753	28.868	9.763
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		6.531.614	11.714.935	10.212.958
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	4p	(409.816)	178.218	64.314
Devidos sobre Operações do Período		68.784	73.198	(13.364)
Referentes a Diferenças Temporárias		(478.600)	105.020	77.678
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO - Administradores - Estatutárias - Lei nº 6.404 de 15/12/1976		(1.227)	(2.957)	(5.257)
LUCRO LÍQUIDO		6.120.571	11.890.196	10.272.015
MÉDIA PONDERADA DA QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO			4.529.310.833	4.536.069.092
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$			2,63	2,26
VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO - R\$ (EM CIRCULAÇÃO EM 31/12)			17,37	15,55
EXCLUSÃO DOS EFEITOS NÃO RECORRENTES	2a e 22k		20.369	(300.315)
LUCRO LÍQUIDO SEM OS EFEITOS NÃO RECORRENTES			11.910.565	9.971.700
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$			2,63	2,20

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 16)
(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 7d)	Lucros Acumulados	(Ações em Tesouraria)	Total
SALDOS EM 01/07/2011	45.000.000	619.297	29.946.904	(32.044)	-	(1.048.000)	74.486.157
Aquisições de Ações para Tesouraria	-	-	-	-	-	(744.647)	(744.647)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	61.565	7.718	-	-	129.085	198.368
Outorga de Opções Reconhecidas	-	82.551	-	-	-	-	82.551
Variação do Ajuste a Valor de Mercado	-	-	-	(107.098)	-	-	(107.098)
Lucro Líquido	-	-	-	-	6.120.571	-	6.120.571
Destinações:							
Reserva Legal	-	-	306.029	-	(306.029)	-	-
Reservas Estatutárias	-	-	2.314.870	-	(2.314.870)	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	1.846.923	-	(3.499.672)	-	(1.652.749)
SALDOS EM 31/12/2011	45.000.000	763.413	34.422.444	(139.142)	-	(1.663.562)	78.383.153
MUTAÇÕES NO PERÍODO	-	144.116	4.475.540	(107.098)	-	(615.562)	3.896.996
SALDOS EM 01/01/2010	45.000.000	640.759	18.771.151	120.031	-	(1.031.327)	63.500.614
Benefícios a Empregados - Deliberação CVM nº 600, de 07/10/2009 (Nota 19)	-	-	924.424	-	-	-	924.424
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	(91.313)	94.647	-	-	402.750	406.084
Outorga de Opções Reconhecidas	-	45.288	86.372	-	-	-	131.660
Variação do Ajuste a Valor de Mercado	-	-	(3.934)	(102.903)	-	-	(106.837)
Complemento de Juros sobre o Capital Próprio Pagos em 01/03/2010 - Exercício 2009	-	-	(620)	-	-	-	(620)
Lucro Líquido	-	-	-	-	10.272.015	-	10.272.015
Destinações:							
Reserva Legal	-	-	513.601	-	(513.601)	-	-
Realização da Reserva de Lucros a Realizar	-	-	(357.931)	-	357.931	-	-
Reservas Estatutárias	-	-	5.633.795	-	(5.633.795)	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(4.482.550)	-	(4.482.550)
SALDOS EM 31/12/2010	45.000.000	594.734	25.661.505	17.128	-	(628.577)	70.644.790
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	-	(46.025)	6.890.354	(102.903)	-	402.750	7.144.176
SALDOS EM 01/01/2011	45.000.000	594.734	25.661.505	17.128	-	(628.577)	70.644.790
Aquisições de Ações para Tesouraria	-	-	-	-	-	(1.302.638)	(1.302.638)
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	-	6.016	79.367	-	-	267.653	353.036
Outorga de Opções Reconhecidas	-	162.663	-	-	-	-	162.663
Variação do Ajuste a Valor de Mercado	-	-	-	(156.270)	-	-	(156.270)
Complemento de Juros sobre o Capital Próprio Pagos em 17/03/2011 - Exercício 2010	-	-	(1.524)	-	-	-	(1.524)
Lucro Líquido	-	-	-	-	11.890.196	-	11.890.196
Destinações:							
Reserva Legal	-	-	594.510	-	(594.510)	-	-
Reservas Estatutárias	-	-	6.241.663	-	(6.241.663)	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	-	1.846.923	-	(5.054.023)	-	(3.207.100)
SALDOS EM 31/12/2011	45.000.000	763.413	34.422.444	(139.142)	-	(1.663.562)	78.383.153
MUTAÇÕES NO EXERCÍCIO	-	168.679	8.760.939	(156.270)	-	(1.034.985)	7.738.363

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
 Demonstração dos Fluxos de Caixa
 (Em Milhares de Reais)

	NOTA	2º Semestre 2011	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) AJUSTADO		1.965.653	2.384.283	338.123
Lucro Líquido		6.120.571	11.890.196	10.272.015
Ajustes ao Lucro Líquido:		(4.154.918)	(9.505.913)	(9.933.892)
Outorga de Opções Reconhecidas		82.551	162.663	131.660
Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada		807.789	685.666	-
Tributos Diferidos		478.600	(105.020)	(77.678)
Resultado de Participações em Controladas	15a I	(5.538.061)	(10.293.030)	(10.048.503)
Amortização de Agio		28.872	57.745	57.746
(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos		(12.456)	(12.456)	-
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(2.258)	(1.574)	2.774
Outros		45	93	109
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES		(264.620)	291.899	322.757
(Aumento) Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens		(43.551)	179.044	146.500
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(220.840)	113.084	176.257
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		(229)	(229)	-
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.701.033	2.676.182	660.880
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos		1.047.764	14.047.324	4.383.005
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(1.120.197)	(17.465.508)	(7.251.881)
(Aumento) Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos/Passivos)		211	23.944	(11.566)
(Aquisição) Alienação de Investimentos		11.776	3.874.270	-
(Aquisição) Alienação de Imobilizado de Uso		(9)	(28)	(60)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(60.455)	480.002	(2.880.502)
Aumento (Redução) em Depósitos		820.221	1.488.436	2.444.784
Captação de Obrigações por Dívida Subordinada		236.025	1.406.850	3.352.779
Resgate de Obrigações por Dívida Subordinada		(170.336)	(247.846)	-
(Aumento) Redução em Recursos por Emissão de Títulos		-	-	505.542
Outorga de Opções de Ações		198.367	353.036	406.084
Aquisições de Ações para Tesouraria		(744.647)	(1.302.638)	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(1.547.736)	(4.588.486)	(4.315.488)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(1.208.106)	(2.890.648)	2.393.701
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		432.472	265.536	174.079
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		27.279	194.899	23.594
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		2.258	1.574	(2.774)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4a e 5	462.009	462.009	194.899

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
 Demonstração do Valor Adicionado
 (Em Milhares de Reais)

	NOTA	2º Semestre 2011	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
RECEITAS		1.603.318	2.777.631	1.051.877
Intermediação Financeira		1.603.318	2.608.483	1.021.447
Outras		-	169.148	30.430
DESPESAS		(838.280)	(753.200)	(376.032)
Intermediação Financeira		(427.558)	(753.200)	(376.032)
Outras		(410.722)	-	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(19.996)	(43.048)	(75.948)
Serviços de Terceiros		(11.386)	(21.438)	(26.782)
Propaganda, Promoções e Publicações		(406)	(634)	(1.643)
Despesas com Serviços do Sistema Financeiro		(3.637)	(6.593)	(17.752)
Seguros		(1.715)	(4.850)	(6.219)
Outras		(2.852)	(9.533)	(23.552)
VALOR ADICIONADO BRUTO		745.042	1.981.383	599.897
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO		(46)	(93)	(109)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		744.996	1.981.290	599.788
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	15a I	5.538.060	10.293.030	10.048.503
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		6.283.056	12.274.320	10.648.291
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		6.283.056	12.274.320	10.648.291
Pessoal		96.807	189.230	165.068
Remuneração Direta		95.645	186.088	160.944
Benefícios		690	1.920	2.726
F.G.T.S.		472	1.222	1.398
Impostos, Taxas e Contribuições		65.490	194.512	210.519
Federais		65.488	194.486	210.458
Municipais		2	26	61
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		188	382	689
Remuneração de Capitais Próprios		6.120.571	11.890.196	10.272.015
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio		1.652.749	3.207.100	4.482.550
Lucros Retidos/(Prejuízo) do Período		4.467.822	8.683.096	5.789.465

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 01/01 A 31/12 DE 2011 E 2010
(Em Milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Itaú Unibanco Holding S.A. (ITAÚ UNIBANCO HOLDING) é uma sociedade anônima de capital aberto que, em conjunto com empresas coligadas e controladas, atua no Brasil e no exterior, na atividade bancária em todas as modalidades através de suas carteiras: comercial, de investimento, de crédito imobiliário, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive as de operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se as de Seguros, Previdência Privada, Capitalização, Corretagem de Títulos e Valores Mobiliários e Administração de Cartões de Crédito, Consórcios, Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas Controladas (ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO) foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do BACEN, do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), que incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões.

A fim de possibilitar adequada análise do Lucro Líquido é apresentado logo abaixo à Demonstração de Resultado Consolidado o "Lucro Líquido Sem os Efeitos não Recorrentes", destacando-se esse efeito numa única rubrica denominada "Exclusão dos Efeitos não Recorrentes" (Nota 22k).

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 4c) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independente de suas datas de vencimentos.

As Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro são apresentadas a valor presente no Balanço Patrimonial, e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas agrupadas na rubrica Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos da Demonstração do Resultado. As Operações de Adiantamento sobre Contratos de Câmbio são reclassificadas de Outras Obrigações – Carteira de Câmbio para Operações de Crédito. O resultado de Câmbio é apresentado de forma ajustada, com a reclassificação de despesas e receitas, de maneira a representar exclusivamente a variação e diferenças de taxas incidentes sobre as contas patrimoniais representativas de moedas estrangeiras.

b) Consolidação

Conforme determinado no parágrafo 1º, do artigo 2º, da Circular nº 2.804, de 11/02/1998, do BACEN, as demonstrações contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING abrangem a consolidação de suas dependências no exterior.

Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações, entre as empresas consolidadas, são eliminados. Estão consolidados os Fundos de Investimentos Exclusivos de aplicação de empresas consolidadas. Os títulos e aplicações pertencentes às carteiras desses fundos estão classificados por tipo de operação e foram distribuídos por tipo de papel, nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados. Os efeitos da Variação Cambial sobre os investimentos no exterior estão apresentados na rubrica de resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos na Demonstração do Resultado.

A diferença no Lucro Líquido e Patrimônio Líquido entre ITAÚ UNIBANCO HOLDING e ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO (Nota 16d) resulta da adoção de critérios distintos na amortização de ágios originados nas aquisições de investimentos, líquidos dos respectivos créditos tributários.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, os ágios registrados em controladas, originados substancialmente da associação ITAÚ UNIBANCO são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura e em laudos de avaliação ou pela realização dos investimentos, conforme normas e orientações do CMN e do BACEN.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO, esses ágios foram integralmente amortizados até 31/12/2009 nos períodos em que ocorreram os investimentos, de modo a: a) permitir melhor comparabilidade com demonstrações contábeis consolidadas de períodos anteriores; e b) possibilitar a avaliação do Resultado e do Patrimônio Líquido pela utilização de critérios conservadores.

A partir de 01/01/2010, os ágios originados nas aquisições de investimentos deixaram de ser integralmente amortizados nas demonstrações contábeis consolidadas, visando compatibilizar as práticas contábeis atuais com as normais internacionais de contabilidade (Nota 4k).

Em 2011 houve alteração no critério de consolidação de algumas empresas destacando-se a Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento com alteração de consolidação integral para proporcional e a Porto Seguro S.A. que passou a ser tratada por equivalência patrimonial, inclusive para fins comparativos.

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas diretas e indiretas, destacando-se:

	País de Constituição	Participação %	
		31/12/2011	31/12/2010
Afinco Americas Madeira, SGPS, Sociedade Unipessoal, Ltda.	Portugal	100,00	100,00
Banco Dibens S.A.	Brasil	100,00	100,00
Banco Fiat S.A.	Brasil	100,00	99,99
Banco Itaú Argentina S.A.	Argentina	99,99	99,99
Banco Itaú BBA S.A.	Brasil	99,99	99,99
Banco Itaú Chile	Chile	99,99	99,99
Banco Itaú Europa Luxembourg S.A.	Luxemburgo	99,98	99,98
Banco Itaú BBA International, S.A.	(1) Portugal	99,99	99,99
Banco Itaú Uruguay S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Banco Itaucard S.A.	Brasil	100,00	100,00
Banco Itaucard Financiamentos S.A.	Brasil	100,00	100,00
Banco Itauleasing S.A.	Brasil	100,00	100,00
BIU Participações S.A.	Brasil	66,16	66,16
Cia. Itaú de Capitalização	Brasil	99,99	99,99
Dibens Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	Brasil	100,00	100,00
FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	(2) Brasil	50,00	50,00
Fiat Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	(2) Brasil	50,00	50,00
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	Brasil	100,00	100,00
Itaú Administradora de Consórcios Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Itaú Bank, Ltd.	(3) Ilhas Cayman	100,00	100,00
Itaú Corretora de Valores S.A.	Brasil	100,00	100,00
Itaú Seguros S.A.	Brasil	100,00	100,00
Itaú Unibanco S.A.	Brasil	100,00	100,00
Itaú Vida e Previdência S.A.	Brasil	100,00	100,00
Itaú Unibanco Consultoria S.A.	(4) Brasil	-	100,00
Luizacred S.A. Soc. Créd. Financiamento Investimento	(2) Brasil	50,00	50,00
OCA Casa Financiera S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Orbitall Serviços e Processamento de Informações Comerciais S.A.	Brasil	100,00	100,00
Redecard S.A.	(5) Brasil	50,00	50,00
Unibanco Cayman Bank Ltd.	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Unibanco Participações Societárias S.A. (Nota 16e)	Brasil	100,00	51,00

(1) Nova denominação social do Banco Itaú Europa, S.A.;

(2) Empresa com controle compartilhado incluída proporcionalmente na consolidação;

(3) Não contempla a participação das Ações Preferenciais Resgatáveis (Nota 10f);

(4) Nova denominação social da Itaúsa Export S.A, empresa incorporada pela ITB Holding Brasil controlada pelo Itaú Unibanco S.A.;

(5) Empresa consolidada integralmente cuja a participação no capital é de 50% mais 17 ações.

NOTA 3 - EXIGIBILIDADES DE CAPITAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO

a) Índices de Basileia e de Imobilização

Apresentamos abaixo os principais indicadores em 31/12/2011, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	Consolidado Operacional (1)	Consolidado Econômico-Financeiro (2)
Patrimônio de Referência (3)	92.560.637	93.111.393
Índice de Basileia	16,0%	16,4%
Nível I	12,3%	12,6%
Nível II	3,7%	3,8%
Índice de Imobilização (4)	48,6%	14,4%
Folga de Imobilização	1.272.305	33.148.373

(1) Demonstrações contábeis consolidadas contendo somente as empresas financeiras;

(2) Demonstrações contábeis consolidadas abrangendo todas as empresas controladas, diretas e indiretas, inclusive de seguros, de previdência, de capitalização e demais empresas não financeiras, conforme o disposto na Resolução n. 2.723 do CMN, de 01/06/2000, com as alterações estabelecidas pela Resolução n. 2.743 do CMN, de 28/06/2000.

(3) O CMN, através da Resolução n.º 3.444, de 28/02/2007, define o Patrimônio de Referência (PR), para fins de apuração dos limites operacionais, como o somatório de dois níveis, a exemplo da experiência internacional, Nível I e II, cada qual composto por itens integrantes do Patrimônio Líquido, além de dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida.

(4) A diferença entre o Índice de Imobilização do Consolidado Operacional e do Econômico-Financeiro decorre da inclusão de empresas controladas não financeiras que dispõem de elevada liquidez e baixo nível de imobilização, com conseqüente redução do índice de imobilização do Consolidado Econômico-Financeiro e possibilitando quando necessário, distribuição de recursos para as empresas financeiras.

Em 13/01/2012 o Banco Central do Brasil, aprovou para compor o Nível II do Patrimônio de Referência, emissões de dívida subordinada, que representam, o montante de R\$ 198.000.

Também encontra-se em processo de aprovação, para compor o Nível II, emissões de dívida subordinada, que representam, em 31/12/2011, o montante de R\$ 108.400. Caso as emissões fossem consideradas, os índices seriam afetados em 0,05%.

A Administração julga adequado o atual nível do índice de Basileia (16,0% com base no Consolidado Operacional), levando em consideração que:

- Supera em 5,0 pontos percentuais o mínimo exigido pelas autoridades (11,0%); e
- Considerando os demais valores de realização dos ativos (Nota 18), o montante de provisionamentos adicionais ao mínimo requerido (Nota 8c) e os créditos tributários não contabilizados (Nota 14b IV), o índice passaria a ser de 17,0%.

A Resolução n.º 3.490 de 29/08/2007 do CMN dispõe sobre os critérios de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE). Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos da Circular n.º 3.360, de 12/09/2007 para risco de crédito, das Circulares n.ºs 3.361, 3.362, 3.363, 3.364, 3.366 e 3.368, de 12/09/2007, n.º 3.388, de 04/06/2008, n.º 3.389, de 25/06/2008, n.º 3.498, de 28/06/2010 e n.º 3.568, de 21/12/2011 e das Cartas-Circulares n.ºs 3.309 e 3.310, de 15/04/2008 para risco de mercado, e das Circulares n.º 3.383, de 30/04/2008 e 3.476, de 28/12/2009 e das Cartas-Circulares n.ºs 3.315 e 3.316, de 30/04/2008 para risco operacional. Para a parcela de risco operacional, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING optou pela utilização da Abordagem Padronizada Alternativa.

A Circular n.º 3.568, de 21 de dezembro de 2011, altera dispositivos das mencionadas Circulares n.ºs 3.361, de 12/09/2007, 3.388, de 04/06/2008, 3.389, de 25/06/2008, 3.478, de 24/12/2009, e 3.498, de 28/06/2010 que estabelecem os procedimentos para o cálculo das parcelas referentes ao risco de mercado. A implantação das novas sistemáticas de cálculo será gradual, a partir de 01/01/2012, sendo que a partir de 31/12/2012 passam a ser adotadas na íntegra. Caso as novas regras já estivessem em vigor, os índices seriam reduzidos em cerca de 0,7%.

O Patrimônio de Referência utilizado para o cálculo dos índices e a composição das exposições ao risco em 31/12/2011 estão demonstrados abaixo:

	Consolidado Operacional		Consolidado Econômico-Financeiro	
Patrimônio Líquido Itaú Unibanco Holding S.A. (Consolidado)	71.347.333		71.347.333	
Participações Minoritárias nas Subsidiárias	1.181.081		1.741.227	
Patrimônio Líquido Consolidado (BACEN)	72.528.414		73.088.560	
Créditos Tributários Excluídos do Nível I	(581.319)		(589.591)	
Ativo Permanente Diferido Excluído do Nível I	(294.295)		(295.413)	
Ajustes ao Vr de Mercado - TVM e Instr. Fin. Derivativos Excluídos do Nível I	139.142		138.637	
Ações Preferenciais com Cláusula de Resgate Excluídas do Nível I	(740.703)		(740.703)	
Nível I	71.051.239		71.601.490	
Dívidas Subordinadas	21.258.638		21.258.638	
Ações Preferenciais com Cláusula de Resgate	444.422		444.422	
Ajustes ao Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	(139.142)		(138.637)	
Nível II	21.563.918		21.564.423	
Nível I + Nível II	92.615.157		93.165.913	
Exclusões:				
Instrumentos de Captação Emitidos por Instituições Financeiras	(54.520)		(54.520)	
Patrimônio de Referência	92.560.637		93.111.393	
Exposições ao Risco:				
Exposição Ponderada pelo Risco de Crédito (EPR)	538.077.718		523.898.000	
Parcela exigida para cobertura do risco de crédito (PEPR)	59.188.549	92,9%	57.628.780	92,1%
a) Por Fator de Ponderação (FPR):				
FPR de 20%	209.093	0,3%	348.989	0,6%
FPR de 35%	164.240	0,3%	164.236	0,3%
FPR de 50%	3.467.700	5,4%	4.671.607	7,5%
FPR de 75%	13.989.864	22,0%	13.586.910	21,7%
FPR de 100%	37.980.538	59,6%	35.391.982	56,6%
FPR de 150%	1.568.458	2,5%	1.567.586	2,5%
FPR de 300%	1.381.114	2,2%	1.466.628	2,3%
Derivativos - Ganho Potencial Futuro	427.542	0,7%	430.842	0,7%
b) Por Tipo:				
Títulos e Valores Mobiliários	2.539.902	4,0%	2.601.475	4,2%
Operações de Crédito - Varejo	11.167.056	17,5%	10.886.302	17,4%
Operações de Crédito - Não Varejo	20.141.094	31,6%	20.149.975	32,2%
Coobrigações - Varejo	48.931	0,1%	48.931	0,1%
Coobrigações - Não Varejo	5.549.824	8,7%	5.546.475	8,9%
Compromissos de Crédito - Varejo	2.773.876	4,4%	2.651.677	4,2%
Compromissos de Crédito - Não Varejo	1.730.308	2,7%	1.730.676	2,8%
Outras Exposições	15.237.558	23,9%	14.013.269	22,4%
Parcela exigida para cobertura do risco Operacional (POPR)	3.460.219	5,4%	3.851.446	6,2%
Varejo	562.006	0,9%	562.006	0,9%
Comercial	920.872	1,4%	920.872	1,5%
Finanças Corporativas	82.110	0,1%	82.110	0,1%
Negociação e Vendas	1.288.706	2,0%	1.288.706	2,1%
Pagamentos e Liquidações	268.814	0,4%	268.814	0,4%
Serviços de Agente Financeiro	128.146	0,2%	128.146	0,2%
Administração de Ativos	190.583	0,3%	190.583	0,3%
Corretagem de Varejo	18.982	0,0%	18.982	0,0%
Planos de Negócios	-	0,0%	-	0,0%
Adicional do Conef	-	0,0%	391.227	0,6%
Parcelas exigidas para cobertura do risco de Mercado:	1.078.447	1,7%	1.076.014	1,7%
Ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (PCAM)	-	0,0%	-	0,0%
Operações sujeitas à variação de taxas de juros (PJUR)	967.550	1,5%	965.117	1,5%
Prefixadas denominadas em real (PJUR1)	224.290	0,4%	224.467	0,4%
Cupons de moedas estrangeiras (PJUR2)	488.310	0,8%	485.700	0,8%
Cupom de índices de preços (PJUR3)	169.912	0,3%	169.912	0,3%
Cupons de taxas de juros (PJUR4)	85.038	0,1%	85.038	0,1%
Operações sujeitas à variação do preço de commodities (PCOM)	72.345	0,1%	72.345	0,1%
Operações sujeitas à variação do preço de ações (PACS)	38.552	0,1%	38.552	0,1%
Patrimônio de Referência Exigido	63.727.215	100,0%	62.556.240	100,0%
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Exigido	28.833.422	45,2%	30.555.153	48,8%
Exposição Total Ponderada pelo Risco [EPR + (1/0,11 X (POPR + PCAM + PJUR + PCOM + PACS))]	579.338.319		568.693.094	
Índice (%)	16,0		16,4	
Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBN)	1.382.613		1.604.744	

Abaixo demonstramos os efeitos ocorridos no período, decorrentes de alterações na legislação ou de variação de saldos:

Evolução do Índice de Basileia	Consolidado Operacional			Consolidado Econômico-Financeiro		
	Patrimônio de Referência	Exposição Ponderada	Efeito	Patrimônio de Referência	Exposição Ponderada	Efeito
Índice em 31/12/2010	78.670.791	497.468.330	15,8%	80.718.514	522.952.010	15,4%
Resultado do Período	14.668.577	-	3,0%	15.398.096	-	2,9%
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos	(3.208.723)	-	-0,7%	(3.208.723)	-	-0,6%
Outorga de Opções Reconhecidas	162.663	-	0,0%	162.663	-	0,0%
Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas no Período	353.036	-	0,1%	353.036	-	0,1%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(156.270)	-	0,0%	(156.270)	-	0,0%
Dívidas Subordinadas e Ações Preferenciais Resgatáveis	3.068.398	-	0,6%	3.068.398	-	0,6%
Ações em Tesouraria	(1.302.638)	-	-0,3%	(1.302.638)	-	-0,3%
Ativos Diferidos Excluídos do Nível I do PR	(92.008)	(92.008)	0,0%	(94.328)	(94.328)	0,0%
Outras Variações no PR	396.811	-	0,1%	(1.827.355)	-	-0,3%
Variações na Exposição ao Risco	-	81.961.997	-2,6%	-	45.835.412	-1,4%
Índice em 31/12/2011	92.560.637	579.338.319	16,0%	93.111.393	568.693.094	16,4%

b) Capital para a Atividade de Seguros

O CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador, divulgou a resolução CNSP nº 227 de 06/12/2010 (que revogou as Resoluções nºs 178 de 28/12/2007 e 200 de 16/12/2008), e a circular nº 411 de 22/12/2010. Os normativos dispõem sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras e previdência e as regras de alocação de capital provenientes do risco de subscrição para os diversos ramos de seguros. Em janeiro de 2011 entrou em vigor a Resolução CNSP nº 228 de 6/12/2010, que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades supervisionadas.

O Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) das empresas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que participam exclusivamente de atividades de seguros e previdência é superior ao capital regulamentar exigido em R\$ 1.774.567 (R\$ 1.436.753 em 31/12/2010) na Itaú Seguros S.A. e R\$ 1.498.723 (R\$ 1.198.724 em 31/12/2010) na Itaú Vida e Previdência S.A.

NOTA 4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) **Caixa e Equivalentes de Caixa** – Para fins da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, incluem caixa e contas correntes em bancos (considerados na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações em Operações Compromissadas – Posição Bancada com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

b) **Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Créditos Vinculados no BACEN Remunerados, Depósitos Remunerados, Captações no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Obrigações por Empréstimos e Repasses, Dívidas Subordinadas e Demais Operações Ativas e Passivas** - As operações com cláusula de atualização monetária/cambial e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro rata die" com base na taxa efetiva das operações, de acordo com a Deliberação nº 649, de 16/12/2010, da CVM.

c) **Títulos e Valores Mobiliários** - Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. São classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para Negociação - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos Disponíveis para Venda - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido;
- Títulos Mantidos até o Vencimento - Títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigação e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando da transferência de outra categoria. Os títulos são atualizados até a data de vencimento, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Os declínios no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

d) **Instrumentos Financeiros Derivativos** - São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN. As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- *Hedge* de Risco de Mercado – Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;

- *Hedge* de Fluxo de Caixa – A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.
- e) **Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos (Operações com Característica de Concessão de Crédito)** - Registradas a valor presente, calculadas "pro rata die" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas *accrual* até o 60º dia de atraso nas empresas financeiras, observada a expectativa do recebimento. Após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações. Nas Operações com Cartões de Crédito estão incluídos os valores a receber, decorrentes de compras efetuadas pelos seus titulares. Os recursos correspondentes a esses valores estão registrados em Outras Obrigações – Operações com Cartões de Crédito, que incluem adicionalmente recursos derivados de outros créditos relativos a operações com emissores de cartão de crédito.
- f) **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** - Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas atendidas às normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, dentre as quais se destacam:
- As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência;
 - Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas de operações de crédito contra prejuízo *write-offs* devem ser efetuadas após 360 dias do vencimento do crédito ou após 540 dias, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.
- g) **Outros Valores e Bens** - Compostos basicamente por Bens Não Destinados a Uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, próprios desativados e recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes; Prêmios não Ganhos de Resseguros (Nota 4n I); e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.
- h) **Investimentos** - Em controladas e coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as demonstrações contábeis das agências e subsidiárias no exterior, consolidadas, adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para reais. Os demais estão registrados pelo valor de custo, e são ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes.
- i) **Imobilizado de Uso** – Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada, ajustado ao valor de mercado até 31/12/2007, quando aplicável, para os imóveis relacionados às operações de seguros, previdência privada e capitalização, por reavaliação suportada por laudos técnicos. Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive os bens decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controles desses bens. Os bens adquiridos em contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro são registrados de acordo com a Deliberação nº 554, de 12/11/2008, da CVM, em contrapartida a Obrigações de Leasing Financeiro. As depreciações são calculadas pelo método linear, sobre o custo corrigido.
- j) **Arrendamento Mercantil Operacional** – Os bens arrendados são demonstrados ao custo de aquisição menos depreciação acumulada. A depreciação dos bens arrendados é reconhecida pelo método linear no prazo de vida útil usual, considerando uma redução de 30% na vida útil do bem, se enquadrada nas condições previstas na Portaria nº 113, de 26/02/1988, do Ministério da Fazenda. Os valores a receber são registrados em arrendamentos a receber pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de rendas a apropriar. A apropriação em resultado ocorrerá na data da exigibilidade da contraprestação.
- k) **Ágio** – corresponde ao valor excedente pago na aquisição de investimentos decorrente da expectativa de rentabilidade futura. Não possui prazo de vida útil definida e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

- l) **Intangível** – Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, de acordo com a Resolução nº 3.642, de 26/11/2008, do CMN. Está composto por direitos na aquisição de folhas de pagamento e contratos de associações, amortizados de acordo com os prazos dos contratos, e softwares e carteiras de clientes, amortizados em prazos de cinco a dez anos.
- m) **Redução ao Valor Recuperável de Ativos** – Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. Este procedimento é realizado semestralmente.
- n) **Operações de Seguros, Previdência e Capitalização** – Os prêmios de seguros, cosseguros aceitos e despesas de comercialização são contabilizados de acordo com o prazo de vigência do seguro, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e despesas de comercialização diferidas. Os juros decorrentes do fracionamento de prêmios de seguros são contabilizados quando incorridos. As receitas de contribuições previdenciárias, a receita bruta com títulos de capitalização e as correspondentes constituições das provisões técnicas são reconhecidas por ocasião do recebimento.

I - Créditos de Operações e Outros Valores e Bens relativos as Operações de Seguros e Resseguros:

- Prêmios a Receber de Seguros – Referem-se às parcelas de prêmios de seguros a receber vincendas e vencidas de acordo com as apólices de seguros emitidas;
- Valores a Recuperar de Resseguro – Referem-se aos sinistros pagos ao segurado pendentes de recuperação do Ressegurador, as parcelas de sinistros a liquidar e os sinistros ocorridos, mas, não avisados - IBNR de resseguro, classificados no ativo de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 162, de 26/12/2006, do CNSP e alterações promovidas pela Resolução nº 195, de 16/12/2008, do CNSP, e Circular nº 379, de 19/12/2008, da SUSEP;
- Prêmios não Ganhos de Resseguros – Constituída para apurar a parcela de prêmios não ganhos de resseguro, calculado pro-rata-die, e para riscos não emitidos calculados por estimativa, conforme estudo técnico atuarial e de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 162, de 26/12/2006, do CNSP e alterações promovidas pela Resolução nº 195, de 16/12/2008, do CNSP, e Circular nº 379, de 19/12/2008, da SUSEP.

II - Provisões Técnicas de Seguros, Previdência Complementar e Capitalização – As provisões técnicas são calculadas de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP e com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 162, de 26/12/2006, do CNSP e alterações promovidas pelas Resoluções nº 181, de 19/12/2007, e nº 195, de 16/12/2008 do CNSP.

II.1 - Seguros:

- Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) – Constituída com base nos prêmios emitidos, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Vigentes Mas Não Emitidos é constituída com base em nota técnica atuarial e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos pelas seguradoras e que estão em processo de emissão;
- Provisão de Insuficiência de Prêmios – Constituída, de acordo com Nota Técnica Atuarial, se for constatada insuficiência de Prêmios;
- Provisão de Sinistros a Liquidar - Constituída com base nas notificações de sinistros, em valor suficiente para fazer face aos compromissos futuros, em discussões judiciais, onde o valor é determinado por peritos reguladores e assessores jurídicos que efetuam as avaliações com base na importância segurada e nas regulações técnicas, levando-se em conta a probabilidade de resultado desfavorável para a Seguradora;
- Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados – IBNR - Constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.
- Outras Provisões – Constituída basicamente pela provisão técnica da modalidade extensão de garantia do seguro garantia estendida e o cálculo é efetuado durante o prazo compreendido entre a data de início de vigência do contrato e a data de início da cobertura do risco, sendo que o valor a ser constituído deverá ser igual ao prêmio comercial retido.

II.II - Previdência Complementar e Seguro de Vida com Cobertura de Sobrevivência - As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de seguros de Sobrevivência, Planos de Aposentadoria, Invalidez, Pensão e Pecúlio e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente.

- Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos - Correspondem, respectivamente, aos compromissos assumidos com participantes, cuja percepção dos benefícios ainda não se iniciou e àqueles em gozo de benefícios;
- Provisão de Insuficiência de Contribuição – Constituída quando constatada atuariamente a insuficiência de prêmios ou contribuições.
- Provisão de Riscos Não Expirados – Constituída para contemplar a estimativa para os riscos vigentes, mas não expirados;
- Provisão de Eventos Ocorridos Mas Não Avisados - IBNR - Constituída em função do montante esperado de eventos ocorridos mas não avisados;
- Provisão de Excedente Financeiro – Constituída pela diferença entre pagamentos atualizados diariamente pela Carteira de Investimentos com o fundo acumulado constituído;

II.III-Capitalização:

- Provisão Matemática para Resgates – Representa a parcela de títulos de capitalização recebidos a serem resgatados;
- Provisão para Contingências de Sorteios – Constituída de acordo com a metodologia prevista em Nota Técnica Atuarial para cobertura da provisão de sorteio a realizar em eventual insuficiência de recursos.

o) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias - São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do BACEN.

I - Ativos e Passivos Contingentes

Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

- Ativos Contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;
- Passivos Contingentes - Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Os Depósitos Judiciais em Garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

Contingências garantidas por cláusulas de indenização em processos de privatização e outros e com liquidez são reconhecidas quando da notificação judicial, sendo reconhecidos simultaneamente os valores a receber, não gerando efeito no resultado.

II - Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

Os Exigíveis e os Depósitos Judiciais correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

p) Tributos - Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social (1)	15,00%
PIS (2)	0,65%
COFINS (2)	4,00%
ISS	até 5,00%

(1) Para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas financeiras e equiparadas, a alíquota corresponde a 15%. Para as controladas não financeiras e de previdência privada a alíquota é de 9%.

(2) Para as controladas não financeiras que se enquadram no regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS é de 1,65% e da COFINS é de 7,6%.

As alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 e pela Lei nº 11.941 (artigos 37 e 38) que modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício não tiveram efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição (RTT), sendo utilizadas, para fins tributários, as normas vigentes em 31/12/2007. Os efeitos tributários da adoção das referidas normas estão registrados, para fins contábeis, nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

q) Resultados de Exercícios Futuros – Referem-se; (i) às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo e (ii) deságios na aquisição de investimentos, não absorvidos no processo de consolidação.

NOTA 5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO é composto por:

	31/12/2011	31/12/2010
Disponibilidades	10.633.082	10.096.540
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	18.921.241	7.639.279
Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada	8.062.572	21.278.449
TOTAL	37.616.895	39.014.268

Para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING é composto por:

	31/12/2011	31/12/2010
Disponibilidades	7.833	1.940
Aplicações em Operações Compromissadas - Posição Bancada	454.176	192.959
TOTAL	462.009	194.899

NOTA 6 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31/12/2011				31/12/2010			
	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	Total	%	Total	%
Aplicações no Mercado Aberto	46.014.191	39.415.468	15.877	6	85.445.542	73,6	68.177.933	78,9
Posição Bancada (*)	22.110.380	10.538.334	15.877	5	32.664.596	28,1	33.443.634	38,7
Posição Financiada	<u>22.851.550</u>	<u>14.012.549</u>	-	<u>1</u>	<u>36.864.100</u>	<u>31,8</u>	<u>25.839.519</u>	<u>29,9</u>
Com Livre Movimentação	1.398.159	14.005.964	-	-	15.404.123	13,3	10.744.809	12,4
Sem Livre Movimentação	21.453.391	6.585	-	1	21.459.977	18,5	15.094.710	17,5
Posição Vendida	1.052.261	14.864.585	-	-	15.916.846	13,7	8.894.780	10,3
Aplicações no Mercado Aberto - Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - SUSEP	2.513.685	120.268	182.060	-	2.816.013	2,4	3.345.937	3,9
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	18.910.835	3.225.465	3.247.300	2.436.834	27.820.434	24,0	14.834.851	17,2
TOTAL	67.438.711	42.761.201	3.445.237	2.436.840	116.081.989		86.358.721	
% por prazo de vencimento	58,1	36,8	3,0	2,1				
TOTAL - 31/12/2010	49.643.856	32.271.481	3.746.677	696.707	86.358.721			
% por prazo de vencimento	57,5	37,4	4,3	0,8				

(*) Inclui R\$ 7.226.864 (R\$ 8.670.170 em 31/12/2010) referentes a Aplicação no Mercado Aberto com livre movimentação, cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&F Bovespa) e BACEN.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING a Carteira é composta por Aplicação no Mercado Aberto - Posição Bancada com vencimento até 30 dias no montante de R\$ 454.176 (R\$ 192.959 em 31/12/2010), Aplicação em Depósitos Interfinanceiros de 181 a 365 dias de R\$ 25.848.206 e acima de 365 dias de R\$ 5.794.144 (R\$ 14.176.842 em 31/12/2010).

b) Resumo por Tipo de Carteira

	31/12/2011						Total
	Carteira Própria	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Recursos Garantidores (Nota 11b)	
		Compromissos de Recompra	Prestação de Garantias (*)	Banco Central			
TÍTULOS PÚBLICOS - BRASIL	40.873.914	18.619.706	9.296.045	10.120.684	-	4.809.150	83.719.499
Letras Financeiras do Tesouro	7.293.991	8.221.629	5.407.856	9.771.393	-	430.781	31.125.650
Letras do Tesouro Nacional	14.719.930	2.443.146	324.147	-	-	-	17.487.223
Notas do Tesouro Nacional	15.363.516	3.885.375	3.564.042	349.291	-	4.378.369	27.540.593
Tesouro Nacional/Securitização	294.891	-	-	-	-	-	294.891
Titulos da Dívida Externa Brasileira	3.126.722	4.069.556	-	-	-	-	7.196.278
Aplicações em Fundos não Exclusivos	74.129	-	-	-	-	-	74.129
Outros	735	-	-	-	-	-	735
TÍTULOS PÚBLICOS - OUTROS PAÍSES	3.867.331	93.411	1.136.893	10.071	-	12.401	5.120.107
Argentina	154.060	70.848	-	-	-	-	224.908
Banco Central	2.958	-	-	-	-	-	2.958
Tesouro Nacional	151.102	70.848	-	-	-	-	221.950
Dinamarca	893.368	-	1.055.761	-	-	-	1.949.129
Espanha	418.365	-	-	-	-	-	418.365
Coréia	295.012	-	-	-	-	-	295.012
Chile	1.008.932	13.184	1.121	10.071	-	12.401	1.045.709
Paraguai	344.029	-	-	-	-	-	344.029
Uruguai	217.302	-	78.135	-	-	-	295.437
Estados Unidos	290.367	-	1.876	-	-	-	292.243
México	206.102	9.379	-	-	-	-	215.481
Outros	39.794	-	-	-	-	-	39.794
TÍTULOS DE EMPRESAS	24.064.030	2.445.796	295.063	-	-	4.955.826	31.760.715
Euro Bonds e Assemelhados	2.775.819	2.359.157	-	-	-	-	5.134.976
Certificados de Depósito Bancário	300.701	83.980	9.814	-	-	965.566	1.360.061
Ações	2.838.349	2.659	1.812	-	-	-	2.842.820
Debêntures	7.332.930	-	283.425	-	-	1.056.873	8.673.228
Notas Promissórias	669.110	-	-	-	-	267.010	936.120
Cotas de Fundos	1.635.284	-	12	-	-	386.041	2.021.337
Renda Fixa	451.218	-	12	-	-	354.815	806.045
Direitos Creditórios	940.513	-	-	-	-	31.226	971.739
Renda Variável	243.553	-	-	-	-	-	243.553
Certificados de Recebíveis Imobiliários	8.031.823	-	-	-	-	14.129	8.045.952
Letras Financeiras	208.916	-	-	-	-	2.266.207	2.475.123
Outros	271.098	-	-	-	-	-	271.098
COTAS DE FUNDOS DE PGBL/VGBL	-	-	-	-	-	57.733.857	57.733.857
SUBTOTAL - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	68.805.275	21.158.913	10.728.001	10.130.755	-	67.511.234	178.334.178
Títulos para Negociação	36.568.072	12.474.007	7.528.867	9.771.393	-	63.356.818	129.699.157
Títulos Disponíveis para Venda	32.185.450	8.455.392	3.174.304	359.362	-	1.355.543	45.530.051
Títulos Mantidos até o Vencimento	51.753	229.514	24.830	-	-	2.798.873	3.104.970
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	-	-	-	-	9.546.246	-	9.546.246
TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVO)	68.805.275	21.158.913	10.728.001	10.130.755	9.546.246	67.511.234	187.880.424
TOTAL DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVO) - 31/12/2010	48.644.585	63.494.185	9.100.234	3.048.179	8.307.189	53.968.043	186.562.415

(*) Representam os Títulos Vinculados a processos de Passivos Contingentes (Nota 12b), Bolsas e Câmaras de Liquidação e Custódia.

c) Títulos para Negociação

Abaixo, composição da carteira de Títulos para Negociação por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

	31/12/2011										31/12/2010
	Custo	Ajustes ao Valor de Mercado (em Resultado)	Valor de Mercado	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Valor de Mercado
TÍTULOS PÚBLICOS - BRASIL	62.338.412	44.810	62.383.222	48,1	1.946.247	1.367.422	237.401	12.270.886	6.864.777	39.696.489	69.498.510
Letras Financeiras do Tesouro	28.089.132	(2.286)	28.086.846	21,7	-	1.326.358	-	2.501.946	970.572	23.287.970	18.935.217
Letras do Tesouro Nacional	13.497.845	(26.296)	13.471.549	10,4	-	-	215.650	8.488.716	2.262.241	2.504.942	30.636.039
Notas do Tesouro Nacional	19.592.047	26.692	19.618.739	15,1	1.684.763	11.162	16.950	1.271.290	3.558.134	13.076.440	19.116.382
Tesouro Nacional/Securitização	35.684	500	36.184	0,0	-	15.047	4.801	3.538	5.382	7.416	60.619
Títulos da Dívida Externa Brasileira	1.049.575	46.200	1.095.775	0,8	187.355	14.855	-	5.396	68.448	819.721	666.917
Aplicações em Fundos não Exclusivos	74.129	-	74.129	0,1	74.129	-	-	-	-	-	67.860
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.476
TÍTULOS PÚBLICOS - OUTROS PAÍSES	787.570	15.198	802.768	0,6	32.616	119.461	84.213	36.937	14.655	514.886	9.352.750
Argentina	225.921	(1.013)	224.908	0,2	11.685	105.779	48.976	36.937	259	21.272	292.578
Banco Central	3.044	(86)	2.958	0,0	-	-	-	63	-	2.895	85.546
Tesouro Nacional	222.877	(927)	221.950	0,2	11.685	105.779	48.976	36.874	259	18.377	207.032
Rússia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44.795
Chile	50.439	134	50.573	0,0	15.721	10.054	24.749	-	49	-	248.354
Uruguai	27.370	76	27.446	0,0	3.334	1.433	10.488	-	12.191	-	24.007
Estados Unidos	280.307	11.936	292.243	0,2	1.876	2.195	-	-	-	288.172	8.714.290
México	200.517	4.050	204.567	0,2	-	-	-	-	1	204.566	28.726
Outros	3.016	15	3.031	0,0	-	-	-	-	2.155	876	-
TÍTULOS DE EMPRESAS	8.812.620	(33.310)	8.779.310	6,8	2.251.359	7.117	408.133	798.451	2.288.419	3.025.831	8.313.726
Euro Bonds e Assemelhados	1.446.433	(15.002)	1.431.431	1,1	377	7.117	3.962	31.379	218.600	1.169.996	1.452.703
Certificados de Depósito Bancário	1.085.299	-	1.085.299	0,8	10.266	-	296.325	448.460	170.147	160.101	2.450.754
Ações	887.285	(34.261)	853.024	0,7	853.024	-	-	-	-	-	1.441.937
Debêntures	1.405.331	1.419	1.406.750	1,1	119.572	-	107.846	81.180	243.155	854.997	1.355.940
Notas Promissórias	290.295	-	290.295	0,2	52.863	-	-	237.432	-	-	-
Cotas de Fundos	1.202.146	13.111	1.215.257	1,0	1.215.257	-	-	-	-	-	1.017.242
Renda Fixa	791.463	(2.396)	789.067	0,6	789.067	-	-	-	-	-	610.963
Direitos Creditórios	216.439	-	216.439	0,2	216.439	-	-	-	-	-	189.666
Renda Variável	194.244	15.507	209.751	0,2	209.751	-	-	-	-	-	216.613
Certificados de Recebíveis Imobiliários	20.708	1.423	22.131	0,0	-	-	-	-	-	22.131	594.220
Letras Financeiras	2.475.123	-	2.475.123	1,9	-	-	-	-	1.656.517	818.606	930
COTAS DE FUNDOS DE PGBL/VGBL	57.733.857	-	57.733.857	44,5	57.733.857	-	-	-	-	-	46.050.748
Total	129.672.459	26.698	129.699.157	100,0	61.964.079	1.494.000	729.747	13.106.274	9.167.851	43.237.206	133.215.734
% por prazo de vencimento					47,7%	1,2%	0,6%	10,1%	7,1%	33,3%	
Total 31/12/2010	132.963.390	252.344	133.215.734	100,0	71.334.402	9.310.315	7.795.412	9.097.782	8.327.250	27.350.573	
% por prazo de vencimento					53,5%	7,0%	5,9%	6,8%	6,3%	20,5%	

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING em 31/12/2011 a carteira é composta por Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro no valor de R\$ 6.502 (R\$ 5.825 em 31/12/2010 com vencimento acima de 365 dias) com vencimento entre 181 a 365 dias.

e) Títulos Mantidos até o Vencimento

Abaixo, composição da carteira de Títulos Mantidos até o Vencimento por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo e por prazo de vencimento. No custo contábil, não apropriados em resultado, estão incluídos em 31/12/2011 o valor de R\$ 10.771 (R\$ 12.681 em 31/12/2010), referentes ao ajuste a mercado dos títulos reclassificados em 31/12/2003. Os títulos classificados nesta categoria, se avaliados a valor de mercado, apresentariam em 31/12/2011 um ajuste positivo no valor de R\$ 596.846 (R\$ 604.417 em 31/12/2010).

	31/12/2011								31/12/2010
	Custo Contábil	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Custo Contábil
TÍTULOS PÚBLICOS - BRASIL	3.007.082	96,8	86.348	-	-	-	142.740	2.777.994	2.988.917
Notas do Tesouro Nacional (*)	2.812.229	90,5	-	-	-	-	34.235	2.777.994	2.762.802
Títulos da Dívida Externa Brasileira	194.853	6,3	86.348	-	-	-	108.505	-	226.107
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	8
TÍTULOS PÚBLICOS - OUTROS PAÍSES	9	0,0	-	-	-	-	-	9	16.193
TÍTULOS DE EMPRESAS	97.879	3,2	272	236	-	32.752	51.230	13.389	164.846
Euro Bonds e Assemelhados	65.127	2,1	272	236	-	-	51.230	13.389	130.149
Debêntures (*)	30.434	1,0	-	-	-	30.434	-	-	30.499
Certificado de Recebíveis Imobiliário	2.318	0,1	-	-	-	2.318	-	-	4.198
Total	3.104.970	100,0	86.620	236	-	32.752	193.970	2.791.392	3.169.956
% por prazo de vencimento			2,8%	0,0%	-	1,1%	6,2%	89,9%	
Total 31/12/2010	3.028.933	100,0	11.188	10.227	18.774	142.994	249.770	2.595.980	
% por prazo de vencimento			0,4%	0,3%	0,5%	4,7%	8,2%	85,7%	

(*) Inclui aplicações da Itaú Vida e Previdência S.A. no montante de R\$ 2.036.747 (R\$ 2.016.807 em 31/12/2010).

f) Resultado Realizado e não Realizado na Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Lucro (Prejuízo) - Títulos para Negociação	(1.884.911)	97.391
Lucro (Prejuízo) - Títulos Disponíveis para Venda	301.358	558.920
Total do Resultado Realizado	(1.583.553)	656.311
Ajustes ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação	(225.647)	(72.650)
Total	(1.809.200)	583.661

g) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários (artigo 5º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN)

A Administração determina diretrizes para a classificação de Títulos e Valores Mobiliários. As classificações dos títulos existentes na carteira, assim como aqueles adquiridos no período, são periódica e sistematicamente avaliadas de acordo com tais diretrizes.

Conforme estabelecido no artigo 5º da Circular nº 3.068, de 08/11/2008, do BACEN, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balancetes semestrais. Além disso, no caso da transferência da categoria "mantidos até o vencimento" para as demais, essa só poderá ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, que tenha ocorrido após a data da classificação.

No período, não foram realizadas reclassificações ou alterações nas diretrizes existentes.

h) Instrumentos Financeiros Derivativos

A globalização dos mercados nos últimos anos proporcionou um crescente nível de sofisticação dos produtos financeiros utilizados. Como consequência deste processo, houve uma crescente demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, *commodities* e demais preços de ativos. Desta forma, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas operam nos mercados derivativos, tanto no atendimento às crescentes necessidades de seus clientes, como na execução de sua política de gestão de riscos. Tal política baseia-se na utilização dos instrumentos derivativos como forma de minimização dos riscos resultantes das operações comerciais e financeiras.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de *stress*.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

As operações de derivativos efetuadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de *swap*, termos, opções e futuros, todas registradas na BM&FBOVESPA ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, *swaps* com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são baixos em relação ao total da instituição. Ressaltamos, também, que na carteira da instituição não existem operações estruturadas com base em ativos *subprime* e todas estas operações são baseadas em fatores de risco negociados em bolsa.

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 31/12/2011 eram relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros, *commodities*, cupons de dólar e de TR, Libor e renda variável. O gerenciamento destes e de outros fatores de risco de mercado está apoiado em modelos determinísticos e estatísticos sofisticados. Com base neste modelo de gestão, a instituição tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo derivativos, otimizar a relação risco-retorno mesmo em situações de grande volatilidade.

A maioria dos derivativos da carteira da instituição é negociada em bolsa. Para estes derivativos são utilizados os preços divulgados pelas próprias bolsas, exceto em casos em que se identifique baixa representatividade do preço por liquidez de seu contrato específico. Os derivativos tipicamente apreçados desta forma são os contratos futuros. Da mesma forma, existem outros instrumentos que possuem cotações (preços justos) diretamente divulgadas por instituições independentes e que são apreçados utilizando estas informações diretas. Caem nesta situação grande parte dos títulos públicos brasileiros, títulos (públicos e privados) internacionais de alta liquidez e ações.

Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e os títulos pouco líquidos.

O valor total das margens dadas em garantia era de R\$ 7.788.197 (R\$ 7.550.431 em 31/12/2010) e estava basicamente composto por Títulos Públicos.

	Conta de Compensação Valor Referencial		Valor Patrimonial a Receber / (Recebido) (A Pagar) / Pago		Ajustes ao Valor de Mercado (no Resultado / Patrimônio Líquido)		Valor de Mercado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010	
Derivativos de Crédito	7.195.321	6.701.450	153.463	136.299	289.762	133.884		
Posição Ativa	3.659.633	2.902.115	242.792	157.739	400.531	261.321		
Moeda Estrangeira	117.308	53.727	134	1.403	1.537	1.177		
Prefixados	1.820.095	2.621.843	226.387	134.389	360.776	255.785		
Pós-Fixados	-	-	4.955	11.278	16.233	-		
Índice	-	-	11.144	(1.446)	9.698	-		
Títulos	1.721.101	226.545	172	12.104	12.276	4.359		
Outros	1.129	-	-	11	11	-		
Posição Passiva	3.535.688	3.799.335	(89.329)	(21.440)	(110.769)	(127.437)		
Moeda Estrangeira	117.393	22.110	(121)	(1.379)	(1.500)	(812)		
Prefixados	2.899.987	3.126.150	(89.187)	(7.769)	(96.956)	(121.436)		
Títulos	517.179	651.075	(21)	(12.281)	(12.302)	(5.189)		
Outros	1.129	-	-	(11)	(11)	-		
Operações de Forwards	31.284.974	36.958.479	69.385	55.580	124.965	(497.630)		
Posição Ativa	16.256.768	13.832.488	421.749	29.966	451.715	612.340		
Moeda Estrangeira	15.862.100	13.121.050	415.142	29.966	445.108	556.161		
Mercado Interfinanceiro	18.570	168	283	-	283	1		
Prefixados	-	3.400	-	-	-	975		
Pós-Fixados	376.098	509.024	6.324	-	6.324	7.804		
Outros	-	198.846	-	-	-	47.399		
Posição Passiva	15.028.206	23.125.991	(352.364)	25.614	(326.750)	(1.109.970)		
Moeda Estrangeira	14.945.815	22.758.545	(347.767)	25.614	(322.153)	(1.086.808)		
Mercado Interfinanceiro	12.986	26.711	(486)	-	(486)	(938)		
Prefixados	69.405	273.257	(1.199)	-	(1.199)	(3.208)		
Pós-Fixados	-	-	(858)	-	(858)	-		
Índices	-	-	(2.054)	-	(2.054)	-		
Outros	-	67.478	-	-	-	(19.016)		
Swap com Verificação	50.873	6.021	(174)	(2.306)	(2.480)	-		
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	50.873	6.021	-	-	-	-		
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	-	-	(174)	(2.306)	(2.480)	-		
Verificação de Swap - Posição Ativa - Moeda Estrangeira	53.488	25.384	-	4.441	4.441	-		
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	4.894.085	4.314.876	757.950	19.166	777.116	485.451		
Posição Ativa	4.639.716	3.394.599	892.171	32.172	924.343	728.693		
Moeda Estrangeira	607.810	258.970	55.199	30.707	85.906	191.439		
Prefixados	973.165	697.805	520.543	(398)	520.145	377.006		
Pós-Fixados	-	-	-	-	-	(2.919)		
Títulos	3.053.908	-	315.972	1.863	317.835	-		
Outros	4.833	2.437.824	457	-	457	163.167		
Posição Passiva	254.369	920.277	(134.221)	(13.006)	(147.227)	(243.242)		
Moeda Estrangeira	118.279	360.296	(74.353)	(11.377)	(85.730)	(183.424)		
Prefixados	-	33	-	-	-	(36)		
Títulos	74.798	-	(60.059)	-	(60.059)	-		
Outros	61.292	559.948	191	(1.629)	(1.438)	(59.782)		
		ATIVO	8.901.667	644.579	9.546.246	8.307.189		
		PASSIVO	(5.504.488)	(1.302.828)	(6.807.316)	(5.704.835)		
		TOTAL	3.397.179	(658.249)	2.738.930	2.602.354		

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2011	31/12/2010
Futuros	75.850.339	67.789.201	36.072.308	89.094.843	268.806.691	292.049.317
Swaps	9.938.875	16.691.512	19.678.975	46.341.593	92.650.955	66.586.199
Opções	846.275.922	58.376.764	176.964.941	26.898.044	1.108.515.671	2.331.971.056
Termo	3.392.768	7.970.738	3.625.680	2.259.070	17.248.256	1.445.147
Derivativos de Crédito	88.450	1.902.379	1.025.165	4.179.327	7.195.321	6.701.450
Forwards	6.635.781	14.065.782	6.899.353	3.684.058	31.284.974	36.958.479
Swaps com Verificação	-	-	-	50.873	50.873	12.050
Verificação de Swap	-	-	-	53.488	53.488	25.384
Outros	111.785	1.371.902	759.963	2.650.435	4.894.085	4.314.876

II - Derivativos por Contra Parte

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

	31/12/2011										31/12/2010
	Custo	Ajustes ao Valor de Mercado (no Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor de Mercado	%	Prazo de Vencimento					Acima de 720 dias	Valor de Mercado
					0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720		
ATIVO											
Futuros	75.678	(49.576)	26.102	0,3	395	51.759	4.860	(397)	(3.248)	(27.267)	-
BM&F Bovespa	75.672	(44.806)	30.866	0,3	517	57.727	4.733	(1.243)	(3.693)	(27.175)	-
Instituições Financeiras	-	(4.122)	(4.122)	0,0	(122)	(2.444)	201	(1.511)	(246)	-	-
Empresas	-	(648)	(648)	0,0	-	(3.530)	(74)	2.357	691	(92)	-
Pessoas Físicas	6	-	6	0,0	-	6	-	-	-	-	-
Prêmios de Opções	3.216.662	(71.475)	3.145.187	33,0	1.251.956	181.813	221.929	659.589	113.243	716.657	2.319.377
BM&F Bovespa	2.091.861	(403.323)	1.688.538	17,7	1.162.296	11.080	34.765	470.611	9.786	-	1.304.670
Instituições Financeiras	328.182	(42.582)	285.600	3,0	44.506	67.001	58.622	87.472	27.061	938	364.018
Empresas	796.619	374.430	1.171.049	12,3	45.154	103.732	128.542	101.506	76.396	715.719	650.502
Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	187
Operações a Termo	1.897.713	(53.817)	1.843.896	19,3	631.162	362.338	155.050	208.327	146.548	340.471	1.447.817
BM&F Bovespa	726.726	(546)	726.180	7,6	460.227	219.170	46.631	152	-	-	1.397.678
Instituições Financeiras	81.976	(854)	81.122	0,8	74.394	408	1.014	1.840	3.466	-	50.139
Empresas	1.089.011	(52.417)	1.036.594	10,9	96.541	142.760	107.405	206.335	143.082	340.471	-
Swaps - Ajuste a Receber	2.154.902	595.129	2.750.031	28,8	230.034	350.694	167.437	503.337	533.970	964.559	2.937.641
BM&F Bovespa	223.425	108.967	332.392	3,5	13.180	24.956	31.083	61.205	21.850	180.118	270.832
Instituições Financeiras	154.296	104.662	258.958	2,7	29.254	62.986	12.663	28.407	49.081	76.567	449.116
Empresas	1.773.662	380.420	2.154.082	22,6	186.693	261.554	122.101	413.419	462.723	707.592	2.196.090
Pessoas Físicas	3.519	1.080	4.599	0,0	907	1.198	1.590	306	316	282	21.603
Derivativos de Crédito	242.792	157.739	400.531	4,2	40	14.591	17.102	6.526	51.769	310.503	261.321
Instituições Financeiras	60.798	34.278	95.076	1,0	40	14.591	17.102	2.316	1.644	59.383	76.931
Empresas	181.994	123.461	305.455	3,2	-	-	-	4.210	50.125	251.120	184.390
Forwards	421.749	29.966	451.715	4,7	97.407	101.331	73.318	66.727	43.652	69.280	612.340
Instituições Financeiras	278.731	-	278.731	2,9	84.107	72.837	44.813	30.818	7.512	38.644	151.123
Empresas	142.715	29.978	172.693	1,8	13.153	28.391	28.474	35.909	36.130	30.636	459.565
Pessoas Físicas	303	(12)	291	0,0	147	103	31	-	10	-	1.652
Swaps com Verificação - Empresas	-	4.441	4.441	0,0	-	-	-	-	-	4.441	-
Outros - Instituições Financeiras	892.171	32.172	924.343	9,7	54.692	509.190	5.594	34.747	96.644	223.476	728.693
Instituições Financeiras	775.689	1.465	777.154	8,1	54.406	465.969	532	11.197	73.846	171.204	722.041
Empresas	116.482	30.707	147.189	1,6	286	43.221	5.062	23.550	22.798	52.272	6.652
Total	8.901.667	644.579	9.546.246	100,0	2.265.686	1.571.716	645.290	1.478.856	982.578	2.602.120	8.307.189
% por prazo de vencimento					23,7%	16,5%	6,8%	15,5%	10,2%	27,3%	
Total em 31/12/2010	7.518.121	789.068	8.307.189	100,0	1.686.236	2.014.656	573.176	1.314.565	753.686	1.964.870	
% por prazo de vencimento					20,3%	24,3%	6,9%	15,8%	9,1%	23,7%	

	31/12/2011										31/12/2010
	Custo	Ajustes ao Valor de Mercado (no Resultado / Patrimônio Líquido)	Valor de Mercado	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias	Valor de Mercado
PASSIVO											
Futuros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(56.197)
BM&F Bovespa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(58.735)
Instituições Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(737)
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.275
Prêmios de Opções	(2.003.716)	(602.582)	(2.606.298)	38,3	(1.203.954)	(290.029)	(234.708)	(711.838)	(153.522)	(12.247)	(2.073.235)
BM&F Bovespa	(1.403.003)	(365.030)	(1.768.033)	26,0	(1.113.901)	(87.219)	(20.299)	(483.560)	(63.054)	-	(1.677.346)
Instituições Financeiras	(488.895)	(198.646)	(687.541)	10,1	(85.559)	(185.347)	(179.812)	(162.022)	(63.439)	(11.362)	(298.902)
Empresas	(111.692)	(39.008)	(150.700)	2,2	(4.494)	(17.439)	(34.597)	(66.256)	(27.029)	(885)	(96.256)
Pessoas Físicas	(126)	102	(24)	0,0	-	(24)	-	-	-	-	(731)
Operações a Termo	(842.142)	24.824	(817.318)	12,0	(41.886)	(91.767)	(193.303)	(55.937)	(99.004)	(335.421)	(78.391)
BM&F Bovespa	-	(8)	(8)	0,0	-	-	(8)	-	-	-	-
Instituições Financeiras	(70.479)	3.549	(66.930)	1,0	(5.891)	(31.092)	(29.525)	(167)	(115)	(140)	(49.591)
Empresas	(771.663)	21.283	(750.380)	11,0	(35.995)	(60.675)	(163.770)	(55.770)	(98.889)	(335.281)	(28.800)
Swaps - Ajuste a Pagar	(2.082.542)	(713.931)	(2.796.473)	41,1	(211.414)	(177.127)	(116.146)	(532.912)	(497.274)	(1.261.600)	(2.016.363)
BM&F Bovespa	(337.082)	(180.052)	(517.134)	7,6	(6.109)	(10.625)	(24.338)	(130.538)	(101.963)	(243.561)	(388.871)
Instituições Financeiras	(446.003)	(235.806)	(681.809)	10,0	(133.912)	(75.391)	(13.005)	(40.886)	(110.062)	(308.553)	(397.090)
Empresas	(1.269.604)	(286.806)	(1.556.410)	22,9	(70.127)	(89.048)	(72.991)	(341.529)	(273.856)	(708.859)	(1.170.619)
Pessoas Físicas	(29.853)	(11.267)	(41.120)	0,6	(1.266)	(2.063)	(5.812)	(19.959)	(11.393)	(627)	(59.783)
Derivativos de Crédito	(89.329)	(21.440)	(110.769)	1,7	-	(5.127)	(8.953)	(6.760)	(8.873)	(81.056)	(127.437)
Instituições Financeiras	(89.091)	(17.409)	(106.500)	1,6	-	(5.127)	(8.953)	(4.540)	(7.488)	(80.392)	(124.798)
Empresas	(238)	(4.031)	(4.269)	0,1	-	-	-	(2.220)	(1.385)	(664)	(2.639)
Forwards	(352.364)	25.614	(326.750)	4,7	(69.029)	(67.263)	(61.015)	(48.599)	(47.031)	(33.813)	(1.109.970)
Instituições Financeiras	(247.121)	(1)	(247.122)	3,6	(56.219)	(50.964)	(40.448)	(32.641)	(38.172)	(28.678)	(628.098)
Empresas	(104.991)	25.665	(79.326)	1,1	(12.777)	(16.060)	(20.564)	(15.931)	(8.859)	(5.135)	(480.813)
Pessoas Físicas	(252)	(50)	(302)	0,0	(33)	(239)	(3)	(27)	-	-	(1.059)
Swaps com Verificação - Empresas	(174)	(2.306)	(2.480)	0,0	-	-	-	-	-	(2.480)	-
Outros	(134.221)	(13.007)	(147.228)	2,2	(170)	-	(5.257)	(5.905)	(110.649)	(25.247)	(243.242)
BM&F Bovespa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7)
Instituições Financeiras	(75.664)	(4.345)	(80.009)	1,2	(170)	-	-	-	(79.839)	-	(174.173)
Empresas	(58.557)	(8.662)	(67.219)	1,0	-	-	(5.257)	(5.905)	(30.810)	(25.247)	(69.026)
Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(36)
Total	(5.504.488)	(1.302.828)	(6.807.316)	100,0	(1.526.453)	(631.313)	(619.382)	(1.361.951)	(916.353)	(1.751.864)	(5.704.835)
% por prazo de vencimento					22,4%	9,3%	9,1%	20,0%	13,5%	25,7%	
Total em 31/12/2010	(5.667.816)	(37.019)	(5.704.835)	100,0	(1.146.305)	(837.818)	(586.321)	(1.408.613)	(744.365)	(981.413)	
% por prazo de vencimento					20,1%	14,7%	10,3%	24,7%	13,0%	17,2%	

III - Derivativos por Valor Referencial

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos por tipo de instrumento, demonstrada pelo seu valor referencial, por local de negociação (mercado organizado ou balcão) e contrapartes.

	31/12/2011								
	Futuros	Swaps	Opções	Termo	Derivativo Crédito	Forward	Swap com Verificação	Verificação de Swap	Outros
BM&F/Bovespa	207.682.736	12.905.296	1.063.857.655	1.299.979	-	-	-	-	-
Balcão	61.123.955	79.745.659	44.658.016	15.948.277	7.195.321	31.284.974	50.873	53.488	4.894.085
Instituições Financeiras	6.733.113	21.225.565	36.036.706	1.735.245	5.619.795	23.657.453	-	-	3.526.457
Empresas	54.390.392	55.756.355	8.612.773	14.213.032	1.575.526	7.597.207	50.873	53.488	1.367.628
Pessoas Físicas	450	2.763.739	8.537	-	-	30.314	-	-	-
Total	268.806.691	92.650.955	1.108.515.671	17.248.256	7.195.321	31.284.974	50.873	53.488	4.894.085
Total 31/12/2010	292.049.317	66.586.199	2.331.971.056	1.445.147	6.701.450	36.958.479	12.050	25.384	4.314.876



IV - Derivativos de Crédito

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio de Referência Exigido.

	Valor do Risco de Crédito	
	31/12/2011	31/12/2010
Transferidos	(3.659.633)	(3.289.161)
Swaps de créditos cujos ativos subjacentes são:		
Títulos e valores mobiliários	(2.471.934)	(2.872.680)
Swap de taxa de retorno total cujos ativos subjacentes são:		
Títulos e valores mobiliários	(1.187.699)	(416.481)
Recebidos	3.535.688	3.412.289
Swaps de créditos cujos ativos subjacentes são:		
Títulos e valores mobiliários	3.526.626	3.404.240
Swap de taxa de retorno total cujos ativos subjacente são:		
Títulos e valores mobiliários	9.062	8.049
Total	(123.945)	123.128

Durante o período não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

De acordo com a Resolução nº 3.490 do CMN, que passou a vigorar a partir de 01/07/2008 (Nota 3), o efeito no cálculo do Patrimônio de Referência Exigido em 31/12/2011 é de R\$ 91.751 (R\$ 255.726 em 31/12/2010).

V - Hedge Contábil

- a) O objetivo do relacionamento de *hedge* do ITAÚ UNIBANCO HOLDING é proteger os fluxos de caixa de pagamento de juros da dívida (CDB / Ações Preferenciais Resgatáveis) referente ao seu risco de taxa de juros variável (CDI / LIBOR), tornando o fluxo de caixa constante (prefixado) e independente das variações do DI Cetip Over e da LIBOR.

Para proteger os fluxos de caixa futuro da dívida contra a exposição à taxa de juros variável (CDI), em 31/12/2011 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING negociou contratos de Futuro DI na BM&FBOVESPA a vencer entre 2012 e 2017 no montante de R\$ 30.948.192 (R\$ 20.357.388 em 31/12/2010). Para proteger os fluxos de caixa futuro da dívida contra a exposição à taxa de juros variável (LIBOR), em 31/12/2011 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING negociou contratos de SWAPS com vencimento em 2015 no montante de R\$ 737.324 (R\$ 654.937 em 31/12/2010). Tais Instrumentos Financeiros Derivativos geraram ajuste a valor de mercado líquido dos efeitos tributários registrado no patrimônio líquido de R\$ (168.455) (R\$ (28.252) em 31/12/2010), sendo R\$ (151.774) (R\$ (17.081) em 31/12/2010) referentes a CDB e R\$ (16.681) (R\$ (11.171) em 31/12/2010) referente a Ações Preferenciais Resgatáveis. Os itens objeto de hedge totalizam R\$ 31.672.085 (R\$ 20.419.986 em 31/12/2010) sendo R\$ 30.934.761 (R\$ 19.765.049 em 31/12/2010) de CDB com vencimentos entre 2012 e 2017 e R\$ 737.324 (R\$ 654.937 em 31/12/2010) de SWAPS de Ações Preferenciais Resgatáveis com vencimento em 2015.

Os ganhos ou perdas relativos ao Hedge Contábil de fluxo de caixa, que esperamos reconhecer no resultado nos próximos 12 meses, montam em R\$ (179.954) (R\$ (83.757) em 31/12/2010).

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* estava em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN.

No 1º trimestre de 2011 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou uma operação de recompra de CDBs subordinados passivo gerando um efeito no patrimônio líquido de R\$ 3.210.

- b) As operações de swap contratadas em negociação associada à operação de captação e/ou aplicação no montante de R\$ 40.545 (R\$ 103.439 em 31/12/2010) estão registradas pelos valores atualizados conforme a variação incorrida dos respectivos indexadores ("curva"), e não são avaliadas pelo valor de mercado, conforme facultado pela Circular nº. 3.150/02 do BACEN.

VI - Resultado Realizado e não Realizado na Carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Swap	(475.822)	169.239
Termo	(139.496)	28.689
Futuro	(872.682)	1.247.597
Opções	311.738	695.155
Derivativos de Crédito	184.836	82.605
Outros	791.322	(301.594)
Varição Cambial Investimentos no Exterior	2.776.810	(1.065.833)
Total	2.576.706	855.858

VII - Acordos de Compensação

As operações de derivativos de balcão são contratadas sob convênios de derivativos que prevêm a compensação dos valores a pagar e receber decorrentes dos derivativos, nos termos do artigo terceiro do parágrafo segundo, da Resolução nº 3263 do CMN, de 24/02/2005.

i) Evolução do Ajuste a Valor de Mercado do Período

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Saldo Inicial	1.407.096	615.862
Ajustes com efeitos no:		
Resultado	(1.605.804)	658.631
Títulos para Negociação	(225.647)	(72.650)
Instrumentos Financeiros Derivativos	(1.380.157)	731.281
Patrimônio Líquido	38.365	132.603
Disponíveis para Venda	264.850	38.464
Hedge Contábil Instrumentos Financeiros Derivativos	(226.485)	94.139
Futuros	(216.530)	119.363
Swap	(9.955)	(25.224)
Saldo Final	(160.343)	1.407.096
Ajuste a Valor de Mercado	(160.343)	1.407.096
Títulos para Negociação	26.698	252.344
Títulos Disponíveis para Venda	718.599	453.749
Instrumentos Financeiros Derivativos	(905.640)	701.003
Para Negociação	(628.111)	752.047
Hedge Contábil	(277.529)	(51.044)
Futuros	(247.391)	(30.861)
Swap	(30.138)	(20.183)

O quadro abaixo demonstra, para melhor entendimento, o resultado não realizado de títulos disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento:

	31/12/2011	31/12/2010
Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda - Patrimônio Líquido	718.599	453.749
Ajuste de Títulos Mantidos até o Vencimento (*)	607.617	617.098
Total de Resultado Não Realizado	1.326.216	1.070.847

(*) Inclui o valor de R\$ 10.771 (R\$ 12.681 em 31/12/2010) do ajuste a mercado de títulos reclassificados até 31/12/2003, não reconhecidos no resultado.

j) Análise de Sensibilidade - CARTEIRAS DE NEGOCIAÇÃO (TRADING) E NÃO NEGOCIAÇÃO (BANKING)

Em cumprimento à Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, o Itaú Unibanco realizou análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes aos quais o conglomerado estava exposto. Cada fator de risco de mercado foi sensibilizado com aplicações de choques de 25% e 50%, tanto de crescimento quanto de queda. As maiores perdas resultantes, por fator de risco, em cada um dos cenários, foram apresentadas com impacto no resultado, líquido de efeitos fiscais, fornecendo uma visão da exposição do Itaú Unibanco em derivativos em cenários excepcionais.

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464 do CMN, de 26 de junho de 2007, e na Circular nº 3.354, de 27 de junho de 2007, do BACEN e no Novo Acordo de Capitais - Basileia II, os instrumentos financeiros, incluídas todas as operações com derivativos, são segregados em carteira de negociação e carteira de não negociação. A mensuração do risco de mercado é realizada observando esta mesma segregação de carteiras.

As análises de sensibilidade, aqui apresentadas, são uma avaliação estática de exposição do portfólio e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela instituição.

A carteira de negociação consiste em todas as operações, inclusive derivativos, com horizonte de investimentos de curto prazo, destinadas a hedge de outros instrumentos desta carteira ou trava de resultados de arbitragem.

Valores em BRL mil

Carteira Trading	Exposições	31/12/2011 (*)		
		Cenários		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	I	II	III
Prefixado	Taxa de juros prefixada em reais	(1.118)	(27.821)	(55.369)
Cupons Cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	246	(6.207)	(12.531)
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	(7.486)	(187.152)	(374.305)
Índices de Preços	Taxas de cupons de índices de preços	(163)	(4.060)	(8.083)
TR	Taxas de cupom de TR	367	(9.267)	(18.706)
Ações	Preços de ações	525	(13.121)	(26.243)
Total sem correlação		(7.629)	(247.628)	(495.236)
Total com correlação		(5.501)	(178.532)	(357.049)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

A carteira de não negociação é formada pelas operações não classificadas na carteira de negociação. Consiste de operações com horizonte de investimento de médio e longo prazos e seus respectivos hedges e as destinadas à gestão ativa dos riscos financeiros, que podem ou não ser realizados com derivativos.

Valores em BRL mil

Carteiras Trading e Banking	Exposições	31/12/2011 (*)		
		Cenários		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	I	II	III
Prefixado	Taxa de juros prefixada em reais	(4.343)	(108.226)	(215.754)
Cupons Cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	(1.068)	(26.420)	(52.268)
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	(1.960)	(49.009)	(98.018)
Índices de Preços	Taxas de cupons de índices de preços	(1.021)	(25.313)	(50.197)
TR	Taxas de cupom de TR	(3.355)	(82.061)	(160.429)
Ações	Preços de ações	1.381	(34.523)	(69.046)
Total sem correlação		(10.366)	(325.552)	(645.712)
Total com correlação		(7.474)	(234.712)	(465.538)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Para mensurar estas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações, que têm como base as informações divulgadas pelo mercado (BM&F BOVESPA, Anbima, etc).

Cenário II: Aplicação de choques de 25 pontos-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 25 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Cenário III: Aplicação de choques de 50 pontos-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 50 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Os derivativos contratados pelo Itaú Unibanco estão demonstrados no item Instrumentos Financeiros Derivativos, constante nesta nota.

NOTA 8 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO E OUTROS CRÉDITOS

a) Composição da Carteira com Característica de Concessão de Crédito

I - Por Tipo de Operação e Níveis de Risco

Níveis de Risco	31/12/2011										31/12/2010
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Operações de Crédito	104.011.016	99.360.447	26.212.747	15.307.490	13.234.918	2.903.159	2.458.183	1.824.200	9.224.454	274.536.614	220.560.307
Empréstimos e Títulos Descontados	45.824.837	49.086.216	14.979.238	12.394.717	11.598.879	2.126.145	1.957.545	1.505.531	8.234.652	147.707.760	121.832.381
Financiamentos	38.421.370	42.816.554	10.076.213	2.609.186	1.263.106	652.964	484.580	301.037	925.638	97.550.648	76.997.354
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	4.777.708	606.165	167.077	37.321	228.427	93.022	173	127	28.810	5.938.830	5.424.948
Financiamentos Imobiliários	14.987.101	6.851.512	990.219	266.266	144.506	31.028	15.885	17.505	35.354	23.339.376	16.305.624
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro	4.805.233	14.571.725	3.543.091	1.436.557	889.950	394.980	318.479	258.387	703.189	26.721.591	37.764.648
Operações com Cartões de Crédito	-	31.531.377	1.436.327	1.869.329	858.933	520.045	433.703	369.902	3.160.635	40.180.251	33.685.363
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (1)	2.657.957	923.474	228.154	35.208	68.418	8.539	-	2.915	10.721	3.935.386	2.860.760
Outros Créditos Diversos (2)	1.288	29.497	6.239	23.690	12.310	3.606	7.478	970	23.862	108.940	181.766
Total Operações com Característica de Concessão de Crédito	111.275.494	146.416.520	31.426.558	18.672.274	15.064.529	3.830.329	3.217.843	2.456.374	13.122.861	345.482.782	295.052.844
Avals e Fianças (3)										51.529.592	38.373.987
Total com Avals e Fianças	111.275.494	146.416.520	31.426.558	18.672.274	15.064.529	3.830.329	3.217.843	2.456.374	13.122.861	397.012.374	333.426.831
Total - 31/12/2010	49.370.286	142.580.785	56.024.916	16.120.094	11.169.103	4.580.021	2.868.243	1.781.222	10.558.174	295.052.844	

(1) Composto por Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio e Rendas de Adiantamentos Concedidos, reclassificados de Obrigações - Carteira de Câmbio / Outros Créditos (Nota 2a);

(2) Compostos por Títulos e Créditos a Receber, Devedores por Compra de Valores e Baus e Avals e Fianças Honorados;

(3) Contabilizados em Contas de Compensação.

II - Por Faixas de Vencimento e Níveis de Risco

	31/12/2011									31/12/2010	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
	OPERAÇÕES EM CURSO ANORMAL (1) (2)										
Parcelas Vincendas	-	-	3.417.783	3.279.619	2.818.553	1.603.786	1.324.479	1.020.744	4.223.906	17.688.870	11.754.878
01 a 30	-	-	206.281	215.961	161.529	74.863	58.602	49.154	406.496	1.172.886	636.712
31 a 60	-	-	115.116	114.312	113.858	60.643	54.699	42.237	205.335	706.200	621.905
61 a 90	-	-	114.292	112.769	103.699	59.693	49.531	42.138	197.779	679.901	546.108
91 a 180	-	-	329.188	311.942	300.053	170.169	174.931	116.865	536.219	1.939.367	1.522.926
181 a 365	-	-	605.243	568.856	553.828	312.724	260.225	214.513	915.109	3.430.498	2.581.308
Acima de 365	-	-	2.047.663	1.955.779	1.585.586	925.694	726.491	555.837	1.962.968	9.760.018	5.845.919
Parcelas Vencidas	-	-	546.294	688.980	1.214.593	1.015.932	1.034.946	944.154	6.675.077	12.119.976	10.269.107
01 a 14	-	-	28.013	76.267	65.269	33.478	25.760	21.116	102.923	352.626	278.195
15 a 30	-	-	466.902	110.771	184.235	62.467	40.073	29.875	164.050	1.058.373	1.063.084
31 a 60	-	-	51.379	444.602	308.051	156.009	162.535	61.302	287.161	1.471.039	1.362.933
61 a 90	-	-	-	42.429	599.822	191.134	157.918	88.349	321.611	1.401.263	1.024.027
91 a 180	-	-	-	14.911	57.216	540.131	606.291	700.985	1.324.238	3.243.772	2.668.409
181 a 365	-	-	-	-	-	32.713	42.369	42.527	4.268.987	4.386.596	3.624.643
Acima de 365	-	-	-	-	-	-	-	-	206.107	206.107	247.816
SUBTOTAL	-	-	3.964.077	3.968.599	4.033.146	2.619.718	2.359.425	1.964.898	10.898.983	29.808.846	22.023.985
PROVISÃO ESPECÍFICA	-	-	(39.640)	(119.058)	(403.315)	(785.915)	(1.179.713)	(1.375.429)	(10.898.983)	(14.802.053)	(11.217.317)
SUBTOTAL - 31/12/2010	-	-	2.963.550	2.781.866	2.697.374	2.144.336	1.655.290	1.393.423	8.388.146	22.023.985	
	OPERAÇÕES EM CURSO NORMAL										
Parcelas Vincendas	110.471.028	145.430.455	27.233.846	14.282.454	10.819.500	1.176.575	828.410	476.225	2.173.999	312.892.492	271.070.610
01 a 30	9.723.156	24.712.809	4.858.581	4.654.475	3.364.234	175.198	111.245	60.050	574.576	48.234.324	40.375.447
31 a 60	9.395.845	13.507.877	1.914.979	1.084.983	640.673	67.823	45.625	30.940	232.417	26.921.162	23.426.165
61 a 90	5.690.180	8.731.428	1.602.619	889.309	513.289	82.203	41.334	19.025	135.668	17.705.055	17.087.370
91 a 180	12.746.155	16.051.071	2.904.421	1.655.287	1.103.358	117.661	58.833	43.480	244.987	34.925.253	31.636.386
181 a 365	15.718.621	20.708.001	4.552.891	1.905.820	1.673.551	153.994	109.509	72.570	258.290	45.153.247	41.707.644
Acima de 365	57.197.071	61.719.269	11.400.355	4.092.580	3.524.395	579.696	461.864	250.160	728.061	139.953.451	116.837.598
Parcelas Vencidas até 14 dias	804.466	986.065	228.635	421.221	211.883	34.036	30.008	15.251	49.879	2.781.444	1.958.249
SUBTOTAL	111.275.494	146.416.520	27.462.481	14.703.675	11.031.383	1.210.611	858.418	491.476	2.223.878	315.673.936	273.028.859
PROVISÃO GÊNÉRICA	-	(732.082)	(274.625)	(441.111)	(1.103.138)	(363.183)	(429.209)	(344.033)	(2.223.878)	(5.911.259)	(6.269.506)
SUBTOTAL - 31/12/2010	49.370.286	142.580.785	53.061.366	13.338.228	8.471.729	2.435.685	1.212.953	387.799	2.170.028	273.028.859	
TOTAL GERAL	111.275.494	146.416.520	31.426.558	18.672.274	15.064.529	3.830.329	3.217.843	2.456.374	13.122.861	345.482.782	295.052.844
PROVISÃO EXISTENTE	-	(732.082)	(314.265)	(580.169)	(4.419.271)	(1.914.781)	(2.252.169)	(2.456.129)	(13.122.861)	(25.771.727)	(22.018.218)
Provisão Requerida (3)	-	(732.082)	(314.265)	(580.169)	(1.506.453)	(1.149.098)	(1.608.922)	(1.719.462)	(13.122.861)	(20.713.312)	(17.486.823)
Provisão Complementar (4)	-	-	-	-	(2.912.818)	(765.683)	(643.247)	(736.667)	-	(5.058.415)	(4.531.395)
TOTAL GERAL 31/12/2010	49.370.286	142.580.785	56.024.916	16.120.094	11.169.103	4.580.021	2.868.243	1.781.222	10.558.174	295.052.844	
PROVISÃO EXISTENTE	-	(712.904)	(560.250)	(759.198)	(3.349.614)	(2.289.552)	(2.007.483)	(1.781.043)	(10.558.174)	(22.018.218)	
Provisão Requerida (3)	-	(712.904)	(560.250)	(483.603)	(1.116.910)	(1.374.006)	(1.434.121)	(1.246.855)	(10.558.174)	(17.486.823)	
Provisão Complementar (4)	-	-	-	(275.595)	(2.232.704)	(915.546)	(573.362)	(534.188)	-	(4.531.395)	

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias ou de responsabilidade de empresas concordatárias ou em processo de falência;

(2) O saldo das operações não atualizadas ("Non Accrual") montam em R\$ 20.448.398 (R\$ 14.850.519 em 31/12/2010);

(3) Foi mantida a política de não utilizar a classificação de risco "AA" para pessoas físicas. Em consequência todas as operações de crédito efetuadas com clientes classificados nesses segmentos são oneradas pela constituição de provisão quando da concessão do crédito;

(4) Alocada em cada nível de risco, por solicitação do BACEN, de modo a explicitar os adicionais quantificados para manter a robustez necessária à absorção de eventuais aumentos de inadimplência observados em cenários históricos de perda incorrida.

III - Por Setores de Atividade

	31/12/2011	%	31/12/2010	%
SETOR PÚBLICO	2.010.353	0,6	1.165.860	0,5
Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	411.774	0,1	565.373	0,2
Química e Petroquímica	613.367	0,2	272.565	0,1
Outros	985.212	0,3	327.922	0,1
SETOR PRIVADO	343.472.429	99,4	293.886.984	99,5
PESSOA JURÍDICA	188.118.136	54,4	161.561.353	54,6
INDÚSTRIA E COMÉRCIO	99.862.499	28,9	85.113.228	28,8
Alimentos e Bebidas	16.588.060	4,8	14.344.592	4,9
Autopeças e Acessórios	4.776.173	1,4	3.867.481	1,3
Bens de Capital Agrícola	1.021.056	0,3	847.518	0,3
Bens de Capital Industrial	5.642.929	1,6	5.172.365	1,8
Celulose e Papel	2.330.319	0,7	2.361.801	0,8
Distribuição de Combustíveis	2.195.430	0,6	1.893.279	0,6
Eletrônicos	6.977.488	2,0	6.945.799	2,4
Farmacêutica	2.768.508	0,8	2.098.890	0,7
Fertilizantes, Adubos, Inseticidas e Defensivos	1.650.528	0,5	1.313.974	0,4
Fumo	275.434	0,1	373.160	0,1
Importação e Exportação	1.894.570	0,5	1.996.909	0,7
Materiais e Equipamentos Médico Hospitalar	1.035.369	0,3	918.736	0,3
Material de Construção	5.299.718	1,5	4.398.567	1,5
Metalurgia e Siderurgia	7.534.425	2,2	6.876.259	2,3
Móveis e Madeira	3.060.849	0,9	2.710.836	0,9
Química e Petroquímica	7.051.031	2,0	5.330.789	1,8
Supermercados	1.640.950	0,5	1.088.887	0,4
Veículos Leves e Pesados	7.653.253	2,2	5.942.477	2,0
Vestuário	9.062.054	2,6	7.682.679	2,6
Outros Comércio	5.858.663	1,7	4.940.944	1,7
Outros Indústria	5.545.692	1,6	4.007.286	1,4
SERVIÇOS	70.649.267	20,4	60.313.047	20,4
Construção Pesada (Empreiteiras)	3.737.145	1,1	3.317.358	1,1
Financeiro	5.273.058	1,5	5.331.036	1,8
Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	5.281.264	1,5	5.216.304	1,8
Holding	3.264.627	0,9	3.037.021	1,0
Imobiliário	11.367.739	3,3	9.568.362	3,2
Mídia	3.092.746	0,9	2.697.881	0,9
Prestadoras de Serviços	4.752.916	1,4	4.487.883	1,5
Saúde	1.730.067	0,5	1.953.773	0,7
Telecomunicações	1.175.256	0,3	1.058.677	0,4
Transportes	15.961.549	4,6	11.931.044	4,0
Outros Serviços	15.012.900	4,3	11.713.708	4,0
SETOR PRIMÁRIO	16.109.347	4,7	13.948.391	4,7
Agroindústria	13.729.411	4,0	11.742.958	4,0
Mineração	2.379.936	0,7	2.205.433	0,7
OUTROS Pessoa Jurídica	1.497.023	0,4	2.186.687	0,7
PESSOA FÍSICA	155.354.293	45,0	132.325.631	44,9
Cartão de Crédito	39.801.064	11,5	33.892.494	11,5
CDC / Conta Corrente	38.640.877	11,2	27.518.496	9,3
Crédito Imobiliário	16.819.163	4,9	10.790.484	3,7
Veículos	60.093.189	17,4	60.124.157	20,4
TOTAL GERAL	345.482.782	100,0	295.052.844	100,0

b) Concentração de Crédito

Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro e Outros Créditos (*)	31/12/2011		31/12/2010	
	Risco	% do Total	Risco	% do Total
Maior Devedor	3.099.722	0,8	2.313.377	0,7
10 Maiores Devedores	21.999.582	5,5	18.099.197	5,4
20 Maiores Devedores	36.715.537	9,3	29.008.782	8,7
50 Maiores Devedores	59.376.674	15,0	48.566.953	14,5
100 Maiores Devedores	77.454.351	19,5	64.956.470	19,4

Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil Financeiro, Outros Créditos e Títulos e Valores Mobiliários de Empresas e Instituições Financeiras (*)	31/12/2011		31/12/2010	
	Risco	% do Total	Risco	% do Total
Maior Devedor	4.516.385	1,0	4.436.216	1,2
10 Maiores Devedores	30.722.398	7,0	28.567.215	7,6
20 Maiores Devedores	49.679.952	11,3	44.697.920	11,9
50 Maiores Devedores	80.560.182	18,4	69.990.469	18,7
100 Maiores Devedores	104.000.316	23,7	92.206.387	24,6

(*) Os valores incluem Avais e Fianças.

c) Evolução da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Saldo Inicial	(22.018.218)	(23.702.735)
Constituição Líquida do Período	(19.911.948)	(14.120.560)
Requerida pela Resolução nº 2.682/99	(19.384.928)	(15.693.165)
Complementar (3)	(527.020)	1.572.605
Write-Off	16.158.439	15.805.077
Saldo Final	(25.771.727)	(22.018.218)
Provisão requerida pela Resolução 2.682/99	(20.713.312)	(17.486.823)
Provisão Específica (1)	(14.802.053)	(11.217.317)
Provisão Genérica (2)	(5.911.259)	(6.269.506)
Provisão Complementar (3)	(5.058.415)	(4.531.395)

(1) Para as operações que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias ou de responsabilidade de empresas concordatárias, ou em processo de falência;

(2) Para operações não enquadradas no item anterior em função da classificação do cliente ou da operação;

(3) A partir do 1º trimestre de 2011 refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN, utilizando – se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição, que considera inclusive as perdas potenciais para créditos rotativos.

Em 2010, reduziu-se a necessidade da PDD complementar, associada às novas orientações de Basileia III, onde os efeitos anticíclicos passam a ser tratados na base de capital.

Em 31/12/2011, o saldo da provisão em relação à carteira de crédito equivale a 7,5% (7,5% em 31/12/2010).

d) Recuperação e Renegociação de Créditos

I - Composição do Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(19.911.948)	(14.120.560)
Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	5.488.194	4.209.205
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.423.754)	(9.911.355)

II - Créditos Renegociados

	31/12/2011	31/12/2010
Créditos Renegociados	14.570.189	9.032.483
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.105.115)	(4.214.187)
(%)	41,9	46,7

e) Operações Ativas Vinculadas

Apresentamos abaixo informações relativas a operações ativas vinculadas, realizadas na forma prevista na Resolução nº 2.921, de 17/01/2002, do CMN.

	31/12/2011				01/01 a 31/12/2011
	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Total	Receitas (Despesas)
Operações Ativas Vinculadas					
Operações de Crédito	480	110.569	26.261	137.310	22.740
Obrigações por Operações Ativas Vinculadas					
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	480	110.569	26.261	137.310	(22.715)
Resultado líquido das operações vinculadas					25

Em 31/12/2011, não havia operações inadimplentes.

f) Operações de Vendas ou Transferências de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução 3.809 de 28/10/2009 do CMN, o montante das operações de vendas ou transferências de ativos financeiros onde a entidade reteve substancialmente os riscos e benefícios é de R\$ 554.290 composto exclusivamente por operações de Crédito Imobiliário R\$ 534.193 e Crédito Rural R\$ 20.097, cedidos com coobrigação.

g) Cessão de Crédito

No ano de 2011, foram realizadas cessões de crédito sem coobrigação, amparadas no disposto na Resolução nº 2.836, de 30 de maio de 2001, do CMN, sendo com Partes Relacionadas no valor de R\$ 318.776, sem impacto no resultado consolidado, e com Empresas Não Ligadas, no valor de R\$ 2.271.369 com efeito no resultado de R\$ 546.

NOTA 9 - CARTEIRA DE CÂMBIO

	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO - OUTROS CRÉDITOS	26.449.799	21.592.818
Câmbio Comprado a Liquidar - ME	15.486.310	10.649.825
Direitos sobre Vendas de Câmbio - MN	11.277.758	11.204.440
(Adiantamentos Recebidos) - MN	(314.269)	(261.447)
PASSIVO - OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 2a)	26.181.570	22.034.954
Câmbio Vendido a Liquidar - ME	11.130.675	10.924.697
Obrigações por Compras de Câmbio - MN	15.046.806	11.106.115
Outras	4.089	4.142
CONTAS DE COMPENSAÇÃO	1.143.965	588.785
Créditos Abertos para Importação - ME	1.129.766	550.378
Créditos de Exportação Confirmados - ME	14.199	38.407

NOTA 10 - CAPTAÇÃO DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Resumo

	31/12/2011						31/12/2010	
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%	Total	%
Depósitos	127.685.624	19.849.754	11.920.160	83.180.884	242.636.422	41,9	202.688.057	39,8
Captações no Mercado Aberto	59.279.439	11.396.283	11.137.676	107.005.139	188.818.537	32,5	199.656.353	39,1
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4.862.330	15.756.393	8.840.626	22.097.865	51.557.214	8,9	25.591.719	5,0
Obrigações por Empréstimos e Repasses	4.025.673	12.771.562	12.212.552	27.592.273	56.602.060	9,8	47.337.964	9,3
Dívidas Subordinadas (*)	59.547	8.157.341	2.501.565	28.996.734	39.715.187	6,9	34.487.665	6,8
TOTAL	195.912.613	67.931.333	46.612.579	268.872.895	579.329.420		509.761.758	
% por prazo de vencimento	33,9	11,7	8,0	46,4				
TOTAL - 31/12/2010	194.833.143	56.868.707	47.631.276	210.428.632	509.761.758			
% por prazo de vencimento	38,2	11,2	9,3	41,3				

(*) Inclui R\$ 740.703 (R\$ 657.794 em 31/12/2010) de Ações Preferenciais Resgatáveis classificadas no Balanço na rubrica de Participações Minoritárias.

b) Depósitos

	31/12/2011						31/12/2010	
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%	Total	%
À vista	28.932.523	-	-	-	28.932.523	11,9	25.537.134	12,6
Poupança	67.169.544	-	-	-	67.169.544	27,7	57.899.455	28,6
Interfinanceiros	666.096	682.565	444.847	272.115	2.065.623	0,9	1.929.417	1,0
A prazo	30.917.461	19.167.189	11.475.313	82.908.769	144.468.732	59,5	116.416.375	57,4
Outros Depósitos	-	-	-	-	-	0,0	905.676	0,4
TOTAL	127.685.624	19.849.754	11.920.160	83.180.884	242.636.422		202.688.057	
% por prazo de vencimento	52,6	8,2	4,9	34,3				
TOTAL - 31/12/2010	100.018.287	17.549.791	21.980.529	63.139.450	202.688.057			
% por prazo de vencimento	49,3	8,7	10,8	31,2				

No ITAÚ UNIBANCO, a Carteira é composta por Depósitos Interfinanceiros no montante de R\$ 4.832.444 (R\$ 3.344.008 em 31/12/2010 com vencimento acima de 365 dias) com vencimento entre 181 e 365 dias.

c) Captações no Mercado Aberto

	31/12/2011						31/12/2010	
	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	Total	%	Total	%
Carteira Própria	22.744.688	11.393.389	9.333.011	92.576.432	136.047.520	72,0	164.896.376	82,5
Títulos Públicos	14.151.360	296.240	55.840	41.372	14.544.812	7,7	49.038.804	24,6
Emissão Própria	2.912.640	10.267.326	9.277.155	91.698.285	114.155.406	60,4	101.284.273	50,7
Exterior	5.680.688	829.823	16	836.775	7.347.302	3,9	14.573.299	7,2
Carteira de Terceiros	36.534.751	2.894	-	-	36.537.645	19,4	23.069.503	11,6
Carteira Livre Movimentação	-	-	1.804.665	14.428.707	16.233.372	8,6	11.690.474	5,9
TOTAL	59.279.439	11.396.283	11.137.676	107.005.139	188.818.537		199.656.353	
% por Prazo de Vencimento	31,4	6,0	5,9	56,7				
TOTAL - 31/12/2010	89.009.486	21.368.715	12.066.794	77.211.358	199.656.353			
% por Prazo de Vencimento	44,6	10,7	6,0	38,7				

d) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	31/12/2011						31/12/2010	
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%	Total	%
RECURSOS DE LETRAS:	2.095.437	11.817.298	4.561.344	15.113.364	33.587.443	65,2	14.277.689	55,8
de Crédito Imobiliário	1.832.885	10.311.381	2.326.128	1.280.813	15.751.207	30,5	8.736.478	34,1
Financeiras	-	600.719	1.943.400	11.763.592	14.307.711	27,8	2.465.749	9,7
de Crédito do Agronegócio	253.798	894.371	274.329	1.862.017	3.284.515	6,4	2.773.523	10,8
Hipotecárias	8.754	10.827	17.487	206.942	244.010	0,5	301.939	1,2
DEBÊNTURES	-	27.583	1.011.150	63	1.038.796	2,0	1.384.093	5,4
OBRIGAÇÕES POR TVM NO EXTERIOR	2.766.893	3.911.512	3.268.132	6.984.438	16.930.975	32,8	9.929.937	38,8
Trade Related - Emitidos no Exterior - Structure Note Issued	-	-	-	-	-	-	1.668.412	6,5
Non-Trade Related - Emitidos no Exterior	2.766.893	3.911.512	3.268.132	6.984.438	16.930.975	32,8	8.261.525	32,3
Euro Certificates of Deposits	2.649.835	2.238.669	1.870.582	37.874	6.796.960	13,2	1.327.943	5,2
Structure Note Issued	66.257	1.281.649	1.093.844	2.453.464	4.895.214	9,5	336.113	1,3
Brazil Risk Note Programme	18.705	288.724	238.506	2.667.112	3.213.047	6,2	4.162.533	16,3
Bônus	6.127	13.708	19.467	1.037.424	1.076.726	2,1	-	-
Fixed Rate Notes	1.351	60.587	22.970	463.379	548.287	1,1	279.036	1,1
Euro Medium Term Note Programme	709	3.225	1.229	272.035	277.198	0,5	417.680	1,6
Medium Term Note	23.103	24.594	21.210	43.481	112.388	0,2	125.798	0,5
Euro Bonds	-	356	324	9.669	10.349	0,0	1.600.668	6,3
Outros	806	-	-	-	806	0,0	11.754	0,0
TOTAL	4.862.330	15.756.393	8.840.626	22.097.865	51.557.214		25.591.719	
% por prazo de vencimento	9,4	30,6	17,1	42,9				
TOTAL - 31/12/2010	3.408.341	9.508.486	1.664.945	11.009.947	25.591.719			
% por prazo de vencimento	13,3	37,2	6,5	43,0				

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING a Carteira é composta por Brazil Risk Note Programme com vencimento de 31 a 180 dias no montante de R\$ 5.542 (R\$ 5.542 em 31/12/2010) e acima de 365 dias no montante de R\$ 500.000 (R\$ 500.000 em 31/12/2010), totalizando R\$ 505.542 (R\$ 505.542 em 31/12/2010).

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

	31/12/2011						31/12/2010	
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%	Total	%
EMPRÉSTIMOS	3.183.594	8.780.342	6.008.422	3.170.360	21.142.718	37,3	15.648.854	33,0
no País	1.308.292	1.582.450	1.615	6.264	2.898.621	5,1	1.797.094	3,8
no Exterior (*)	1.875.302	7.197.892	6.006.807	3.164.096	18.244.097	32,2	13.851.760	29,2
REPASSES	842.079	3.991.220	6.204.130	24.421.913	35.459.342	62,7	31.689.110	67,0
do País - Instituições Oficiais	842.079	3.986.835	6.199.817	23.849.081	34.877.812	61,7	31.615.059	66,8
BNDES	242.170	1.189.945	1.261.187	7.435.745	10.129.047	17,9	10.366.702	21,9
FINAME	561.493	2.691.039	4.835.687	16.166.482	24.254.701	42,9	20.742.484	43,8
Outros	38.416	105.851	102.943	246.854	494.064	0,9	505.873	1,1
do Exterior	-	4.385	4.313	572.832	581.530	1,0	74.051	0,2
TOTAL	4.025.673	12.771.562	12.212.552	27.592.273	56.602.060		47.337.964	
% por prazo de vencimento	7,1	22,6	21,6	48,7				
TOTAL - 31/12/2010	2.369.403	8.384.114	11.024.448	25.559.999	47.337.964			
% por prazo de vencimento	5,0	17,7	23,3	54,0				

(*) Os Empréstimos no Exterior estão representados, basicamente, por aplicações em operações comerciais de câmbio, relativas a pré-financiamentos à Exportação e financiamentos à Importação.

f) Dívidas Subordinadas

As captações efetuadas mediante emissão de títulos de dívida subordinada, observadas as condições determinadas pela Resolução nº 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/01/2008, do CMN, são:

	31/12/2011					31/12/2010		
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%	Total	%
CDB	-	8.124.645	2.498.487	12.600.411	23.223.543	58,5	25.859.401	75,0
Letras Financeiras	-	-	-	10.254.003	10.254.003	25,8	2.570.272	7,4
Euronotes	59.547	26.167	-	5.136.238	5.221.952	13,1	4.295.636	12,5
Bônus	-	3.150	3.078	293.096	299.324	0,8	299.624	0,9
Eurobonds	-	-	-	-	-	-	845.583	2,4
(-) Custo de transação incorrido (Nota 4b)	-	-	-	(24.338)	(24.338)	(0,1)	(40.645)	(0,1)
TOTAL OUTRAS OBRIGAÇÕES	59.547	8.153.962	2.501.565	28.259.410	38.974.484		33.829.871	
Ações Preferenciais Resgatáveis	-	3.379	-	737.324	740.703	1,9	657.794	1,9
TOTAL GERAL	59.547	8.157.341	2.501.565	28.996.734	39.715.187		34.487.665	
% por prazo de vencimento	0,1	20,5	6,3	73,0				
TOTAL - 31/12/2010	27.626	57.601	894.560	33.507.878	34.487.665			
% por prazo de vencimento	0,1	0,2	2,6	97,2				

Descrição

Nome do Papel	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Principal R\$
CDB Subordinado				
	2007	2012	103,5% a 104% do CDI	4.969.704
			100% do CDI + 0,35% a 0,45%	731.836
			IGPM + 7,31 a 7,35%	278.350
	2002	2012	102,5% do CDI	200.000
	2008	2013	100% do CDI + 0,50% a 0,6%	1.558.200
			106% a 107% do CDI	48.401
	2003	2013	102% do CDI	40.000
	2007	2014	100% do CDI + 0,35% a 0,6%	1.864.500
	2007	2014	IGPM + 7,35%	33.200
	2008	2014	112% do CDI	1.000.000
	2008	2015	119,8% do CDI	400.000
	2010	2015	113% do CDI	50.000
	2006	2016	100% do CDI + 0,47% (*)	465.835
	2010	2016	110% a 114% do CDI	2.719.268
	2010	2016	IPCA + 7,33%	122.500
	2010	2017	IPCA + 7,45%	366.830
			TOTAL	14.848.624
Letra Financeira Subordinada				
	2010	2016	100% do CDI + 1,35% a 1,36%	365.000
	2010	2016	112% a 112,5% do CDI	1.874.000
	2010	2016	IPCA + 7%	30.000
	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,2%	206.000
	2011	2017	108% a 112% do CDI	3.223.500
	2011	2017	IPCA + 6,15% a 7,8%	352.400
	2011	2017	IGPM + 6,55% a 7,6%	138.000
	2011	2017	100% do CDI + 1,29% a 1,52%	3.650.000
	2011	2018	IGPM + 7%	42.000
	2011	2018	IPCA + 7,53% a 7,7%	30.000
	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	2.000
	2011	2021	109,25 a 110,5% do CDI	6.000
			TOTAL	9.918.900
Euronotes Subordinado				
	2010	2020	6,200%	1.730.600
	2010	2021	5,750%	1.694.200
	2011	2021	5,750%	418.350
	2011	2021	6,200%	780.550
			TOTAL	4.623.700
Bônus Subordinado				
	2005	2015	1,42%	193.834
	2008	2033	3,5% a 4,5%	141.127
			TOTAL	334.961
Ações Preferenciais				
	2002	2015	3,04%	1.388.841

(*) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, a carteira é composta por Euronotes Subordinado com vencimento até 30 dias no montante de R\$ 59.547 (R\$ 26.081 em 31/12/2010), com vencimento de 91 a 180 no montante de R\$ 26.167 (R\$ 21.809 em 31/12/2010) e acima de 365 dias no montante de R\$ 5.111.734 (R\$ 3.304.889 em 31/12/2010), totalizando R\$ 5.197.448 (R\$ 3.352.779 em 31/12/2010).

NOTA 11 - OPERAÇÕES COM SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO

a) Composição das Provisões Técnicas por Segmento

	SEGUROS		PREVIDÊNCIA		CAPITALIZAÇÃO		TOTAL	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	27.913	30.411	61.953.126	50.072.553	-	-	61.981.039	50.102.964
Prêmios não Ganhos	3.025.552	2.456.817	-	-	-	-	3.025.552	2.456.817
Sinistros a Liquidar	2.297.299	2.161.939	-	-	-	-	2.297.299	2.161.939
Excedente Financeiro	1.528	1.572	475.297	459.452	-	-	476.825	461.024
IBNR	712.416	585.627	10.083	9.615	-	-	722.499	595.242
Insuficiência de Prêmios	312.950	271.953	-	-	-	-	312.950	271.953
Insuficiência de Contribuição	-	296	691.816	603.073	-	-	691.816	603.369
Matemática Para Resgates	-	-	-	-	2.783.686	2.553.163	2.783.686	2.553.163
Contingência de Sorteio	-	-	-	-	16.269	20.420	16.269	20.420
Outras	1.242.735	1.117.722	165.579	176.472	38.215	29.682	1.446.529	1.323.876
TOTAL	7.620.393	6.626.337	63.295.901	51.321.165	2.838.170	2.603.265	73.754.464	60.550.767

b) Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - SUSEP

	SEGUROS		PREVIDÊNCIA		CAPITALIZAÇÃO		TOTAL	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - Aplicações no Mercado Aberto	968.945	1.284.608	793.227	822.598	1.053.841	1.238.731	2.816.013	3.345.937
Titulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	2.905.087	1.849.988	62.811.907	50.711.040	1.794.240	1.407.015	67.511.234	53.968.043
Cotas de Fundos de PGBL/VGBL (1)	-	-	57.733.857	46.050.748	-	-	57.733.857	46.050.748
Títulos Públicos - Brasil	-	-	37.539.235	32.408.482	-	-	37.539.235	32.408.482
Letras do Tesouro Nacional	-	-	20.107.159	20.296.305	-	-	20.107.159	20.296.305
Notas do Tesouro Nacional	-	-	14.627.549	10.527.858	-	-	14.627.549	10.527.858
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	2.804.527	1.584.319	-	-	2.804.527	1.584.319
Títulos de Empresas	-	-	20.131.251	12.960.448	-	-	20.131.251	12.960.448
Certificados de Depósito Bancário	-	-	6.734.938	6.481.482	-	-	6.734.938	6.481.482
Debêntures	-	-	4.671.648	4.433.813	-	-	4.671.648	4.433.813
Ações	-	-	1.661.648	1.998.819	-	-	1.661.648	1.998.819
Cotas de Fundos	-	-	-	43.175	-	-	-	43.175
Notas Promissórias	-	-	-	1.672	-	-	-	1.672
Notas de Crédito	-	-	562.403	-	-	-	562.403	-
Letras Financeiras	-	-	6.498.043	-	-	-	6.498.043	-
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	2.571	1.487	-	-	2.571	1.487
Cotas de Fundos de PGBL/VGBL	-	-	49.544	620.665	-	-	49.544	620.665
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	34.796	36.462	-	-	34.796	36.462
Contas a Receber / (Pagar)	-	-	(20.969)	24.691	-	-	(20.969)	24.691
Outros Títulos	2.905.087	1.849.988	5.078.050	4.660.292	1.794.240	1.407.015	9.777.377	7.917.295
Públicos	877.820	731.291	3.799.809	3.457.809	143.922	133.844	4.821.551	4.322.944
Privados	2.027.267	1.118.697	1.278.241	1.202.483	1.650.318	1.273.171	4.955.826	3.594.351
Créditos com Operações de Seguros e Resseguros (2)	4.019.679	3.526.850	-	-	-	-	4.019.679	3.526.850
Direitos Creditórios	891.600	827.525	-	-	-	-	891.600	827.525
Comercialização - Extensão de Garantia	1.256.753	1.103.875	-	-	-	-	1.256.753	1.103.875
Resseguros	1.871.326	1.595.450	-	-	-	-	1.871.326	1.595.450
Depósito Judicial de Sinistro	25.364	36.510	-	-	-	-	25.364	36.510
TOTAL	7.919.075	6.697.956	63.605.134	51.533.638	2.848.081	2.645.746	74.372.290	60.877.340

(1) Carteira de títulos dos planos de previdência PGBL e VGBL cuja propriedade e os riscos envolvidos são de clientes, contabilizada como Títulos e Valores Mobiliários - Títulos para Negociação, tendo como contrapartida no passivo, a rubrica Provisões Técnicas de Previdência, apresentada no Exigível a Longo Prazo, conforme determina a SUSEP;

(2) Registrado em Outros Créditos e Outros Valores e Bens.

c) Resultado Financeiro e Operacional por Segmento

	SEGUROS		PREVIDÊNCIA		CAPITALIZAÇÃO		TOTAL	
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Resultado Financeiro de Seguros, Previdência e Capitalização	315.472	231.960	227.307	265.888	147.387	86.677	690.166	584.525
Receitas Financeiras	372.237	292.072	5.224.135	3.982.106	333.253	238.494	5.929.625	4.512.672
Despesas Financeiras	(56.765)	(60.112)	(4.996.828)	(3.716.218)	(185.866)	(151.817)	(5.239.459)	(3.928.147)
Resultado Operacional de Seguros, Previdência e Capitalização	2.177.054	1.707.602	35.199	54.244	502.156	338.038	2.714.409	2.099.884
Receita de Prêmios e Contribuições	5.366.322	4.904.457	11.802.283	8.732.815	1.891.485	1.626.773	19.060.090	15.264.045
Variações das Provisões Técnicas	(615.724)	(368.831)	(11.748.552)	(8.643.688)	610	11.947	(12.363.666)	(9.000.572)
Despesas com Sinistros, Benefícios, Resgates e Sorteios	(1.512.273)	(1.607.993)	(17.661)	(27.941)	(1.400.081)	(1.289.164)	(2.930.015)	(2.925.098)
Despesas de Comercialização	(981.676)	(977.539)	(2.246)	(14.436)	(4.624)	(11.441)	(988.546)	(1.003.416)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(79.595)	(242.492)	1.375	7.494	14.766	(77)	(63.454)	(235.075)
Total do Resultado de Seguros, Previdência e Capitalização	2.492.526	1.939.562	262.506	320.132	649.543	424.715	3.404.575	2.684.409

NOTA 12 – ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES, OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A execução das atividades normais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO acarreta em contingências que podem ser classificadas conforme segue.

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingências: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

- Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos. O banco também é parte em ações específicas referentes a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

A jurisprudência no STF é favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo e das correções aplicadas aos contratos em geral. Além disso, no STJ recentemente foi decidido que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de cinco anos. Com essa decisão, parte das ações, como foram propostas após o prazo de cinco anos, poderão tornar-se improcedentes.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 602.601, sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes.

- Ações Trabalhistas

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente conforme modelo estatístico que precifica as ações, acrescido do custo médio de honorários. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Não existem ações trabalhistas categorizadas como perda possível.

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com cobrança e créditos com FCVS cedidos ao Banco Nacional.

Abaixo demonstramos a movimentação das provisões e os saldos dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

	01/01 a 31/12/2011				01/01 a 31/12/2010
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total	Total
Saldo Inicial	2.973.630	3.985.877	173.140	7.132.647	5.734.330
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 4o I)	(308.810)	(1.112.816)	-	(1.421.626)	(671.889)
Subtotal	2.664.820	2.873.061	173.140	5.711.021	5.062.441
Atualização/Encargos	113.236	110.288	-	223.524	218.341
Movimentação do Período Refletida no Resultado (Notas 13f e 13i)	<u>1.503.150</u>	<u>783.972</u>	<u>(7.837)</u>	<u>2.279.285</u>	<u>1.772.978</u>
Constituição (*)	1.980.677	992.237	12.279	2.985.193	2.503.136
Reversão	(477.527)	(208.265)	(20.116)	(705.908)	(730.158)
Pagamento	(1.252.300)	(683.281)	-	(1.935.581)	(1.342.740)
Subtotal	3.028.906	3.084.040	165.303	6.278.249	5.711.020
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização (Nota 4o I)	136.688	929.875	-	1.066.563	1.421.627
Saldo Final (Nota 13c)	3.165.594	4.013.915	165.303	7.344.812	7.132.647
Saldo Final em 31/12/2010 (Nota 13c)	2.973.630	3.985.877	173.140	7.132.647	
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2011 (Nota 13a)	2.022.939	2.409.272	-	4.432.211	
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2010 (Nota 13a)	1.619.055	2.318.091	-	3.937.146	

(*) Nas Provisões Cíveis contempla planos econômicos no montante de R\$ 431.068 (R\$ 708.194 de 01/01 a 31/12/2010) (Nota 22k).

- Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões fiscais administrativas ou judiciais, objeto de auto-lançamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for provável.

Abaixo demonstramos a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 31/12/2011			01/01 a
	Obrigação Legal	Contingência	Total	31/12/2010
Saldo Inicial	5.091.341	2.232.315	7.323.656	7.886.402
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	-	(44.474)	(44.474)	(35.331)
Subtotal	5.091.341	2.187.841	7.279.182	7.851.071
Atualização/Encargos	479.562	68.385	547.947	400.433
Movimentação do Período Refletida no Resultado	719.151	198.313	917.464	1.072.995
Constituição	750.096	296.389	1.046.485	1.727.495
Reversão (*)	(30.945)	(98.076)	(129.021)	(654.500)
Pagamento (*)	(17.041)	(140.438)	(157.479)	(2.045.318)
Subtotal	6.273.013	2.314.101	8.587.114	7.279.181
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	-	57.438	57.438	44.475
Saldo Final (Nota 13c)	6.273.013	2.371.539	8.644.552	7.323.656

(*) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas aderiram ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais instituído pela Lei 11.941 de 27/05/2009. Em 2010 foram incluídos débitos administrados pela Receita Federal do Brasil, sendo que a principal tese refere-se ao alargamento da base de cálculo de PIS e Cofins, previsto pelo § 1º do art. 3º da Lei 9.718 de 27/11/1998.

Depósitos Judiciais	01/01 a 31/12/2011			01/01 a 31/12/2010
	Obrigação Legal	Contingência	Total	Total
Saldo Inicial	3.664.570	1.011.558	4.676.128	5.076.412
Apropriação de Rendas	274.703	90.269	364.972	295.927
Movimentação do Período	40.213	97.000	137.213	(696.211)
Depositados	152.343	113.115	265.458	496.247
Levantamentos Efetuados	(99.207)	(15.308)	(114.515)	(1.145.900)
Conversão em Renda	(12.923)	(807)	(13.730)	(46.558)
Saldo Final	3.979.486	1.198.827	5.178.313	4.676.128
Saldo Final em 31/12/2010	3.664.570	1.011.558	4.676.128	

As principais discussões relativas as Obrigações Legais são descritas a seguir:

- PIS e COFINS - Base de Cálculo – R\$ 2.885.721: defendemos a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 1.043.433.
- CSLL - Isonomia – R\$ 1.346.413 enquanto a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 230.873.
- IRPJ e CSLL - Lucros no Exterior – R\$ 491.236: discutimos a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 491.236.
- PIS – R\$ 374.938 - Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade: pleiteamos o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97, dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento pela Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 128.986.

Contingências não reconhecidas no Balanço - Os valores envolvidos em Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 5.930.276, sendo as principais descritas a seguir.

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R\$ 1.097.097: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.
- INSS - Verbas não Remuneratórias – R\$ 631.715: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, vale transporte e abono único.
- IRPJ, CSLL – Perdas e Descontos no Recebimento de Créditos – R\$ 458.899: dedutibilidade das perdas efetivas a título de despesa operacional – cessão de crédito e renegociação.
- ISS Atividades Bancárias – R\$ 449.835: trata-se de operações bancárias cujas receitas não se confundem com preço por serviço prestado e/ou são decorrentes de atividades não listadas em Lei Complementar.
- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Usufruto de Cotas e Ações - R\$ 372.211: discutimos o correto tratamento contábil e tributário do valor recebido pela constituição onerosa do usufruto.
- IRPJ, CSLL - Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 358.023: defendemos a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber relativo a reembolso de contingências totaliza R\$ 626.309 (R\$ 903.306 em 31/12/2010) (Nota 13a), representado basicamente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.

d) Ativos dados em garantia de Contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com os montantes abaixo:

	31/12/2011	31/12/2010
Títulos e Valores Mobiliários (basicamente Letras Financeiras do Tesouro - Nota 7b)	1.511.043	1.515.750
Depósitos em Garantia	3.232.718	3.291.504

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidos em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar significativamente os resultados de suas operações. A avaliação conjunta do total de provisões existentes para todos os passivos contingentes e obrigações legais, constituídas mediante a utilização de modelos estatísticos para as causas de pequeno valor e avaliação individual de assessores legais internos e externos para as demais causas, mostra a suficiência dos montantes provisionados segundo as regras da Resolução nº 3.823, de 16/12/2009, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do BACEN.

NOTA 13 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) Outros Créditos - Diversos

	31/12/2011	31/12/2010
Créditos Tributários (Nota 14b I)	28.282.922	24.729.304
Contribuição Social a Compensar (Nota 14b I)	714.602	847.216
Impostos e Contribuições a Compensar	3.411.936	3.381.336
Depósitos em Garantia de Obrigações Legais e de Contingências Fiscais e Previdenciárias (nota 12b)	8.411.031	7.967.632
Depósitos em Garantia de Recursos Cíveis e Trabalhista (nota 12b)	4.432.211	3.937.146
Depósitos em Garantia de Programas de Captação de Recursos Externos	573.465	1.837.020
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 12c)	626.309	903.306
Devedores Diversos no País	861.292	1.094.767
Devedores Diversos no Exterior	113.142	88.150
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 19)	1.785.428	1.536.518
Pagamentos a Ressarcir	34.076	33.182
Adiantamento e Antecipações Salariais	47.072	58.431
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	16.089	9.704
Operações sem Características de Concessão de Crédito	<u>344.913</u>	<u>161.824</u>
Títulos e Créditos a Receber	654.913	451.574
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(310.000)	(289.750)
Outros	139.557	114.944
Total	49.794.045	46.700.480

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, Outros Créditos - Diversos são compostos basicamente por Impostos e Contribuições a Compensar de R\$ 291.271 (R\$ 483.584 em 31/12/2010) e Créditos Tributários de R\$ 332.572 (R\$ 226.835 em 31/12/2010) (Nota 14b I).

b) Despesas Antecipadas

	31/12/2011	31/12/2010
Comissões	3.283.177	2.600.340
Vinculadas a Financiamento de Veículos	1.047.336	817.747
Vinculadas a Seguros e Previdência	1.340.063	1.275.925
Vinculadas a Contratos de Comissões/Parcerias	571.863	310.345
Outras	323.915	196.323
Fundo Garantidor de Crédito (*)	339.536	526.721
Propaganda e Publicidade	490.593	502.820
Outras	200.782	191.245
Total	4.314.088	3.821.126

(*) Refere-se ao recolhimento voluntário equivalente à antecipação de parcelas da contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito conforme Circular nº 3.416, de 24/10/2008, do BACEN.

c) Outras Obrigações - Diversas

	31/12/2011	31/12/2010
Provisões para Passivos Contingentes (Nota 12b)	9.716.351	9.364.962
Provisões para Pagamentos Diversos	2.122.805	2.099.122
Provisão de Pessoal	1.113.025	1.040.136
Credores Diversos no País	1.312.455	896.087
Credores Diversos no Exterior	617.854	631.498
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamento	1.506.856	735.484
Relativas a Operações de Seguros	914.384	813.428
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	217.638	16.137
Credores por Recursos a Liberar	1.100.942	886.472
Recursos de Consorciados	80.819	77.835
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 19)	374.180	228.716
Provisão para Seguro Saúde (*)	622.930	606.364
Obrigações Leasing Financeiro (Nota 4i)	338.989	210.289
Outras	51.607	119.354
Total	20.090.835	17.725.884

(*) Provisão constituída para cobrir eventuais déficits futuros, até a extinção total da carteira, decorrentes da diferença entre os reajustes das mensalidades autorizadas anualmente pelo órgão regulador e a variação real dos custos médicos hospitalares que afetam as indenizações de sinistros (Nota 13i).

d) Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Administração de Recursos	<u>2.607.734</u>	<u>2.486.010</u>
Administração de Fundos	2.505.919	2.427.132
Administração de Consórcios	101.815	58.879
Serviços de Conta Corrente	675.646	582.922
Cartões de Crédito	<u>6.111.133</u>	<u>5.284.056</u>
Relacionamento com Estabelecimentos	5.693.572	4.927.756
Processamento de Cartões	417.561	356.300
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	<u>1.761.944</u>	<u>1.460.334</u>
Operações de Crédito	1.028.504	888.144
Garantias Prestadas	733.440	572.189
Serviços de Recebimentos	<u>1.332.789</u>	<u>1.324.525</u>
Serviços de Cobrança	1.053.162	1.075.349
Serviços de Arrecadações	279.627	249.176
Outras	<u>1.423.080</u>	<u>1.202.936</u>
Serviços de Custódia e Adm. de Carteiras	214.307	178.299
Serviços de Assessoria Econômica e Financeira	352.873	300.244
Serviços de Câmbio	83.117	71.430
Outros Serviços	772.783	652.963
Total	<u>13.912.326</u>	<u>12.340.783</u>

e) Rendas de Tarifas Bancárias

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Operações de Crédito/Cadastro	1.526.972	1.350.533
Cartões de Crédito-Anuidades e Demais Serviços (*)	1.385.556	1.088.920
Conta de Depósitos	147.546	180.279
Transferência de Recursos	132.721	124.223
Rendas de Corretagens de Títulos (*)	422.249	461.294
Pacotes de Serviços e Outros	1.520.327	1.554.622
Total	5.135.371	4.759.871

(*) Em atendimento a carta circular nº 3.490 do BACEN.

f) Despesas de Pessoal

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Remuneração	(5.960.616)	(5.911.910)
Encargos	(2.035.402)	(1.973.750)
Benefícios Sociais	(1.607.445)	(1.673.300)
Treinamento	(258.437)	(223.859)
Processos Trabalhistas e Desligamento de Funcionários (Nota 12b)	(1.181.516)	(481.064)
Plano de Opções e Ações	(162.663)	(131.660)
Total	(11.206.079)	(10.395.543)
Participação dos Empregados nos Lucros	(2.150.555)	(2.056.028)
Total com a Participação dos Empregados	(13.356.634)	(12.451.571)

g) Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Processamento de Dados e Telecomunicações	(3.494.837)	(3.278.980)
Depreciação e Amortização	(1.419.141)	(1.355.070)
Instalações	(2.348.513)	(2.401.691)
Serviços de Terceiros	(3.265.955)	(2.872.258)
Serviços do Sistema Financeiro	(415.978)	(382.902)
Propaganda, Promoções e Publicações	(956.725)	(1.129.235)
Transportes	(583.074)	(595.708)
Materiais	(459.891)	(456.022)
Segurança	(482.164)	(450.656)
Viagens	(188.915)	(166.925)
Outras	(484.554)	(508.447)
Total	(14.099.747)	(13.597.894)

h) Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Reversão de Provisões Operacionais	91.766	72.246
Recuperação de Encargos e Despesas	73.743	76.600
Outras	227.019	379.787
Total	392.528	528.633

i) Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Provisão para Contingências (Nota 12b)	(1.677.868)	(1.461.568)
Ações Cíveis	(1.503.150)	(1.183.325)
Fiscais e Previdenciárias	(182.555)	(290.234)
Outros	7.837	11.991
Comercialização - Cartões de Crédito	(1.652.723)	(1.616.829)
Sinistros	(662.372)	(508.476)
Provisão para Seguro Saúde (Nota 13c)	(16.565)	(10.373)
Ressarcimento de Custos Interbancários	(212.371)	(192.510)
Outras	(969.727)	(625.589)
Total	(5.191.626)	(4.415.345)

NOTA 14 - TRIBUTOS

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social Devidos Sobre as Operações do Período e sobre as diferenças temporárias decorrentes de adições e exclusões:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	18.480.788	20.335.869
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 4p)	(7.392.315)	(8.134.348)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
(Inclusões) Exclusões Permanentes	3.651.879	1.622.239
Participações em Coligadas	58.203	125.566
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	1.096.927	(372.239)
Juros sobre o Capital Próprio	1.662.326	1.495.913
Dividendos, Juros sobre Títulos da Dívida Externa	281.254	297.655
Outras (*)	553.169	75.344
(Inclusões) Exclusões Temporárias	(2.394.910)	2.079.860
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.320.453)	(972.969)
Superveniência (Insuficiência) de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	(742.079)	720.289
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros		
Derivativos e Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	(519.551)	245.114
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias, Passivos Contingentes e Atualização de Depósitos em Garantia	(383.572)	571.615
Realização de Ágio na Aquisição do Investimento	1.689.552	1.707.713
Outras	(118.807)	(191.902)
(Constituição) Compensação sobre Prejuízo Fiscal/Base Negativa de Contribuição Social	(894.252)	304.592
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.029.598)	(4.127.657)
Referentes a Diferenças Temporárias		
Constituição (Reversão) do Período	3.289.162	(2.384.453)
Constituição (Reversão) de Períodos Anteriores	885.008	626.067
(Despesas)/Receitas de Tributos Diferidos	4.174.170	(1.758.386)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.855.428)	(5.886.043)

(*) *Contempla o efeito decorrente do Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Lei 11.941/09 (Nota 22k).*

II - Composição das Despesas Tributárias:

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
PIS E COFINS	(3.103.082)	(3.255.874)
ISS	(640.970)	(617.445)
Outros	(347.926)	(295.103)
Total (Nota 4p)	(4.091.978)	(4.168.422)

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as despesas tributárias são compostas basicamente por PIS e COFINS no montante de R\$ 184.843 (R\$ 176.906 de 01/01 a 31/12/2010).

III- Efeitos Fiscais sobre a Administração Cambial dos Investimentos no Exterior

De forma a minimizar os efeitos no resultado referentes à exposição da variação cambial dos Investimentos no exterior, líquida dos respectivos efeitos fiscais, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza operações de derivativos em moeda estrangeira (*hedge*), conforme observado na nota 22b.

O resultado dessas operações é computado na apuração das bases de impostos, de acordo com a sua natureza, enquanto a variação cambial dos Investimentos no Exterior não é considerada nas referidas bases, conforme legislação fiscal vigente.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação, segregado em função das origens e desembolsos efetuados, estão representados por:

	PROVISÕES		CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS			
	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2011
Refletida no Resultado						
Relativos a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social			2.998.746	(1.325.152)	2.530.257	4.203.851
Relativos a provisões desembolsadas			14.186.050	(5.864.503)	7.515.709	15.837.256
Créditos de Liquidação Duvidosa			8.859.857	(4.318.154)	6.948.442	11.490.145
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)			38.789	(38.789)	527.127	527.127
Provisões para Imóveis			97.538	(25.101)	2.692	75.129
Ágio na Aquisição do Investimento			5.042.680	(1.440.414)	-	3.602.266
Outros			147.186	(42.045)	37.448	142.589
Relativos a provisões não desembolsadas (*)	20.488.090	22.212.855	7.428.040	(2.222.110)	2.912.450	8.118.380
Relativos à Operação	15.956.695	17.154.440	5.887.366	(2.222.110)	2.733.263	6.398.519
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	2.254.255	2.583.708	1.313.554	(39.691)	144.365	1.418.228
Provisões para Passivos Contingentes	7.721.774	7.220.399	2.417.799	(1.022.847)	1.370.562	2.765.514
Ações Cíveis	2.668.275	2.996.792	1.038.062	(348.394)	495.161	1.184.829
Ações Trabalhistas	2.349.996	2.607.421	883.981	(607.817)	708.045	984.209
Fiscais e Previdenciárias	2.618.848	1.565.401	462.671	(53.088)	167.356	576.939
Outros	84.655	50.785	33.085	(13.548)	-	19.537
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	149.244	30.051	54.693	(45.006)	1.931	11.618
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	606.364	622.930	242.546	-	6.626	249.172
Outras Provisões Indedutíveis	5.225.058	6.697.352	1.858.774	(1.114.566)	1.209.779	1.953.987
Relativos a adicionais de provisões em relação ao mínimo requerido não desembolsados - Crédito de Liquidação Duvidosa	4.531.395	5.058.415	1.540.674	-	179.187	1.719.861
Refletida no Patrimônio Líquido - Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda (Nota 2b)	307.371	345.745	116.468	(66.653)	73.620	123.435
Total	20.795.461	22.558.600	24.729.304	(9.478.418)	13.032.036	28.282.922
Contribuição Social a Compensar Decorrente da Opção prevista no artigo 8º da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001			847.216	(132.614)	-	714.602

(*) Sob um prisma financeiro, ao invés de existirem provisões de R\$ 22.212.855 (R\$ 20.488.090 em 31/12/2010) e Créditos Tributários de R\$ 8.118.380 (R\$ 7.428.040 em 31/12/2010), dever-se-ia considerar apenas as provisões líquidas dos respectivos efeitos fiscais, que reduziria o total dos Créditos Tributários do valor de R\$ 28.282.922 (R\$ 24.729.304 em 31/12/2010) para o valor de R\$ 20.164.542 (R\$ 17.301.264 em 31/12/2010).

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, os Créditos Tributários totalizam R\$ 332.572 (R\$ 226.835 em 31/12/2010) e estão representados basicamente por Provisões relativas a Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias de R\$ 303.019 (R\$ 208.758 em 31/12/2010), cuja expectativa de realização depende da evolução processual da lide.

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2010	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2011
Refletida no Resultado	10.119.317	(2.934.213)	2.397.919	9.583.023
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	8.295.516	(2.365.220)	1.629.790	7.560.086
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	804.109	(156.773)	287.904	935.240
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	340.340	(340.340)	178.124	178.124
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria	458.093	-	135.710	593.803
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	56.993	(2.725)	47.242	101.510
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	42.477	-	20.974	63.451
Outros	121.789	(69.155)	98.175	150.809
Refletida no Patrimônio Líquido - Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda (Nota 2b)	260.511	(35.518)	70.904	295.897
Total	10.379.828	(2.969.731)	2.468.823	9.878.920

No ITAÚ UNIBANCO, a Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos totaliza R\$ 3.896 (R\$ 3.051 em 31/12/2010), representada basicamente por Atualização de Depósito em Garantia de Obrigações Legais e Passivos Contingentes.

- III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, da Contribuição Social a Compensar decorrente da Medida Provisória nº 2.158-35 de 24/08/2001 e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/12/2011, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Créditos Tributários			Contribuição Social a Compensar	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	Tributos Diferidos Líquidos
	Diferenças Temporárias	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	Total			
2012	8.346.247	820.827	9.167.074	158.602	(2.251.959)	7.073.717
2013	5.101.217	1.062.898	6.164.115	94.471	(2.950.695)	3.307.891
2014	3.373.662	1.488.784	4.862.446	238.512	(2.077.600)	3.023.358
2015	2.516.543	706.055	3.222.598	223.017	(962.204)	2.483.411
2016	1.713.417	52.714	1.766.131	-	(601.144)	1.164.987
acima de 2016	3.027.985	72.573	3.100.558	-	(1.035.318)	2.065.240
Total	24.079.071	4.203.851	28.282.922	714.602	(9.878.920)	19.118.604
Valor Presente (*)						
	21.055.903	3.744.080	24.799.983	632.638	(8.663.398)	16.769.223

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

- IV - Em função da Ação Direta de Inconstitucionalidade relativa a majoração de alíquota da Contribuição Social instituída pelos artigos 17 e 41 da Lei nº. 11.727 de 24/06/2008, impetrada em 26/06/2008 pela Confederação Nacional do Sistema Financeiro - CONSIF, foram reconhecidos Créditos Tributários apenas até o limite do acréscimo ocorrido nas Obrigações Tributárias, remanescendo não contabilizado o valor de R\$ 991.823 (R\$ 1.630.738 em 31/12/2010).

c) Obrigações Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2011	31/12/2010
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	2.654.966	1.490.310
Impostos e Contribuições a Recolher (*)	1.217.207	5.404.769
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 14b II)	9.878.920	10.379.828
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	6.273.013	5.091.341
Total	20.024.106	22.366.248

(*) Em 30/06/2011 ocorreu a liquidação dos valores objeto do programa de Parcelamento de Tributos Federais instituído pela Lei 11.941 de 27/05/2009.

No ITAÚ UNIBANCO HOLDING, o saldo das Obrigações Fiscais e Previdenciárias totaliza R\$ 821.107 (R\$ 601.218 em 31/12/2010) e está representado basicamente por Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias de R\$ 816.213 (R\$ 573.869 em 31/12/2010), cuja natureza refere-se a PIS e COFINS – Faturamento x Receita Bruta: pleiteamos a incidência dos tributos apenas sobre o faturamento entendido como a receita da venda de bens e serviços ou ainda a incidência do PIS Repique (a 5% do imposto de renda devido), em detrimento da incidência sobre o total das receitas contabilizadas, alegando inconstitucionalidade do parágrafo 1º, artigo 3º da Lei 9.718/98.

d) Tributos Recolhidos ou Provisionados e Retidos de Terceiros

O montante de tributos recolhidos ou provisionados incide basicamente sobre lucros, receitas e folha de pagamento. Para os valores retidos e recolhidos de terceiros consideram-se os juros sobre o capital próprio pago e sobre a prestação de serviços, além dos incidentes sobre a intermediação financeira.

	31/12/2011	31/12/2010
Tributos Recolhidos ou Provisionados	14.542.246	11.768.825
Tributos Retidos e Recolhidos de Terceiros	12.071.088	8.644.923
Total	26.613.334	20.413.748

NOTA 15 - PERMANENTE

a) Investimentos

I - Movimentação dos Investimentos Relevantes

Empresas	Saldos em 31/12/2010	Amortizações de Ágios	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos/Provisionados (1)	Resultado de Participação em Coligadas/Controladas (2)	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários de Coligadas/Controladas e Outros	Reorganizações Societárias	Saldos em 31/12/2011	Resultado de Participação em Coligadas/Controladas de 01/01 a 31/12/2010
No País	61.007.900	(6.336)	(12.916.200)	9.819.233	(160.547)	(4.019.157)	53.724.893	9.899.565
Itaú Unibanco S.A.	(3a)(4a)(5a)(6) 45.678.429	(6.336)	(6.310.742)	5.845.294	(202.477)	-	45.004.168	5.743.086
Banco Itaú BBA S.A.	(4b)(5b)(9)(7a)(8) 6.265.960	-	(2.867.054)	1.970.623	59.179	1.339.614	6.768.322	1.743.026
Banco Itaucard S.A.	(4c)(5c)(9) 2.907.164	-	(3.033.862)	1.336.358	1.426	-	1.211.086	1.577.169
Itaú Corretora de Valores S. A.	(9) 472.033	-	(92.150)	313.303	7	-	693.193	157.960
Itaú-BBA Participações S.A.	(10) 1.750.799	-	(612.392)	266.001	(16.670)	(1.339.614)	48.124	462.231
Itausag Participações S.A.	(11) 3.933.515	-	-	87.654	(2.012)	(4.019.157)	-	216.093
No Exterior	2.022.024	(51.409)	(22.563)	473.797	4.002	157.750	2.583.601	148.938
Itaú Chile Holding, INC.	(3b)(7b)(12) 1.686.391	(45.242)	-	372.167	4.142	157.750	2.175.208	112.325
Banco Itaú Uruguay S.A.	(3c) 225.982	(4.712)	-	48.792	(140)	-	269.922	13.381
OCA S.A.	(3d) 75.184	(1.252)	(22.563)	47.116	(1)	-	98.484	22.482
OCA Casa Financiera S.A.	(3e) 32.168	(182)	-	5.357	-	-	37.343	811
ACO Ltda.	(3f) 2.299	(21)	-	365	1	-	2.644	(61)
TOTAL GERAL	63.029.924	(57.745)	(12.938.763)	10.293.030	(156.545)	(3.861.407)	56.308.494	10.048.503

(1) Os dividendos deliberados e não pagos estão registrados em Dividendos a Receber;

(2) Em 31/12/2011, inclui variação cambial no montante de R\$ 265.783;

(3) Em 31/12/2011, inclui ágio no montante de: (a) R\$ 43.293; (b) R\$ 226.206; (c) R\$ 23.563; (d) R\$ 6.261; (e) R\$ 909; (f) R\$ 106;

(4) Em 31/12/2011, contempla o Ajuste de Resultados Não Realizados no resultado de participação e no investimento, respectivamente, nos montantes de: (a) R\$ 1.881 e R\$ (6.443); (b) R\$ 88 e R\$ 0; (c) R\$ 47.062 e R\$ (53.308);

(5) Em 31/12/2011, contempla ajustes de forma a padronizar os procedimentos no âmbito da investidora no resultado de participação e no investimento, respectivamente, nos montantes de: (a) R\$ (9.531) e R\$ (2.492); (b) R\$ 13.700 e R\$ (63.469) e (c) R\$ 135.573 e R\$ 13;

(6) Em 31/12/2011, inclui parcela de dividendo provisionado de R\$ 49.145;

(7) Em 31/12/2011, o Resultado de Equivalência Patrimonial inclui ajuste de TVM decorrente de variação de participação durante o período no montante de: (a) R\$ (20.740) e (b) R\$ 4;

(8) O resultado de participação não reflete a participação atual no resultado da controlada, por variação de participação durante o período;

(9) O resultado de participação e o investimento refletem a participação diferenciada das ações preferenciais na distribuição de lucros e dividendos;

(10) Em 30/09/2011 foi deliberada a redução de capital do Itaú BBA Participações S.A., com entrega do seu respectivo investimento no Banco Itaú BBA S.A. para a controladora ITAÚ UNIBANCO;

(11) Investimento alienado para o Banco Itaucard S.A. em 11/04/2011;

(12) Aumento de capital realizado em 08/06/2011.

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do Período	Nº de Ações/Cotas de Propriedade do ITAÚ UNIBANCO			Participação no Capital Votante (%)	Participação no Capital Social (%)
				Ordinárias	Preferenciais	Cotas		
No País								
Itaú Unibanco S.A.	39.676.320	44.920.665	5.852.938	2.081.169.523	2.014.258.290	-	100,00	100,00
Banco Itaú BBA S.A.	4.224.086	6.831.791	2.219.441	5.284.526	5.284.526	-	99,99	99,99
Banco Itaucard S.A.	15.553.776	17.241.019	1.275.906	3.592.433.657	1.277.933.118	-	1,51	2,04
Itaú Corretora de Valores S. A.	1.046.841	1.858.014	346.778	-	811.503	-	-	1,94
Itaú-BBA Participações S.A.	25.196	48.124	266.002	12.953	25.906	-	100,00	100,00
No Exterior								
Itaú Chile Holding, INC.	524.209	1.949.002	146.464	100	-	-	100,00	100,00
Banco Itaú Uruguay S.A.	155.320	246.359	23.241	1.639.430.739	-	-	100,00	100,00
OCA S.A.	14.232	92.223	36.787	1.502.176.740	-	-	100,00	100,00
OCA Casa Financiera S.A.	18.366	36.434	1.432	646	-	-	100,00	100,00
ACO Ltda.	13	2.557	87	-	-	131	99,24	99,24

II - Composição dos Investimentos

	31/12/2011	31/12/2010
Participação em Coligadas	1.684.423	2.058.988
No País	1.464.935	1.376.262
Serasa S.A.	271.636	254.379
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	1.155.677	1.079.773
Tecnologia Bancária S.A.	37.534	42.009
Outras	88	101
No Exterior	219.488	682.726
Banco BPI, S.A. (BPI) (*)	218.763	682.346
Outros	725	380
Outros Investimentos	1.235.566	1.379.070
Investimentos por Incentivos Fiscais	166.946	160.575
Títulos Patrimoniais	11.800	9.903
Ações e Cotas	310.735	395.717
Participação no Instituto de Resseguros do Brasil - IRB	227.170	227.170
Outros	518.915	585.705
(Provisão para Perdas)	(203.348)	(188.270)
Total	2.716.641	3.249.788

(*) No exercício de 2011 foi reconhecida uma redução ao valor recuperável deste investimento de R\$ 276.794, calculada com base no valor de mercado da ação em relação ao seu valor contábil.

III - Composição do Resultado de Participações em Coligadas e Outros Investimentos

	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Participação em Coligadas – No País	275.875	272.783
Participação em Coligadas – No Exterior (Nota 15a II)	(342.744)	72.153
Dividendos Recebidos de Outros Investimentos	119.363	84.820
Outros	(12.997)	(6.663)
Total	39.497	423.093

b) Imobilizado de Uso, Ágio e Intangível

l) Imobilizado de Uso

	Taxas anuais de depreciação / amortização (%)	Saldo em 31/12/2010	MOVIMENTAÇÕES						Saldo em 31/12/2011
			Aquisições	Despesa Depreciação e Amortização	Redução à valor recuperável	Baixas	Varição Cambial	Outros	
IMOBILIZADO DE USO (1)									
IMÓVEIS DE USO (2)(3)		1.769.523	247.438	(95.787)	-	(57.856)	(9.750)	16.210	1.869.778
Terrenos		971.170	166.779	-	-	(17.222)	2.483	(9.839)	1.113.371
Edificações		798.353	80.659	(95.787)	-	(40.634)	(12.233)	26.049	756.407
Custo		2.320.572	80.659	-	-	(67.268)	(10.516)	16.362	2.339.809
Depreciação Acumulada	4	(1.522.219)	-	(95.787)	-	26.634	(1.717)	9.687	(1.583.402)
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO (3)		2.954.268	1.655.491	(1.087.709)	(14.784)	(82.541)	15.295	(22.800)	3.417.220
Benfeitorias		625.257	228.682	(241.708)	-	(3.889)	(4.373)	33.641	637.610
Custo		1.108.895	228.682	-	-	(129.939)	(856)	32.007	1.238.789
Depreciação Acumulada	10	(483.638)	-	(241.708)	-	126.050	(3.517)	1.634	(601.179)
Instalações de Uso		266.520	179.411	(52.982)	-	(743)	8.564	(9.866)	390.904
Custo		769.685	179.411	-	-	(17.871)	5.153	954	937.332
Depreciação Acumulada	10 a 20	(503.165)	-	(52.982)	-	17.128	3.411	(10.820)	(546.428)
Móveis e Equipamentos de Uso		428.408	220.303	(63.152)	(14.784)	(17.089)	(18.886)	(47.735)	487.065
Custo		843.615	220.303	-	(14.784)	(145.732)	(13.037)	(42.343)	848.022
Depreciação Acumulada	10 a 20	(415.207)	-	(63.152)	-	128.643	(5.849)	(5.392)	(360.957)
Sistema Processamento de Dados (4)		1.404.459	941.865	(676.532)	-	(55.898)	27.922	3.042	1.644.858
Custo		4.746.283	941.865	-	-	(670.513)	38.925	(68.327)	4.988.233
Depreciação Acumulada	20 a 50	(3.341.824)	-	(676.532)	-	614.615	(11.003)	71.369	(3.343.375)
Outros (Comunicação; Segurança e Transporte)		229.624	85.230	(53.335)	-	(4.922)	2.068	(1.882)	256.783
Custo		530.420	85.230	-	-	(65.661)	2.351	(2.836)	549.504
Depreciação Acumulada	10 a 20	(300.796)	-	(53.335)	-	60.739	(283)	954	(292.721)
TOTAL IMOBILIZADO DE USO		4.723.791	1.902.929	(1.183.496)	(14.784)	(140.397)	5.545	(6.590)	5.286.998
Custo		11.290.840	1.902.929	-	(14.784)	(1.114.206)	24.503	(74.022)	12.015.060
Depreciação Acumulada		(6.566.849)	-	(1.183.496)	-	973.809	(18.958)	67.432	(6.728.062)

(1) Há compromisso contratual para compra de Imobilizado no montante de R\$ 166.315 mil;

(2) Inclui valores arrolados em recursos voluntários (Nota 12b);

(3) Inclui o valor de R\$ 2.203 mil referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 130.958 mil, sendo de Imóveis de Uso R\$ 56.139 mil, Benfeitorias R\$ 50.965 mil e Equipamentos R\$ 23.855 mil;

(4) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. De acordo com esse método o ativo e o passivo são contabilizados nas demonstrações contábeis, sendo o ativo depreciado de forma consistente com critérios de depreciação normalmente utilizados para ativos próprios. Esses contratos montam R\$ 302.531 mil em 31/12/2011.

II) Ágio

	Saldo em 31/12/2010	MOVIMENTAÇÕES		Saldo em 31/12/2011
		Aquisições	Outros	
ÁGIO (Notas 2b e 4k) (*)	67.617	52.169	(24.095)	95.691

(*) Em 01/08/2011, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adquiriu 50% + 1 ação do capital da MCC Securities Inc (Ilhas Cayman) pelo valor de R\$ 50.748, sendo R\$ 48.415 pela participação societária e R\$ 2.333 a título de exclusividade para atuar na venda dos negócios da MCC Securities. A operação gerou um ágio de R\$ 52.169 e essa participação foi consolidada proporcionalmente nas Demonstrações Contábeis do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.



III) Intangível

	Taxas anuais de depreciação / amortização (%) (2)	Saldo em 31/12/2010	MOVIMENTAÇÕES						Saldo em 31/12/2011
			Aquisições	Despesa Depreciação e Amortização (3)	Redução à valor recuperável (5)	Baixas	Varição Cambial	Outros	
INTANGÍVEL (1)									
DIREITOS AQUISIÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO (4)		1.129.854	366.311	(602.502)	(24.113)	(112.181)	-	(5.921)	751.448
Custo		2.414.697	366.311	-	(24.113)	(1.097.031)	-	(12.316)	1.647.548
Amortização Acumulada	até 9	(1.284.843)	-	(602.502)	-	984.850	-	6.395	(896.100)
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS		1.804.003	1.589.576	(380.565)	(5.816)	(27.449)	27.797	50.818	3.058.364
Associação para Prom e Oferta de Prod e Servs									
Financeiros		1.115.272	303.526	(113.670)	(5.816)	(27.449)	839	3.480	1.276.182
Custo		1.171.228	303.526	-	(5.816)	(93.672)	1.025	10.408	1.386.699
Amortização Acumulada	até 5	(55.956)	-	(113.670)	-	66.223	(186)	(6.928)	(110.517)
Gastos com Aquisição de Software		532.147	981.414	(207.737)	-	-	10.171	22.639	1.338.634
Custo		1.014.957	981.414	-	-	(115.904)	15.713	(24.561)	1.871.619
Amortização Acumulada	20	(482.810)	-	(207.737)	-	115.904	(5.542)	47.200	(532.985)
Outros Ativos Intangíveis		156.584	304.636	(59.158)	-	-	16.787	24.699	443.548
Custo		270.793	304.636	-	-	(6.692)	25.038	24.693	618.468
Amortização Acumulada	10 a 20	(114.209)	-	(59.158)	-	6.692	(8.251)	6	(174.920)
TOTAL INTANGÍVEL		2.933.857	1.955.887	(983.067)	(29.929)	(139.630)	27.797	44.897	3.809.812
Custo		4.871.675	1.955.887	-	(29.929)	(1.313.299)	41.776	(1.776)	5.524.334
Amortização Acumulada		(1.937.818)	-	(983.067)	-	1.173.669	(13.979)	46.673	(1.714.522)

(1) Não há compromissos contratuais para a aquisição de novos ativos intangíveis ;

(2) Todos os Ativos Intangíveis tem vida útil definida, exceto ágios de incorporação;

(3) As despesas de amortização do Direito de Aquisição de Folhas de Pagamento e Associações são divulgadas na despesa de Intermediação Financeira;

(4) Representa o registro dos valores pagos para aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, aposentadorias, pensões e similares;

(5) Conforme Resolução nº 3.566, de 29/05/2001, do BACEN (Nota 13i).

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Ações

Em AGE de 25/04/2011 homologada pelo BACEN em 22/08/2011, foi deliberado o grupamento na proporção 100 para 1 e, simultaneamente o seu desdobramento na proporção 1 para 100 das ações representativas do capital social da Companhia. Para viabilizar a referida operação foi necessário o cancelamento de 75 ações ordinárias e 44 ações preferenciais, todas escriturais, de emissão própria e existentes em tesouraria, sem redução do capital social.

O capital social está representado por 4.570.936.100 ações escriturais sem valor nominal, sendo 2.289.286.400 ações ordinárias e 2.281.649.700 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R\$ 45.000.000 (R\$ 45.000.000 em 31/12/2010), sendo R\$ 31.551.752 (R\$ 31.546.933 em 31/12/2010) de acionistas domiciliados no país e R\$ 13.448.248 (R\$13.453.067 em 31/12/2010) de acionistas domiciliados no exterior.

Abaixo demonstramos a movimentação das ações representativas do capital social e das ações em tesouraria no período:

	QUANTIDADE			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Residentes no País em 31/12/2010	2.286.135.621	918.287.035	3.204.422.656	
Residentes no Exterior em 31/12/2010	3.150.854	1.363.362.709	1.366.513.563	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2010	2.289.286.475	2.281.649.744	4.570.936.219	
Cancelamento de Ações - AGE de 25/04/2011 - Homologada em 22/08/2011	(75)	(44)	(119)	
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2011	2.289.286.400	2.281.649.700	4.570.936.100	
Residentes no País em 31/12/2011	2.283.888.835	921.023.218	3.204.912.053	
Residentes no Exterior em 31/12/2011	5.397.565	1.360.626.482	1.366.024.047	
Ações em Tesouraria em 31/12/2010 (*)	2.202	26.566.015	26.568.217	(628.577)
Aquisições de Ações	-	40.970.900	40.970.900	(1.302.638)
Exercidas - Outorga de Opções de Ações - Simples e Bonificada	-	(5.977.962)	(5.977.962)	117.034
Alienações - Plano para Outorga de Opções de Ações	(27)	(4.264.938)	(4.264.965)	150.619
(-) Cancelamento de Ações - AGE 25/04/2011	(75)	(44)	(119)	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2011 (*)	2.100	57.293.971	57.296.071	(1.663.562)
Em Circulação em 31/12/2011	2.289.284.300	2.224.355.729	4.513.640.029	
Em Circulação em 31/12/2010	2.289.284.273	2.255.083.729	4.544.368.002	

(*) Ações de própria emissão adquiridas, com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

Abaixo são discriminados os custos das ações adquiridas no período, bem como o custo médio das Ações em Tesouraria e o seu valor de mercado em 31/12/2011:

Custo/Valor de Mercado	Ordinárias	Preferenciais
Mínimo	-	26,20
Médio ponderado	-	31,79
Máximo	-	37,40
Ações em Tesouraria		
Custo médio	9,65	29,03
Valor de Mercado	27,01	33,99

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participaram dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao prioritário mínimo anual de R\$ 0,022 por ação a ser pago às ações preferenciais.

A antecipação mensal do dividendo mínimo obrigatório utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,012 por ação. O valor por ação foi mantido conforme deliberado na AGO/E de 24/04/2009, de modo que os valores totais pagos pela Sociedade mensalmente aos acionistas foram incrementados em 10% a partir de 01/10/2009, data da inclusão das ações bonificadas na posição acionária.

I - Cálculo

Lucro Líquido	11.890.196	
Ajustes:		
(-) Reserva Legal	(594.510)	
Base de Cálculo do Dividendo	11.295.686	
Dividendo Mínimo Obrigatório	2.823.922	
Dividendos Pagos/Provisionados	4.393.807	38,9%

II - Pagamentos/Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Pagos/Antecipados	1.820.516	(183.313)	1.637.203
Dividendos - 11 parcelas mensais de R\$ 0,012 por ação pagas de fevereiro a dezembro de 2011	598.427	-	598.427
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,2706 por ação, pago em 22/08/2011	1.222.089	(183.313)	1.038.776
Declarados até 31/12/2011 (Registrados em Outras Obrigações - Sociais e Estatutárias)	1.386.584	(199.865)	1.186.719
Dividendos - 1 parcela mensal de R\$ 0,012 por ação, paga em 02/01/2012	54.151	-	54.151
Juros sobre Capital Próprio - R\$ 0,2880 por ação, creditados em 29/12/2011 a serem pagos até 30/04/2012	1.299.882	(194.982)	1.104.900
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,0072 por ação a serem pagos até 30/04/2012	32.551	(4.883)	27.668
Declarados após 31/12/2011 (Registrados em Reservas de Lucros - Reservas Especiais de Lucros) (*)	1.846.923	(277.038)	1.569.885
Juros sobre o Capital Próprio - R\$ 0,4092 por ação a serem pagos até 30/04/2012	1.846.923	(277.038)	1.569.885
Total de 01/01 a 31/12/2011 - R\$ 0,9727 líquido por ação	5.054.023	(660.216)	4.393.807
Total de 01/01 a 31/12/2010 - R\$ 0,8607 líquido por ação	4.482.550	(574.436)	3.908.114

(*) Em atendimento a Carta Circular nº 3.516 de 21/07/2011, do BACEN.

c) Reservas de Capital e de Lucros

	31/12/2011	31/12/2010
RESERVAS DE CAPITAL	763.413	594.734
Ágio na Subscrição de Ações	283.512	283.512
Opção de Outorgas Reconhecidas - Lei nº 11.638	478.796	310.117
Reservas Decorrentes de Incentivos Fiscais, Atualização de Títulos Patrimoniais e Outras	1.105	1.105
RESERVAS DE LUCROS	34.422.444	25.661.505
Legal	3.848.025	3.253.516
Estatutárias:	<u>28.727.496</u>	<u>22.407.989</u>
Equalização de Dividendos (1)	8.576.671	6.718.349
Reforço do Capital de Giro (2)	8.749.186	6.917.094
Aumento de Capital de Empresas Participadas (3)	11.401.639	8.772.546
Especiais de Lucros (4)	1.846.923	-

(1) Reserva para Equalização de Dividendos – tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;

(2) Reserva para Reforço do Capital de Giro – objetiva garantir meios financeiros para a operação da sociedade;

(3) Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas – visa garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas;

(4) Refere-se ao Juros sobre Capital Próprio declarado após 31/12/2011, em atendimento a Carta Circular nº 3.516 de 21/07/2011, do BACEN.

d) Reconciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido (Nota 2b)

	Lucro Líquido		Patrimônio Líquido	
	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	11.890.196	10.272.015	78.383.153	70.644.790
Amortização de Ágios	2.779.263	2.999.772	(7.035.820)	(9.815.083)
Resultado Não Realizado e Outros	(48.838)	51.176	-	48.838
ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO	14.620.621	13.322.963	71.347.333	60.878.545

e) Participações Minoritárias nas Subsidiárias

	Patrimônio Líquido		Resultado	
	31/12/2011	31/12/2010	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Unibanco Participações Societárias S.A. (1)	-	1.190.343	(36.476)	(85.213)
Itau Bank, Ltd. (2)	740.703	657.794	-	-
Redecard S.A.	793.779	700.064	(705.252)	(699.728)
Biu Participações S.A.	103.659	109.108	(34.510)	(25.236)
Itaú Gestão de Ativos S.A.	62.390	60.041	(3.034)	(6)
Biogeração de Energia S.A.	11.440	25.077	9.083	1.290
Investimentos Bemge S.A.	18.738	17.485	(1.266)	(1.049)
Fundos de Investimentos	397.679	741.455	(35.341)	(54.655)
Outras	10.516	11.536	(6.020)	(1.326)
Total	2.138.904	3.512.903	(812.816)	(865.923)

(1) Em 28/07/2011, a Dibens Leasing S.A. Arrendamento Mercantil controlada do ITAÚ UNIBANCO HOLDING adquiriu a participação minoritária do capital da subsidiária Unibanco Participações Societárias pelo valor de R\$ 1.226.847.

(2) Representada por Ações Preferenciais Resgatáveis - emitidas em 31/12/2002 pelo Itau Bank Ltd., no valor de US\$ 393.072 mil, com vencimento em 31/03/2015 e dividendos calculados com base na taxa Libor acrescida de 1,25% a.a., pagáveis semestralmente.

f) Plano para Outorga de opções de Ações

I – Objetivo e Diretrizes do Plano

O Grupo possui plano para outorga de opções de ações aos seus executivos. Este plano visa integrar executivos no processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo, através da outorga de opções de ações simples ou opções de sócios, pessoais, impenhoráveis e intransferíveis, que concedem o direito de subscrição de uma ação do capital autorizado ou, a critério da administração, de aquisição de uma ação em tesouraria adquirida para recolocação.

Somente podem ser outorgadas opções em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas e em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações possuídas pelos acionistas na data do balanço de encerramento no exercício. Compete ao Comitê de Pessoas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING a definição da quantidade, dos beneficiários, o tipo de opção, o prazo de vigência das séries, podendo variar entre o mínimo de 5 anos e o máximo de 10 anos, o "período de carência" para o exercício das opções e o período de indisponibilidade das ações adquiridas em virtude do exercício das opções. Podem participar deste programa diretores e membros do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas e funcionários com base em avaliação de potencial e performance.

Atualmente o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a liquidação deste PLANO somente entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos beneficiários.

II – Características dos Programas

II.I – Opções Simples

Programas Anteriores

O Itaú e o Unibanco possuíam, antes da associação, Planos de Outorga de Opções de Ações (Programas Anteriores). Aos beneficiários elegíveis ao programa, eram outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses anterior à data de emissão das opções, facultado, ainda, ajuste de até 20%, para mais ou para menos e reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou IPCA, na sua falta, pelo índice que o comitê designar. Não são mais outorgadas opções neste modelo.

Programa Pós Associação

Aos beneficiários elegíveis ao programa, são outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA nos três últimos meses do ano antecedente ao da outorga, facultado, ainda, ajuste de até 20%, para mais ou para menos. O preço de exercício é ajustado pelo IGPM ou, na sua falta, pelo índice que o comitê designar.

O período de carência é de 1 (um) a 7 (sete) anos contados a partir da data de emissão.

II.II – Plano de Sócios

Os executivos selecionados para participar do programa podem investir um percentual de seus bônus para adquirir ações e ou o direito de receber ações ("Instrumentos Baseados em Ações"). As ações adquiridas, bem como os instrumentos baseados em ações deverão ser mantidas pelos executivos em sua propriedade por um prazo de 3 a 5 anos e estão sujeitas a variação de mercado. No momento em que adquirem ações próprias e/ou instrumentos baseado em ações, são outorgadas Opções de Sócios de acordo com a classificação dos executivos. Os prazos de carência das Opções de Sócios e dos Instrumentos Baseados em Ações são de 1 a 7 anos. Os Instrumentos Baseados em Ações e as Opções de Sócios são convertidos em ações próprias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na proporção de uma ação preferencial para cada instrumento após o respectivo período de carência sem pagamento de valores em moeda corrente durante o exercício.

O preço de aquisição das ações próprias e dos Instrumentos Baseado em Ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações preferenciais nos pregões da BM&FBOVESPA nos 30 dias que antecederem à fixação do referido preço.

As ações recebidas ao final do período de carência das Opções de Sócios deverão ser mantidas pelos beneficiários, sem qualquer tipo de ônus ou gravame, por prazos entre 5 e 8 anos contados a partir da data de aquisição das ações próprias.

Resumo da Movimentação do Plano

Outorga	Carência	Prazo	Preço	Opções Exercidas		Saldo Anterior	Quantidade de Ações			Saldo a Exercer	
				Preço de Exercício	Valor de Mercado		Outorgadas	Exercidas	Perda de Direito (*) / Canceladas		
Nº	Data	até	Exercício	Atualizado (R\$1)	Médio Ponderado	Médio Ponderado	31/12/2010			em 31/12/2011	
Opções Simples											
10*	16/02/2004	31/12/2008	31/12/2011	13,46	13,23	35,17	712.942	-	712.942	-	
27*	01/02/2005	05/05/2009	31/01/2011	16,52	16,42	39,50	12.650	-	12.650	-	
11*	21/02/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,94	18,39	34,88	2.877.600	-	1.912.825	27.500	
11*	01/08/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,94	18,39	34,88	27.500	-	27.500	-	
11*	06/08/2007	31/12/2009	31/12/2012	18,94	-	-	11.357	-	-	11.357	
27*	01/02/2005	01/02/2010	31/01/2011	16,52	16,42	39,50	16.389	-	16.389	-	
34*	21/03/2007	21/03/2010	20/03/2011	35,34	-	-	75.901	-	-	75.901	
35*	22/03/2007	22/03/2010	21/03/2011	35,31	-	-	29.518	-	-	29.518	
30*	04/07/2006	04/07/2010	03/07/2011	28,49	28,45	36,48	52.710	-	52.710	-	
29*	19/09/2005	19/09/2010	18/09/2011	21,77	21,30	38,45	12.650	-	12.650	-	
12*	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	28,18	27,30	36,42	8.025.250	-	1.110.385	60.500	
12*	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	28,18	-	-	15.867	-	-	15.867	
16*	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	32,05	-	-	874.167	-	-	874.167	
34*	21/03/2007	21/03/2011	20/03/2012	36,85	-	-	75.901	-	-	75.901	
35*	22/03/2007	22/03/2011	21/03/2012	36,80	-	-	29.518	-	-	29.518	
36*	14/05/2008	14/05/2011	13/05/2012	45,79	-	-	25.301	-	-	25.301	
30*	04/07/2006	04/07/2011	03/07/2012	29,21	-	-	52.707	-	-	52.707	
33*	30/08/2006	30/08/2011	29/08/2012	32,34	-	-	21.083	-	-	21.083	
13*	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,89	34,82	36,93	8.546.975	-	507.375	306.625	
13*	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,89	-	-	30.649	-	-	30.649	
13*	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	35,89	-	-	45.954	-	-	45.954	
Total de Opções a Exercer					21,84	35,62	21.572.589		4.365.426	500.044	16.707.119
34*	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	36,85	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35*	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	36,80	-	-	29.514	-	-	29.514	
36*	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	45,79	-	-	25.300	-	-	25.300	
17*	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	37,02	-	-	29.551	-	-	29.551	
14*	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	41,37	-	-	10.846.487	-	-	1.580.421	
14*	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	41,37	-	-	20.625	-	-	20.625	
14*	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	41,37	-	-	45.954	-	-	45.954	
36*	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	45,79	-	-	25.300	-	-	25.300	
15*	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	27,06	26,97	33,88	15.067.330	-	804.770	147.620	
15*	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	27,06	-	-	45.954	-	-	45.954	
18*	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,95	-	-	6.126.809	-	-	74.386	
18*	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,95	-	-	1.206.340	-	-	42.421	
37*	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	42,93	-	-	-	9.863.110	-	93.678	
Total de Opções em Aberto					26,97	33,88	33.544.865		9.863.110	894.770	1.938.526
Total de Opções Simples					22,64	35,35	55.117.454		9.863.110	5.170.196	2.438.570
Opções dos Sócios											
04*	03/03/2008	03/03/2011	-	-	-	37,22	416.487	-	376.581	-	39.906
05*	03/09/2008	03/09/2011	-	-	-	28,83	490.624	-	431.185	12.729	46.710
Total de Opções a Exercer						37,22	907.111		807.766	12.729	86.616
06*	06/03/2009	06/03/2012	-	-	-	-	740.362	-	-	21.339	719.023
07*	19/06/2009	06/03/2012	-	-	-	-	79.446	-	-	-	79.446
01*	03/09/2007	03/09/2012	-	-	-	-	329.181	-	-	19.673	309.508
03*	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	33.474	-	-	-	33.474
04*	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	-	415.930	-	-	27.498	388.432
08*	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	376.916	-	-	37.284	339.632
09*	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	359.991	-	-	30.280	329.711
11*	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	17.717	-	-	-	17.717
05*	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	490.126	-	-	40.684	449.442
10*	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	1.940.987	-	-	78.578	1.862.409
12*	28/02/2011	28/02/2014	-	-	-	-	-	1.585.541	-	26.957	1.558.584
06*	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	739.608	-	-	35.004	704.604
07*	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	79.445	-	-	-	79.445
14*	04/11/2011	18/08/2014	-	-	-	-	-	509	-	-	509
13*	19/08/2011	19/08/2014	-	-	-	-	-	706.397	-	-	706.397
08*	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	376.876	-	-	37.953	338.923
09*	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	359.962	-	-	30.810	329.152
11*	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	17.712	-	-	-	17.712
10*	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	1.940.951	-	-	82.433	1.858.518
12*	28/02/2011	28/02/2016	-	-	-	-	-	1.585.497	-	28.282	1.557.215
13*	19/08/2011	19/08/2016	-	-	-	-	-	706.338	-	-	706.338
14*	04/11/2011	18/08/2016	-	-	-	-	-	508	-	-	508
Total de Opções em Aberto							8.298.684	4.584.790		496.775	12.386.699
Total Opções dos Sócios						37,22	9.205.795	4.584.790	807.766	509.504	12.473.315
TOTAL OPÇÕES SIMPLES/DOS SÓCIOS					22,84	32,92	64.323.249	14.447.900	5.977.962	2.948.074	69.845.113

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

III - Valor Justo e Premissas Econômicas utilizadas para Reconhecimento dos Custos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece na data da outorga o valor justo das opções utilizando o modelo Binomial para as opções simples e Black & Scholes para as opções dos sócios. As premissas econômicas utilizadas são:

Preço de Exercício: como preço de exercício da opção, utiliza-se o preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M;

Preço do Ativo Objeto: o preço das ações do Itaú Unibanco Holding (ITUB4) utilizado para o cálculo é o preço de fechamento da BOVESPA, na data base de cálculo;

Dividendos Esperados: é a média anual da taxa de retorno dos últimos três exercícios de Dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre Capital Próprio da ação ITUB4;

Taxa de Juros Livre de Risco: a taxa livre de risco utilizada é o cupom do IGP-M na data de vencimento do plano da opção;

Volatilidade Esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preço de fechamento da ação ITUB4, divulgada pela BOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Outorga	Carência	Prazo Final	Preço do	Valor	Dividendos	Taxa de	Volatilidade	
Nº	Data	até	Ativo	Justo	Esperados	Juros Livre	Esperada	
			Objeto			de Risco		
Opções Simples								
37ª	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	37,26	11,02	2,97%	5,80%	30,53%
Opções dos Sócios (*)								
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	37,00	33,85	2,97%	-	-
12ª	28/02/2011	28/02/2016	-	37,00	31,83	2,97%	-	-
13ª	19/08/2011	19/08/2014	-	26,65	24,39	2,97%	-	-
13ª	19/08/2011	19/08/2016	-	26,65	22,98	2,97%	-	-
14ª	04/11/2011	18/08/2014	-	32,62	30,04	2,97%	-	-
14ª	04/11/2011	18/08/2016	-	32,62	28,30	2,97%	-	-

(*) O valor justo das opções dos sócios é mensurado com referência ao valor justo da ação do Itaú Unibanco na data das outorgas.

IV - Efeitos Contábeis Decorrentes das Opções

Conforme prevê o regulamento do Plano, até o presente, nos exercícios das opções outorgadas, foram vendidas ações preferenciais mantidas em tesouraria. Os registros contábeis relativos ao plano ocorrem durante o período de carência, pelo diferimento do valor justo das opções outorgadas com efeito no Resultado e no exercício das opções, pelo montante recebido relativo ao preço de exercício com reflexos no Patrimônio Líquido.

O efeito em Resultado no período de 01/01 a 31/12/2011 foi de R\$ 162.663 (R\$ 131.660 de 01/01 a 31/12/2010), em contrapartida a Reserva de Capital - Opção de Outorga Reconhecida - Lei 11.638 (Nota 16c).

No Patrimônio Líquido o efeito foi de:

Valor recebido pela venda de ações - Opções Exercidas	353.036
(-) Custo das Ações em Tesouraria Vendidas	(267.653)
(+) Baixa do Custo Reconhecido das Opções Exercidas	(6.016)
Efeito na Venda (*)	79.367

(*) Registrado em Reservas de Lucros.

NOTA 17 - PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 07/10/2010, da CVM e Resolução nº 3.750, de 30/06/2009, do CMN. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- O Itaú Unibanco Participações S.A. (IUPAR) e a ITAÚSA, controladores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.
- As controladas não financeiras da ITAÚSA, destacando-se: Itaotec S.A., Duratex S.A., Elekeiroz S.A. e Itaúsa Empreendimentos S.A.;
- A Fundação Itaúbank, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Caixa de Previdência dos Funcionários do BEG (PREBEG), Fundação Bemgeprev, Itaúbank Sociedade de Previdência Privada, UBB – Prev Previdência Complementar e Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social, entidades fechadas de previdência privada que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e/ou por suas controladas;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, Instituto Assistencial Pedro Di Perna, Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Clube "A", entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO e controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse, conforme Notas 22e a 22j;
- O investimento na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., SERASA S.A. e Banco BPI, S.A.

Adicionalmente existem operações com as entidades sob controle conjunto destacando-se o Banco Investcred Unibanco S.A., Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, Luizacred S.A. Soc. Créd. Financiamento Investimento, FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, FIC Promotora de Vendas Ltda. e Ponto Frio Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

	ITAÚ UNIBANCO HOLDING				ITAÚ UNIBANCO HOLDING CONSOLIDADO			
	ATIVO(PASSIVO)		RECEITAS/(DESPESAS)		ATIVO(PASSIVO)		RECEITAS/(DESPESAS)	
	31/12/2011	31/12/2010	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez								
Itaú Unibanco S.A.	26.289.384	10.418.693	2.310.797	918.826	1.836.298	725.505	189.641	112.010
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	26.289.384	10.418.693	2.310.797	918.826	-	-	-	-
FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	-	-	-	-	618.853	426.710	56.483	35.089
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	-	-	-	-	235.967	282.172	31.097	17.769
Outras	-	-	-	-	981.478	-	102.251	59.123
Instrumentos Financeiros Derivativos								
Itaú Unibanco S.A.	-	-	(183)	(1.509)	-	-	-	-
Depósitos								
Itaú Unibanco S.A.	(4.832.444)	(3.344.008)	(445.936)	(269.784)	(76.573)	(92.623)	-	-
Duratex S.A.	-	-	-	-	(1.596)	(46.415)	-	-
Elekeiroz S.A.	-	-	-	-	-	(30.621)	-	-
Itaútec S.A.	-	-	-	-	-	(8.364)	-	-
Porto Seguro S.A.	-	-	-	-	-	(1.514)	-	-
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	-	-	-	-	(56.804)	(248)	-	-
FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	-	-	-	-	(18.055)	(277)	-	-
Ponto Frio Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	(5.184)	-	-
Banco Investcred Unibanco S.A.	-	-	-	-	(15)	-	-	-
Outras	-	-	-	-	(103)	-	-	-
Operações Compromissadas								
Itaúsa Empreendimentos S.A.	-	-	-	-	(100.494)	(104.272)	(20.865)	(18.692)
Duratex S.A.	-	-	-	-	-	(51.989)	-	-
Elekeiroz S.A.	-	-	-	-	-	(8.454)	(4.031)	(2.309)
Itaútec S.A.	-	-	-	-	-	-	(3.214)	(1.558)
FIC Promotora de Venda Ltda.	-	-	-	-	-	(17.789)	-	-
Facilita Promotora S.A.	-	-	-	-	(6.078)	(6.215)	(782)	(442)
Olimpia Promoção e Serviços S.A.	-	-	-	-	(7.373)	-	(717)	-
Banco Investcred Unibanco S.A.	-	-	-	-	(2.319)	(9.495)	(450)	-
Maxfácil Participações S.A.	-	-	-	-	(14.271)	(9.335)	(1.421)	(1.117)
Porto Seguro S.A.	-	-	-	-	(63.753)	-	(6.662)	-
Outras	-	-	-	-	-	-	(32)	(1.577)
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas								
Itaú Unibanco S.A.	(3.939)	(384)	-	-	(95.680)	(80.877)	-	-
Itaú Corretora de Valores S.A.	(3.557)	-	-	-	-	-	-	-
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.	(382)	(384)	-	-	-	-	-	-
Porto Seguro S.A.	-	-	-	-	82	-	-	-
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	-	-	-	-	10.925	38.540	-	-
FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	-	-	-	-	(4)	6.007	-	-
Olimpia Promoção e Serviços S.A.	-	-	-	-	(1.090)	(1.372)	-	-
Banco Investcred Unibanco S.A.	-	-	-	-	(173)	(130)	-	-
Luizacred S.A. Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento	-	-	-	-	-	10	-	-
Fundação Itaúbanco	-	-	-	-	(520)	(25.229)	-	-
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	-	-	1.254	-	-	-
Caixa de Previdência Func. do Banco Beg - PREBEG	-	-	-	-	279	-	-	-
Fundação BEMGEPREV	-	-	-	-	(8.688)	-	-	-
UBB Prev. Previdência Complementar	-	-	-	-	(3.193)	(13.303)	-	-
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social	-	-	-	-	(18.712)	(17.364)	-	-
Outras	-	-	-	-	(78.110)	(79.222)	-	-
Recetas (Despesas) de Prestação de Serviços								
Itaú Corretora de Valores S.A.	-	-	(4.824)	(4.520)	-	-	(15.673)	3.807
Fundação Itaúbanco	-	-	(4.782)	(4.520)	-	-	-	-
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	-	-	-	-	21.160	9.537
UBB Prev. Previdência Complementar	-	-	-	-	-	-	4.863	3.012
Itaúsa Investimentos S.A.	-	-	-	-	-	-	1.358	2.764
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	-	-	-	-	-	-	1.141	1.324
FAI Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	-	-	-	-	-	-	(20.133)	1.939
Porto Seguro S.A.	-	-	-	-	-	-	(2.292)	-
Outras	-	-	(42)	-	-	-	(25.889)	(18.404)
Recetas (Despesas) com Aluguéis								
Itaúsa Investimentos S.A.	-	-	(226)	(410)	-	-	(37.422)	(28.773)
Itaú Seguro S.A.	-	-	(16)	(29)	-	-	-	(1.353)
Fundação Itaúbanco	-	-	(161)	-	-	-	-	-
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	-	-	-	-	(26.538)	(15.400)
Outras	-	-	(49)	(381)	-	-	(9.586)	(7.583)
Despesas com Doações								
Instituto Itaú Cultural	-	-	-	-	-	-	(57.110)	(44.673)
Fundação Itaú Social	-	-	-	-	-	-	(56.400)	(44.030)
Associação Clube "A"	-	-	-	-	-	-	(280)	(273)
Despesas de Processamento de Dados								
Itaútec S.A.	-	-	-	-	-	-	(314.651)	(296.053)
Resultado não Operacional								
Itaúsa Investimentos S.A.	-	-	-	-	-	-	48.088	-

Além das operações acima discriminadas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING e partes relacionadas não consolidadas, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do Itaú Unibanco, registraram em Outras Despesas Administrativas, R\$ 7.983 (R\$ 16.645 de 01/01 a 31/12/2010) em função da utilização da estrutura comum.

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

- a) quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a Instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;
- b) qualquer entidade controlada pela Instituição; ou
- c) qualquer entidade da qual o banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

O Itaú Unibanco Holding fez doações regulares para a Fundação Itaú Social, uma fundação filantrópica cujos objetivos são: criar o "Programa Itaú Social", destinado a coordenar atividades de interesse da comunidade, apoiar e desenvolver projetos sociais, científicos e culturais, principalmente na área de ensino básico e saúde; apoiar os projetos ou iniciativas em andamento, sustentados ou patrocinados por entidades qualificadas segundo o "Programa Itaú Social". Além disso o Itaú Unibanco é sócio-fundador e mantenedor do Instituto Itaú Cultural - IIC, uma entidade cujo objetivo é a promoção e preservação da herança cultural brasileira.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos Administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING são compostos conforme segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Remuneração	270.993	294.207
Conselho de Administração	4.798	3.399
Administradores	266.195	290.808
Participações no Lucro	191.923	261.282
Conselho de Administração	1.000	2.500
Administradores	190.923	258.782
Contribuições aos Planos de Aposentadoria	5.018	8.092
Conselho de Administração	163	589
Administradores	4.855	7.503
Plano de Pagamento em Ações - Administradores	149.629	128.239
Total	617.563	691.820

As informações referentes a plano de outorga de opções de ações, benefícios a empregados e benefícios pós-emprego encontram-se detalhadas nas Notas 16f IV e 19, respectivamente.

NOTA 18 - VALOR DE MERCADO

As demonstrações contábeis são elaboradas com base em critérios contábeis, que pressupõem a continuidade normal das operações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas controladas.

O valor contábil relativo a cada instrumento financeiro, constante ou não do balanço patrimonial (contempla as participações em coligadas e outros investimentos), quando comparado com o valor que se poderia obter na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros ajustados com base na taxa de juros vigente no mercado, aproxima-se do seu correspondente valor de mercado, ou este não é disponível, exceto para os incluídos em:

	CONTÁBIL		MERCADO		Lucro (Prejuízo) Não Realizado (1)			
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	Em Resultado		No Patrimônio Líquido	
					31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	27.820.434	14.834.851	27.848.688	14.842.100	28.254	7.249	28.254	7.249
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	187.880.424	186.562.415	188.477.270	187.166.832	1.326.216	1.070.847	596.846	604.417
Ajuste de Títulos Disponíveis para Venda					718.599	453.749	-	-
Ajuste de Títulos Mantidos até o Vencimento					607.617	617.098	596.846	604.417
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	319.711.055	273.034.626	320.341.022	273.225.632	629.967	191.006	629.967	191.006
Investimentos (2)								
BM&FBovespa	58.107	58.107	441.205	591.124	383.098	533.017	383.098	533.017
BPI (3)	218.763	682.346	218.763	524.136	(413.087)	(382.138)	-	(158.210)
Cetip S.A.	291	34.682	12.235	520.740	11.944	486.058	11.944	486.058
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. (4)	1.155.677	1.079.773	2.093.631	2.781.678	937.954	1.701.905	937.954	1.701.905
Serasa S.A.	271.636	254.379	1.252.447	869.057	980.811	614.678	980.811	614.678
Da Controladora	179.701	168.285	1.160.512	782.963	980.811	614.678	980.811	614.678
Do Minoritário (5)	91.935	86.094	91.935	86.094	-	-	-	-
Captações de Recursos e Obrigações por Empréstimos (6)	219.234.287	159.586.365	219.425.572	159.737.232	(191.285)	(150.867)	(191.285)	(150.867)
Dividas Subordinadas (Nota 10f)	39.715.187	34.487.665	39.879.597	34.568.948	(164.410)	(81.283)	(164.410)	(81.283)
Ações em Tesouraria	1.663.562	628.577	1.947.479	1.057.130	-	-	283.917	428.553
Total Não Realizado					3.529.462	3.990.472	3.497.096	4.176.523

(1) Não considera os efeitos fiscais correspondentes;

(2) A partir de dezembro/11 a Redecard S.A. deixou de ser divulgada por tratar-se de investimento em controlada;

(3) Em resultado não realizado considera ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda.

(4) Controladora da Porto Seguro S.A.;

(5) A parcela de participação detida pelos minoritários não afeta o resultado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;

(6) Captações de Recursos são representadas por Depósitos Interfinanceiros, a Prazo, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Empréstimos.

Para a obtenção dos valores de mercado dos Instrumentos Financeiros, são adotados os seguintes critérios:

- Aplicações em Depósitos Interfinanceiros pelo valor nominal atualizado até a data do vencimento, descontado a valor presente às taxas de mercado futuro de juros e de swaps para títulos prefixados, e às taxas no mercado dos títulos de renda fixa, obtidas no fechamento da BM&F na data do balanço, para títulos pós-fixados;
- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos, conforme regras estabelecidas através das Circulares nº 3.068, de 08/11/2001, e nº 3.082, de 30/01/2002, do BACEN, estão registrados pelo seu valor de mercado, exceto os classificados como Mantidos até o Vencimento. Títulos públicos alocados nesta categoria tem seu valor de mercado calculado com base em taxas coletadas junto ao mercado, validadas através da comparação com informações fornecidas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANDIMA). Títulos privados incluídos nesta categoria têm seu valor de mercado calculado por critério semelhante ao adotado para Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, descrito acima;
- Operações de Crédito com prazos superiores a 90 dias, quando disponível, com base no valor presente líquido de fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juros praticada no mercado na data do balanço, considerando, inclusive, os efeitos de operações de *hedge* (contratos de swap);
- Investimentos - nas empresas BPI, BM&FBovespa, CETIP e Porto Seguro pelo valor das ações nas bolsas de valores e na Serasa S.A. com base na média histórica do índice Preço/Lucro da sua controladora.
- Depósitos Interfinanceiros e a Prazo, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior, quando disponíveis, com base no valor presente de fluxos de caixa futuros descontados às taxas de mercado obtidas no fechamento da BM&F na data do balanço;
- Dívidas Subordinadas, com base no valor presente líquido de fluxos de caixa futuros prefixados ou pós-fixados em moeda estrangeira, descontados à taxa de juros praticada no mercado na data do balanço e considerando o risco de crédito do emissor. Os fluxos de caixa pós-fixados são estimados a partir das curvas de juros das praças de indexação;
- Ações em Tesouraria, pela cotação média disponível no último pregão do mês ou, na falta desta, pela cotação mais recente em pregões anteriores, publicada no Boletim Diário de cada Bolsa.

NOTA 19 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Nos termos da Deliberação nº 600, de 07/10/2009 da CVM, apresentamos a seguir as políticas praticadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados:

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e algumas de suas subsidiárias patrocinam planos na modalidade de benefício definido e de contribuição variável, que tem por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dá na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é apurado com base no saldo acumulado na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial.

Os funcionários contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos acima referidos. Para os funcionários contratados após as referidas datas os mesmos contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição definida (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A.

a) Descrição dos Planos

Os ativos dos planos estão investidos em fundos separados, com o objetivo exclusivo de prover benefícios aos funcionários elegíveis, e são mantidos de forma independente do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Esses fundos são mantidos por entidades fechadas de previdência complementar (EFPC's) com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaúbanco	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC (1) Plano de Benefício Franprev - PBF (1) Plano de Benefício 002 - PB002 (1) Plano Básico Itaulam - PBI (1) Plano Suplementar Itaulam - PSI (2) Plano Itaúbanco CD (3) (4)
Fundação Bemgeprev	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV (1)
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I (1) Plano de Benefícios Funbep II (2)
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco Beg - Prebeg	Plano de Benefícios Prebeg (1)
Itaú Fundo Multipatrocinado	Plano BD Itaú (1) Plano CD Itaú (2)
Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Redecard Básico (1) Plano de Aposentadoria Redecard Suplementar (2) Plano de Previdência Redecard (3) (5)
Itaubank Sociedade de Previdência Privada	Plano de Aposentadoria Itaubank (3)
UBB-PREV - Previdência Complementar	Plano de Previdência Unibanco (3) Plano Básico (1) Plano IJMS (1)
Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social	Plano de Benefícios II (1)

(1) Plano de modalidade de benefício definido;

(2) Plano de modalidade de contribuição variável;

(3) Plano de modalidade de contribuição definida;

(4) O Plano Itaúbanco CD foi instituído em decorrência da cisão parcial do PAC e foi oferecido exclusivamente aos participantes deste plano, que não estejam recebendo benefício de aposentadoria pelo PAC. Os participantes que não ingressaram no Plano Itaúbanco CD e os participantes assistidos do PAC permaneceram no referido plano, sem solução de continuidade, mantendo-se os direitos adquiridos. Conforme estabelecido no regulamento do Plano Itaúbanco CD o prazo para transação e novação encerrou em 08/05/2010;

(5) O Plano de Previdência Redecard foi alterado em janeiro de 2011 de Benefício Definido – BD para Contribuição Definida – CD, com adesão de 95% dos funcionários. Este plano permite que o funcionário contribua mensalmente com um percentual definido, a ser descontado de sua remuneração mensal e, adicionalmente, a empresa participa com 100% da opção escolhida pelos empregados, limitado a 9% dos seus rendimentos.

b) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	2011	2010
Taxa de Desconto	9,72% a.a.	9,72% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	11,32 % a.a.	12,32% a.a.
Tábua de Mortalidade (1)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade (2)	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2003/2004
Crescimentos Salariais Futuros	7,12 % a.a.	7,12% a.a.
Crescimentos Benef. Previd. Social / Planos	4,00 % a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00 % a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial (3)	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – "Society of Actuaries", entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas.

A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(2) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as quais resultaram em média 2,4% a.a. na experiência 2008/2010.

(3) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

A principal diferença entre as premissas acima e as adotadas na apuração do passivo atuarial dos planos de benefício definido, para efeito de registro no balanço das Entidades Fechadas de Previdência Complementar que os administram, é o método atuarial. Para esta finalidade é adotado o método agregado, pelo qual a reserva matemática é definida pela diferença entre o valor atual do benefício projetado e o valor atual das contribuições futuras, observando a metodologia estabelecida na respectiva nota técnica atuarial.

II -Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPCs tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações previdenciárias, através da superação das metas atuariais.

Em relação aos recursos garantidores das reservas matemáticas, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos em 31 de Dezembro de 2011 e a meta de alocação para 2012, por categoria de ativo, são as seguintes:

Categorias	Posição 31/12/2011	Posição 31/12/2010	% Alocação		
			31/12/2011	31/12/2010	Meta 2012
Títulos de Renda Fixa	10.341.420	9.769.060	87,85%	87,47%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	1.051.130	992.733	8,93%	8,89%	0% a 25%
Investimentos Estruturados	13.511	10.570	0,11%	0,09%	0% a 10%
Investimentos no Exterior	-	3.988	0,00%	0,04%	0% a 3%
Imóveis	344.012	368.515	2,92%	3,30%	0% a 6%
Empréstimos a participantes	22.854	22.962	0,19%	0,21%	0% a 5%
Total	11.772.927	11.167.828	100,00%	100,00%	

Os ativos dos planos de benefícios definidos incluem ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de sua principal controladora (ITAÚSA) e de controladas desta, com um valor justo de R\$ 530.721 (R\$ 542.233 em 31/12/2010), e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 298.169 (R\$ 308.819 em 31/12/2010).

O rendimento esperado para as carteiras de ativos dos planos de benefícios está baseado nas projeções de retorno para cada um dos segmentos acima discriminados. Para o segmento de renda fixa foram utilizadas as taxas de juros dos títulos de longo prazo contidos nas carteiras e as taxas de juros praticadas pelo mercado por ocasião do fechamento do balanço. Para o segmento de renda variável foram utilizadas expectativas conservadoras de retorno anual para esse segmento. Para o segmento de bens imóveis foram utilizados os fluxos de recebimento de aluguéis esperados para os próximos 12 meses. Para todos os segmentos foram utilizados como base as posições de carteira na data do fechamento do balanço.

III- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no balanço patrimonial:

	31/12/2011	31/12/2010
1- Ativos líquidos dos planos	11.772.927	11.167.828
2- Passivos atuariais	(10.413.448)	(9.815.180)
3- Superveniência (1-2)	1.359.479	1.352.648
4- Restrição do Ativo (*)	(1.262.610)	(1.108.678)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	96.869	243.970
Valor Reconhecido no Ativo	342.241	367.351
Valor Reconhecido no Passivo	(245.372)	(123.381)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 da Deliberação 600 da CVM.

Em conformidade com a isenção prevista na Deliberação 647 da CVM, os ganhos e perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos no Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e perdas atuariais do período de 01/01 a 31/12/2011 foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas de Pessoal".

IV- Evolução dos Ativos Líquidos, dos Passivos Atuariais e da Superveniência

	31/12/2011			31/12/2010		
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência
Valor Presente Início do Período	11.167.828	(9.815.180)	1.352.648	14.757.268	(11.180.214)	3.577.054
Efeitos Cisão Parcial do PAC (1)	-	-	-	(5.147.142)	2.709.982	(2.437.160)
Inclusão Plano Redecard	60.817	(55.897)	4.920	-	-	-
Inclusão Plano CD Itaú	11.748	(13.181)	(1.433)	-	-	-
Efeitos Cisão Parcial Redecard (2)	(43.595)	42.357	(1.238)	-	-	-
Rendimentos Esperados dos Ativos(4)	1.341.662	-	1.341.662	1.334.336	-	1.334.336
Custo Serviço Corrente	-	(929.862)	(929.862)	-	(936.710)	(936.710)
Custo dos Juros	-	(91.529)	(91.529)	-	(84.043)	(84.043)
Benefícios Pagos	(600.493)	600.493	-	(567.438)	567.438	-
Contribuições Patrocinadora	41.920	-	41.920	39.677	-	39.677
Contribuições Participantes	9.300	-	9.300	40.910	-	40.910
Ganho/(Perda) Atuarial (3) (4)	(216.260)	(150.649)	(366.909)	710.217	(891.633)	(181.416)
Valor Presente Final do Período	11.772.927	(10.413.448)	1.359.479	11.167.828	(9.815.180)	1.352.648

(1) Corresponde ao efeito da cisão parcial do PAC e criação do Plano Itaú Banco CD, cujo processo de migração resultou em redução e liquidação parcial das obrigações do PAC. O evento de redução que implicou na diminuição da obrigação e consequentemente dos passivos atuariais ocorreu em 31 de dezembro de 2009 e já se encontra ajustado no saldo de abertura (01 de janeiro de 2010). Em 31 de março de 2010, os participantes do PAC que optaram pela migração voluntária para o Plano Itaú Banco CD tiveram todas as suas obrigações liquidadas pelo PAC por meio de um aporte inicial de ativos anteriormente detidos pelo PAC para as contas individuais correspondentes no Plano Itaú Banco CD. O PAC não é mais responsável por quaisquer obrigações de benefícios de aposentadoria no âmbito do PAC referentes a esses participantes. Após a liquidação parcial do PAC, os ativos foram transferidos do PAC para o Plano Itaú Banco CD.

(2) Durante o exercício de 2011, foi realizado um processo de migração dos participantes do Plano de Aposentadoria Redecard, estruturado na modalidade de benefício definido e objeto desta divulgação de resultados, para o Plano de Previdência Redecard, estruturado na modalidade de contribuição definida. Para os participantes que migraram para o Plano de Previdência Redecard, a acumulação do benefício futuro passa a ser feita na forma de contribuição definida, não havendo, portanto, substituição por um benefício de mesma natureza.

(3) Os ganhos/perdas apresentados no Ativo Líquido correspondem aos rendimentos obtidos acima/abaixo da taxa de retorno esperado nos ativos.

(4) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 1.125.402 (R\$ 2.044.553 em 31/12/2010).

O histórico dos ganhos e perdas atuariais é o seguinte:

	31/12/2011	31/12/2010
Ativo Líquidos dos Planos	11.772.927	11.167.828
Passivos Atuariais	(10.413.448)	(9.815.180)
Superveniência	1.359.479	1.352.648
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	(216.260)	710.217
Ajustes de Experiência nos Passivos Atuariais	(150.649)	(891.633)

V- Total das Receitas e (Despesas) reconhecidas no Resultado do Exercício

O total das Despesas reconhecidas nos Planos de Benefícios Definidos inclui os seguintes componentes para:

	31/12/2011	31/12/2010
Custo do Serviço Corrente	(929.862)	(936.710)
Custo de Juros	(91.529)	(84.043)
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	1.341.662	1.334.336
Efeitos Cisão Parcial Redecard	(1.238)	-
Efeitos Cisão Parcial do PAC	-	(2.437.160)
Efeito na restrição do Ativo	(153.931)	1.990.397
Ganho/(Perda) no Exercício	(366.909)	(181.416)
Contribuições de Participantes	9.300	40.910
Total das Receitas e (Despesas) reconhecidas no Resultado do Exercício	(192.507)	(273.686)

No período, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 41.920 (R\$ 39.677 em 31/12/2010). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2012, a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING é de R\$ 38.870.

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2012	645.780
2013	673.231
2014	697.244
2015	721.382
2016	746.311
2017 a 2021	4.118.739

c) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida possuem fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

O montante reconhecido em 31/12/2011 no ativo é de R\$ 1.443.186 (R\$ 1.169.166 em 31/12/2010).

O total das receitas reconhecidas nos Planos de Contribuição definidas inclui os seguintes componentes:

	31/12/2011	31/12/2010
Efeito cisão parcial do PAC	-	1.476.743
Aportes/Contribuições	(143.553)	(110.423)
Ganho/Perda Atuarial	149.850	256.246
Efeito na Restrição do Ativo	267.722	(581.098)
Total das Receitas reconhecidas no Resultado do Exercício	274.019	1.041.468

Em conformidade com a isenção prevista na Deliberação 647 da CVM, os ganhos e perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos no Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e perdas atuariais do período de 01/01 a 31/12/2011 foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas de Pessoal".

No período as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 192.631 (R\$ 153.170 em 31/12/2010), sendo R\$ 143.553 (R\$ 110.423 em 31/12/2010) oriundos dos fundos previdenciais.

d) Outros Benefícios Pós Emprego

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pelo Itaú Unibanco Holding, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-funcionários e beneficiários.

I- Movimentação

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por estes outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial do Itaú Unibanco Holding, são os seguintes:

	31/12/2011	31/12/2010
No Início do Exercício	(105.335)	(100.280)
Custo de Juros	(9.968)	(9.995)
Benefícios Pagos	5.892	5.218
Perda Atuarial	(10.743)	(278)
No Final do Exercício	(120.154)	(105.335)

Em conformidade com a isenção prevista na Deliberação 647 da CVM, os ganhos e perdas acumulados até 01/01/2010 foram reconhecidos no Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais e considerando os ajustes de controlada. Os ganhos e perdas atuariais do período de 01/01 a 31/12/2011 foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas de Pessoal".

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2012	6.366
2013	6.852
2014	7.362
2015	7.854
2016	8.363
2017 a 2021	50.248

II- Premissas e Sensibilidades 1%

Para apuração das obrigações por benefícios projetados além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (Nota 19b I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a..

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Aumento de 1,0%	Redução de 1,0%
Efeito sobre o Custo de Serviço e o Custo de Juros	1.609	(1.321)
Efeito sobre o valor Presente da Obrigação	16.559	(13.563)

NOTA 21 – GERENCIAMENTO DE RISCO

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital e na liquidez do banco.

A gestão de risco é considerada pelo Itaú Unibanco Holding como instrumento essencial para a otimização do uso do capital e a seleção das melhores oportunidades de negócios, visando obter a melhor relação Risco x Retorno.

O gerenciamento de risco no Itaú Unibanco é o processo onde:

- São identificados e medidos os riscos existentes e potenciais das operações do banco;
- São aprovados políticas, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações do Conselho de Administração e as estratégias do banco;
- A carteira de risco do banco é administrada vis-à-vis as melhores relações risco-retorno.

Este processo permeia toda a da instituição, com total envolvimento da alta administração, que por meio de comissões, define os objetivos globais que são mensurados sob a forma de metas e limites para as unidades de negócio gestoras de risco. As unidades de controle, por sua vez, apóiam a administração do banco através dos processos de monitoramento e análise de risco.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos do Itaú Unibanco está de acordo com as recomendações do Comitê da Basileia. A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e de Subscrição é centralizada no Itaú Unibanco visando a assegurar que os riscos do conglomerado são administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições do conglomerado aos riscos, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

Cumpra a essa estrutura acompanhar as demandas regulatórias feitas à instituição líder do conglomerado. O Itaú Unibanco administra sistemas de informática proprietários para completo atendimento às normas de reserva de capital para as parcelas de capital, conforme determinações e modelos do BACEN. Também coordena as ações para verificação da aderência aos requisitos qualitativos e quantitativos estabelecidos pelas autoridades competentes para observação do capital mínimo exigido. Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa/ Gerenciamento de Riscos – Circular 3.477.

Com vistas a atender à Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2011 do CMN, o Itaú Unibanco está em processo de definição e implantação da sua estrutura de Gerenciamento de Capital. Recentemente, foi aprovado pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional necessária para atendimento dos requisitos da resolução, aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro

I - Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição planeja, monitora e controla os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O controle de risco de mercado realizado pelo Itaú Unibanco Holding abrange todos os instrumentos financeiros constantes nas carteiras das empresas sob sua responsabilidade. Neste sentido, a política de gerenciamento de risco de mercado do Itaú Unibanco encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do CMN, constituindo-se um conjunto de princípios que norteiam a estratégia da instituição no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as unidades de negócio e veículos legais do conglomerado Itaú Unibanco.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de mercado pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco por meio das unidades de controle estabelecidas nos veículos legais do conglomerado Itaú Unibanco. Além disso, a área independente realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, inclusive das eventuais extrapolações de limites de risco, comunicando o evento à unidade de negócio responsável e acompanhando as ações necessárias para readequação da posição e ou nível de risco. Para isto, o banco conta com um processo estruturado de comunicação e informação, visando fornecer subsídios para acompanhamento das comissões superiores e atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no Itaú Unibanco Holding.

O processo de gerenciamento de riscos de mercado do Itaú Unibanco ocorre dentro da governança e hierarquia de comissões e limites aprovados especificamente para este fim, e que cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco, até limites granulares, garantindo efetividade e cobertura de controle. Estes limites são dimensionados avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada veículo, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão. Os limites são monitorados diariamente e os excessos são reportados e discutidos nas comissões competentes.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco Estatístico (VaR - Value at Risk): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Alerta de Stop Loss: Perdas efetivas somadas ao prejuízo máximo potencial em cenários otimistas e pessimistas;
- Resultado a Realizar (RaR): avaliação da diferença entre valor com os juros apropriados e valor de mercado em determinada data, em cenário normal e em cenários estressados, refletindo assimetrias contábeis e expectativas de realização de resultado. É uma das medidas de risco utilizada para avaliar gerencialmente o risco da carteira de não-negociação;
- Resultado em Risco (EaR): medida que quantifica o impacto no resultado do balanço em situações adversas de mudança de taxa de juros;

Adicionalmente às medidas de risco acima mencionadas, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, inclui-se:

- Análise de Descasamentos (gaps): exposição acumulada, por fator de risco, dos fluxos de caixa, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (DV01): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas curvas futuras de juros. Aplicado a fatores de risco;
- Sensibilidade aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação ao preço do ativo-objeto, a volatilidade implícita, taxa de juros e ao tempo; e
- Perda Máxima (Stop Loss): máxima perda, que um dado portfólio classificado na carteira de negociação está autorizado a atingir.

Os limites e a exposição aos riscos de mercado são relativamente baixos quando comparados ao Patrimônio Líquido da instituição.

Em dezembro/11, o Itaú Unibanco apresentou um VaR Global Total de R\$ 151 milhões (R\$ 163 milhões em setembro/11).

II - Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o Itaú Unibanco possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

O documento que expressa as diretrizes estabelecidas pela política interna de controle de risco de crédito pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Crédito.

A gestão do risco de crédito do Itaú Unibanco objetiva maximizar a relação entre o risco e o retorno de seus ativos, mantendo-se a qualidade da carteira de crédito em patamares adequados aos segmentos de mercado em que esteja atuando. A estratégia é voltada para a criação de valor para seus acionistas de forma a gerar retornos superiores a um valor mínimo de retorno ajustado ao risco de cada negócio.

O Itaú Unibanco estabelece sua política de crédito com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e o capital econômico alocado; e externos, relacionados ao ambiente econômico no Brasil e exterior, incluindo *market share*, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação do consumo.

O processo centralizado de validação e aprovação das políticas e modelos de crédito do Itaú Unibanco garante a sincronização das ações de crédito e a otimização das oportunidades de negócios. No varejo, as decisões são tomadas tendo como base modelos de *score*, que são continuamente acompanhados, por estrutura independente, avaliando-se o resultado de suas aplicações nas safras de concessão. No atacado, as propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas que garante a detalhada observação do risco das operações, bem como a necessária tempestividade e flexibilidade na sua aprovação.

Para proteger a instituição contra perdas decorrentes de operações de crédito, o Itaú Unibanco considera todos os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente para definir o nível de provisões adequado ao risco incorrido em cada operação. Observa-se, para cada operação, a avaliação e classificação do cliente ou grupo econômico, a classificação da operação e a eventual existência de valores em atraso.

O Itaú Unibanco constitui provisão complementar a mínima requerida pelo BACEN, visando a garantir que o nível de provisionamento seja compatível ao modelo de perda esperada adotado na gestão de risco de crédito da instituição, baseado em modelos internos. Essa provisão é normalmente quantificada em função do comportamento histórico das carteiras de crédito, baseando-se na exposição, probabilidade de *default* e a recuperação esperada das operações.

III- Risco Operacional

O risco operacional consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Exclui-se desta definição o risco estratégico e o de reputação.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento, apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado. A gestão de risco operacional, portanto, torna-se importante uma vez que garante a identificação, avaliação/mensuração, resposta, monitoramento e reporte da exposição aos riscos operacionais da organização.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.380 de 29 de junho de 2006 do CMN, o Itaú Unibanco definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, aprovada pelo seu Conselho de Administração, e aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento de risco operacional à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, mitigação, monitoramento e reporte relacionado ao risco operacional, e bem como os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura. Uma versão resumida da política pode ser acessada no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público – Risco Operacional.

A partir de 1º de julho de 2008, entrou em vigor a legislação do BACEN obrigando as instituições financeiras a alocar capital para risco operacional. O Itaú Unibanco optou pela utilização da Abordagem Padronizada Alternativa.

IV- Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - descasamentos entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

O Itaú Unibanco possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda nacional ou estrangeira.

Além disso, a instituição estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

V- Risco de Subscrição

O risco de subscrição é o risco oriundo de uma situação econômica adversa que contraria tanto as expectativas da sociedade seguradora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimativa das provisões.

Analogamente à Basileia II, a IAIS (*International Association of Insurance Supervisors*), orienta que as sociedades seguradoras possuam um sistema de gerenciamento de risco de forma a complementar o sistema de capital mínimo e de margem de solvência.

O controle centralizado do risco de subscrição é realizado pela área de controle de riscos segregada das unidades de negócios e da auditoria interna. É responsabilidade desta área, desenvolver modelos internos de mensuração de risco de subscrição, bem como gerar condições para validação e controle desses modelos. Cumpre à área de controle de riscos avaliar as alterações nas políticas e acompanhar o desempenho das carteiras de seguros, previdência e capitalização.

NOTA 22 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) **Política de Seguros** - O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas, apesar de possuírem reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, tem como política segurar seus valores e bens a valores considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

b) **Moedas Estrangeiras** - Os saldos patrimoniais, em reais, vinculados a moedas estrangeiras eram:

	31/12/2011	31/12/2010
Investimentos permanentes no exterior	26.677.728	21.292.196
Saldo líquido dos demais ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, inclusive derivativos	(42.093.627)	(36.878.785)
Posição Cambial Líquida	(15.415.899)	(15.586.589)

A posição cambial líquida, considerados os efeitos fiscais sobre os resultados do saldo líquido dos demais ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, reflete a baixa exposição às flutuações cambiais.

c) **Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas** - O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, através de suas controladas, administra Fundos de Privatização, de Renda Fixa, de Ações, de Ações Carteira Livre, Clubes de Investimentos e Carteira de Clientes e do Grupo, no Brasil e no exterior, classificados em contas de compensação, distribuídos conforme segue:

	Valor		Valor (*)		Quantidade de Fundos	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Fundos de Investimento	320.179.652	284.363.470	320.179.652	284.363.470	3.065	1.793
Renda Fixa	305.242.003	252.737.578	305.242.003	252.737.578	2.415	1.495
Ações	14.937.649	31.625.892	14.937.649	31.625.892	650	298
Carteiras Administradas	161.077.902	146.745.380	83.726.157	79.454.761	15.225	16.804
Clientes	89.886.443	80.889.823	72.478.230	64.767.226	15.128	16.732
Grupo Itaú	71.191.459	65.855.557	11.247.927	14.687.535	97	72
TOTAL	481.257.554	431.108.850	403.905.809	363.818.231	18.290	18.597

(*) Refere-se à distribuição após eliminação da dupla contagem relativa às aplicações das carteiras administradas em fundos de investimento.

d) **Recursos de Consórcios**

	31/12/2011	31/12/2010
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados	77.097	52.465
Obrigações do Grupo por Contribuições	6.206.775	3.662.270
Consoiciados - Bens a Contemplar	5.830.775	3.427.044
Créditos à Disposição de Consorciados	492.514	350.377
(Em unidades)		
Quantidade de grupos administrados	755	679
Quantidade de Consorciados Ativos	204.668	162.841
Quantidade de Bens a Entregar a Consorciados	121.573	102.071

e) **Fundação Itaú Social** - O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas são os principais mantenedores da Fundação Itaú Social, que tem por objetivos: 1) gerir o "Programa Itaú Social", que visa sistematizar a atuação em projetos de interesse da comunidade, apoiando ou desenvolvendo projetos sociais científicos e culturais, prioritariamente nas áreas de ensino fundamental e saúde; 2) apoiar projetos ou iniciativas em curso, sustentados ou patrocinados por entidades habilitadas no "Programa Itaú Social"; e 3) proporcionar alimentação e outros benefícios afins aos funcionários do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e demais empresas do conglomerado.

As doações efetuadas pelas empresas consolidadas atingiram R\$ 280 (R\$ 273 em 31/12/2010) durante o período, sendo que o patrimônio social da Fundação, atingiu R\$ 3.052.977 (R\$ 3.080.923 em 31/12/2010). A rentabilidade gerada pelos recursos aplicados será utilizada para viabilização dos seus objetivos.

f) **Instituto Itaú Cultural – IIC** - O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas são os mantenedores do Instituto Itaú Cultural - IIC, entidade destinada ao incentivo, promoção e preservação do patrimônio cultural do País. Durante o período, as empresas consolidadas efetuaram doações ao IIC no montante de R\$ 56.400 (R\$ 44.000 de 01/01 a 31/12/2010).

g) **Instituto Unibanco** - O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas são os mantenedores do Instituto Unibanco, entidade que tem por objeto apoiar projetos voltados para assistência social, em especial, a educação, a cultura, a promoção à integração ao mercado de trabalho e a defesa do meio ambiente, diretamente e/ou complementarmente por meio de instituições da sociedade civil.

h) **Instituto Unibanco de Cinema** - O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas são os mantenedores do Instituto Unibanco de Cinema, entidade que tem por objeto (i) a promoção da cultura em geral; e (ii) permitir o acesso da população de baixa renda a produções cinematográficas, videográficas e afins, sendo que para tanto deverá realizar a manutenção de cinemas próprios ou sob sua administração e cines-clubes para exibição de filmes, vídeo, disco-vídeo-laser e outras atividades correlatas à sua função, bem como exibir e divulgar o cinema em ampla aceção, sobretudo os de produção brasileira.

i) **Associação Clube "A"** - O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas são os mantenedores da Associação Clube "A", entidade que tem por objeto prestar serviços assistenciais, com vistas ao bem estar dos Beneficiários, na forma e condições estabelecidas pelo seu Regulamento Interno e de acordo com os recursos de que dispuser. Tais serviços poderão abranger, dentre outros, a promoção de atividades culturais, educacionais, esportivas, de lazer e saúde. No período de 01/01 a 31/12/2011, as empresas consolidadas efetuaram doações ao Clube "A" no montante de R\$ 400 (R\$ 1.707 no período de 01/01 a 31/12/2010).

j) **Instituto Assistencial Pedro di Perna** - O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas são os mantenedores do Instituto Assistencial Pedro di Perna, entidade que tem por objetivo prestar serviços assistenciais, estimular a prática de desportos e promover recreações, com vista ao bem estar dos seus associados, na forma e condições estabelecidas pelo seu Regimento Interno e de acordo com os recursos de que dispuser.

k) Exclusão dos Efeitos não Recorrentes Líquidos dos Efeitos Fiscais - Holding e Holding Consolidado

	ITAÚ UNIBANCO HOLDING	
	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2010
PDD Adicional (Nota 8c)	-	1.037.919
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Lei nº 11.941/09 (Notas 12b e 14)	508.993	144.712
Provisão para Contingências - Planos Econômicos (Nota 12)	(284.665)	(847.355)
Redução ao Valor Recuperável - BPI (Nota 15a II)	(244.697)	-
Benefícios a Empregados (Nota 19)	-	(34.961)
Total	(20.369)	300.315

- I) Reclassificações para Fins de Comparabilidade** - Foram efetuadas reclassificações nos saldos de 31/12/2010, visando permitir a comparabilidade das demonstrações contábeis, em decorrência da alteração no % utilizado para fins de consolidação das demonstrações contábeis (Nota 2b) e do reagrupamento das seguintes rubricas: No Balanço Patrimonial foi efetuada a reclassificação de Programas de Recompensas de Outras Obrigações – Operações com Cartões de Créditos para Resultados de Exercícios Futuros e a reclassificação da Comercialização – Extensão de Garantia de Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização para Outros Créditos Crédito com Operações de Seguros e Resseguros. Na Demonstração do Resultado foi efetuada a reclassificação das Provisões Fiscais e Previdenciárias de Outras Despesas Operacionais para Outras Receitas Operacionais, a reclassificação do Programa de Recompensas de Outras Despesas Operacionais para Receitas de Prestação de Serviços, conforme Deliberação nº 597, de 15/09/2009, da CVM e a reclassificação das Rendas de Tarifas com Cartões de Crédito e com corretagem de Títulos de Receitas de Prestação de Serviços para Rendas de Tarifas Bancárias.

	Divulgação Anterior	Reclassificação/ Desconsolidação	Saldos Ajustados
ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	744.600.668	(4.136.610)	740.464.058
DISPONIBILIDADES	10.493.161	(396.621)	10.096.540
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	85.925.793	432.928	86.358.721
Aplicações no Mercado Aberto	68.181.744	(3.811)	68.177.933
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	14.398.112	436.739	14.834.851
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	188.852.602	(2.290.187)	186.562.415
Carteira Própria	49.370.391	(725.806)	48.644.585
Instrumentos Financeiros Derivativos	8.313.742	(6.553)	8.307.189
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - Cotas de Fundos de PGBLVGBL	46.320.761	(270.013)	46.050.748
Recursos Garantidores das Provisões Técnicas - Outros Títulos	9.205.110	(1.287.815)	7.917.295
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	86.513.111	(2)	86.513.109
Depósitos no Banco Central	85.776.472	(2)	85.776.470
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	10.543	(112)	10.431
OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO E OUTROS CRÉDITOS	274.809.552	(1.774.926)	273.034.626
Operações com Características de Concessão de Crédito	297.101.886	(2.049.042)	295.052.844
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	(22.292.334)	274.116	(22.018.218)
OUTROS CRÉDITOS	94.851.106	(1.289.545)	93.561.561
Rendas a Receber	1.031.793	60.426	1.092.219
Crédito com Operações de Seguros e Resseguros	3.660.803	(624.968)	3.035.835
Diversos	47.425.483	(725.003)	46.700.480
OUTROS VALORES E BENS	3.144.800	1.181.855	4.326.655
Bens Não Destinados a Uso	181.707	(31.358)	150.349
Despesas Antecipadas	2.607.913	1.213.213	3.821.126
PERMANENTE	10.511.659	467.393	10.979.052
INVESTIMENTOS	2.134.713	1.115.075	3.249.788
Participações em Coligadas	937.105	1.121.883	2.058.988
Outros Investimentos	1.389.620	(10.550)	1.379.070
(Provisão para Perdas)	(192.012)	3.742	(188.270)
IMOBILIZADO DE USO	5.020.757	(296.966)	4.723.791
Imóveis de Uso	4.577.762	(1.286.020)	3.291.742
Outras Imobilizações de Uso	7.179.007	819.891	7.998.898
(Depreciações Acumuladas)	(6.736.012)	169.163	(6.566.849)
INTANGÍVEL	3.284.573	(350.716)	2.933.857
Outros Ativos Intangíveis	2.839.135	(382.157)	2.456.978
(Amortização Acumulada)	(1.969.259)	31.441	(1.937.818)
TOTAL DO ATIVO	755.112.327	(3.669.217)	751.443.110
PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	689.903.664	(3.617.867)	686.285.797
DEPÓSITOS	202.738.135	(50.078)	202.688.057
Depósitos a Vista	25.531.744	5.390	25.537.134
Depósitos Interfinanceiros	1.984.960	(55.543)	1.929.417
Depósitos a Prazo	116.416.300	75	116.416.375
CAPTACIONES NO MERCADO ABERTO	199.640.802	15.551	199.656.353
Carteira Própria	164.880.825	15.551	164.896.376
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	25.608.838	(17.119)	25.591.719
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	14.294.810	(17.121)	14.277.689
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	799.030	(387.128)	411.902
Correspondentes	510.728	(387.128)	123.600
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	3.256.185	(15)	3.256.170
Transferências Internas de Recursos	35.001	(15)	34.986
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	47.411.730	(73.766)	47.337.964
Empréstimos	15.722.620	(73.766)	15.648.854
PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO	61.364.916	(814.149)	60.550.767
OUTRAS OBRIGAÇÕES	143.379.193	(2.291.163)	141.088.030
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	695.045	(686)	694.359
Sociais e Estatutárias	4.507.448	(44.914)	4.462.534
Fiscais e Previdenciárias	23.130.156	(697.005)	22.433.151
Operações com Cartões de Crédito	38.120.842	(1.246.009)	36.874.833
Diversas	17.961.530	(302.549)	17.658.981
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	598.894	166.971	765.865
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS NAS SUBSIDIÁRIAS	3.731.224	(218.321)	3.512.903
TOTAL DO PASSIVO	755.112.327	(3.669.217)	751.443.110

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Divulgação Anterior	Reclassificação/ Desconsolidação	Saldos Ajustados
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	80.325.961	(699.039)	79.626.922
Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos	51.747.503	(432.881)	51.314.622
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	18.772.105	(58.085)	18.714.020
Receitas Financeiras das Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	4.720.741	(208.069)	4.512.672
Resultado de Operações de Câmbio	979.910	2	979.912
Resultado das Aplicações Compulsórias	4.105.702	(6)	4.105.696
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(35.066.002)	86.678	(34.979.324)
Operações de Captação no Mercado	(30.083.417)	1.030	(30.082.387)
Despesas Financeiras das Provisões Técnicas de Previdência e Capitalização	(4.013.637)	85.490	(3.928.147)
Operações de Empréstimos e Repasses	(968.948)	158	(968.790)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA ANTES DOS CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	45.259.959	(612.361)	44.647.598
RESULTADO DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(10.087.727)	176.372	(9.911.355)
Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(14.363.636)	243.076	(14.120.560)
Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	4.275.909	(66.704)	4.209.205
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	35.172.232	(435.989)	34.736.243
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(14.726.901)	245.933	(14.480.968)
Receitas de Prestação de Serviços	14.252.929	(1.912.146)	12.340.783
Administração de Recursos	2.526.235	(40.225)	2.486.010
Serviços de Conta Corrente	605.330	(22.408)	582.922
Cartões de Crédito	6.605.156	(1.321.100)	5.284.056
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	1.462.078	(1.744)	1.460.334
Serviços de Recebimentos	1.325.137	(612)	1.324.525
Outros	1.728.993	(526.057)	1.202.936
Rendas de Tarifas Bancárias	3.209.658	1.550.213	4.759.871
Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	2.658.435	(558.551)	2.099.884
Despesas de Pessoal	(12.822.261)	370.690	(12.451.571)
Outras Despesas Administrativas	(14.038.409)	440.515	(13.597.894)
Despesas Tributárias	(4.295.742)	127.320	(4.168.422)
Resultado de Participações em Coligadas e Outros Investimentos	224.216	198.877	423.093
Outras Receitas Operacionais	561.228	(32.595)	528.633
Outras Despesas Operacionais	(4.476.955)	61.610	(4.415.345)
RESULTADO OPERACIONAL	20.445.331	(190.056)	20.255.275
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	79.825	769	80.594
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	20.525.156	(189.287)	20.335.869
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(6.017.002)	130.959	(5.886.043)
Devidos sobre Operações do Período	(4.230.036)	102.379	(4.127.657)
Referentes a Diferenças Temporárias	(1.786.966)	28.580	(1.758.386)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(261.282)	342	(260.940)
Administradores - Estatutárias - Lei nº 6.404 de 15/12/1976	(261.282)	342	(260.940)
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS NAS SUBSIDIÁRIAS	(923.909)	57.986	(865.923)
LUCRO LÍQUIDO	13.322.963	-	13.322.963

m) Operação com o Carrefour

Em 14 de abril de 2011 o Itaú Unibanco Holding celebrou com o Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ("Carrefour Brasil"), Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição de 49% do Banco CSF S.A. ("Banco Carrefour"), pelo valor de R\$ 725 milhões, correspondente a um múltiplo P/L (Preço/Lucro) 2010 de 11,6. A conclusão da operação depende da aprovação do Banco Central do Brasil.

Relatório dos auditores independentes

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas
Itaú Unibanco Holding S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Itaú Unibanco Holding S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas (Consolidado) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Itaú Unibanco Holding S.A. e do Itaú Unibanco Holding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também a demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron
Contador CRC 1SP173647/O-5

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CNPJ. 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE. 35300010230

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

De acordo com o estabelecido em seu Regulamento (disponível no site www.itaunibanco.com.br/ri), compete ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria externa e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Conglomerado. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

Atividades do Comitê

O Comitê reuniu-se quinze vezes no período de agosto de 2011 a fevereiro de 2012, perfazendo um total de 19 dias. Adicionalmente, em sessão realizada em 6 de fevereiro, foram analisadas as demonstrações contábeis da data-base de 31.12.2011, assim como examinados e aprovados o Relatório do Comitê de Auditoria e este Resumo, relativos às atividades desenvolvidas no semestre até a data-base.

Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos

Em 2011, o Comitê avaliou, em reuniões com as diretorias da Área de Controle de Riscos e Financeiro, aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos no Conglomerado, com ênfase nos riscos de crédito, de liquidez e de mercado. O Comitê acompanhou também, em reuniões com a Diretoria de Controles Internos e Compliance, a implantação e operacionalização da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

O Comitê vem, também, acompanhando os esforços do Itaú Unibanco no alinhamento à Basileia II com o desenvolvimento de seus modelos internos de gestão de riscos, o que deverá resultar em melhores controles na gestão integrada dos negócios.

O Comitê de Auditoria, com base nas informações trazidas ao seu conhecimento, registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Conglomerado. Considera também que a abordagem adotada pela Organização no sentido de se preparar para a utilização de modelos internos nas condições definidas por Basileia II está bem estabelecida e adequadamente direcionada.

Cumprimento da Legislação, da Regulamentação e das Normas Internas

O Comitê de Auditoria considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas. O Comitê, com base nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Externa, conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da Organização.

Auditoria Externa

O Comitê mantém com os auditores externos um canal regular de comunicação para ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita aos seus membros fundamentar opinião acerca da integridade das demonstrações contábeis e relatórios financeiros.

O Comitê avalia como plenamente satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas pela PricewaterhouseCoopers, as quais apoiam sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores externos.

Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria aprova o Planejamento Anual dos trabalhos da Auditoria Interna e a revisão desse planejamento relativo ao segundo semestre do ano e acompanha, trimestralmente, o seu cumprimento, tomando conhecimento da realização de trabalhos que não estavam planejados e manifestando-se sobre os cancelamentos daqueles previstos.

O Comitê avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna. Os resultados desses trabalhos, apresentados nas sessões de trabalho do Comitê, não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da Organização.

Demonstrações Contábeis Consolidadas

O Comitê analisou os procedimentos que envolvem o processo de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas. A respeito, debateu com a PricewaterhouseCoopers e com executivos da Organização. Foram, igualmente, examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco na elaboração das demonstrações contábeis. Verificou-se que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados.

Recomendações

O Comitê realizou reuniões regulares com o Presidente do Conselho de Administração e com o Diretor Presidente do Itaú Unibanco, ocasião em que teve a oportunidade de expor opiniões e pontos de vista sobre diversos aspectos decorrentes do exercício de suas funções.

Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding S.A., para a data-base de 31.12.2011.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2012.

O Comitê de Auditoria

Gustavo Jorge Laboissière Loyola – Presidente

Alkimar Ribeiro Moura

Eduardo Augusto de Almeida Guimarães

Guy Almeida Andrade – Especialista Financeiro

ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.

CNPJ. 60.872.504/0001-23

Companhia Aberta

NIRE. 35300010230

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da **ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Sociedade referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2011. Com base nas análises efetuadas, e de acordo com o relatório sem ressalvas da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, são de opinião que esses documentos refletem adequadamente a situação econômica, financeira e patrimonial da Sociedade, e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

São Paulo (SP), 6 de fevereiro de 2012.

IRAN SIQUEIRA LIMA
Conselheiro

ALBERTO SOZIN FURUGUEM
Conselheiro

ARTEMIO BERTHOLINI
Conselheiro



EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº001/2012

INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL

DE FAZENDA RIO GRANDE - PR

EMPRESA

ITAÚ UNIBANCO S/A

DOCUMENTOS PARA

CREDENCIAMENTO

[Handwritten signatures]

RECEBIDO EM:
16 / 09 / 13
Tatiana Maria Mota
ASS. FUNC. RESPONSÁVEL

Itaú Unibanco S.A.
Praça Alfredo Egydio de
Souza Aranha, 100 Torre Olavo Setubal
04344 902 São Paulo SP
www.itaun.com.br

2524-7 - PT - SET/2010

[Handwritten signatures]



EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº001/2012

INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL

DE FAZENDA RIO GRANDE - PR

EMPRESA

ITAÚ UNIBANCO S/A

DOCUMENTOS PARA

CREDENCIAMENTO

[Handwritten signatures]

RECEBIDO EM:
16, 01, 13
Tainá Mar. Mott
ASS. FUNC. RESPONSÁVEL

Itaú Unibanco S.A.
Praça Alfredo Egydio de
Souza Aranha, 100 Torre Olavo Setubal
04344 902 São Paulo SP
www.itaun.com.br

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]